

Revista Convergência Lusíada, 24

Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

DIRETORIA

(Biênio 2006/2008)

Antonio Gomes da Costa (Presidente)

Alcides Martins (Vice-Presidente Administrativo)

DEPARTAMENTOS

Centro de Estudos:

Gilda da Conceição Santos (Vice-Presidente)

Madalena Simões de Almeida Vaz Pinto (Diretora)

Biblioteca:

Antonio Basílio Gomes Rodrigues (Vice-Presidente)

Esther Caldas Guimarães Bertoletti (Diretora)

Secretaria:

Albino Ferreira Macedo (Vice-Presidente)

Armênio Santiago Cardoso (Diretor)

Finanças:

Jorge Manuel Mendes Reis Costa (Vice-Presidente)

Francisco Gomes da Costa (Diretor)

Patrimônio:

Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos (Vice-Presidente)

Ângelo Leite Horto (Diretor)

Procuradoria:

Bernardino Alves dos Reis (Vice-Presidente)

Antonio da Silva Correia (Diretor)

Centro Cultural:

Antonio da Silva Peña Loulé (Vice-Presidente)

José Manuel Matos Nicolau (Diretor)

Diretores:

João Manuel Marcos Rodrigues Reino

Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa

Luís Patrício Miranda de Avillez

Carlos Alberto Soares dos Reis Martins

Sede Própria:

Rua Luís de Camões, 30 – Centro

20051-020 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: 55 (21) 2221 3138 – Fax: 55 (21) 2221 2960

www.realgabinete.com.br

gabinete@realgabinete.com.br

Torne-se sócio do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Revista Convergência Lusíada, 24



Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
Centro de Estudos

2º Semestre - 2007

Revista Convergência Lusíada
ISSN 1414-0381

CONSELHO EDITORIAL

A. Gomes da Costa
Antonio Basílio Rodrigues
António da Silva Peña Loulé
Beatriz Berrini
Carlos Reis
Cleonice Berardinelli
Elza Miné
Esther Bertoletti
Evanildo Bechara
Gilberto Velho
Gilda Santos
Izabel Margato
Jorge Fernandes da Silveira
Laura Cavalcante Padilha
Lélia Parreira Duarte
Marisa Lajolo

ORGANIZAÇÃO DESTE NÚMERO

Gilda Santos (UFRJ) - Editora

Preparação de originais e revisão:

Sebastião Edson Macedo

Capa: Rossana Henriques

Editoração: Rossana Henriques e Ruy Barbosa

Foto da capa: Fachada do Real Gabinete Português de Leitura na noite da comemoração do seus 170 anos, foto Ruy Barbosa

Pede-se permuta. We ask for exchange. Pide-se canje. On demande l'échange.
Man bittet um Austausch. Chiedesi scambio.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores

SUMÁRIO

Pórtico

A. Gomes da Costa	
<i>170 anos do Real Gabinete Português de Leitura</i>	11

3º. Colóquio do PPRLB – Entre Iluminados e Românticos

Vanda Anastácio	
<i>Pensar para além das etiquetas</i>	17

Guilherme Pereira das Neves	
<i>Em busca de um ilustrado: Miguel Antônio de Melo (1766-1836)</i>	25

Manuela D. Domingos	
<i>Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o Erudito e o Mecenas</i>	42

Lília Moritz Schwarcz	
<i>D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca</i>	67

Melânia Silva de Aguiar	
<i>O legado árabe no Brasil: a difícil mudança</i>	100

Daniel Pires	
<i>Amigos de Bocage oriundos do Brasil</i>	112

Ricardo Bernardes	
<i>Real Capela de Música do Rio de Janeiro, 1808 - As transformações na linguagem de José Maurício Nunes Garcia (1767 – 1830)</i>	122

Vania Pinheiro Chaves	
<i>Brasilienses Aurifodinae, de José Basílio da Gama: um desconhecido poema iluminista luso-brasileiro?</i>	134

Luiz Felipe Baêta Neves	
<i>Profetismo e Iluminismo no Terremoto de Lisboa de 1755</i>	145

Evelyn Furquim Werneck Lima	
<i>Arquitetura e dramaturgia: modelos iluminados da Corte refletidos na Casa de Ópera de Vila Rica e no Real Teatro São João (1770 – 1822)</i>	156

Maria Luísa Cabral	
<i>Mss. Amor de Perdição: um afecto antigo</i>	177

Estudos Vários

Adriano Moreira	
<i>Encontro das áreas culturais: o desafio</i>	185

Claudia Poncioni	
<i>“Muito d’Alma”... a amizade literária entre João do Rio e João de Barros, cartas de 1912 a 1921</i>	196

Jean-Yves Mérian	
<i>Presença de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Rafael Bordalo Pinheiro no debate e na polêmica naturalista no Brasil</i>	211

João Pedro Monteiro	
<i>O Brasil como destino da cerâmica da Real Fábrica de Louça</i>	224

Joaquim Pais de Brito	
<i>Contextos e percursos da cultura popular</i>	244

Lucia Maria Paschoal Guimarães	
<i>Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência</i>	256

Sérgio Nazar David	
<i>Para além do mercado e dos preconceitos</i>	265

Efemérides

Antonio Gomes da Costa	
<i>Visita do Primeiro-Ministro de Portugal ao</i>	
<i>Real Gabinete Português de Leitura.....</i>	275
Cleonice Berardinelli	
<i>Recepção da Grã-Cruz da Ordem de Santiago</i>	278
Antonio Gomes da Costa	
<i>Cleonice Berardinelli.....</i>	281

Depoimento

António de Almeida Lima	
<i>O refúgio mágico: Impressões de uma (já longínqua...)</i>	
<i>visita à Ilha de Moçambique.....</i>	285

Entrevistas

Vanda Anastácio e Daniel Pires	299
Victor Lopes	304

Pesquisa no Real

Fabiano Cataldo de Azevedo	
<i>Notícia bibliográfica: A doação da Biblioteca João do Rio</i>	
<i>ao Real Gabinete Português de Leitura.....</i>	317

Resenhas

Mariana de Castro	
<i>Fernando Pessoa, Outra vez te revejo</i>	323

Célia Cristina da Silva Tavares	
<i>Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]</i>	326

Ida Alves	
<i>A imagem e o verbo – Fotobiografia de Camilo Pessanha</i>	329

Maurício Matos	
<i>A Flor dos Terramotos</i>	332

Verbetes

<i>Antônio de Moraes Silva</i> – Ronaldo Menegaz.....	337
<i>Domingos Borges de Barros</i> – Lúcia M. B. P. das Neves.....	342
<i>Francisco Gomes de Amorim</i> – Carme Fernández Pérez-Sanjulián.....	348

Quem somos: o PPRLB	353
----------------------------------	-----

Normas editoriais da revista <i>Convergência Lusíada</i>	354
--	-----

PÓRTICO

170 Anos do Real Gabinete Português de Leitura

As instituições, ao contrário dos Homens, não têm um ciclo existencial definido e certo.

Podem somar os anos – e manter o vigor genesíaco da juventude; podem sentir o peso da História – e não perder a capacidade criadora da realização; podem cumprir percursos longos e difíceis – e não mostrar cansaços nem esgotar conteúdos; podem ir além e conquistar o inimaginável – e não se despojarem jamais do sonho.

É o caso do Real Gabinete Português de Leitura, que hoje está a completar 170 anos de existência.

Várias gerações passaram desde aquele 14 de maio de 1837, quando 43 portugueses resolveram fundar uma entidade que se propunha adquirir livros de instrução geral, com a finalidade de os emprestar aos jovens imigrantes que chegavam ao Rio de Janeiro com poucas letras, e ainda “coligir as obras e manuscritos de mérito na Língua Portuguesa em homenagem à Pátria onde nasceram e como serviço ao País que os acolheu” – para usarmos as palavras da ata dos pioneiros.

Vieram os desafios; mudaram as condições; caiu o Império; foi proclamada a República; ganharam-se raízes e modificaram-se os cenários; os tetos de maceira e os silhares em azulejo azul da primeira sede deram lugar à fachada de pedra de líos e às mísulas que sustentam as estátuas de Camões, de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral e do Infante D. Henrique – e ao final de cada ciclo de sua história o Real Gabinete contava mais anos de existência, mais feitos e mais glórias, mais investimentos e mais doações, mas não se ressentia das vicissitudes, nem dava sinais de fraqueza perante as dificuldades. Tampouco considerava cumprida a sua missão mitica e patriótica.

Pelo contrário: depois dos fundadores, com o Dr. José Marcelino da Rocha Cabral na presidência, vieram os “varões prestantes” dos anos 80 do século XIX, com Eduardo Lemos, Ramalho Ortigão e tantos outros que se lançaram apaixonadamente à construção deste edifício-sede: seguiu-se uma pléiade de Homens que estiveram à frente do Real Gabinete durante a 1ª metade do século XX, de Ramiz Galvão a Carlos Malheiro Dias, de João do Rio a

Jaime Cortesão, esses no plano intelectual; e de Albino Sousa Cruz ao Conde Dias Garcia, de Francisco Garcia Saraiva aos muitos que em 1922, no clima das comemorações do centenário da Independência do Brasil, ofereceram ao Real Gabinete o “altar da Pátria”, que, em marfim e prata, evoca para sempre a epopéia dos Descobrimentos.

Por mercê de Deus e empenho dos Homens, as diversas fases existenciais do Real Gabinete não interromperam a sua vocação de grandeza, nem afetaram a sua pujança. E ao comemormos, hoje, os 170 anos, sentimo-lo, nas vibrações e na determinação, como aquele atleta olímpico que depois de vencer a maratona nem reparava na linha de chegada ou sentia a coroa de arminho da vitória – e dizia: ainda há caminho para andar.

Se as dificuldades e as resistências jamais quebraram o ânimo dos que acreditam no seu destino, também os sucessos e o gosto de sentir nas mãos o fruto maduro do sucesso não nos deve amortecer o ímpeto criador e a vontade arrebatadora de ir além da Taprobana, como os navegadores de Sagres.

Que seja assim por outros 170 anos.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Pedimos a dois Mestres insignes para fazerem a saudação ao Real Gabinete Português de Leitura. De Portugal, recebemos o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, cuja obra e cujo magistério, desde a Universidade de Coimbra à Casa de Camilo, em São Miguel de Seide, são dos mais admiráveis e fecundos. A esta Casa, quantos serviços nos prestou! Poderíamos referir o seu labor na edição “fac-similada” do “Amor de Perdição”, juntamente com o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, da Universidade Federal Fluminense; ou então a defesa, nos foros competentes, da manutenção do estatuto do “depósito legal” concedido ao Real Gabinete em 1935, e que, a certa altura, esteve ameaçado de se extinguir, mas que continuou, graças às diligências e pareceres do Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, do poeta e nosso amigo David Mourão Ferreira e do Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Prof. Pina Martins. E assim continuamos a receber de todas as obras editadas em Portugal um exemplar destinado à nossa biblioteca. Se alguém merece de nossa parte homenagens e agradecimento, sem dúvida que o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, com sua amizade e solicitude, está em primeiro plano.

Pelo Brasil, em louvor ao Real Gabinete, falará o Prof. Doutor Evanildo Bechara, um Mestre que tanto tem enriquecido com seus conhecimentos de lingüista e de gramático o Idioma português.

Pertence há muito aos nossos quadros, dedica-se de corpo e alma, todos os dias, às nossas realizações. É participante de nossos projetos. Entre o

intervalo de uma sessão na Academia Brasileira de Letras e o estudo do vocabulário vernacular; entre uma aula no curso de pós-graduação no Liceu Literário Português e uma palestra no nosso Centro de Estudos, para tudo está disponível o Prof. Doutor Evanildo Bechara, atencioso e sábio, amigo e devoto incansável da lusitanidade.

A ele, e ao Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, ouvi-los-emos com encantamento e gratidão.

Antes, porém, gostaria de agradecer em nome da diretoria do Real Gabinete a todos os que vieram a este templo camonianiano, desde o Sr. Embaixador Antonio Almeida Lima, Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, ao Eng. Luiz Paulo Conde, Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, representando neste ato o Sr. Governador; da Sub-Prefeita do Centro, Dr. Maria de Lourdes de Almeida Pereira Alves, aos dois ilustres oradores desta noite; dos representantes das associações luso-brasileiras que vieram de outros Estados, de São Paulo e Pernambuco, aos ilustres membros da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Pen Clube, da Fundação Biblioteca Nacional e da Fundação Casa Rui Barbosa; do Museu Histórico Nacional e do Museu de Belas Artes, do Paço Imperial e do Serviço de Documentação da Marinha; de políticos e magistrados, ungidos pela luso-brasilidade, da Biblioteca Municipal e das Universidades; dos Presidentes, diretores e representantes das associações luso-brasileiras e de outras entidades; da Banda Portugal, que já se apresentou, e do coral “Canarinhos de Petrópolis”, que ainda se vai apresentar; dos reitores e professores do Pólo de Pesquisa sobre as Relações Luso-Brasileiras, à Profa. Ângela Telles, responsável pela exposição iconográfica sobre o Real Gabinete que hoje foi inaugurada; dos membros do Conselho Deliberativo e associados; dos nossos funcionários – enfim, de todos aqueles que, por amor a Portugal e ao Brasil, vieram, esta noite, sob o luar do Rio de Janeiro que atravessa a clarabóia policrômica deste salão, olhar ao fundo o busto de Camões e ouvir, entre a magia do infinito, os cânticos da epopéia de um povo.

*Discurso proferido por Antonio Gomes da Costa,
Presidente do Real Gabinete Português de Leitura,
na sessão solene comemorativa dos 170 anos de fundação da instituição:
14 de maio 1837/2007*

**3º. COLÓQUIO DO PPRLB –
ENTRE ILUMINADOS E ROMÂNTICOS
24 e 25 de abril de 2006**

Pensar para além das etiquetas

Vanda Anastácio*

Gostaria de começar por agradecer à Professora Doutora Gilda Santos e a toda a comissão organizadora deste colóquio, o honroso e amável convite para participar nos trabalhos deste encontro, dedicado a um momento específico das relações luso-brasileiras, identificado através da expressão: “Entre iluminados e românticos”.

Um olhar pelos resumos das comunicações propostas pelos participantes permite concluir da operacionalidade dos conceitos utilizados: não há dúvida de que as designações de “iluminado” e de “romântico” são suficientemente claras para o investigador dos nossos dias: no caso deste colóquio, revelaram-se reconhecíveis, permitiram a delimitação aproximada de um área de estudo, e assinalaram um recorte periodológico aproximado no tempo longo da História.

É tendo em conta o que acabamos de afirmar, que partiremos para a exposição que se segue, na qual procuraremos pensar sobre aquilo a que poderíamos chamar *o reverso desta medalha*, ou seja, o efeito de distorção que estas e outras “etiquetas” que usamos como auxiliares teóricos da pesquisa histórica também têm sobre o olhar do pesquisador que procura apreender uma época.

Exemplo do que acabamos de afirmar é a visão tradicionalmente aceite do século XVIII europeu, sintetizada na designação de *Século das Luzes* e materializada pictoricamente na alegoria que figura no frontispício da edição de 1781 da *Enciclopédia* coordenada por Diderot e d’Alembert¹ (a 1ª edição é de 1751): representação do momento em que a Razão, descobrindo a Verdade, ilumina os vários ramos do conhecimento.

* Membro do Centro de Literatura de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa (CLEPUL) e integra a equipe que prepara a edição crítica da obra da Marquesa de Alorna com o apoio da Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna. Doutora em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese de intitulada *Visões de Glória (Uma introdução à Poesia de Pêro de Andrade Caminha)*, 2 vols., (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1998), é autora de numerosos artigos sobre temas de Literatura Portuguesa dos séculos XVI a XVIII. Entre as suas publicações mais recentes conta-se a edição e estudo de uma obra do Cavaleiro de Oliveira (*Viagem à Ilha do Amor*, Porto, Caixotim, 2001), as *Obras de Francisco Joaquim Bingre*, em 6 volumes (Porto, Lello Editores, 2000-2005) e uma edição do *Teatro Completo de Camões* (Porto, Edições Caixotim, 2005), e a coordenação do volume temático colectivo intitulado *Correspondências (usos da carta no século XVIII)* (Lisboa, Edições Colibri - Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005). dedica-se à investigação na área da Literatura Portuguesa dos séculos XVI a XVIII.

228. DESSIN DESTINÉ À SERVIR DE FRONTISPICE AU LIVRE DE “L’ENCYCLOPÉDIE” C’est un morceau très ingénieusement composé. On voit en haut la Vérité entre la Raison et l’Imagination; la Raison qui cherche à lui arracher son voile; l’Imagination qui se prepare à l’embellir. Au dessous de ce groupe, une foule de philosophes spéculatifs; plus bas la troupe des artistes. Les philosophes ont les yeux attachés sur la Vérité; la Métaphysique orgueilleuse cherche moins à la voir qu’à la deviner. La Théologie lui tourne le dos, et attend la lumière d’en haut.⁴

Como este excerto ilustra, Diderot vê na alegoria representada não tanto o triunfo da Razão mas, sobretudo, um jogo de forças dinâmico entre os diferentes elementos representados.

A complexidade e a diversidade das ideias em conflito no período que aqui nos ocupa, tem sido sublinhada por autores como Peter Gay,⁵ Roland Mortier,⁶ Jean Marie Goulemot,⁷ ou Michel Delon.⁸ Graças aos seus trabalhos, apercebemo-nos de que a etiqueta *Iluminismo* dificilmente dá conta da multiplicidade dos modos como estas ideias foram recebidas nas áreas culturais europeias e extra-europeias, nas quais circularam, nem das inflexões que cada cultura lhes imprimiu. Como recorda Michel Delon, no prefácio ao *Dictionnaire européen des Lumières*, a palavra parece ter, hoje, pelo menos quatro acepções: refere-se a um movimento de pensamento que pode ser situado historicamente; à época na qual este movimento se afirmou, apesar de nunca ter chegado a ser maioritário do ponto de vista quantitativo; à problemática que os historiadores do presente herdaram desse movimento e, por fim, a um sistema de valores que são ainda hoje tema de discussão na sociedade contemporânea (como a crença no progresso e na educação, a preocupação com a felicidade e o bem estar dos povos, a separação dos poderes da Igreja dos do Estado, a ideia de que a organização social não deve basear-se no nascimento ou em títulos hereditários, o direito dos cidadãos à participação nas decisões políticas por meio do voto, etc.).⁹

As questões que acabamos de sintetizar ganham uma pertinência particular quando nos debruçamos sobre a área cultural luso-brasileira, que possui, para a mesma época, a sua própria constelação de balizas históricas, carregadas de um forte valor simbólico, acumulado por várias gerações de historiadores. O estudo das grandes temáticas em jogo na época cruza-se, por exemplo, com as interpretações do papel atribuído ao terramoto de 1755, da actuação reformadora do Marquês de Pombal posterior a essa catástrofe, das consequências da mudança da família real e da corte para o território brasileiro, etc.

O entrelaçamento do conceito de *Iluminismo* com estas balizas particulares fica bem patente na afirmação seguinte, feita por Ivan Teixeira em livro recente: “Embora tenha raízes no reinado de D. João V, a Ilustração portuguesa confunde-se com o governo pombalino, marcado pelo despotismo esclarecido.”¹⁰

Será assim? Depois de Pombal ser afastado em 1777, deixaria de fazer sentido falar em Iluminismo? O panorama ideológico na área luso-brasileira sofre assim tão grandes mudanças *entre iluminados e românticos*?

Se nos cingirmos ao campo da literatura, depararemos com outros factores de distorção. A persistência de um critério de avaliação das obras baseado nas noções de *originalidade* e *nacionalidade* entre os historiadores literários do século XX, por exemplo, parece explicar a postura tradicional dos estudiosos de ambos os lados do Atlântico, para reivindicar para cada uma das literaturas *nacionais* (portuguesa e brasileira), determinados autores do período anterior à separação política. Fazem-no de acordo com o seu lugar de nascimento, *apesar* de estes terem tido uma formação literária e académica semelhante (todos frequentaram a Universidade de Coimbra), *apesar* de muitos deles não terem chegado a viver a Independência do Brasil, e de tanto os que nasceram em território americano, como os seus pares nascidos na área europeia terem frequentado os mesmos círculos, participado das mesmas redes clientelares e glorificado os mesmos mecenas.

Tendo em conta o que acabamos de afirmar, gostaríamos de prosseguir esta curta intervenção, sublinhando alguns dos principais desafios que o estudo da literatura luso-brasileira deste período coloca hoje ao pesquisador.

O primeiro desafio parece-nos ser, precisamente, o de analisar cuidadosamente os juízos de valor pronunciados sobre a literatura produzida neste período, à luz da informação a que hoje podemos ter acesso. O que equivale a ter presente que estes juízos de valor resultaram como não poderia deixar de ser, de olhares historicamente condicionados. Em cada momento, os historiadores aplicaram ao segmento temporal da viragem do século XVIII para o XIX os valores (e as etiquetas) do seu momento histórico. Aplicaram, por exemplo, o conceito de “originalidade” a uma poética regida pelo princípio da *imitação*, ou avaliaram a literatura de circunstância produzida então à luz de princípios republicanos, ou democráticos, ou marxistas, etc. Torna-se necessário, pois, questionar, através do regresso às fontes, a informação reunida pelos pesquisadores anteriores interrogando não só o seu discurso mas, também, o uso e a avaliação (provavelmente marcada por interpretações variadas) que fizeram de conceitos como *barroco*, *neoclassicismo*, *iluminismo*, *pré-romantismo*, etc.

Tendo em conta que lidamos com uma Sociedade de Antigo Regime, e de Monarquia Absoluta, parece-nos que o segundo desafio a enfrentar consiste em tentar aceder à realidade que o discurso oficial esconde. O exame atento dos textos impressos nesta época permite concluir que o que transmitem é apenas a face visível (aprovada e expurgada, pelo poder, de elementos potencialmente desfavoráveis) de uma realidade social e cultural mais complexa. No campo literário, podemos falar de uma realidade dúplice, no sentido em que nela coexistem uma face visível da actuação das instâncias envolvidas na produção, comercialização e consumo de textos, e uma outra que lhe está subjacente, e que aquela oculta.

Por exemplo, se é verdade que grande parte do material impresso passava pelo crivo da censura, não é menos verdade que existiam eficazes circuitos paralelos de produção e de distribuição de textos proibidos por ela. Se é verdade que grande parte das ideias filosóficas em efervescência na Europa, sobretudo na França, eram consideradas “sediciosas” em Portugal, não é menos verdade que sobreviveram numerosos testemunhos da sua difusão no espaço luso-brasileiro. Do mesmo modo, apesar de haver restrições de carácter social à actuação de determinados grupos (como as mulheres, ou os indivíduos que não pertenciam à alta nobreza ou ao clero), o facto é que um número significativo de elementos pertencentes a esses mesmos grupos desafiaram continuamente as limitações sociais impostas, quer enquanto produtores e consumidores de textos, quer através da promoção social de outros produtores e das reputações destes. Do mesmo modo, a documentação conservada permite perceber que nem o clero nem a nobreza constituem, nesta época, grupos homogêneos, nem ideologicamente, nem ao nível das suas formas de actuação.

Estes dois desafios conduzem-nos a um terceiro, que nos parece consistir na tomada de consciência da distância mental, chamemos-lhe assim, que separa as sociedades portuguesa e brasileira de hoje, das de finais do século XVIII. Vivendo hoje em regimes nos quais o poder político e o poder religioso se encontram formalmente separados, e abordando a época em que as ideias que presidiram a essa separação tiveram origem, o pesquisador tende, com frequência, a esquecer o peso que têm, de facto, na sociedade da época, não só o sistema de valores do Catolicismo e a hierarquia da Igreja mas, até, o discurso da espiritualidade. Assim, as alterações de práticas sociais e culturais são geralmente apoiadas em modelos de comportamento, escolhidos a partir de um determinado elenco de obras de espiritualidade que se torna fulcral conhecer. Trata-se, até certo ponto, também, de um problema de linguagem: o discurso usado na época recorre a um vocabulário que é, em muitos casos, comum

ao dos nossos dias, mas que já não tem hoje o mesmo significado. Mesmo os conceitos não especificamente associados à espiritualidade, como tirania, despotismo, fanatismo, ou progresso, liberdade, igualdade e até fraternidade, têm, então e hoje, conotações divergentes.

Por fim, parece-nos que o desafio mais urgente, talvez seja o de interpretar os dados da história luso-brasileira à luz do contexto europeu e americano da época. A comparação com o que se passava então em outras áreas culturais permite, segundo cremos, relativizar conclusões apressadas acerca do tão falado “atraso da sociedade portuguesa”, da “persistência do barroco” ou da existência ou não de “Iluminismo” na cultura luso-brasileira da viragem do século. Neste âmbito, parece-nos que vale a pena ter presente, por exemplo, que a censura é uma instância praticamente omnipresente nas sociedades da época (ainda que tenha sido exercida em moldes diversos e com diferente rigor de país para país), ou ainda recordar o número significativo de soberanos e chefes de Estado afastados do exercício do poder, ao tempo, sob pretexto de loucura (e se assim é, porque não pensar no reexame do caso de D. Maria I?), etc.¹¹

Essencialmente, parece produtivo colocar numa perspectiva mais ampla pontos comuns tão variados como as novas formas de sociabilidade desenvolvidas ao longo do período, ou a atenção concedida a certos temas que perduraram no discurso ideológico até bem entrado o século XIX: referimo-nos à discussão acerca do valor moral do teatro; à discussão sobre a educação das mulheres; à discussão sobre o luxo, ou sobre a saúde, a felicidade e o bem estar dos povos. A existência de pontos comuns, por outro lado, não deve deixar esquecer que o forte apelo a valores como a Igualdade, a Liberdade ou a Fraternidade, convive, até bem entrado o século XIX, com outros valores tendentes a validar a segregação social, o voto censitário, o repúdio às manifestações da sexualidade, etc. À laia de conclusão, insistiremos nos dois pontos essenciais a partir dos quais procurámos desenvolver esta reflexão:

A ideia de que as “etiquetas” que o historiador constrói e utiliza para apreender o passado não funcionam apenas como auxiliares para a compreensão deste, mas condicionam, também, o olhar lançado sobre os factos, e introduzem distorções na apreensão destes; E a ideia de que esse efeito de distorção é agravado pelo facto de o pesquisador lidar com dados que lhe chegam já manipulados, interpretados ou filtrados, pelos olhares daqueles que o precederam.

Bibliografia

- ANASTÁCIO, Vanda, «Apresentação», *Obras de Francisco Joaquim Bingre*, Vol II., Porto, Lello Editores, 2000, pp. V-XLII.
- CASSIRER, Ernst, *La philosophie dès lumières*, Paris, Fayard, 1986.
- D’ALEMBERT, Jean e DIDEROT, Denis, *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers par une société de gens de lettres*, Paris, 1751.
- DELON, Michel, [org.] *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, PUF, 1997.
- DIDEROT, Denis, *Essais sur la peinture. Salons de 1759, 1761, 1763, Oeuvres complètes*, tome X, Paris, J. Asserat, 1966.
- GAY, Peter, *The Enlightenment. An interpretation: the science of Freedom*, New York, W.W. Norton & Company, 1969.
- GOULEMOT, Jean Marie, *La littérature des Lumières*, Paris, Bordas, 1989.
- IM HOF, Ulrich, *Les lumières en Europe*, Paris, Editions du Seuil, 1993.
- MORTIER, Roland, *Clartés et Ombres du siècle des Lumières. Études sur le XVIII^e siècle*, Genève, Droz, 1969.
- TEIXEIRA, Ivan Teixeira, *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, São Paulo, FAPESP – EDUSP, 1999.

Notas

- 1 *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers par une société de gens de lettres*, Paris, 1751.
- 2 As imagens aqui referidas encontram-se reproduzidas no final deste ensaio.
- 3 Ernst Cassirer, *La philosophie dès lumières*, Paris, Fayard, 1986.
- 4 Denis Diderot, *Essais sur la peinture. Salons de 1759, 1761, 1763, Oeuvres complètes*, tome X, Paris, J. Asserat, 1966, p. 448. Em tradução livre para português: «É uma peça composta de modo muito engenhoso. Vemos, em cima, a Verdade entre a Razão e a Imaginação: a Razão que procura arrancar-lhe o seu véu, a Imaginação que se prepara para a embelezar. Por baixo deste grupo, uma multidão de filósofos especulativos; mais abaixo o grupo dos artistas; os filósofos têm os olhos pregados na Verdade: a Metafísica orgulhosa procura menos vê-la do que adivinhá-la; a Teologia vira-lhe as costas e espera a sua luz vinda do alto.»
- 5 Peter Gay, *The Enlightenment. An interpretation: the science of Freedom*, New York, W.W. Norton & Company, 1969.
- 6 Roland Mortier, *Clartés et Ombres du siècle des Lumières. Études sur le XVIII^e siècle*, Genève, Droz, 1969.
- 7 Jean Marie Goulemot, *La littérature des Lumières*, Paris, Bordas, 1989.
- 8 Michel Delon, [org.] *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, PUF, 1997
- 9 «Les Lumières désignent à la fois un mouvement de pensée historiquement situé, l’époque où celui-ci s’est affirmé mais où il n’a pas toujours été majoritaire d’un point de vue quantitatif, la problématique que nous en avons héritée, enfin un système de valeurs qui reste ou qui redevient aujourd’hui l’enjeu de débats.» afirma Michel Delon, «Avant-propos» *Op. cit.*, p. VII.

10 Ivan Teixeira, *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, São Paulo, FAPESP – EDUSP, 1999, p. 25

11 Para uma panorâmica das deposições de monarcas no século XVIII a nível europeu veja-se: Ulrich Im Hof, *Les lumières en Europe*, Paris, Editions du Seuil, 1993

Resumo

Neste trabalho discute-se o emprego de conceitos tradicionalmente usados para descrever a Cultura e a Literatura da viragem do século XVIII para o XIX (Romantismo, Iluminismo, Neoclassicismo) procurando chamar a atenção não apenas para a sua utilidade mas também para o efeito de distorção que podem ter enquanto condicionantes do trabalho do investigador.

Palavras-chave: Periodização Histórica; Discussão de conceitos; Romantismo; Iluminismo; Neoclassicismo

Abstract

This paper discusses the use of several concepts traditionally used to describe Literature and Culture of the turn of the XVIIIth Century (such as Romanticism, Enlightenment, Neoclassicism) trying to underline not only their usefulness but also the distortion they can introduce in the historical research.

Keywords: Historical Periodization; Discussion of Concepts; Romanticism; Enlightenment; Neoclassicism

Em busca de um ilustrado: Miguel Antônio de Melo (1766-1836)¹

*Guilherme Pereira das Neves**

No segundo semestre de 1977, a certa altura de um de meus primeiros cursos para o mestrado, o Prof. Francisco Falcon, responsável pela disciplina e que, programado para participar desta Mesa, deixou de fazê-lo por motivo de saúde, indicou aos participantes alguns conjuntos documentais, para que realizassem os seus respectivos trabalhos finais. Escolhi a “Coleção Linhares”, na então Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Naquela época, não tinha a menor idéia de seu conteúdo, nem quem era o Linhares a que se referia. A escolha resultara unicamente da maior familiaridade com a Biblioteca e dos meus temores em relação aos meandros do Arquivo Nacional, situado então ainda no prédio antiquíssimo, se assim posso dizer, do lado oposto da Praça da República onde hoje se encontra.

Não importa no momento o lugar que a “Coleção Linhares” veio a ocupar em meu trabalho posterior. O que importa aqui é que, entre os documentos consultados, encontrava-se uma “Informação da Bahia de Todos os Santos”, sem data nem autor, encaminhada por aviso de 26 de setembro de 1798 em nome de Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares e então secretário de estado da marinha e ultramar, ao governador da Bahia, Fernando José de Portugal, para que desse seu parecer. Com nove páginas, o documento revelava um senso de observação tão agudo e um espírito crítico tão acentuado que chamou minha atenção. Como resultado, tenho convivido com esse documento há quase trinta anos.²

Pela mesma época, encontrei em uma obra de Pinto de Aguiar alguns trechos evidentemente extraídos da “Informação”, mas sem indicação de procedência e acompanhados de alguns enganos que tiravam qualquer valor à atribuição de sua autoria a um desconhecido Agostinho José Barreto.³ Apesar disso, algum tempo depois, ao ler, para outro trabalho final do Prof. Falcon, a *História da sedição intentada na Bahia em 1798*, logo no início, esbarrei em um trecho com a descrição de Salvador, em que Luís Henrique Dias Tavares dizia:

* Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, Pesquisador 2 do CNPq, participa como pesquisador principal do Projeto PRONEX FAPERJ/CNPq coordenado por Ronaldo Vainfas e organizado em torno do Grupo de Pesquisa intitulado “Companhia das Índias”. Sua tese foi premiada pelo Arquivo Nacional e saiu em livro em 1997.

‘Os edificios são de má arquitetura, pouco sólidos e informes’, escrevia, nesse [...] ano de 1797, Miguel Antônio de Mello, para Rodrigo de Souza Coutinho. Prosseguia observando que as ruas não eram regulares, que não havia mercados públicos, que as fontes eram poucas e sujas, que até se desconhecia o uso de animais domésticos, preferindo-se utilizar 20 escravos em trabalho de carga que ficaria melhor executado com um carro puxado por dois bois.⁴

As referências não deixavam dúvida possível: era o mesmo documento! Mais importante, a nota de pé-de-página indicava que ele fora consultado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa; ou seja, tratava-se do original, cuja cópia, suprimida a data e o autor, fora enviada ao governador da Bahia e que se achava entre os papéis da Coleção Linhares na Biblioteca Nacional.⁵

A partir de então, obtive uma reprodução fotográfica da “Informaçam” e passei a utilizá-la na disciplina de ‘Introdução aos Estudos Históricos’, que lecionava, para mostrar a alunos de primeiro ou segundo período, na prática, como funcionava a crítica histórica – algo que continuo a fazer até hoje. Ao mesmo tempo, procurei descobrir quem era Miguel Antônio de Mello. Nisso, a cada semestre, fui auxiliado pelos alunos que realizavam seus trabalhos sobre o documento. E foi um deles, de cujo nome infelizmente não mais me recordo, quem trouxe a primeira pista importante. Ele me revelou que na segunda edição dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* havia várias cartas de Miguel Antônio de Mello, enquanto governador de Angola, a Rodrigo de Souza Coutinho.⁶

Compreendi, assim, que sua passagem por Salvador ocorrera, como era comum na época, sob a forma de uma escala na rota para Luanda, onde iria permanecer até 1802. Levaria muito tempo e, provavelmente, tornar-se-ia insustentável continuar detalhando como obtive os demais fragmentos sobre Miguel Antônio de Mello que fui acumulando ao longo dos anos. Nas notas, os interessados encontrarão uma relação a mais completa possível. Não posso, porém, deixar de mencionar que foram as descobertas de alguns alunos da última encarnação de meu exercício de crítica histórica, ao longo do segundo semestre do ano passado, que me levaram a retomar de uma maneira mais sistemática a personagem. De um lado, Débora Souza da Rosa e Lana Meyer Andrade Martires encontraram na internet e reproduziram em seus trabalhos um retrato de Miguel Antônio de Mello, enquanto Guilherme P. Bresciani Cerqueira Linhares, de outro, me provou que teria bastado um exame mais cuidadoso do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para encontrar um rascunho da dita “Informaçam”, do qual constava com clareza a assinatura do autor!⁷

Assim sendo, depois de traçar uma sumária biografia do indivíduo, em que as áreas de sombra ainda são maiores do que as iluminadas, vou me limitar doravante, em primeiro lugar, a analisar rapidamente a “Informaçam”, de modo a mostrar em que sentido o documento me pareceu tão fascinante; em seguida, vou comentar um pequeno conjunto de outros papéis que examinei recentemente no Arquivo Histórico Ultramarino acerca de seu governo em Angola e propor, para concluir, alguns comentários sobre as Luzes e o funcionamento do império português nesse período.

Contudo, antes de prosseguir, uma observação. Quero assegurar que não pretendo seguir as tendências do momento e converter-me em africanista... Assim sendo, pode parecer estranho que um historiador no Brasil demonstre interesse por um indivíduo que tenha apenas passado alguns dias ou semanas na Bahia, revelando-se, portanto, sem maiores ligações com a história do país. Na realidade, a justificativa para a abordagem da trajetória e da inserção intelectual de Miguel Antônio de Melo procede de um outro motivo. Trata-se de um esforço para evidenciar a pequena importância desses recortes nacionais no período em questão, uma vez que, mais do que portugueses, brasileiros ou africanos, considero D. Miguel, D. Rodrigo e seus contemporâneos personagens do império.

* * *

Miguel Antonio de Melo Abreu Soares de Brito Barbosa Palha Vasconcelos Guedes nasceu no dia de Natal de 1766 e era descendente da família dos Melos, da calçada do Combro, da vila de Murça, ou Murça de Panóias, na província de Trás-os-Montes. Eram, por isso, senhores de Murça, tendo um de seus antepassados, D. Pedro de Melo, ocupado o lugar de governador do Maranhão, de 1658 a 1662.⁸ Ainda não pude apurar coisa alguma sobre seus estudos, mas, em 1781, teve alvará de moço fidalgo e, em 1795, carta com título de pertencer ao conselho de D. Maria I. A primeira referência relevante que tenho a seu respeito é de dois meses depois e consiste em na nomeação para o governo de Angola, quando tinha cerca de 30 anos. Lá chegou em 28 de julho de 1797 e tomou posse do cargo em 1º de agosto.⁹ Embora, em 1800, tenha sido emitida para si uma carta patente de governador de Pernambuco, nunca assumiu o cargo. Em 24 de agosto de 1802, passou o lugar em Angola para seu tio, Fernando Antônio Soares de Noronha e retornou a Lisboa.¹⁰ Desaparece então novamente até 1806. Neste ano, torna-se governador dos Açores. Como tal, surge no *Almanaque de Lisboa* de 1807 enquanto corres-

pondente do número da Academia Real das Ciências. Nas ilhas, enfrentou a crise de 1807 / 1808, conservando, ao que parece, após deixar o posto, em 1810, sua residência na Terceira, sem retornar imediatamente ao continente, oprimido pela ingerência inglesa e a incompetência da junta de governo. Em 1816, recebe carta de conselheiro da fazenda e, dois anos depois, carta de privilégio de desembargador. Por essa época, nascem-lhe os primeiros dois filhos e uma filha, em 1817, 1820 e 1823, respectivamente. Volta a ressurgir, em 1825 – após o movimento de 1820, a reação absolutista de 1823 e sua superação com o exílio de D. Miguel – enquanto presidente do Real Erário e membro da comissão que D. João VI designou para redigir uma carta constitucional. Provavelmente em função dessas atividades, torna-se, no ano seguinte, 1º conde de Murça e, em 1827, publica em Paris uma obra, que ainda não foi possível consultar, intitulada *Projeto para a reforma da lei fundamental da monarquia portuguesa, ajustado ao genio, carater, foros, usos e costumes da nação respectiva, com as unicas alterações e accrescentamentos que a diversidade dos tempos e das circunstancias persuadem necessarias, maiormente depois das grandes convulsões políticas, que a referida nação tem padecido entre os annos de 1820 e 1827, tudo para eficaz remedio dos males preteritos e vigoroso impedimento da renovação de iguais ou semelhantes no futuro*.¹¹ Em 1825, um provável segundo casamento, com uma sobrinha, torna-o também senhor de Castro Daire e lhe traz mais duas filhas e um filho, nascidos em 1828, 1829 e 1831. Faleceu em 1836, aos 70 anos portanto.¹²

A mencionada “Informaçam da Bahia”, título que não consta da carta original enviada por Miguel Antônio de Melo a Rodrigo de Souza Coutinho, aborda sucessivamente uma série de assuntos. Trata inicialmente das qualidades do porto e das condições militares da cidade. Estas, num momento de tensão na Europa, por causa das guerras da primeira coligação contra a França (1792-1797), julga precárias, não só por conta das armas disponíveis serem “más na qualidade e velhas” e a artilharia, “pouca e a maior parte tão danificada que se acha incapaz de servir”, mas também por que os dois regimentos de infantaria e o de artilharia da cidade mostravam-se “muito mal disciplinados, não se encontrando nos Officiais Maiores [...] um só que esteja nas circunstâncias de restitürem seus Corpos à boa disciplina, parte por falta de conhecimentos, parte por indolência e má criação adquirida e continuada por muitos anos.”

Em seguida, salienta o caráter agrícola da Bahia e registra os dados de exportação do açúcar e do tabaco, apontando a prática, a seu ver prejudicial, de autorizar o envio de tabaco de segunda qualidade, o tabaco de refugo, para Portugal, já que reduzia tanto a disponibilidade dessa moeda de troca para a aqui-

sição de escravos na África quanto, de acordo com um elaborado cálculo que faz, as receitas reais. Sobre a mandioca, “que constitui o ordinário, indispensável e principal sustento destes Povos”, assinala a sua pouca abundância, seja por falta de incentivos ou determinações, seja “por outras causas, que impedem a liberdade do Comércio”, embora não o pudesse averiguar. Ainda em relação a este tópico, qualifica de um “grande abuso e de mui ruins conseqüências” o contrato do sal, que o destinatário, D. Rodrigo, iria conseguir abolir em 1801.

Mais interessantes são suas observações sobre o que chama a “polícia particular da Cidade”, ou seja, sobre a administração de Salvador, e que Luís Henrique Dias Tavares utilizou. Considera-a “muito atrasada”, pois os

Edifícios são de má Arquitetura, pouco sólidos e informes; as Ruas, se bem que limpas, nem regulares, nem calçadas com perfeição. Não há Mercado público bem ordenado, cada coisa se vende em diferentes lugares que o comum da gente ignora, porque não são vendas certas. Empregam-se vinte Negros[, como vi,] em conduzir um Fardo de Fazenda, um Caixote ou uma vasilha, para o que seria de sobejo um carro com dois Bois.¹³

Ainda que D. Miguel, aparentemente, não se tenha dado conta da existência de um celeiro público, obra do governador Rodrigo José de Menezes e Castro (1784-1788), antecessor de D. Fernando José de Portugal (1788-1801), a visão que transmite sobre a cidade aproxima-se bastante daquela revelada por Luís dos Santos Vilhena, escrevendo na mesma época e com o qual talvez tenha procurado informar-se.¹⁴ De qualquer maneira, na citação imediatamente acima, sente-se com clareza o choque entre a mentalidade ilustrada do governador de Angola em trânsito e a realidade da Bahia povoada de escravos e regida por uma lógica que exacerbava os traços típicos do Antigo Regime.

Ele prossegue no mesmo tom, criticando os açougues mal providos e a inexistência de fontes no interior da cidade, embora fosse fácil encanar as águas dos subúrbios até o centro. Na realidade, “tendo a Câmara de doze a vinte mil cruzados de renda anual, desta quantia se dispende a maior parte em propinas dos Magistrados e outras coisas que bem se poderiam escusar e nada se emprega em Obras Públicas, saudáveis e úteis.”¹⁵ Nem mesmo uma lista dos moradores a Câmara providenciara. Como resultado, os ofícios mecânicos eram “pouco favorecidos”, havendo um pequeno número de oficiais, todos desprovidos de inteligência. Apesar disso e apesar de reconhecer que o clima influi no “gênio e maneira dos Habitantes”, D. Miguel julgava que

[...] não são os desta terra tão inertes e dados ao ócio que se não empreguem em obras que requerem aplicação cuidadosa e impertinente [enfadonha], como são bordados em Roupas brancas e rendas, que igualam se não excedem as boas da Europa, o que prova serem capazes de outras aplicações mais necessárias e proveitosas, se a elas se incitassem.

Por isso, considerava “o comum da gente [...] por extremo dócil e subordinada, grandes qualidades para obter delas grandes coisas, sempre porém usando de meios suaves, que muito ganham o amor dos Povos, maiormente o dos Portugueses.”

Não obstante, pouco mais de um ano antes do episódio conhecido como Inconfidência baiana, percebia que a terra não estava “pobre, mas sim receosa, por não dizer descontente, visto que as despesas são muitas, e o agradecimento da vontade com que nas ocasiões tem servido, até em palavras, pouco.” Em decorrência, julgava muito “difícil de completar” o empréstimo que fora aberto em 1796 por D. Rodrigo para assegurar os recursos militares que a conjuntura exigia, “visto que”, dizia ele, “tal é nossa desgraça que tem mais crédito um Mercador que o Erário Régio”. Isso em função das dívidas da Coroa, que não se satisfaziam com regularidade, e dos vícios presentes na prática do foro, que jamais executava as sentenças contra o fisco. Assim sendo, observava a D. Rodrigo

[...] que grande parte do cabedal desta gente está empatado em Lisboa e no Porto, que as dificuldades da Navegação aumentam pelo temor de inimigos, que os Prêmios dos Seguros são excessivos, o que tudo concorre para o Negociante se ver obrigado a ter maiores quantias em caixa do que em outro tempo, no qual o giro do Comércio é mais veloz.

Quanto a outro “objeto de boa polícia”, ou seja, “o modo que se tem na cura dos Enfermos”, D. Miguel encontra problemas equivalentes, como as condições precárias do hospital da Misericórdia e a presença de lázaros andando pelas ruas da cidade, ao que seria igualmente necessário ocorrer.

Por fim, trata da pessoa do governador, D. Fernando, considerando que

[...] nele tem Sua Majestade um bom servidor, isento, afável para com grandes e pequenos, mui pronto em ouvir e despachar os que ante ele requerem, mais Piedoso que justiceiro, o que talvez o tenha feito qualificar de frouxo e dado ousadia a que alguns de seus súditos menos bem lhe obedeçam.

No entanto, elogia a atitude firme que acabara de tomar com alguns magistrados que se tinham recusado a ir em alguma diligência a São Tomé; e insiste para que seja louvado, pois, caso tal orientação não prevalecesse para o futuro

[...] todas as vezes que qualquer Pessoa se escusar sem razões sólidas, provadas e por tais havidas do Real Serviço, ou deixar de dar [dele] boa conta, enervada ficará para sempre a autoridade do Governador, visto que só o temor de pronta correção e castigo poderá coibir, principalmente os Magistrados, dos excessos que cometem, pela quase certeza em que vivem de que o Governador não pode contra eles proceder, nem privá-los da autoridade e jurisdição que lhes foi confiada.

Se a disposição do documento sugere que D. Miguel seguia um plano estabelecido por D. Rodrigo ainda em Lisboa – o que o último parágrafo da carta original no Ultramarino confirma – há em todo ele como um exercício do futuro governador em Angola para avaliar as condições do ultramar português e para discutir as políticas que melhor convinhassem para a região.¹⁶ E não parece haver dúvida, segundo os autores consultados, que o governo de Miguel Antônio de Melo na colônia africana, entre 1797 e 1802, foi o mais ativo e esclarecido após o longo governo do pai de D. Rodrigo, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, de 1764 a 1772.¹⁷ Contudo, isso não quer dizer que tenha desconhecido conflitos e tensões.

* * *

Recentemente, uma curta estadia em Lisboa permitiu a coleta de vários documentos impressos dos governos de Miguel Antônio de Melo em Angola e nos Açores, assim como o exame inicial de uma das caixas com documentos referente a seu período em Luanda no Arquivo Histórico Ultramarino.¹⁸ Dentre estes últimos, há um conjunto extraordinário sobre certa contenda com o bispo local, mas longo demais para anotar diante do tempo disponível e de leitura excessivamente difícil para solicitar em microfilme.¹⁹ Por outro lado, um segundo conjunto, mais reduzido, abordava um tema que, ao que tudo indica, constituiu uma das preocupações de D. Miguel e que também revela algo de seu pensamento sobre a administração do império.²⁰ É dele que vou tratar em seguida.

Em 19 de setembro de 1798, D. Miguel dirigiu uma carta a Diogo Inácio de Pina Manique, o famoso intendente geral da polícia da corte, sobre a

questão dos degredados.²¹ Em particular, queixava-se da forma pela qual eles estavam sendo remetidos para Angola, sem que o fossem por ordem positiva e especial da soberana ou por força de sentença passada em julgado. Em termos mais gerais, porém, a insistência no assunto revela uma certa insatisfação do governador em ver sua capitania considerada como uma espécie de depósito de maus elementos. Segundo ele,

[...] os assassinos, os ladrões, os falsários, os sacrílegos de Portugal não vêm a Angola respeitar mais do que lá faziam a Religião, nem as honras, vidas e fazendas de seus concidadãos. Encontram [ao contrário] maior número de homens dados aos mesmos e a maiores vícios e menos forças públicas para se oporem à quotidiana torrente dos enormes delitos que cometem.

Em seguida, aproveita para criticar, num tom muito semelhante ao que usara para a Bahia, as condições precárias de que dispunha para enquadrar esses indivíduos degredados. Para ele, o regimento de infantaria de Luanda,

[...] como os Presídios do Sertão deste Reino, unicamente consiste em um agregado de Choupanas de Palha, tendo por fortificação uma miserável Trincheira de Paus postos a pique, guarnecidos da Faxina ou Terra por detrás da qual se acham colocadas algumas Peças de Artilharia, umas sem reparos, outras encravadas, prestando só para causar espanto aos Negros bárbaros, riso às gentes civilizadas e lástima a quem, como eu, do Governo e Administração [de] tais Povos e de tais coisas se acha encarregado [...].

Assim o dizia para que Pina Manique não vivesse enganado “acerca desta Colônia”, uma vez ser

[...] impraticável que nela floresçam bons costumes, nem gênero algum de Polícia, sendo tão contínua [...] e tão indiscreta a remessa que de Portugal e do Brasil se faz para aqui de homens viciosos, quando a experiência tem demonstrado que todos aqueles que não chegam em idade e com forças para serem alistados nas Tropas são gentes perdidas (por que nem nesta Terra há modos de coibir seus atentados, [...] nem tão pouco nela se encontram meios alguns para os sustentar) [...].

Ao concluir, comunicava o envio de um réu para Pernambuco, a fim de ser posto na prisão do Limoeiro, em Lisboa, manifestando, ao final, de maneira impertinente, a esperança “que minha resolução lhe seja grata pelos motivos que me compeliram a tomá-la, que todos²² [...] muito interessam e respeitam ao bom Serviço de Nossa Augusta Soberana, pelo qual Vossa Senhoria tem e mostra tanto zelo quanto desejo e procuro imitar [...]”.

Pela mesma época, ou pouco antes, também devolveu para Pernambuco um preso encaminhado a seu antecessor em 1791, fato que gerou, em 22 de novembro de 1798, uma carta ácida do governador Tomás José de Melo.²³ Nella, este se queixa da devolução, que viera acompanhada de comentário de que D. Miguel receava “uma inevitável ruína e perdição desse Reino [de Angola] com as contínuas remessas que para ele se faz de ociosos.” Ao contrário, para D. Tomás, era “bem constante a todos que, *por antigo costume*, Sua Majestade sempre se tem servido pelos seus Tribunais do Reino mandar para [Angola] muitos criminosos [...]”, provavelmente por que “a experiência terá mostrado que aí é o lugar mais capaz e próprio de [serem?] punidas e castigadas semelhantes maldades”.²⁴

Tendo assim cutucado mais de uma onça com vara curta, Miguel Antônio de Melo não tardou em constatar os efeitos de sua ousadia. Com data de 7 de outubro de 1798, um aviso de D. Rodrigo, apenas mencionado na documentação consultada, repreendia, ao que tudo indica, algumas decisões do governador de Angola sobre degredados. Provavelmente em resposta, este último dirige então, em 6 de agosto de 1799, uma explicação à rainha e, sete dias depois, outra ao próprio D. Rodrigo.²⁵

Na primeira, arrola os episódios que o tinham incomodado. Inicialmente, observa que o intendente Pina Manique, no passado, sempre fizera acompanhar os degredados “com o traslado dos Avisos que para semelhante efeito lhe foram dirigidos” e exemplifica com três casos. Tal procedimento, no entanto, não fora seguido com Manuel Antonio Vianna, em 7 de janeiro de 1798, o que levava D. Miguel a concluir que não tinha havido ordem da soberana nesta ocasião. Por isso, “não me constando que o dito Magistrado tenha Jurisdição tão ampla como inculca a Carta que acompanhou o dito Réu, não o posso eu, nem devo auxiliar para que dela goze.”

Em segundo lugar, apontava o processo incurial contra um réu remetido por carta do ouvidor do crime do Rio de Janeiro, com data de 10 de julho de 1796. De acordo com este documento, Joaquim Anselmo Coelho, tripulante de uma sumaca, matara um outro marinheiro pouco antes que ela levantasse ferros. Preso e recolhido à ilha das Cobras, foi impossível, no dia

seguinte, porém, tirar devassa, uma vez que o navio já tinha partido e não havia testemunhas a quem interrogar. Quando a embarcação retornou, meses depois, a situação persistiu, pois “eram diversas as pessoas e por conseguinte infrutuosas quaisquer diligências.” No entanto, concluía o ouvidor, “[n]ão devendo ficar de todo impune este delito, nem apodrecer o mesmo na prisão, tomo a resolução de o remeter com esta a Vossa Mercê, para que o ocupe neste distrito, como lhe parecer acertado.”²⁶

Finalmente, D. Miguel escreve à rainha que, pelo

[...] terceiro Documento, ficará Vossa Majestade, por último, entendendo o extraordinário arbítrio que se tomou para punir a José da Silva e Almeida dos Crimes de que fora acusado; por quanto também acerca deste Réu creio que parecerá a todos os que lerem e notarem desapassionadamente a Carta escrita pelo Vice Rei do Brasil a meu Antecessor, com data de 20 de outubro de 1794 que, do seu teor, só se conclui que se preteriram e alteraram, sem causa nenhuma justa, os termos ordinários e legais [por] que a do dito Sujeito devia correr, para se lançar mão, como se lançou, de um meio muito incompetente.

Segundo uma certidão anexa, o conde de Resende narrara o caso ao anterior governador de Angola da seguinte maneira:

Nesta Corveta, por invocação N. S. da Conceição e S. Francisco de Paula, de que é Mestre Jozé Bento da Costa, remeto a Jozé da Silva de Almeida, por haver cometido um considerável furto de dinheiro, de que tem já aparecido uma grande soma, sem querer declarar onde se acha o que falta, para V. Ex^a. lhe dar o destino que for servido.²⁷

Para D. Miguel, tratava-se de apresentar esses casos à soberana para que ela os resolvesse como fosse servida e lhe comunicasse suas decisões,

[...] por maneira que fiquem desterrados todos os meus escrúpulos; esta Colônia aliviada dos males que a oprimem e melhor administrada no futuro tempo; e os fiéis Vassalos de Vossa Majestade desasombrados das violências que têm experimentado, senão quanto à substância de suas causas, sem dúvida *no modo por que foram desembargadas*.²⁸

Com o aparecimento do segundo volume da biografia escrita por André Mansuy-Diniz Silva, finalmente a personagem de Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) foi examinada como ele merece.²⁹ E é a esse ambiente que pertence Miguel Antônio de Melo. Juntamente com outros indivíduos de perfil semelhante – como Bernardo José da Silveira e Lorena para Minas Gerais e Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça para São Paulo, para não falar do bispo Azeredo Coutinho em Pernambuco, onde viria a participar da junta de governo, logo depois – D. Miguel foi indicado para governador durante os primeiros anos de D. Rodrigo na secretaria da marinha e ultramar (1796-1801). Ao mesmo tempo, claramente integrou aquele conjunto de letrados, designados por Kenneth Maxwell de “geração de 1790”, que orbitaram à volta do futuro conde de Linhares, participando de um enorme esforço para mapear e reconhecer o império, como Ângela Domingues apontou com tanta propriedade.³⁰ De Angola, em 19 de setembro de 1799, por exemplo, ele remetia a D. Rodrigo uma extensa memória acerca “de descobertas mineralógicas” que fizera na região, as quais conclui dizendo que as notícias que continham talvez não fossem novas para o secretário, mas que serviam para que ele próprio diminuísse “o descontentamento com que fico quando acerto de pegar na pena para informar a V. Ex^a. da pobreza e do estado de infância em que se acha este Reino.”³¹

Anos depois, já de volta a Lisboa de seu governo nos Açores, ao ser consultado sobre a situação da região, responde com um comentário duro, mas que evidencia igualmente sua adesão aos ideais ilustrados. Segundo D. Miguel, nas ilhas do arquipélago,

[...] a ignorância é grande e lamentável assim entre o Clero como entre a Nobreza [...], [...] não é menor a do Povo, entre o qual poucas pessoas há que saibam ler e escrever, nem ainda com imperfeição. As Escolas de primeiras Letras são pouco frequentadas pelo Povo, não obstante haver número delas suficiente [...], que são pagas pelo Rendimento do Subsídio Literário. As de Retórica e Filosofia Racional e Moral nada o são, e tanto assim que na cidade de Angra nunca teve Discípulos o Professor de Filosofia em todo o tempo do meu Governo, ao de Retórica, [parece?], raras vezes, e sem aproveitamento algum. A gente Nobre, exceto algum sujeito que se destina para o Estado Clerical, não se aplica a cousa alguma útil e aqueles assim dentre os Nobres como dentre os plebeus que para o Estado Clerical Secular ou Regular se destinam, apenas se contentam em aprenderem imperfeitamente a Gramática da Língua Latina; e nos Conventos não há estudo algum de Ciências Eclesiásticas que

possam merecer a denominação de Regulares e menos de sólidos. É portanto grande e lastimosa a ignorância do Clero, Nobreza e Povo das Ilhas dos Açores e inútil pela preguiça do mesmo Clero, Nobreza e Povo a considerável despesa que Vossa Majestade anualmente faz com os Professores Régios das mesmas Ilhas e mui necessário que Vossa Majestade ocorra com oportunas Providências que a removam, como por exemplo a ereção do Seminário Episcopal para a Educação e Instrução do Clero Secular; Reforma da Disciplina Regular e de Estudos entre os Regulares; ereção de casas de Educação para as pessoas de ambos os sexos e principalmente para os órfãos, dentre os quais as pessoas do sexo feminino, por falta das ditas casas, apenas chegam à puberdade, se entregam à mais escandalosa depravação de costumes, e as do sexo masculino a todos os mais vícios de que ele é capaz e para os quais mais propende por falta de boa educação ou de meios [honestos?] para se empregar e para por eles grangear sustento e fugir do ócio.³²

De maneira semelhante, ao indignar-se com o “modo por que foram desembargadas” as causas de súditos da Coroa, Miguel Antônio de Melo evidenciava uma de suas preocupações centrais enquanto personagem de projeção no império português desses finais do século XVIII e inícios do XIX, preocupação que o aproximava, mais uma vez, do cuidado que D. Rodrigo recomendava para evitar os desnecessários *gravames* que pesavam sobre os povos por conta de uma administração ineficiente e arbitrária.³³ Mais do que isso, ao queixar-se à sua soberana das medidas incuriais de Pina Manique, do conde de Resende e de seus esbirros, D. Miguel evidenciava a crença num mundo social regido por leis justas e proporcionadas, de acordo com a linguagem do direito natural que alguns indícios sugerem que ele sabia manejar.³⁴

Tais traços tornam clara a distância que D. Miguel, como a maioria dos membros do círculo de D. Rodrigo, mantinham em relação ao seu presente como ao seu passado. Afilhado de batismo do truculento marquês de Pombal, D. Rodrigo era visto com desconfiança por muitos, que temiam que sua influência sobre D. João, o regente, resultasse em uma volta ao *despotismo ministerial*, exercido pelo poderoso ministro de D. José I (1750-1777). No entanto, embora houvesse a intenção de conservar o soberano no centro do sistema político, os círculos reformistas de final do século XVIII, após a Independência das colônias inglesas, em 1776, e da Revolução Francesa, em 1789, respiravam uma atmosfera muito diferente, distante do absolutismo à Luiz XIV que orientara a atuação de Carvalho e Melo. No intervalo, ficara evidente, até mesmo em

Portugal, embora não para todos, o papel do conhecimento como poder, uma das revelações de maior alcance das Luzes. Assim, D. Rodrigo e D. Miguel partilhavam a confiança no poder de convencimento que o saber trazia e podiam dispensar as a maior parte das manifestações de força pombalinas.

Contudo, tal percepção não se mostrava hegemônica. Em 2 de março de 1801, por exemplo, o despacho dado pelo Conselho Ultramarino à representação de D. Miguel à rainha de 6 de agosto de 1799 decidia: “Não se atende a esta Representação do Governador e Capitão General do Reino de Angola por que o Intendente Geral da Polícia procede na forma do seu Regimento e pela Imediata Ordem de S. A. R.”³⁵ Desse tipo de atitude predominante nos círculos da corte resultava a distância de D. Miguel e de D. Rodrigo em relação ao seu próprio tempo, representado não só por Diogo Inácio de Pina Manique, o intendente, mas também pelo vice-rei do Brasil, o conde de Resende, pelos conselheiros do Ultramarino e pelo governador de Pernambuco, Tomás José de Melo, cuja carta de 22 de novembro de 1798 foi mencionada mais acima.³⁶

Como resultado, enquanto este último apelava para “antigos costumes”, dos quais não pretendia apartar-se, D. Miguel, como D. Rodrigo e poucos outros, concebia o mundo como um espaço para a atuação da razão e da vontade daqueles dotados das *verdadeiras* Luzes, de modo a transformá-lo, à medida das necessidades e conveniências dos homens. Nessa clivagem talvez resida o obstáculo mais profundo à difusão efetiva da Ilustração pelo império português, pois opunha um grupo minoritário de racionalistas esclarecidos a uma maioria de tradicionalistas. Estes podiam servir-se das Luzes para fins práticos – como não é possível negar que Pina Manique, por exemplo, o tenha feito – mas continuavam a considerar que os homens mantinham-se “juntos por força de uma ordem exterior, anterior e superior à vontade deles”, como diz Marcel Gauchet.³⁷ Ou seja, continuavam a sobrepor o transcendente ao imanente, a religião à razão; e, com isso, impediam-se de considerar a mudança, acabando presos aos antigos preconceitos e aos “antigos costumes” de uma liturgia imemorial.

Não será ao que ainda hoje se assiste no Brasil de 2006?

Notas

1 O trabalho de levantamento arquivístico e bibliográfico realizado em Portugal para este texto tornou-se possível graças ao apoio do CNPq e da FAPERJ, representado por uma bolsa de produtividade de pesquisa (nível 2) e pela concessão de uma passagem aérea por parte do Projeto PRONEX, financiado pelas duas agências e coordenado por Ronaldo Vainfas, ao qual pertencem como pesquisador principal. Agradeço igualmente aos inúmeros alunos que me provocaram nas aulas a encontrar explicações para tantos aspectos da “Informação da Bahia de

Todos os Santos” e àqueles que, com seus trabalhos finais, contribuíram para localizar novos documentos sobre Miguel Antônio de Melo.

2 Biblioteca Nacional (BNRJ), Divisão de Manuscritos, I-31,21,34 n^{os} 1 e 2.

3 Cf. *Bancos no Brasil colônia: tentativas de organização bancária em Portugal e no Brasil até 1808*. Salvador, Progresso, 1960. p. 26-7.

4 São Paulo / Brasília, Pioneira / INL, 1975. p. 8.

5 O documento está microfilmado e sua indicação atual é Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Baía, caixa 205, doc. n^o 14690. Traz a data de 30 mar 1797. No alto, à esquerda, há uma observação, na letra miúda de Rodrigo de Souza Coutinho: “Remeteu-se ao Governador da Bahia um Extrato desta Carta, sem o nome de quem a escreveu, em [branco] de Setembro de 1798”.

6 Câmara dos Deputados. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília, Imprensa Oficial, 1977. v. 9, p. 244, 337, 351-5, 396-7.

7 Para o retrato, ver: www.sgmf.pt, com acesso em 4/1/2006. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), há vários documentos relativos a Miguel Antônio de Melo, mas o rascunho referido encontra-se na lata 358, pasta 28 e traz a data de 30 mar 1797.

8 Nuno Gonçalo Freitas Monteiro situa a família como de primeira nobreza em um conjunto elevado à categoria dos “grandes” entre 1789 e 1830. Cf. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998. p. 75 sobretudo.

9 Cf. Carta do governador para D. Rodrigo de Souza Coutinho, comunicando-lhe a chegada e posse do governo, etc. 24 de agosto de 1797. *Arquivos de Angola*. Luanda, v. 2, n^o 11, agosto de 1936, p. 345-7.

10 Cf. Comunicação de Dom Miguel Antônio de Melo de haver feito a entrega do governo de Angola a Dom Fernando Antônio de Noronha. 24 de agosto de 1802. *Arquivos de Angola*. Luanda, v. 2, n^o 10, julho de 1936, p. 265-6. Neste ofício, D. Miguel esclarece ter consigo, desde 9 out 1801, instruções acerca de seu destino após a chegada de seu sucessor. No entanto, estavam em desacordo com aquelas que este trouxera, para que assumisse o governo de Pernambuco. Além disso, embaraçava-o “ler no Almanaque de Lisboa do corrente ano nomeado Governador de Pernambuco o Tenente General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que sei é falecido”. Diante disso, prefere retornar a Lisboa, ao invés de seguir para o Recife. Curiosamente, essa decisão de D. Miguel coincide, aproximadamente, com a partida de Pernambuco do bispo Azeredo Coutinho, outra criatura de D. Rodrigo, e, grosso modo, com o início do processo que conduzirá este último a pedir demissão da presidência do Real Erário em 31 ago 1803. Trata-se, por conseguinte, de um episódio a investigar.

11 Paris, na Imp. Hugo Fournier, 1827. in 8^o, 202p. Segundo Vítor Ramos. *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850): repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. p. 69, a obra pode ser encontrada na Biblioteca Nacional de Paris (hoje, Bibliothèque National de France) Tolbiac – Rez-de-jardin – magasin, 8- OR- 300, mas, pelo que pude constatar, não na Biblioteca Nacional de Lisboa.

12 Para essas informações, ver: Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Registro Geral das Mercês, D. Maria I, L[ivro] 10, f[olha] 322; L. 18, f. 310; L. 19, f. 219v; L. 31, f. 13; D. João VI, L. 8, f. 70v; L. 26 – 19; L. 33 – 1570^o. Cf. também: Almanaque de Lisboa de 1807. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1971, apêndice ao v. 290. p. 232; Domingos de Araujo Affonso & Ruy Dique Travassos Valdez. *Livro de oiro da nobreza*. Braga, Tipografia da Pax, 1933. v. 2, p. 293-6; J. C. Cardozo de Castelbranco e Torres. *Memorias contendo a biografia do vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a Historia dos Governadores e Capitães Generais de Angola desde 1575 até 1825 e a Descrição Geografica e Política dos Reinos de Angola e Benguela*. Paris, Fantin, 1825. p. 296-7.

13 A expressão entre colchetes encontra-se no rascunho da carta, no IHGB, e no original do documento, no AHU, mas não na cópia da BNRJ.

14 Cf. as três primeiras “Cartas” em *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Bahia [Salvador], Itapuã, 1969. v. 1, p. 33-149. Ver p. 70-1 para o celeiro público.

Até agora, os únicos documentos localizados sobre a estadia D. Miguel na Bahia encontram-se indicados em “Catálogo de documentos sobre a Bahia”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949. v. 68, p. 1-375. p. 110.

15 Veja-se em Vilhena, *A Bahia ...*, v. 1, p. 74-7, a relação das despesas da Câmara.

16 No original do documento, conservado no AHU (cf. nota 4, supra), o último parágrafo inicia-se: “São estas as coisas que com individuação e singeleza posso comunicar a V. Ex^a. *unicamente por cumprir seus mandados*, não me sendo possível em tão poucos dias adquirir notícias verdadeiras mais circunstanciadas.” Grifo meu.

17 Veja-se: A. da Silva Rego. *O Ultramar português no século XVIII (1700-1833)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970; Carlos Couto. *Os capitães-mores em Angola no século XVIII (subsídio para o estudo da sua actuação)*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972; Maria Goretti Leal Soares. Governadores e magistrados letrados no governo de Angola durante o século XVIII. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, 2004. v. 5, p. 481-506; Catarina Madeira Santos. Entre deux droits. Les Lumières en Angola (1750-v.1800). *Annales HSS*. Paris, 60(4):817-48, juillet-août 2005. A tese desta última, *Um governo ‘polido’ para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Tese de Doutorado. Lisboa / Paris, Univ. Nova de Lisboa / EHESS, 2005, não pude consultar. Cf. ainda Martins dos Santos. *Cultura, educação e ensino em Angola*, edição digital disponível em <http://www.geocities.com/athens/troy/4285/ensino07.html>, com acesso em 21/04/2006.

18 AHU, Conselho Ultramarino, Angola, caixa 93, documentos 1 a 27.

19 Ibidem, doc. 27.

20 Ibidem, docs. 4, 5 e 10.

21 Ibidem, doc. 10.

22 Isto é, *todos* os motivos.

23 AHU, Conselho Ultramarino, Angola, caixa 93, doc. 10.

24 Grifo meu.

25 Cópias da carta de D. Miguel à rainha, de 6 ago 1799, encontram-se tanto no doc. 4, quanto no 5. A de 13 do mesmo mês e ano a D. Rodrigo, no doc. 10. É nesta que ocorre a menção ao aviso de 7 out 1798.

26 A carta do ouvidor do crime do Rio de Janeiro aparece sob a forma de uma certidão do escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca do Reino de Angola e consta da mencionada caixa 93, doc. 5.

27 Ibidem.

28 Grifo meu.

29 Trata-se do magnífico *Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, cujo 1º volume, “Les années de formation, 1755-1796”, foi publicado em 2002, com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Lisbonne), e cujo 2º, “L’homme d’État, 1796-1812”, surgiu em 2006, também em Paris, por meio do Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

30 Cf. Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes de informação* no império português em finais de setecentos. *Ler História*. Lisboa, 39: 19-34, 2000. Ver também Kenneth Maxwell. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 157-207 e Maria Odila da Silva Dias. Aspectos da Ilustração no Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, 278:105-70, jan / mar, 1968. Para Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, veja-se a sua “Memória sobre os objetos mais interessantes da Capitania de São Paulo...”, publicada nos *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 18: 227-68, 1964. Para a atuação de Azeredo Coutinho em Pernambuco, indicações podem ser encontradas em Guilherme Pereira das Neves. A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais? *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 33: 439-81, 1999. Veja-se ainda Ronald Raminelli. Ilustração e patronagem: estratégias de ascensão social no império português. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, 6: 297-325, 2005.

31 AHU, Conselho Ultramarino, Angola, caixa 93, documento 38. A “Memória” foi também publicada nos *Arquivos de Angola*. Luanda, v. 1, nº 1, outubro 1933, doc. 16.

32 Informação sobre a Ilha dos Açores de Miguel Antônio de Mello. Lisboa, 1818. IHGB. Lata 347 / Pasta 27.

33 Cf. D. Rodrigo de Souza Coutinho. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”. In: *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Org. de André Mansuy-Diniz Silva. Lisboa, Banco de Portugal, 1993. 2v. v. 2, p. 47-66. A mesma preocupação, como espero ter ficado claro acima, transpõe da “Informação sobre a Bahia”. Para uma recente discussão sobre o período pombalino, ver José Damião Rodrigues. “*Para o Socego e Tranquilidade Publica das Ilhas*”: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. Texto infelizmente ainda inédito.

34 Em documento publicado por Ricardo Manuel Madruga da Costa em sua tese, D. Miguel cita Grócio e Pufendorf com naturalidade e pertinência. Cf. “Ofício de 31 de agosto de 1810 do Capitão-General para o conde das Galveias sobre o exercício de atos ilegítimos associados à atividade de corso” em *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral, 1800-1820*. Horta (Ilha do Faial, Açores), Núcleo Cultural da Horta / Câmara Municipal da Horta, 2005. 2v., v. 1, p. 521. Agradeço ao autor e ao colega José Damião Rodrigues o acesso a esta obra. Para a questão das linguagens políticas presentes no universo político luso-brasileiro desse período, ver Guilherme Pereira das Neves. Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão. In: José Luís Cardoso (org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 13-62.

35 Vide acima, nota 24, para a representação à rainha de 6 ago 1799.

36 Vide acima, nota 22, para a carta do governador de Pernambuco.

37 Cf. *Un monde désenchanté?* Paris, Les Éditions de l’Atelier / Éditions Ouvrières, 2004. p. 183.

Resumo

Há muitos anos, em minhas aulas de teoria e metodologia da história, utilizo a cópia de um manuscrito sobre a Bahia conservado na Biblioteca Nacional (RJ), mas sem assinatura nem data. Se uma citação de Luís Henrique Dias Tavares identifica o autor como Miguel Antônio de Melo, de passagem por Salvador em 1797, diversas coincidências, ao longo desses anos, e algumas pesquisas esporádicas permitiram traçar as linhas gerais da trajetória desse nobre, 1º conde de Múrcia (1826), que foi governador de Angola (1797-1802) e dos Açores (1806-1810), além de presidente do Real Erário em 1825. Assim, o presente trabalho pretende anunciar o início de uma análise de suas idéias, de modo a salientar o papel de alguns indivíduos – não só nascidos na América, mas também em Portugal – que ocuparam um lugar excêntrico no império português de fins do século XVIII e inícios do XIX por conta das linguagens ilustradas a que sabiam recorrer.

Palavras-chave: Ilustração – Linguagens políticas – Bahia – Angola – Miguel Antônio de Melo

Abstract

For many years, I've been using in my classes a manuscript about Bahia kept in the National Library of Rio de Janeiro, but bereft of signature and date. If a quote by Luís Henrique Dias Tavares identifies the author as Miguel Antônio de Melo during his stay at Salvador in 1797, it were one and another coincidence and some sporadic research that allowed me to figure out the general lines of this nobleman's life, Governor to Angola (1797-1802) and the Azores Islands (1806-1810), President of the Exchequer (1825) and the 1st Count of Múrcia (1826). Therefore, this paper intends to announce the beginning of an exam of his ideas in order to highlight the role of a few people – born in America as well as in Portugal – that occupied a singular place in the Portuguese Empire of the late Eighteenth and Early Nineteenth Century because of the enlightened political language which they knew how to employ.

Keywords: Enlightenment – Political languages – Bahia – Angola – Miguel Antônio de Melo

Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o Erudito e o Mecenas

*Manuela D. Domingos**

O percurso vital de Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814), apesar da ascendência modesta, revela-nos a brilhante trajectória intelectual de uma das personalidades mais marcantes do Portugal de Setecentos.

Figura ímpar, sob muitos pontos de vista, tem sido objecto de importantes estudos e ensaios, com destaque para os trabalhos pioneiros de F. Gama Caeiro.¹ Deste autor, retomamos um parágrafo, especialmente feliz, para caracterizar Cenáculo como “homem da sua época por excelência” que exerceu,

com um enciclopedismo tão ao gosto do seu século, as mais variadas actividades como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista, arqueólogo e bibliófilo, cultivando a Numismática, a Exegese, a Hermenêutica e a Liturgia.²

Entrando na Ordem Terceira da Penitência muito novo, iniciou e concluiu brilhantemente a sua preparação eclesiástica e académica em Coimbra, tornando-se professor da Universidade aos 25 anos. Nesse mesmo ano, escolhido para integrar a delegação ao Capítulo Geral da sua Ordem que se celebrava em Roma, efectuou uma longa viagem pela Europa que durou quase um ano. Etapa fundamental da sua trajectória, que podemos evocar com uma nota autobiográfica, que ajuda a elucidar as suas fontes mentais e revela bem as facetas de bibliófilo apaixonado e de doador magnânimo, que agora nos ocupam:

A viagem a Roma em o anno de cincoenta [...] me fará sempre apregoar em quaesquer ramos de litteratura, que foi uma disposição efficcissima para o bem das letras na Provincia. As famosas Bibliothecas, que se representarão à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantarão milhares de idéas que se começarão a reproduzir, como o tempo hia permitindo.³

* Manuela Domingos é Assessora-Principal da Biblioteca Nacional (Portugal). Investigadora nos domínios da História do livro e das bibliotecas, tendo publicado numerosos trabalhos nessas áreas.

De facto, essa ocasião privilegiada permitiu-lhe conhecer directamente Bibliotecas e Academias em Espanha, França, nos territórios italianos e em Roma. Assistiu a reuniões literárias, conheceu “sábios” do tempo; deu-se conta dos progressos científicos e literários, calibrou de modo particular a importância das línguas orientais para a História Literária e as Ciências Eclesiásticas.

A interiorização dessa riquíssima experiência, sedimentou indelevelmente o seu pensamento e acção futuros de tal forma que, passado um quarto de século, o fazia manter assídua correspondência literária com D.Gregório Mayáns, a quem evocava o “vasto mar de notícias que eu conheci e conjecturei nessa rica Bibliotheca”.⁴

Na época pombalina, Cenáculo é protagonista de todas as reformas de estudos levadas a cabo no Reino, começando pela da Ordem Terceira da Penitência – de que era Provincial –, pelos Estudos Menores, Colégio dos Nobres e Universidade de Coimbra. Concilia as Presidências da Real Mesa Censória e da Junta do Subsídio Literário; é conselheiro da Junta da Providência Literária e Preceptor de D. José, Príncipe da Beira.

A par de todas estas actividades absorventes, mantém contactos directos e epistolares assíduos com destacados eruditos estrangeiros; presta cuidada atenção ao movimento editorial europeu, adquirindo avultadas quantidades de livros e actuando decisivamente na *arquitectura* das primeiras bibliotecas que tornaria *públicas*: no seu Convento, na Real Mesa Censória e, nas últimas décadas da vida, em Beja⁵ e em Évora.⁶ Todas conservam os traços indeléveis da sua actividade intelectual e do seu saber enciclopédico; da sua apaixonada bibliofilia e da sua generosa acção mecenática.

* * *

Destaquemos, desses aspectos, a sua acção inovadora e pedagógica na criação da Biblioteca da Real Mesa Censória – na época áurea da sua actuação pública –, pela importância dos seus pressupostos e concretizações, e pelo papel que desempenhou na criação da futura Real Biblioteca Pública da Corte. Por outro lado, valerá a pena deter-nos um pouco sobre o silêncio biográfico da década anterior, que encerra aspectos não menos sugestivos sobre o erudito que igualmente foi.

Uma década ignota: 1755-1768

Deixa o magistério universitário em Coimbra no ano de 1755 e regressa ao Convento de Jesus onde, durante uma década se dedica a diversas acti-

vidades sem muito relevo externo, mas sobretudo a uma específica formação em novos âmbitos.

Gama Caeiro caracterizou aquele lapso de tempo como um período de

carácter preparatório ou preambular, relativamente aos futuros empreendimentos culturais de Cenáculo: algo se congeminava no seu espírito [...]. Recolhido na sombra do claustro, o franciscano estudava afincadamente as Línguas Orientais e a História Literária,⁷

isto é: História da Cultura Portuguesa.

Depois, parece *irromper* na vida pública de modo “fervilhante” ascendendo, quase em simultâneo, aos mais altos níveis, em 1768: ano inaugural de “todas as nomeações”, como Provincial da sua Ordem e Deputado da Real Mesa Censória, então criada.

Mas vale a pena recorrer a algumas notas autobiográficas que encerram as suas cartas a D. Gregório Mayáns, interlocutor sempre interessado nos progressos das reformas no ensino⁸ e na Ordem Terceira, cuja repercussão se fazia sentir além fronteiras. De forma intimista, Cenáculo revela as principais ocupações daqueles anos mais *ignotos*: o estudo das línguas orientais, a que se tinha dedicado intensivamente, de modo entusiasta e pragmático. Afinal, era aí que se encontrava a explicação remota dos actuais sucessos dos jovens franciscanos que, em acto público no Convento de Jesus, tinham “mostrado” a revolução de estudos ali operada, sob guia de tal mestre. Uma dessas cartas – datada de 29 de Novembro de 1773 –, apesar de longa, é especialmente elucidativa e digna de registo:⁹

[...] O Sumo agrado com que V. Ill.^{ma} escreve sobre o Acto das Línguas Orientaes feito nesta Caza¹⁰ he o outro assumpto desta segunda Carta, e sobre que V. Ill.^{ma} dezeja saber os arbitrios para se haver chegado a este estado.

Digo ingenuamente. Senhor, no *anno de 1748 tive oportunidade para eu por mim mesmo tentar a instrucção da gramatica grega, porque nesses mesmos tempos me envergonhava de encontrar expressões daquella Lingoa e ficar ignorante dos Livros da minha Profissão, sendo coiza ignominioza e torpe ignorar muitas especies dos Escritos que versava. Naqueles mesmos dias me aconteece o mesmo a respeito da Lingoa hebraica, e o mesmo repeti no anno de 1766 à cerca da Lingoa Arabiga.*

Desta convicção, das minhas observações na Jornada de Italia no anno de 1750 e das minhas diligencias (quanto permittia a minha

possibilidade) rezultou que podesse ajuntar algumas grammaticas, Dictionarios e Livros daquellas Erudições, aproveitando-me das casualidades com que aportavão neste Reyno alguns Orientaes, humas vezes rudes em materia de preceitos das suas mesmas Lingoas, outras vezes charlatães, e outras vezes com mais luz, para que, ou conjecturando sobre o que se lhes ouvia, ou percebendo francamente, se viesse no conhecimento de tão trabalhozas Lingoas.

Jà V. Ill.^{ma} conhece e *discorrerá quanto eu me fatigaria, quanto suei, quanto esfriei. O fructo de todas estas deligencias pelo que respeita ao meo pessoal tem consistido em huma ligeira tintúra*, ate eu conhecer o progresso que fazem os individuos que tenho destinado para estes estudos, cuja rezidencia eu tomo por mim mesmo, e os experimento. Logo que fui eleito Provincial appliquei as minhas forças para o devido effeito. Quiz a Providencia que não experimentasse rezistencia nos Religiosos Meyores da Provincia, que *eu tivesse ajuntado e acrescentasse huma selecta collecção de Artes, Dictionarios, de todas quantas são as Polyglottas, de Livros de Historia, e outros Assumptos, de boa porção de Biblias, e de todos estes, antigos e modernos de diversas edições, nas Lingoas Hebraica, Arabiga, Syriaca, e grega*, do que eu enviarei a V. Ill.^{ma} hum catalogo no mez de Março ou de Abril, tempo em que poderá estar impresso; quiz mais a Providencia que eu achasse sogeitos de bons annos, nascidos para estes estudos, geniaes e capazes de progresso.

Desde o anno de 1768 se trabalha na Lingoa hebraica, desde o anno de 1769 na arabica, e Syriaca, e desde o anno de 1760 na grega. O methodo tem sido escolher moços (jovenes) que já tivessem (excepto p. o grego) estudado Filosofia, e tivessem não so talento, mas uzo de discorrer, moços de boa morigeracão e de paciencia, de huma absoluta abstracção, com vida de clauzura em todo o anno dentro do Convento, com assistencia de quanto necessitassem, para que não se distrahissem, nem as necessidades corporaes desgostassem o espirito. Determinei bastante numero para as quebras, porque hum não faz appetite de semelhante erudição, outro adquire molestia, etc. No principio alligar a hum so livro; poucas Regras, mas bem exercitadas, escrevendo no mesmo tempo os caracteres, fallando, tomando de memoria (depois dos primeiros Principios) os significados, e conferindo habitualmente, de sorte que trabalhassem a reflexão, a voz, a vista, e os sentidos para facilitar e radicar.

Desde os sobreditos annos trabalham os que hoje ensinam. Porem Aulas com formalidade ha somente tres annos que se estabelecêram, e ainda assim eu não consenti que o Acto Publico fosse mais do que de

Grammatica, ainda que alguns pela singularidade dos seus talentos e mais uzo responderam filologicamente.

[...]

A Arte hebraica feita pelo Religiozo Professor corre aqui com aceitação. Actualmente se está imprimindo a outra Arte Arabica, feita pelo Professor desta Lingoa. Também se está imprimindo actualmente hum Tratado feito pelo mesmo Professor de hebreo, e he hum Elencho das palavras hebraicas irregulares, anomalias, etc., reduzidas a Alfabeto, apontados os Textos em que se acham; he muito util. Estando impressas logo remetto a V. Ill.^{ma} e na primeira oportunidade mandarei a Arte hebraica já impressa, e huns Opusculos para servirem aos Principiantes [...]. São ellas: 1.º O Tratado da Diplomatica dos Maurianos¹¹, mesmo em francez. 2.º Hum Indiculo, explicado muito sumariamente para rapazes, da Diplomatica de Gattarer,¹² por exemplo que coiza he a Sphragistica, Semiotica, etc. Isto para a Aula da Historia Ecclesiastica. 3.º Huma collecção das Regras para se interpretar bem a Sagrada Escritura, tirada de varios antigos e modernos. 4.º A substancia da Hermeneutica Sacra de Rambachio,¹³ christianizada ou feita catholica. Isto para a Aula de Escritura. 5.º Hum compendio das Regras criticas para se manejar bem a licção da Historia, tiradas dos bons criticos, e serve para a Aula da H.^a Eccles.^a 6.º A Hermeneutica Juris (pelo que pertence ás Regras geraes das Leys em côm e do direito canonico) de Eckard.¹⁴ 7.º Hum Epitome do Copia Verborum de Erasmo.¹⁵ 8.º Huma synopsis H. Philosoph., que não he outra coiza que a Tabula Mnemonica do 6.º Tomo de Brucker,¹⁶ com pequenas variantes. Estas e outras coizitas mais para o uzo dos principiantes [...].

A limpidez dos seus objectivos mais profundos naqueles anos recuados fica bem manifesta: começara a estudar por si as línguas orientais – do grego, ao hebraico e ao árabe – porque achava “coiza ignominioza e torpe ignorar muitas especies dos escritos” que versavam os “livros da sua profissão”.¹⁷

É evidente o paralelismo desses propósitos pessoais com a apreciação da importância da reforma de estudos na sua Ordem – e da influência que teve no país –, quando se sublinha que valorização dada às línguas orientais residia, sobremaneira, no relevo que tais estudos assumiam como *meios* para o conhecimento e interpretação das Escrituras e fonte auxiliar da Teologia.¹⁸ Para levar tudo isso a cabo, não escatima os meios, tanto nos professores que vai “recrutando”, como nas edições que promove das obras mais úteis e necessárias a tais fins. O *Plano* de estudos (1769) e as suas *Disposições*¹⁹ consagram tais linhas de força, de modo lapidar: o estudo das fontes subsidiárias

da Teologia – a História–, sobretudo a História Eclesiástica (que abrangeria o estudo das próprias heresias, para que fossem melhor criticadas); a Exegese, a Hermenêutica, a Crítica, o Estudo das Línguas, particularmente das Orientais, a Eloquência, a Lógica.²⁰

A ideia da Biblioteca Pública

No início dos anos setenta, articulando a posição charneira que ocupava em diversos organismos, propôs a criação de um novo imposto sobre as bebidas alcoólicas – o denominado “subsídio literário” –, para financiar as “escolas menores” que tinha a incumbência de criar em todo o país, encarregando-se a Junta do Subsídio Literário da respectiva cobrança e administração.

No âmbito da Mesa Censória, atribuiu-se a missão de instituir uma *Biblioteca Pública*, à altura das maiores da Europa que abrisse as suas portas a curiosos e eruditos, e apoiasse o trabalho dos Censores. Nesse empreendimento convergiram todos os seus planos conceptuais e funcionais, uma vez que Fr. Manuel do Cenáculo imaginou e teve o maior êxito em conseguir os meios materiais amplíssimos que tais tarefas exigiam. As propostas que elabora para o funcionamento do Subsídio Literário (1772) são elucidativas dos seus intentos: arrecadar fundos para o pagamento dos professores dos estudos menores, mas prevendo, desde logo, disponibilidades residuais para outras

[...] dignas applicações [...] que farão huma virtuoza, e necessária emulação a todas as Corporações Litterarias do Estado:

Primeira applicação: *a compra sucessiva, e inextinguivel de livros para a Bibliotheca Publica*, dirigida pela Meza. De sorte que a riqueza do Erário de V. Mag. nesta repartição chegue a formar não somente huma das primeiras Bibliothecas da Europa, mas tambem que seja decorada de preciozos Manuscritos, e dos Livros mais raros, e escolhidos.

Segunda applicação: a composição de hum *Muzeu de Raridades*, para o que dão hoje exemplos, e estímulos de Sciencia e de paixão as Nações cultas; mas que brevemente hajão de receber os mesmos, e mais significantes exemplos desta Capital.²¹

Nestas linhas programáticas condensam-se os planos ambiciosos e dinâmicos que traçara para a Biblioteca, objecto de propostas abrangentes, quanto aos fundos e aos meios indispensáveis para o seu desenvolvimento;

quanto ao pessoal adequado a tal organismo e, mesmo, quanto às instalações em edifício próprio.

Como *património inicial* poderia contar, desde logo, com os fundos das Livrarias da Companhia de Jesus (expulsa do país em 1759), património inventariado e apreendido – como todos os outros bens móveis e imóveis –, embora o mau estado de algumas delas se tivesse acentuado com as más condições de conservação ao longo dos anos. Apesar de tudo, constituíam um património notável para reconstruir a “memória bibliográfica” do Reino, salva do Terramoto. Tarefa importante e inadiável, especialmente na capital, que se procurava reconstruir com a dinâmica dos tempos que se viviam.

O destino de algumas dessas bibliotecas foi quase directamente o dos centros de ensino, como o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra que ficou com o Colégio das Artes e respectiva livraria.

Quando, na Real Mesa Censória, se regista a decisão Pombalina de recolher as livrarias dos colégios e casas dos Jesuítas, já decorriam essas operações, apesar das dificuldades que apresentava o seu transporte e acomodação. Daí, que seja ainda mais interessante e ousada a proposta do Bispo Presidente, perante a vastidão e dispersão desses fundos: a sua utilização numa biblioteca pública, que queria tornar das melhores da Europa, com meios económicos para a “compra sucessiva e inextinguível de livros e manuscritos”, autonomia para vender “duplicados” e comprar obras recentes.

O previsto crescimento de fundos, através das compras no mercado livreiro, efectiva-se sobretudo através da loja de livros anexa à Impressão Régia, dirigida pelo impressor-livreiro italiano Nicolau Pagliarini que também estava encarregado da Biblioteca do Colégio dos Nobres e da Biblioteca Real.

Outras aquisições privilegiadas fazem-se no comércio de ocasião, como o *Leilão da livraria de D. José da Silva Pessanha* (1775),²² rica em seiscentistas italianos de todas as matérias; franceses, espanhóis e portugueses antigos e recentes; autores clássicos, livros de estampas, etc. Oportunidade excepcional de enriquecer a Biblioteca da Mesa, tendo o mesmo Pagliarini sido encarregado de fazer e imprimir o respectivo catálogo,²³ enviando as listagens a Fr. Manuel do Cenáculo para proceder à escolha das edições a adquirir para a Biblioteca da Mesa.

Das compras de obras que iam saindo no estrangeiro, é eloquente testemunho o *Catalogo dos livros que Nicolao Pagliarini tem enviado para a Bibliotheca da Real Mesa Censoria feito pelo sub-Bibliothecario Thomás Jozeph de Aquino*.²⁴ Segundo a ordem alfabética dos autores, elencam-se 1.275 títulos, num total de volumes superior a 6.900. De acordo com os dados fornecidos

por algumas facturas – guardadas entre os papéis de Cenáculo –, conhecemos algumas outras compras que não figuram²⁵ naquele catálogo, localizando-se noutras fontes as respectivas liquidações.²⁶

Além da notável dimensão, numa rápida aproximação a este conjunto, sobressaem outros dados interessantes quanto às compras no mercado livreiro que, através dos tempos e Instituições, chegaram ao património da actual Biblioteca Nacional.

Da respectiva análise quantitativa, destacam-se alguns elementos bibliográficos relevantes, como as línguas dominantes, as zonas geográficas e datas de impressão das obras; ou sublinham-se as áreas temáticas que melhor revelam os interesses dominantes nas escolhas. Em suma, os materiais que pretenderam colocar-se à disposição dos estudiosos e eruditos na Biblioteca Pública e que, em última análise, deixam transparecer o pensamento de Cenáculo nesse projecto.

A distribuição das *edições por datas* – de modo genérico, pelos séculos – dá-nos uma pista fundamental para a apreciação deste núcleo: o peso do próprio século XVIII em que as compras são feitas (74%). Esta característica é sublinhada pela análise detalhada, ao nível das décadas, pondo de manifesto a predominância dos anos sessenta e setenta, ou seja a proximidade temporal das edições.

Depois desse percurso, de certo modo exterior aos conteúdos, analisando as obras na sua individualidade, verificamos o peso relativo das *áreas temáticas*, cujas séries sublinham dois factores fundamentais. Em primeiro lugar, a importância que ainda tem a Teologia (20%) neste conjunto. Porém, neste número esconde-se a sua principal característica, ou seja o facto de tais obras serem, em parte muito apreciável, de autores da Reforma e não da ortodoxia católica; segue-se uma área de conteúdos com reformulação recente, como as Belas Letras, em francês, língua viva em crescente afirmação como língua franca.

No entanto, o interesse mais explícito do conjunto de obras em análise aponta para a História (47%) que, além das ciências auxiliares e da Geografia, abrange as Antiguidades, a História Eclesiástica e Civil – Antiga e Moderna –, e a História Literária. E é também nesta *classe* que os títulos fazem transparecer uma preocupação assinalável com as chamadas “obras de referência” indispensáveis numa Biblioteca: bibliografias, dicionários, enciclopédias, etc., com grande número de edições muito recentes, em latim, francês e italiano.

Nas Antiguidades e Arqueologia encontram-se catálogos de colecções e de museus arqueológicos, verdadeiro esteio bibliográfico do “Museu de Raridades”, indissociavelmente unido à ideia da Biblioteca: biografias de pintores, esculptores, architectos; séries de gravuras, como o caso paradigmático de Giovanni Battista Piranesi – com os *Carceri d’invenzione* e as *Vedute di Roma*, em pleno curso de edição – que as grandes bibliotecas de hoje se orgulham de possuir.²⁷

Aliás, o próprio Fr. Manuel do Cenáculo explicitou a inclinação por tais matérias, escrevendo mesmo que sempre fomentara “hum grande ardor pela Historia, e onde [...] ella falta, alli me dezejo interessar mais”.²⁸ Em conjunto, são um nítido espelho dos seus interesses abrangentes como eclesiástico e reformador, como historiador e bibliófilo.

Dos meios humanos às instalações

Neste contexto de crescimento dos fundos da Biblioteca, tornava-se ainda mais evidente a necessidade de instalações mais amplas para albergar os milhares de volumes que chegavam, de modo desordenado e em más condições, dos depósitos dos extintos colégios da Companhia. E, mesmo as salas de reunião e a Secretaria da Mesa Censória funcionavam em instalações provisórias, trocadas ou cedidas por outros organismos. Atendendo a todas essas razões, Cenáculo debruçava-se sobre os vectores fundamentais para a execução do projecto global que tinha delineado – os *meios humanos e o edificio* próprio –, embora não descursasse as reflexões de tipo prático que exigiam imediata resolução:

Tem mostrado huma experiencia quotidiana, e o persuadem as reflexões sobre a laboriozissima verificação da Ley das Escolas Menores, que a Real Meza Censoria carece de officiaes sufficientes para o seo prompto expediente. [...] Como a Bibliotheca cresce quotidianamente, e ao prezente pode ser que se ache com quarenta mil volumes; [...] por falta de diggestão, e de officiaes, se tem abtido os Ministros da Meza de se valerem dos Livros desta, são muito necessarios dois Ajudantes de bibliothecario, para vigiarem, coordenarem, e mais exercícios infalliveis logo que uma Bibliotheca se põe em movimento [...] e para estar facil, limpa e bem conservada [...].²⁹

Acima de tudo, era a *Biblioteca Pública* que exigia um edificio condigno, em consonância com o seu projecto evocativo da “possibilit  bab lienne de rassembler et d’ouvrir   tous tous les savoirs et toute la mémoire du monde”.³⁰

colmatando a falta das instituições desaparecidas, mas à escala da reconstrução magnânima da capital do Reino:

Faz-se indispensavel para a Bibliotheca huma Caza vasta, bem proporcionada, magestoza, capaz de muitos mil volumes, sendo regulada pelas Bibliothecas Publicas da Europa, em algumas das quaes ha cem; duzentos; trezentos mil, e mais volumes; e caza, que seja disposta para huma aquisição, que ainda sendo ora frequente, ora lenta, comtudo hade ser perpetua, e illimitada.³¹

Segue-se a enumeração detalhada e sistemática³² da obra encomendada, começando pelo Átrio, “indispensável para Ornato, e para decencia”, passa ao piso principal onde deveria situar-se a “Casa Pública”, destinada ao estudo dos particulares “debaixo dos olhos dos Bibliothecarios, e dos guardas”; os gabinetes para os Censores ou outros Ministros que realizem trabalhos especiais; igual número de gabinetes para os amanuenses e copistas; o gabinete do Bibliotecário Maior e uma sala para os bibliotecários trabalharem.

A distribuição dos livros deveria fazer-se por casas e matérias, englobando as divisões para mapas e globos, raridades e “secreto”, manuscritos, com capacidade para milhares de volumes e códices; Galeria “para Monetario, Desenhos, Estampas [...], o que he Ornato essencial de huma Bibliotheca”.

Além daquele numeroso conjunto de divisões (19), deveriam prever-se armazéns capazes de albergar materiais de imprensa e oficinas de encadernação; livros e livrarias inteiras que se comprassem, antes de serem distribuídas, vendidas ou trocadas; depósito de livros de “inferior ordem” pois que “tudo que se imprimir deve existir numa Biblioteca Pública”.

Foi certamente este o *plano* subjacente ao decreto de D. José, de 2 de Outubro de 1775³³ que louvou a florescente actividade da Real Mesa Censória e a enorme riqueza da sua Biblioteca – de 60 000 volumes –, manifestando intenção de “acrescentalla ao ponto de se fazer publica em beneficio geral de todos os [Meus] Vassalos que nella se quizerem instruir”. Daí a decisão de “atribuir-lhe as acomodações necessarias para o seu expediente, Casa de Sessões, Secretaria, para a Junta do Subsídio Literário; armazéns para a Revisão [...] e principalmente as grandes casas que mais são precisas para a acomodação da referida Biblioteca Publica”. Faz-lhe “mercê da posse, e uso de toda a parte que lhe for necessaria [...] no grande Edificio do lado occidental da Real Praça do Commercio, assim do que já se acha ocupado, como do que está por acabar”, aprovando o seu financiamento pelo cofre do Subsídio Literário.³⁴

No entanto, torna-se difícil saber quando e como se processou a mudança para o edifício definitivo, como se pode deduzir dos testemunhos de alguns viajantes espanhóis, como Pérez Bayer que, em 1782, visita a Biblioteca da Mesa Censória instalada “en la misma Alfandega vieja”.³⁵ E, vários anos depois, em 1800, segundo D. José Cornide, os edifícios da Praça do Comércio ainda tinham muito de provisório:

De la parte del Norte sólo se halla concluido el medio frente occidental á la rua Augusta, y en él ejercen sus funciones el Consejo de Hacienda y la Junta de Comercio [...] *Hállase sin concluir* y sólo elevado hasta el primer piso el lado oriental, y aun lo está también la parte que le corresponde de un gran arco adornado de columnas que da entrada á la [...] Rua Augusta, *por más que uno y otro se supongan concluidos* en una perspectiva de esta plaza, que acaso se formó de resultas de los adornos interinos con que se celebró *la coronación* de la Señora Reina Doña Maria [1777].³⁶

Conclusão do projecto: o arranque da Real Biblioteca Pública da Corte

As vicissitudes políticas e sociais dos tempos, com o final do consulado pombalino e o efectivo afastamento de Cenáculo para o seu Bispado, marcaram um fosso indelével entre o seu projecto magnânimo e a realidade patente, vinte anos depois. Mesmo assim, “seria um balanço injusto considerar inexistente ou pouco mais que depósito de velhos livros, quanto foi a *Biblioteca Pública* iniciada nos anos 1770-1775, enriquecida com fundos patrimoniais antigos e compras recentes”.³⁷ Aliás, essa foi a opinião do Doutor António Ribeiro dos Santos, lente de Coimbra e ex-bibliotecário da mesma Universidade, em 1795, quando foi chamado a pronunciar-se sobre o estado em que se encontrava “a Livraria que estivera a cargo da Mesa Censória”.³⁸

Os trabalhos urgentes que sugeriu – desde a limpeza e ordenação à catalogação de muitos milhares de obras, contratando pessoal para todas essas funções – começaram imediatamente, e a *Real Biblioteca Pública da Corte* foi erigida formalmente, um ano depois, pelo Alvará de 29 de Fevereiro de 1796.

Quando a Instituição preparava a abertura oficial ao público,³⁹ Ribeiro dos Santos, primeiro Bibliotecário-Mor, escreve a Fr. Manuel do Cenáculo – então Bispo de Beja – uma carta de profunda admiração e gratidão, que constitui testemunho evidente da autoria do projecto e da ideia fundacional que, finalmente, chegava a bom termo:

A Real Biblioteca que S. Magestade foi servida mandar erigir nesta Corte para bem da Litteratura Nacional, tem de franquear com brevidade ao publico as preciosas Collecções de Livros, com que V. Ex^a a preparou, e enriqueceo nos ditozos dias de seo Governo Literario: e achando-me eu encarregado por Alta Mercê de S. Magestade de a reger, e dirigir, julguei ser de meo officio, e da primeira obrigação daquella Caza, participar a V. Ex^a esta noticia, como áquelle, que mais que todos folgará com ella, porque, *qual outro distincto Zelador da Patria, estimará do que mais, V. Ex^a a execução deste illustre estabelecimento, tão util à Nação, e que foi tanto em outro tempo dos ardentes desejos, e cuidados de V. Ex^a.*

Tenho com isto occasião de representar a V. Ex^a por mim, e em nome de toda aquella Caza o nosso profundo reconhecimento por seos antigos beneficios; e de protestar com muita gloria nossa, que *o Sagrado Nome de V. Ex^a como de seo primeiro Bemfeitor, e Director hirá na frente dos Fastos Literarios da Bibliotheca*, havendo esta honra pela mayor, que a pode ennobrecer [...].⁴⁰

Esta missiva constitui um gesto marcante e decisivo na curta vida da nóvel Instituição: reconhecer e sublinhar os esforços desenvolvidos pelo “primeiro Benfeitor e Director” – há décadas afastado da Corte –, por parte de quem era *de iure* o novo Director, demonstrava como assumia a herança directa de passado tão honroso. Estabeleciam-se assim, entre o Bibliotecário-Mor e o Mecenaz,⁴¹ assíduas e duradouras relações epistolares – entre 1796 e 1808 –, que largamente excederam as afinidades intellectuais e bibliófilas.

O reconhecimento do Bispo de Beja não se faz esperar, em diversos níveis e, do agradecimento formal mas efusivo pela *lembrança da sua obra*, passa aos factos, decidindo e manifestando claramente a intenção de doar escolhidas espécies cujo valor, como coleccionador de longa data, bem calibrava:

*Desejava eu entre os regosijos de ver promovida a Real Biblioteca Publica nessa Corte concorrer muito de graça com algum sortimento. Como este meo publico tanto me não permite fazer pelas urgencias continuadas, a que devo acudir, sò reservo huma pequena galantaria para penhor dos meos desejos; e comtudo me resolvo a dizer a Vossa Senhoria que nesta minha e já muito destroçada livraria tenho coisas, que me persuado não haver ainda nessa Real Bibliotheca, em que Vossa Senhoria por mercê soberana preside, e eu largarei a quem pode pagá-las, e dar-me com que eu console miseraveis, e fazer beneficio de outro genero a esta Igreja.*⁴²

Da sua parte, entrecruzam-se a “acção patriótica” e o interesse pessoal por ver saldados pela Coroa os pagamentos de serviços de que se acha credor; e, em Ribeiro dos Santos, encontra o interlocutor atento e interessado na Doação institucional e na justiça devida ao Benfeitor das Letras.

Quando escreve a carta formal de Doação ao Príncipe Regente, já se tinha efectivado a transferência de grande parte das numerosas e escolhidas peças para a Real Biblioteca Pública da Corte, em estreito acordo com Ribeiro dos Santos. O Bispo de Beja receberá efusivos agradecimentos do Príncipe, através do Marquês Mordomo-Mor e Inspector Geral da Biblioteca D. Tomás Xavier de Lima, Marquês de Ponte de Lima.

No vai e vem das razões e das vontades – ditas “dificuldades do tempo” – tais atrasos acumularam desilusões no Doador, entretanto nomeado Arcebispo de Évora. As esperadas e prometidas “recompensas” do Poder, só chegaram, de forma tardia e extemporânea, aos directos familiares.

Acção mecénica: a “Casa dos Livros de Beja”

A vultuosa e selecta Doação transferiu-se para Lisboa, entre Dezembro de 1796 e Janeiro de 1798, num processo ágil e rápido. Após o envio de um genérico catálogo das espécies que pretende doar,⁴³ Cenáculo roga a Ribeiro dos Santos queira “tomar os catalogos a si e resolver quais remetterei...”⁴⁴ E, pouco depois, decide não fazer mais listas e enviar à Real Biblioteca Publica

*quantas cousas tenho já aqui separadas [...]. Onde poderia eu depositar melhor aquisições de mais de sessenta a quatro annos, do que no thesouro nacional, a que desejo toda a fama e honra, [...] e Vossa Senhoria he capaz de o promover como eu não conheço mais profundamente entendido na historia literaria.*⁴⁵

Testemunho vivo do pensamento e da decisão do Mecenas relativamente à instituição *pública* e, da parte desta, o saudável alvoroço com que o Bibliotecário-Mor aprecia e acolhe semelhantes dons.

De facto, as sucessivas remessas de cerca de noventa caixotes, transportaram para o seu novo destino impressos raros – portugueses e estrangeiros, antigos e recentes –, manuscritos únicos, belíssimos iluminados cujo montante é difícil avaliar, num conjunto de cerca de dois mil títulos; antiguidades variadas, sobretudo romanas; e, finalmente, o escolhido monetário de mais de três mil peças “não repetidas” de que, infelizmente, não se guarda rasto.

Podemos dizer que, a qualidade bibliófila do Doador, na sua multiplicidade de interesses e abertura à modernidade, encontra um “paralelismo” na acção do Bibliotecário-Mor, ao incentivar e, depois, ao acolher uma dádiva deste teor de modo condigno. A meticulosa avaliação de cada peça traduz-se indelevelmente na *carinhosa organização* que lhes deu, com a erudita prospecção do seu *lugar adequado* entre os Saberes que se plasmam nos três tomos do “Catalogo Methodico dos Livros que o Ex^{mo} e R^{mo} D. Frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas, Bispo de Beja doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1797”.⁴⁶ Umas palavras extraídas da carta que Ribeiro dos Santos escreveu ao Bispo de Beja, quando a Biblioteca abriu ao público, em 13 de Maio de 1797, podem sintetizar bem os cuidados de quem preparou estes Tesouros:

A Bibliotheca abriu-se com mais brevidade do que eu esperava; e não me coube em tempo e no meyo dos trabalhos que então tive, antecipar a Vossa Excelencia esta noticia. Ella conseguiu os elogios do publico; e o *Sagrado Nome de Seo Illustre Bemfeitor tem conciliado de tal sorte as atenções dos concurrentes, que todos vão com alvoroço à Casa dos Livros de Beja*, como em romagem ao Sanctuario das Muzas...⁴⁷

Um curtíssimo percurso pelos Catálogos levou-nos a “escolher” algumas dezenas de obras para compor uma “encenação” possível daquela *ordem dos saberes*, que pudesse aproximar-nos hoje daquela “Casa dos Livros de Beja”.

Começando pelas “Belas Letras”, a ênfase na vertente Orientalista, constitui um traço marcante da centralidade destes saberes no coleccionismo de Cenáculo. Segundo ele próprio, especialmente depois das “observações na jornada de Italia no anno de 1750 e das minhas diligencias (quanto permitia a minha possibilidade) rezultou que pudesse ajuntar algumas grammaticas, dictionarios e livros daquelas Erudições”.⁴⁸ Daí por diante, nas funções que desempenhou nas reformas de estudos, deixou essa marca singular, que fez a admiração de nacionais e estrangeiros contemporâneos: a centralidade dessas disciplinas – que estudou por si – para a exegese bíblica, a Teologia, a História Eclesiástica.⁴⁹ A obra de Johann Buxtorf (1564-1629), *Lexicon chaldaicum, talmudicum et rabbinicum*... é referência suficiente das que coleccionou deste mestre e dos estudos que promoveu, para corporizar o projecto de tradução da Bíblia que teve em mente. Das versões da Vulgata às edições Políglotas e, posteriormente, às línguas vernáculas europeias e orientais: da Bíblia traduzida por Lutero, a um Livro de salmos em tamil, ou uns Evangelhos em persa, de tudo existem exemplos.

Vale a pena notar a presença de manuscritos únicos da Filologia, primeiros exemplos das línguas gramaticalizadas pelos ocidentais, que vieram a construir a *galáxia das línguas*⁵⁰ do Novo Mundo: a *Arte da Língua malabar*, uma Prosódia ou dicionário de chinês-português, ou um *Vocabulario de lingua brasilica*...

As “Ciências Cíveis e Políticas” – formulação nova e mais abrangente de Ribeiro dos Santos para a clássica Jurisprudência – permitem evidenciar as preocupações da *Política*, desde o florentino Maquiavel aos debates parlamentares ingleses, até ao emergente Direito natural e das gentes (Vattel, Pufendorf, Grotio...).

Na “Filosofia” – vasta área dos Saberes, que abrange desde a Filosofia em sentido estrito até à Filosofia Natural –, de onde vieram a autonomizar-se, progressivamente, as disciplinas científicas, como a Física, a Química, a Medicina, a Matemática, que encontramos tratadas de modo autónomo. Poderemos começar por destacar um manuscrito de Ética de Radulphus Ardens, autor do século XII, em cópia iluminada de 1450. Passando à Matemática, de onde destacamos quatro obras que, no seu conjunto, esboçam o interesse de um colecionador de eleição, que reúne desde a obra fundadora de Ptolomeu, na Astronomia – *Magnae Constructionis*..., também conhecida pelo seu nome árabe *Almagestum* – na raríssima edição de Basileia, de 1538;⁵¹ aos códices manuscritos de autores portugueses e estrangeiros que, entre nós, se dedicaram ao ensino da disciplina e a partes importantes da mesma: André Avelar, professor em Coimbra e os jesuítas Valentim Estancel e C. Gallo na “Aula da Esfera” do Colégio de Santo Antão.⁵²

No âmbito da Medicina, evidencia-se o interesse pela antiga prática da arte entre os árabes, com a *Opera medica et anathomica* de Avicena (980?-1037), em cópia iluminada de Quatrocentos, de que possui cinco volumes. Da época moderna, a bela impressão elzeviriana de G. Pison (1611-1678) – *De Indiae utriusque re naturalia et medica*... – escrita durante a estadia do autor naquelas paragens, como médico do governador holandês de Pernambuco. É possível encontrar nesta Doação uma sequência cronológica apertada de autores, dos mais importantes tratadistas da época, como Boherhaave, até um conjunto de obras de Medicina «prática», em aplicações diversas, da segunda metade do séc. XVIII (J. Goulin, Arnault de Nobleville, Charles A. Vandermonde).

Numa última vertente, ainda na Filosofia – muito específica nas suas variedades –, temos alguns exemplos de “Artes e Ofícios”: um texto medieval sobre alveitaria escrito por Mestre Geraldo, médico de D. Diniz, na única

cópia que se conhece (séc. XV), o *Livro de Alveitaria* editado por Gabriel Pereira (1909) e objecto de estudo literário e etimológico assinado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1910). Noutro extremo temporal e temático, duas obras ligadas às artes visuais, tão ao gosto do tempo de Cenáculo: os retratos gravados de “pessoas ilustres” – *La Gallerie des femmes fortes* de Le Moyne – e as “pinturas gravadas” antigas, como auxiliar do estudo das Antiguidades, um dos seus campos de eleição, com o exemplo de *Pitture antiche* de Cassini (edição de Roma, 1783); deixando de lado conhecidas obras de Architectura.

A “História”, disciplina central nos interesses do erudito Doador, foi profundamente estudada, praticada e difundida por si. O elenco de obras seleccionadas, na sua diversidade, fala por si: a tratadística relativa à Antiguidade, revisitada na época, encontra em Montfaucon um exemplo de primeira linha, com *L'antiquité expliquée et représentée en figures* (2ª ed.: Paris, 1722-1757, em 15 volumes); por outro lado, as obras marcantes do século, no espírito dos Dicionários Universais, estão bem representadas com Pierre Bayle – e os continuadores e comentadores Joly e Chauffepié – ou Prosper Marchand.

No que concerne à História Civil: universal, antiga e moderna e nacional – os textos relativos aos territórios da Expansão – traçam um leque que consideramos riquíssimo. Percorre diversos suportes da escrita: iluminados, impressos – dos primórdios da tipografia portuguesa aos contemporâneos como o Cavaleiro de Oliveira –, manuscritos cujo ineditismo logo foi anotado pelo responsável máximo da Biblioteca, entre eles Gaspar Frutuoso, Severim de Faria ou Bocarro.

Um exemplo da “História Eclesiástica” – relativo ao cisma dos gregos – escrita nessa língua por Louis Maimbourg (1610-1686, S. J.), mas em manuscrito de tradução italiana do século seguinte, faz-nos a passagem para as temáticas da Teologia e das Bíblias que constituíram, na designação de Ribeiro dos Santos, as “Ciências Eclesiásticas”.

Neste âmbito, o teólogo Cenáculo faz alarde de antiguidades preciosas com cimélios quinhentistas – o *Cathecismo pequeno da doutrina...* de D. Digo Ortiz de Villegas (?-1519) – ou da “arte negra” levada ao Oriente pelos missionários portugueses, com a raríssima obra *Innocentia Victrix...*, com edição autorizada pelo português António de Gouveia (1593-1677, S. J.), impressa em Cantão (1671) sobre papel de arroz, em chinês-latim,⁵³ sobre a complexa “questão dos ritos”.

Na Teologia Litúrgica, os legados são preciosos em si mesmos – com os mais valiosos exemplares do género que a Biblioteca Nacional possui: o “Missal segundo o uso da Diocese de Rouen” [1402]; o texto *Arbor Vitae cru-*

cifxae Jesu Christi do franciscano Ubertinus de Casali (cópia iluminada de 1440), até ao esplendor único *De la Thoyson d'or* (1451-1500), do beneditino Guillaume de Fillâtre, primeiro chanceler da Ordem da Toyson d'Or, instituída por Filipe o Bom, Duque de Borgonha, cerca de 1430. Texto exaltante das virtudes cavaleirescas, de que a Biblioteca Nacional possui este segundo – e hoje único – volume.⁵⁴

Podemos encerrar *este percurso* com títulos de Cícero, Plínio, etc. apenas para exemplificar a abundância de clássicos, latinos e gregos, antigos e modernos, de diversas nacionalidades, que Cenáculo possuía.

Não aludimos – quase obviamente – a importantes conjuntos de obras de autores contemporâneos que doou,⁵⁵ nem às enormes colecções especializadas que reuniu por deveres das múltiplas funções que desempenhou, como as referentes às questões jesuíticas – especialmente entre nós, a propósito da expulsão –, ou às controvérsias doutrinárias vigentes no Portugal de Setecentos.⁵⁶

Anexos

I. Breve Cronologia (Fr. Manuel do Cenáculo, 1724-1814)

1724 – Nasce em 1 de Março, em Lisboa, no seio de uma família de pequenos artesãos

1739 – Toma o hábito de franciscano na Ordem Terceira da Penitência

1740 – Professa no Convento de Nossa Senhora de Jesus, com o nome de Fr. Manuel do Cenáculo

– Inicia os estudos de Filosofia em Coimbra, no Colégio de S. Pedro e de Teologia na Universidade

1749 – Recebe o grau de Doutor em Teologia

1750 – Torna-se Lente da Universidade de Coimbra

– Efectua uma longa viagem a Roma, para assistir ao Capítulo Geral da sua Ordem

1755 – Após cinco anos de magistério em Coimbra, regressa a Lisboa, ao Convento de Nossa Senhora de Jesus

– Desempenha vários cargos de maior ou menor relevo, tais como: Cronista da Ordem; Examinador das Igrejas e Benefícios das Ordens Militares; Qualificador do Santo Ofício; Capelão-Mor das Armadas Reais...

– Dedica-se afincadamente ao estudo das Línguas Orientais e da História Literária

1768 – Nomeado Provincial da Ordem Terceira da Penitência (em funções até 1777)

– Provido como Deputado da Real Mesa Censória, recém criada

1769 – Promove a Reforma da sua Província, publicando o respectivo *Plano de Estudos*

1770 – Eleito e sagrado Bispo de Beja

– Nomeado Presidente da Real Mesa Censória

1771 – A direcção das Escolas Menores e do Real Colégio dos Nobres é entregue à Real Mesa Censória

– Nomeado Presidente da Junta do Subsídio Literário, acabada de instituir

– Torna-se membro da Junta da Providência Literária encarregada da Reforma da Universidade de Coimbra

– Acumula, com os outros cargos, o de Preceptor do Príncipe D. José, primogénito da herdeira do trono (D. Maria), neto do Rei D. José

1777 – Retira-se para Beja, dedicando-se exclusivamente ao governo da sua Diocese

1802 – Nomeado Arcebispo de Évora, cidade onde fixa residência

1805 – Funda a Biblioteca Pública de Évora

1812 – Torna-se Membro honorário da Academia Real das Ciências

1814 – Morre em Évora, no dia 26 de Janeiro

II. Carta de Doação

Ao Príncipe Nosso Senhor

Rogo eu Bispo de Beja humildemente seja servido acceitar a livre doação, que faço á Real Bibliotheca Publica de Lisboa pelo seo inspirado estabelecimento eu [sic] utilidade, e credito nacional, dos livros, em que me pareceo haver dignidade, raridade, e de alguma proporção, os quaes separei daquelles, que para os estudos proprios desta diocese nella se devem conservar, não havendo nesta dilatadissima provincia livraria alguma publica, sendo necessaria a cada instante: assim como tambem comprehendo na mesma doação, pelo meo amor patrio o monetario de mais de trez mil medalhas não duplicadas, de cobre, prata, e oiro, em que ha rarissimas, algumas desconhecidas, e gregas, e outras raridades dignas do Museo Real, e Publico, pois que o animo do bom, e augusto Principe não he para menos do que repetir em sua felicissima Corte o Museo de Alexandria; e tanto mais quanto vejo não hir a coiza a precipitar-se por descuidos, e froxidões, mas sim estar entregue a hum prefeito de vocação notoria para tão grande obra, acompanhado de pessoas intelligentes, e activas, que hão-de conservar, melhorar, e augmentar hum instituto pelo qual tem chamado os votos de todos os bons, e zelozos patriotas.

E quando o mesmo senhor, de indole beneficentissima se digne approvar, e acceitar esta demonstração das minhas inclinações ao credito nacional, e queira favorecer-me, eu pediria a Sua Alteza Real em consideração do que tenho dispendido com a minha Igreja no espaço de vinte e sette annos, me fizesse a outra graça, a exemplo do Prezidente e Deputados da Real Meza da Commissão extincta, e mandasse dar-me os cahidos, e continuar na forma, que parecer justa ao mesmo senhor, os meos ordenados, e pois que nella fui Prezidente desde o anno de mil settecentos, e settenta até mil settecentos settenta, e sette com as fadigas, que não desmerecem contemplação, e creando por nova forma as Escollas Menores com muito esplendor; e ao mesmo tempo fui Prezidente do Subsidio Litterario, cuja colheita, e arrecadação creei com muita vantagem da Fazenda Real, e meios para esta se não gravar. E como a tudo excede a graça do melhor dos Principes, a ella me conformo com a submissão de dependente, e respeito de fiel vassallo.

Frei Manoel Bispo de Beja
Beja em 24 de Março de 1797

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas:
AHTC, Lisboa – Erário Régio, L. 3939

Biblioteca Nacional:
BN, Lisboa – BN/AC/01/Cx 01
BN, Lisboa – BN/DGA/ Cx 01, doc. Nº 3
BN, Lisboa – COD. 8549; 11522 -11525.

Biblioteca Pública de Évora:
BPE, Évora – CXXVIII / 2-15.
BPE, Évora – CXXVIII / 2-16.
BPE, Évora – CXXVIII / 2-17.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo:
IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino (Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros), L. 362
IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino, Subsidio Literário, Mç. 360, nº 5.

Bibliografia

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (org.). *A galáxia das línguas na época da Expansão*. Lisboa: CNCDP, 1992.
- CAEIRO, Francisco da Gama. *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959.
- _____. A obra do Arcebispo D. Fr. Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa. In: *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia - Seminário Maior de Évora, 1994, v. 2, p. 367-373.
- _____. *Dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998. V. 1. *Catálogo da Livraria do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor D. José da Silva Peçanha que se ha vender nas suas casas à Junqueira [...] em Junho de 1775* [s.n., s.l.].
- CENÁCULO, Manuel do. *Disposições do Superior Provincial para a Observância Regular, e Literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco....* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1776. Tomo I.
- _____. *Memorias Historicas e Appendix Segundo [...] Para a Observancia e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794. Vol. 2.
- CHAVES, Luís; SARAIVA, José da Cunha. *O século do Tosão de Ouro em Portugal*. Lisboa, 1930 (Sep. de Arqueologia e História, v. 9).
- CORNIDE, José. *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893, 3 v. (Memorial Historico Español: Col. Doc.; 26). Edição de Antonio SÁNCHEZ MOGUEL.
- DIAS, Luis F. Carvalho. *Inéditos de Antonio Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1976.
- DOMINGOS, Manuela D. A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2, 5 (1) 1990, p.139-160.
- _____. Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 7 (1) 1992, p. 137-158.
- _____. *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- _____. Biblioteca de Bibliotecas: a *Biblioteca Pública* no pensamento de Cenáculo. In VAZ, Francisco; CALIXTO, José António (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p.23-45.
- FERREIRA, Teresa D. & MARTINS, Lúcia. *A ciência do desenho: a ilustração na colecção de códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001.
- GARCIA, Maria da Graça. Vedute di Roma, In *Biblioteca Nacional – Tesouros: Iconografia* (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/369>).
- GOUVEIA, António de. *Innocentia Victriz... = Vitória da Inocência ou sentença das Assembleias do Império Chinês em prol da inocência da religião cristã*. (Introd. de Horácio P. Araújo; leitura, fixação de texto e trad. do latim Aires A. Nascimento). Lisboa: IPOR: BN, 1999, 2 v. (Documenta; 2).

- LEITÃO, Henrique de Sousa *et alii* (orgs.). *O livro científico dos séculos XV-XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004.
- MARCADÉ, Jacques. *Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora: 1770-1814*. Paris: F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978.
- Pedro Nunes (1502-1578): novas terras, novos mares e o que mais he: novo ceo e novas estrelas*. Lisboa: BN, 2002
- PIWNIK, Marie-Helène. La correspondance Mayáns-Cenáculo: principaux aspects. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 20, 1984, p. 233- 311.
- _____. La correspondance Mayáns-Cenáculo. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 483-614.
- ROCHE, Daniel. Lumières. *Autrement*. Paris, avril 1991 [«La Bibliothèque : miroir de l'âme, mémoire du monde»].
- RUAS, João (coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (Bicentenário, 1805-2005). Lisboa: Edições INAPA, 2005.
- SALGADO, Vicente. *Origem e progresso das línguas orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1790.
- VASCONCELOS, J. Leite de (ed.). *Viagem de Pérez Bayer a Portugal em 1782. O Archeologo Portuguez*, Lisboa, 24, 1920, p. 108-176.
- VAZ, Francisco A. Lourenço. *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- _____. A fundação da Biblioteca Pública de Évora. In VAZ, Francisco; CALIXTO, José António (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p.57-89.

Notas

1Cf. Francisco da Gama CAEIRO. *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959, recolhido nas obras completas ao autor: *Dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1998. Vol. 1, p. 333-499; Jacques MARCADÉ. *Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora: 1770-1814*. Paris: F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978.

2 Francisco da Gama CAEIRO. A obra do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa. *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia-Seminário Maior de Évora, 1994. V.2, p. 367-373. (Retomada em *Dispersos*. V. 1, p. 527-534).

3 Manuel do CENÁCULO. *Memórias Historicas e Appendix Segundo [...] Para a Observancia e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794, v. 2, p. 200-203. (O primeiro volume publicou-se em 1776). J. MARCADÉ, *loc. cit.*, p. 512, recolhendo informações de Fr. Vicente Salgado, indica que a obra foi acabada de escrever em 1773.

4 Carta de 2 de Maio de 1774, in Marie-Helène PIWNIK. La correspondance Mayáns-Cenáculo. *Arquivos do C. Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 540.

5 Explica este projecto a Mayáns, em carta de 7 de Junho de 1777: «A minha Bibliotheca he apta para nella se formarem com merecimento os sojeitos que a quizerem desfructar. Eu a vou transferindo para esta Capital da

Dioceze para a fazer Publica, e por hora os Livros relativos ao Estado Ecclesiastico se acham quasi colocados em termos de serem lidos», *apud* Piwnik, *loc. cit.*, 549-550.

6 Cf. Francisco VAZ. A fundação da Biblioteca Pública de Évora. In F. VAZ; José A. CALIXTO (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p. 57-89. Para uma visão geral da amplitude e raridade dos seus fundos, veja-se a obra: João RUAS (coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (Bicenténário, 1805-2005). Lisboa: Edições INAPA, 2005.

7 F. da Gama CAEIRO. Frei Manuel do Cenáculo.... In: *Dispersos, loc. cit.*, V. 1, p. 381.

8 Marie-Hélène PIWNIK num trabalho anterior ao citado: La correspondance Mayáns-Cenáculo. Principaux aspects. *Arquivos do C. Cultural Português*. Paris, 20, 1984 – faz a aproximação de interesses entre ambos, afirmando: «La réforme pédagogique, comme le renouvellement de la critique historique et sacrée, qui réunissent les deux hommes dans une même entreprise de révision et de refonte, doivent toutefois se garder de faire courir des risques au dogme. Il faut donc se préoccuper de l'architecture morale des futures elites laïques ou religieuses», *loc. cit.* p. 269-270.

9 Marie-Hélène PIWNIK La correspondance...(1986), *loc. cit.*, p. 537-539 (Os *itálicos* são nossos).

10 Segundo Fr. Vicente Salgado, esse acto teve lugar «no verão de 1773, perante o Príncipe Real e fidalgos da Corte, como primeira demonstração de conhecimento do árabe, hebraico e grego», *apud* CAEIRO, *loc. cit.*, p. 389

11 Trata-se certamente da obra: *Nouveaux traité de diplomatique: ou l'on examine les fondements de cet art.... par deux religieux Benedictins de la Congregation de S. Maur*. Paris: chez Guillaume Desprez..., 1750-1765, 6 vol. Um resumo desta obra foi editado em Lisboa nesses anos: *Methode de diplomatique ou règles générales et particulières pour discerner les vrais, et faux titres... par deux religieux Benedictins de la Congregation de S. Maur*. Lisbonne: Imprimerie Royale, 1773, 455 p. (Esta obra e as seguintes figuram actualmente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, que conserva os fundos do antigo Convento de Jesus).

12 GARTTERER, Johann Christoph, 1727-1799– *Elementa artis diplomaticae universalis cum tabulis XII aeri incisus volumen prius*. Gottingae: Viduam Vandenhoeckii, 1765

13 Deve tratar-se do teólogo Johan J. RAMBACH, 1693-1735 – *Institutiones hermeneuticae sacrae variis observationibus copiosissimisque exemplis biblicis illustratae cum praefatione Joannis Francisci Buddei...* Editio octava. Jenae: Joan. Wilh. Hartungii, 1764

14 Deve tratar-se de uma obra do historiador J.-G. ECKART, 1664-1730, que não localizámos na Biblioteca.

15 ERASMO, 1469-1536– *Epitome libri de copia verborum....: quam ratio varandiae orationis exemplis atque explanationibus Paulo Atertioribus traditur*. Olisipone: Typographia Regia, 1773.

16 Refere-se certamente à obra de Johann Jakob BRUCKER, 1696-1770– *Synopsis historiae philosophiae secundum ordinem Brukerianum*. Olisipone: Typis Caetani Ferreira da Costa, 1773.

17 Aliás, era desses anos o seu projecto –com outros doutores conimbricenses– de «pôr em linguagem» o Antigo Testamento que, no entanto, não se efectivou.

18 *cfr.* Gama CAEIRO, *loc. cit.*, p. 388, resumindo posições de diversos autores: de Manuel E. Mota Veiga (1872), a José Pedro Machado (1945) e Joaquim Figanier (1949).

19 *Disposições do Superior Provincial para a Observância Regular, e Literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco...* Tomo I. Lisboa na Regia Officina Typografica. Anno 1776. (O volume compila as disposições que compõem o plano de estudos confirmados pelos alvarás de 3 de Junho de 1769 e 3 de Janeiro de 1774, reeditando planos anteriores com algumas modificações).

20 *Cfr.* *Disposição Quarta...*, p. 15, 33 *passim* (Resumido a partir de F. G. CAEIRO, *loc. cit.*, p. 391).

21 IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino (Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros), L 362, f. 113 v-114 (Sublinhados nossos).

22 Ocupámo-nos do tema em: *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

23 *Catálogo da Livraria do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor D. José da Silva Peçanha que se ha vender nas suas casas à Junqueira [...] em Junho de 1775* [Lisboa].

24 BN – BN/AC/01/Cx 01. Trata-se de um grande *in-fol*, formado por diversos cadernos cosidos, com 47 fólio, quase sem emendas, assinado, mas não datado. Tendo em preparação o seu estudo e edição integral, aludimos apenas a *resultados preliminares* desse trabalho.

25 BPE, Évora – CXXVIII / 2-17 (Listagens datadas de Dez. de 1771 e Dez. de 1773).

26 AHTC, Lisboa – Erário Régio, Liv. 3939, p. 92-93. A partir destas datas e, até finais dos anos setenta, são efectuados outros pagamentos.

27 Cf. Maria da Graça GARCIA. *Vedute di Roma*. In *Biblioteca Nacional – Tesouros: Iconografia* (BNDigital: <http://purl.pt/369>).

28 Carta a G. Mayáns: Beja, 1 Maio 1778, *apud* Piwnik, *loc. cit.* (1986), p. 555.

29 BPE, Évora – CXXVIII / 2-15, f. 35. Tendo em conta a época de grande afluência das obras provenientes das bibliotecas recolhidas e as nomeações do pessoal, o texto terá sido escrito entre Janeiro e Abril de 1775.

30 À maneira de Jorge Luis Borges, como escreveu Daniel ROCHE. *Lumières. Autrement*. Paris, abril 1991

31 Numa nota autógrafa, antes do preâmbulo, indica o destinatário: «Dei este papel em 4 de Julho de 1773 para Reynaldo Manuel fazer a Planta: Levou o original; e ficou esta cópia». BPE, Évora – CXXVIII / 2-16, f. 312-313.

32 Publicámos este plano no artigo: Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 7 (1) 1992, p. 137-158.

33 IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, L 362, f. 181-184. V. edição integral no nosso artigo: A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 5 (1) 1990, 139-160.

34 Pelos balanços da Junta do Subsídio Literário conhecem-se as despesas efectuadas, com materiais de construção, férias dos operários etc. E, apesar da interrupção quase geral das obras de Lisboa, em Novembro de 1784 a obra é dada por concluída (IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, Subsídio Literário, Mç. 360, nº 5), tendo o montante global pago ascendido a 33.560\$247 réis).

35 BN – COD. 342: *Diario das primeiras viagens que fez pelas terras de Portugal D. Francisco Pérez Bayer [...] Bibliothecario Mayor da Real Bibliotheca de Madrid [...]*. Editado por J. Leite de VASCONCELOS. Viagem de Pérez Bayer a Portugal em 1782. *O Archeologo Portuguez*, Lisboa, 24, 1920, p. 108-176.

36 *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893, 3v., t. 2, p. 17 (Memorial Historico Español: Col. Doc.; 26), em edição de Antonio SÁNCHEZ MOGUEL.

37 Remetemos para o estudo mais recente que dedicámos a este tema: Biblioteca de Bibliotecas: a *Biblioteca Pública* no pensamento de Cenáculo. In Francisco VAZ; José António CALIXTO (org.). *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p. 26-45.

38 Cf. «Relatório de 5 de Janeiro de 1796», que publicámos na íntegra no artigo: A caminho da Real Biblioteca Pública..., *loc. cit.*, *maxime* p. 157-160.

39 De facto, a abertura ao público teve lugar no dia 13 de Maio de 1797, aniversário do Príncipe Regente.

40 Carta de 27 de Setembro de 1796, *apud* Luís F. Carvalho DIAS. *Inéditos de Antonio Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1976. (Os itálicos são nossos)

41 A próxima edição deste epistolário poderá esclarecer estes aspectos com maior detalhe.

42 Carta de 17 de Outubro de 1796. BN – BN/DGA/03/Cx 01, doc. Nº 3, a editar na íntegra (Os itálicos são nossos).

43 Cf. BN – COD. 11524.

44 Carta de 17 de Outubro de 1796, *supra*.

45 Carta de 9 de Dezembro de 1796, In Epistolário: correspondência trocada entre António Ribeiro dos Santos e

Frei Manuel do Cenáculo, bispo de Beja. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, 15-16 (1958), p. 176-177 (*apud* BN - COD. 8549, p. 180-181).

46 BN – COD 11522; 11523; 11525, respectivamente: «Catalogo Methodico... que contem os livros impressos de Historia, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Mathematica, Officios e Artes, e Sciencias Civis, e Politicas – TOMO I»; «Catalogo Methodico... que contem os livros impressos das Sciencias Ecclesiasticas, e da Polygraphia, e Miscellanea – TOMO II»; «Catalogo Methodico... que contem os MSS. – TOMO III».

47 Carta de 24 de Maio de 1797, *apud* Luis F. Carvalho DIAS, *loc. cit.*

48 Carta a Gregório Mayáns, 29 de Novº de 1773, *apud* PIWNICK, *loc. cit.*, p. 537.

49 Cf., por exemplo. Fr. Vicente SALGADO. *Origem e progresso das línguas orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1790.

50 Cf. por todos Maria Leonor Carvalhão BUESCU (org.). *A galáxia das línguas na época da Expansão*. Lisboa: CNCDP, 1992.

51 «Se alguma obra se pode considerar o mais importante livro na história da Astronomia, essa distinção cabe sem dúvida ao *Almagestum* de Ptolomeu, um livro que simultaneamente obliterou todas as obras que o precederam e se tornou a referência central de astronomia teórica durante mais de mil anos.», comenta Henrique Leitão, Comissário da exposição: *Pedro Nunes, 1502-1578*. Lisboa: BN, 2002 (*loc. cit.* p. 197); ver também do mesmo autor: *O livro científico dos séc. XV-XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004. Aqui escreve: «No vértice de todo este processo [de introdução à Matemática], estava o *Almagesto*, uma obra tecnicamente muito sofisticada destinada apenas aos grandes especialistas. Conhecido em versões manuscritas durante a Idade Média, o *Almagesto* foi impresso pela primeira vez em 1515 (Veneza: Petrus Liechtenstein) na tradução latina de Gerard de Cremona, a partir do árabe. Pouco depois foi publicada a edição latina a partir do grego, de Jorge de Trebizonda (Veneza: Giunta, 1528) e, finalmente, em 1538, era publicado o texto grego (Basileia: J. Walderus)», *loc. cit.*, p. 26.

52 Cf. *A ciência do desenho: a ilustração na coleção de códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001.

53 Existe uma recente edição *facsimil* desta obra acompanhado da respectiva tradução: *Innocentia Victriz... = Vitória da Inocência ou sentença das Assembleias do Império Chinês em prol da inocência da religião cristã*. (Introd. de Horácio P. ARAÚJO; leitura, fixação de texto e trad. do latim Aires A. NASCIMENTO). Lisboa: IPOR: BN, 1999, 2 v. (Documenta; 2).

54 Informação que agradeço a Luís Farinha Franco. O 1º volume encontrava-se na Biblioteca de Turim, mas desapareceu no incêndio de 1904, segundo confirmação recente daquela instituição. O texto foi impresso duas vezes no século XVI: Paris, 1517; Troyes, 1530. (Cf. Luís CHAVES; José da Cunha SARAIVA. *O século do Tosão de Ouro em Portugal*. Lisboa, 1930. Separata de *Arqueologia e História*, v. 9, p.71).

55 Caso da coleção de obras de Voltaire: enunciam-se apenas «77 volumes das obras impressas entre 1771 e 1774».

56 São inicialmente descritas como: «Coleção de assuntos jesuítas – 200 volumes»; «Coleção sobre assumptos jansenistas - 229 volumes» (Cf. BN - COD 11524).

Resumo

Pretende-se situar a figura de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), eclesiástico, historiador, político, reformador e filósofo no Portugal de Setecentos. Destaca-se a sua actividade como humanista, arqueólogo e bibliófilo, sem esquecer o seu protagonismo em todas as reformas do ensino. A correspondência assídua com os eruditos do tempo, a sua atenção ao movimento editorial europeu e o empenho na compra de livros que constituiriam os núcleos fundacionais das primeiras bibliotecas públicas do país – com destaque para a do seu Convento, a de Beja, a da Real Biblioteca Pública da Corte (1796) e a de Évora – são

outros temas desta abordagem que retrata um saber enciclopédico e uma generosa acção mecenática em prol do saber científico e das letras portuguesas.

Palavras-chave: Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814); primeiras bibliotecas públicas de Portugal; acção mecenática

Abstract

The purpose is to analyse the life of *Fr. Manuel do Cenáculo* as a bishop, historian, statesman and reformer of the Portuguese Eighteenth-century. His leadership in all teaching reforms is also mentioned, as well as initiatives on archaeology and as bibliophilist. The essay explores the correspondence between the bishop *Cenáculo* and several erudite people –specially book's collectors in connection with the printing and edition movement in Europe– and underlines his splendid activity as sponsor and founder of the first public libraries in Portugal, namely the *Real Biblioteca Pública da Corte* (1796) as well as the libraries of *Beja* and *Évora*.

Keywords: Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814); first public libraries of Portugal; sponsoring activities

D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca

*Lília Moritz Schwarcz**

Introdução: os livros e as idéias

Muito se tem estudado acerca da partida apressada da família real, logo antes da chegada das tropas de Junot. Pouco se comenta, porém, acerca do que a corte levou consigo na “bagagem”. Ou seja, junto com as tarefas emergenciais, que visavam transferir a metrópole portuguesa, momentaneamente, para a sua colônia, não se esqueceram dos livros e do valor simbólico de uma biblioteca; que deveria acondicionar, borgeamente, todo o saber de uma época. É assim que, apesar de esquecida no porto a Real Biblioteca, esse acervo dos monarcas portugueses – que sempre o trataram como troféu e prêmio, mas também como estratégia de Estado – entraria no Brasil em três levadas, como se a ilustração chegasse ao país em pacotes.

Trata-se de contar, assim, a mesma história, mas com protagonistas diferentes: uma grande livraria “ajuntada” por muitos reis, mas que no Brasil, e com D. João se transformaria em símbolo da tradição, que tanta falta fazia em terras tropicais.

Pretendo analisar e em grandes linhas, a sina da Real Biblioteca, esse acervo dos monarcas portugueses, que sempre o trataram como troféu e prêmio mas também como estratégia de Estado. Tanto que ele estará presente nos grandes momentos da história portuguesa e ainda no contexto que liga diretamente – e digamos assim – a história de Portugal à história do Brasil. Estou me referindo a episódios mais marcadamente portugueses – como o terremoto de Lisboa – mas também a eventos como a fuga da Família Real ou o pagamento da pesada conta da independência.

Portanto, trata-se de contar a mesma história mas com protagonistas diferentes: uma grande livraria “ajuntada” por tantos reis e símbolo de tantos desejos e projetos e seus bibliotecários, sempre preocupados – borgeianamente – com suas classificações, critérios, estantes e modelos.

* Lília Moritz Scharcz é Professora de Antropologia da USP e autora, entre outros, de *As Barbas do Imperador* (São Paulo: Companhia de Letras, 1999).

Mas começo com uma história, mesmo porque dizem que elas ajudam a nomear um problema e selecionar uma questão. Italo Calvino no conto “Um general na biblioteca” narra um estranho episódio que teria ocorrido bem na Pandúria, *“nação ilustre, onde uma suspeita insinuou-se um dia nas mentes dos oficiais superiores: a de que os livros contivessem opiniões contrárias ao prestígio militar”*. Com efeito, a partir de uma série de investigações percebeu-se que esse hábito tão difundido, *“de considerar os generais como gente que também pode se enganar e organizar desastres, e as guerras como algo às vezes diferente das radiosas cavalgadas para destinos gloriosos”* era partilhado por grande quantidade de livros, modernos e antigos, pandurianos e estrangeiros. Frente a tal constatação o Estado-Maior nomeou uma comissão de inquérito para examinar a maior biblioteca local. Os militares tomaram posse num dia chuvoso e não sem antes colocar um cartaz proibindo a entrada: *“por causa das grandes manobras, até que as concluam”*. Os estudiosos que costumavam freqüentar a biblioteca foram retirados, a não ser o senhor Crispino, uma espécie de velho bibliotecário local. A partir de então procedeu-se a divisão de tarefas, sendo que a cada tenente foi designado um ramo do saber. Mas como os militares não eram muito versados *“em matéria bibliográfica”* tiveram que recorrer ao Crispino, enquanto procuravam desenvolver seu trabalho de censura. E se os primeiros relatórios saíram fáceis; já os demais mostravam-se complicados: *“A floresta de livros ao invés de ser devastada, parecia ficar cada vez mais emaranhada”*. Um livro levava a outro, os raciocínios iam tornando-se mais históricos, filosóficos e econômicos e daí nasciam discussões genéricas por horas a fio. Depois do general e dos tenentes seriam os soldados contaminados por essa mania leitora que assolou toda a tropa. O resultado é que pouco se soube dos trabalhos desenvolvidos pela comissão durante as longas semanas invernais. Por isso mesmo, quando o comando supremo – cansado de esperar – ordenou a conclusão da investigação e a apresentação do relatório obteve o que queria, mas não como queria. *“As idéias andavam brotando em suas cabeças”* e finalmente a comissão entregou o parecer. Ao invés de uma lista de obras censuradas, apareceu então *“uma espécie de compêndio da história da humanidade, das origens aos nossos dias, no qual todas as idéias para os bem-pensantes de Pandúria eram criticadas, as classes dirigentes denunciadas ... e o povo exaltado como vítima heróica das guerras e políticas equivocadas”*. A exposição era um pouco confusa, mas sobre o significado não sobravam dúvidas. A assembléia dos generais de Pandúria empalideceu, falou-se de degradação e processo. Depois, temendo-se escândalo maior, o general e os quatro tenentes foram mandados para reserva por causa de *“um grave esgotamento nervoso contraído no serviço”*.

Fim da história mas não tanto. Até hoje, vestidos à paisana, encapotados para não congelarem, freqüentemente os militares destituídos são “*vistos entrando na velha biblioteca, onde esperava por eles o senhor Crispino com seus livros*”.¹

Dizem que quem conta um conto aumenta um ponto e não sou eu quem vai dar conta de uma narrativa como essa. Mas meu desejo é tomar partido. Um partido de análise que bem fala das potencialidades desse encontro.

Livros guardam memórias, encantamentos e se travestem. Perturbam e excitam a fantasia, assim como as vezes irmanam o sonho com a ação. Por isso trazem tanto medo e pedem reação. E se os conteúdos passam – os livros de cavalaria de Cervantes hoje são simples curiosidade literária, assim como as obras da ilustração perderam a velha capacidade de inspirar revoluções – o poder alucinatório dos livros e das bibliotecas, seus grandes depósitos, continua presente.

E nosso caso aqui, é e não é diferente. Com efeito, o que pretendo fazer aqui – e em pouco tempo – é na verdade um breve passeio, a fim de tentar mostrar de que maneira, a Real Biblioteca chega ao Brasil e constitui uma parte significativa de nossa atual Biblioteca Nacional.

A pesquisa que realizei – junto com Paulo César de Azevedo e Angela Marques da Csota – conta as aventuras e desventuras da Real Biblioteca cujo acervo remonta à própria história da monarquia portuguesa e é quase um espelho dela. No entanto se foram muitos os soberanos que trataram de “ajuntar livros”, bem na tradição das Reais Bibliotecas que tomavam forma definida a partir dos séculos XV e XVI, foi mesmo nos tempos fartos de D. João V que a Real se transformou numa estratégia definida de poder, mostrando os vínculos entre bibliotecas e a política de Estado.

1. Nos tempos fartos de D. João

Nesse contexto (1706-1750) em que o ouro do Brasil afluía de maneira fácil e pretensamente inesgotável D. João V usou a biblioteca como uma questão de prestígio; um cartão postal de sua erudição, e uma maneira de projetar o próprio monarca e seu reino.

Com uma preocupação com outras bibliotecas manda mensageiros a Viena, Paris, Roma, Londres (aonde o enviado garantia que as bibliotecas de Oxford e de Cambridge eram muito diferentes dos conventos portugueses). Sabia-se de tudo: técnicas de classificação, objetos, funcionamento, horários, práticas e bibliotecas inteiras eram compradas com o intuito de fazer dessa biblioteca uma das maiores do Velho Mundo. Em curto espaço de tempo a bi-

blioteca teria a dimensão das coleções reais européias como as da rainha Cristina, o duque de Orleans, o gran Duque da Toscana e o príncipe da Savóia.

Eram as luzes joaninas: D. João conhecido por sua pouca cultura rebatia tudo com esse projeto de renovação cultural que tinha a frente sua grandiosa livraria. E a Biblioteca crescia, junto com o famoso fascínio do rei pela demonstração. Tanto que com a morte do rei, os panegíricos associariam o rei à Biblioteca, ou melhor à biblioteca perdida de Lisboa

2. Terremoto

O dia era o 1º de novembro de 1755, dia de Todos os Santos. A manhã parecia promissora: o céu límpido, a temperatura amena de 17,5 graus e o ar tépido não acenavam para a catástrofe que se aproximava. Ao contrário, a jornada apresentava-se própria para o “cuidado das almas” e as Igrejas, apinhadas de gente, deixavam badalar os campanários, ao mesmo tempo em que sinos soavam pelos quatro cantos da cidade de Lisboa, chamando a população para a missa. O ambiente todo lembrava calma, em meio àquela orquestração de preces, das nuvens de incenso com seu cheiro tão peculiar, das roupas caprichadas dos dias feriados e dos cumprimentos amistosos entre vizinhos. Tudo fazia daquele 1º de novembro um dia santificado, próprio para a exaltação da glória de Deus, naquela capital tão afeita a demonstrações religiosas.

Mas as agruras do dia estavam só por começar. Após três abalos consecutivos, que duraram poucos minutos, um fogo devastador incendiou o que restava para destruir: consumiu edifícios, derreteu riquezas e matou aqueles que estavam dentro de casa. Por sinal, foram as chamas as culpadas da maior parte dos prejuízos.

E a sucessão de horrores continuava. Após os abalos, enquanto o incêndio continuava vigoroso, as águas do Tejo subiram rapidamente de seis a nove metros. Ou seja, em torno de uma hora após o primeiro tremor, alguns sobreviventes, ainda atônitos, olharam para o porto e notaram que as águas pareciam vazar para o oceano: tratava-se de um refluxo motivado pelo terremoto que estourara em alto mar. Segundo os testemunhos, a zona portuária teria ficado quase seca e seu leito um tanto lodoso. Ao certo ninguém pode afirmar o que aconteceu; sabe-se porém que, em poucos minutos, o legendário Tejo, elevou-se a uma altura inacreditável. Assim, aqueles que haviam resolvido fugir do fogo correndo para as águas não tiveram melhor sorte, uma vez que essas, de tal maneira agitadas, trouxeram de volta barcos, despojos e com eles corpos já sem vida.

O resultado desse acúmulo de desastres é que, logo depois do incidente, pouco se via para além de escombros. Não é o caso de resumir os infortúnios causados pelo terremoto que teve consequência graves em diferentes setores da vida portuguesa. O que me interessa mais de perto são os livros e o fato do antigo palácio Real, localizado no Terreiro do Paço, ter sido atingido sucessivamente pelos três infortúnios: o tremor, o fogo e o maremoto.

E se as chamadas são democráticas, o foram ainda mais no que se refere aos papéis e aos livros cuidadosamente ajuntados pelos reis. Quase nada restou da primeira real biblioteca que continha livros maravilhosos, gravuras dos mestres italianos e dos países baixos, manuscritos, códices e mapas. Tudo virou objeto da memória que tem em seu feitio a própria recriação.

3. Tempos de Pombal

Nesse nosso passeio rápido chegamos aos tempos de D. José I e de seu poderoso ministro Pombal, mais conhecido pela gramática política que começava a realizar, transformando o Estado em um verdadeiro teatro da sua atuação: uma gramática política.

Pombal, que ficou conhecido por sua política truculenta contra os jesuítas e que resultou na própria expulsão da ordem em 1759; pela domesticação da nobreza (cujo caso mais emblemático é o da execução dos Távoras (acusados de regicídio sem muitas provas), concentrou sua atenção em dois grandes aspectos. Após o terremoto – que para Pombal significou quase um patamar para sua nova política – passou atuar em duas linhas de frente: de um lado a reforma urbana – aonde se desenharia e demonstraria a nova racionalidade preconizada a partir de então –, de outro a reforma educacional, que nos interessa mais de perto.

O primeiro local em que ela se afirmaria seria na Universidade de Coimbra aonde, a partir de então reorganizavam-se estruturas e modos de pensar. Era a nova racionalidade e a prática da experimentação que se impunham, no lugar da neo escolástica e de um ensino muito preso às amarras religiosas. No entanto, é no mundo das bibliotecas que estamos mais focados, e esse seria muito afetado pela nova política Pombalina. Com efeito, Pombal trataria de reconstruir a antiga mística das Bibliotecas dos Reis – agora no Paço da Ajuda – com os poucos recursos que haviam sobrado. O próprio rei D. José I, de tão assustado que estava, se acostumara com a idéia de morar numa Real Barraca, ainda não terminada, só por conta do medo de que algo caísse em sua Real Cabeça.

E é na idealização da nova biblioteca – uma vez que a outra tinha desaparecido totalmente – e sobrado só a “memória de uma biblioteca maravilhosa” – que podemos perceber as limites do modelo pombalino e da própria ilustração portuguesa.

De um lado, a censura continuava solta – e atuando em três instâncias – assim como livros e seus donos continuavam a ser presos e retirados de circulação. Não obstante os mesmos livros retirados pela mesa censória eram aqueles que agora fariam parte dos acervos reais. Esse é o caso das bibliotecas dos jesuítas que expulsos de Portugal tinham seus livros reutilizados na Real Biblioteca, dividida em dois acervos: A Real Biblioteca e a Livraria do Infante. Esse é caso, também, da atuação da Real Mesa Censória que, a despeito da formação mais arejada de seus integrantes, continuava a censurar as obras de mestres como Voltaire e Diderot. Impedia-se a circulação para o pública, mas se incluía nos acervos reais.

Até mesmo a atuação da Mesa Censória é paradoxal, uma vez que sistematicamente liberava livros antes banidos pela Inquisição, para seus proprietários ou livreiros. Entre tantos pode-se citar *Ouvres*, de Voltaire (sobretudo as obras de teatro), *Pamela*, de Richardson, *Esprit de lois*, de Montesquieu, *Essays on human understanging*, de Locke². Em 1769, por exemplo, a Real Mesa Censória ordenou que todas as livrarias, gráficas, editoras e bibliotecas entregassem relações contendo os livros e manuscritos existentes em seus acervos. E nesse processo, obras que divulgassem conteúdos de “irreligião e a falsa filosofia dos livros dos chamados ‘filósofos’ cujo ateísmo e materialismo” continuavam condenadas.³ Com tantas idas e vindas, livros de autores como Voltaire, Diderot e Rousseau estavam sempre sujeitos a interditos imediatos, ou futuros.

Era, portanto, um Iluminismo complexo esse que entrava em Portugal, animando a leitura de algumas obras e mantendo a proibição de outras.

Para se ter uma idéia do montante de livros apreendidos, basta lembrar que a Real Biblioteca Pública, criada por decreto em 1775, foi basicamente aberta tendo como acervo os livros coletados e liberados pela Real Mesa na biblioteca dos oratorianos e nas bibliotecas dos colégios jesuíticos, suprimidos em 1759.

Não é o caso de adentrarmos o tema da Real Mesa Censória. O fato mais destacado é que na gramática política do ministro, ganhou projeção o plano de reconstruir duas novas livrarias reais. De um lado começava a ser elaborada uma nova Livraria – a Real Biblioteca Pública da Corte – mais vinculada à nova lógica racional implementada por Pombal. Por sinal a “Pública” surgia como resultado imediato dos trabalhos da Real Mesa Censória, órgão criado em 1768, com o objetivo de retirar da Inquisição seu antigo papel censor.

Diferente era, porém, o destino da Real Biblioteca, que, nesse caso, interessa-nos mais de perto. Essa seria refeita com o fito de substituir a antiga coleção ajuntada por vários monarcas portugueses e, para tanto, reservou-se um novo espaço, o Palácio da Ajuda, buscando-se guardar o formato da anterior. Ali foram reunidas duas coleções diferentes: a Livraria Real (privativa dos monarcas) e a do Infantado (especializada na formação dos príncipes reais). Cuidava-se da educação dos futuros monarcas, garantia-se documentação para casos de limites e fronteiras e, de quebra, caprichava-se na imagem de uma nação que se queria erudita e civilizada. Para coordenar os trabalhos foi nomeado o padre José Caetano de Almeida, que se transferiu para a Ajuda em 1756, lá ficando até 1768.

Era, assim, bastante original o novo modelo português, prevendo duas grandes bibliotecas. Ao mesmo tempo em que se reorganizava a Real Biblioteca, junto ao novo Paço da Ajuda, de forma autônoma, erguia-se a Real Biblioteca Pública, bem no antigo Paço que passava a ser reerguido. Dimensionada na proporção das grandes bibliotecas européias, a Biblioteca Pública contava, já de início, com um núcleo composto pelos muitos acervos dos Colégios da Companhia de Jesus, expulsa desde 1759. Um decreto de 2 de outubro de 1775 determinou a instalação dessa nova Livraria na ala ocidental do Terreiro do Paço, em vias de construção. Nas décadas seguintes, as circunstâncias políticas e culturais não se mostraram favoráveis à continuidade do projeto, que ficou durante algum tempo engavetado.

Não é, porém, dessa biblioteca que se pretende tratar, mesmo porque os trabalhos da Pública permaneceram um tanto truncados durante largo tempo. As maiores atenções se voltaram, logo após o terremoto, à Real Biblioteca, que já tinha seu lugar na tradição portuguesa. D. José, já instalado em seu incipiente Paço de Madeira, levantado na Quinta de Cima do lugar de Nossa Senhora da Ajuda, determinou, de imediato, e com o auxílio de um valido, a reconstrução de uma nova biblioteca num edifício de pedra e cal, no próprio palácio. Em seu formato inicial, a Livraria teria três dependências e estaria localizada junto à torre da sineira, bem próxima ao rei.

Mas, como não há biblioteca sem livros, a aquisição de novas obras era premente. Já em 1756 negociou-se a compra da coleção do bibliófilo Dr. Nicolau Francisco Xavier da Silva, contendo um valioso acervo de manuscritos e livros. Não eram muitas, no entanto, as bibliotecas privadas que haviam sobrevivido ao terremoto. Talvez a mais importante tenha sido aquela adquirida da Condessa de Redondo, cuja coleção honraria qualquer instituição do gênero. A livraria que pertencera ao Conde de Redondo era famosa pela quantidade de volumes e pela boa qualidade dos manuscritos de história.

Seguiu-se a estas a compra da livraria do dono de um jornal português, o gazeteiro José Maria Monterroio de Mascarenhas, rica em dicionários e em livros de genealogia, de origem castelhana, inglesa e portuguesa. E se juntariam, ainda, os acervos do Cardeal Mota e de seu irmão, e outras pequenas livrarias disponíveis no mercado.

Mas a grande coleção aquinhoadada nesse primeiro momento foi a do abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado,⁴ com 4.301 obras, divididas em 5.764 volumes, abrangendo diferentes ramos do conhecimento e incluindo, ainda, belas coleções de retratos, estampas de caráter religioso, mapas e um conjunto de folhetos agrupados por temas. Tomou parte na negociação Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814), da Ordem Terceira da Penitência, cuja importância cultural era evidente: além de presidente da Real Mesa Censória, era diretor dos Estudos Secundários e do Colégio dos Nobres. O frade era também presidente da Junta de Subsídio Literário, trabalhou na reforma da Universidade de Coimbra, onde era professor, isso sem esquecer seu papel como preceptor do Príncipe D. José, neto do monarca. Cosmopolita, mantinha correspondência com pensadores da época e contatos com o mundo bibliófilo. Em suas memórias, recordando-se da importância dessas instituições, escreveu: *“As famosas bibliotecas que se apresentavam à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levavam milhares de idéias que se começaram a reproduzir como o tempo ia permitindo”*.⁵

Cenáculo foi uma figura central na negociação do acervo e, junto com o Padre Francisco José da Serra Xavier – que anos depois seria bibliotecário da Real Biblioteca – tratou de persuadir o velho amigo, Barbosa Machado, a oferecer sua rara livraria.

A biblioteca de Diogo Barbosa Machado trazia um pouco de tudo e, sobretudo, muito para quem nada possuía. O cuidado era tal que o deslocamento dos livros foi tratado como questão prioritária do Estado, que encarregou um responsável especial: Nicolau Pagliarini, o diretor da Tipografia Régia e encarregado das livrarias do Paço das Necessidades e do Colégio dos Nobres, que se tornara muito conhecido por sua campanha antijesuítica.

A originalidade da coleção guardava a personalidade do antigo proprietário, que não se limitou a colecionar obras valiosas e a mantê-las. Barbosa Machado reuniu, por exemplo, uma grande coleção de opúsculos raros, concernentes às histórias de Portugal e do Brasil, reduzindo-os todos a um só formato. O acervo contava ainda com 3.134 folhetos que o bibliógrafo reunira durante sua vida e que conformavam 85 volumes.

A coleção possuía também uma grande seção de iconografia de que

faziam parte obras impressas com ilustrações gravadas a água-forte ou buril e conjuntos de imagens relacionados à história de Portugal. Reunidos em volumes *in folio*, de grandes formatos, esses livros apresentavam estampas recortadas (em boa parte de obras publicadas) e montadas em novas encadernações. Oito tomos de retratos eram divididos em vários volumes, perfazendo um total de 1.980 estampas, todas recortadas, descritas e catalogadas. A coleção incluía um volume de mapas, vistas e plantas de fortalezas que registravam feitos da história de Portugal, não só no reino como na África e nas demais possessões asiáticas e da Oceania. Existiam, ainda, 63 títulos referentes à arte da gravação, que introduziam conjuntos relativos à Bíblia e reproduções de quadros de pintores célebres, pertencentes a colecionadores particulares.

Mas falta descrever o que Barbosa Machado considerava sua maior obra, não como bibliófilo, mas como autor e membro da Academia Real de História: a *Bibliotheca Lusitana*, organizada em três grande tomos, refaz, em ordem alfabética, a memória dos grandes líderes, intelectuais e religiosos da nação. Já no título da obra ficam evidentes as intenções: *Bibliotheca Lusitana. História, Crítica e Cronologia na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da Graça até o tempo presente*.⁶

Dedicada aos monarcas portugueses – primeiramente D. João V e depois D. José I –, a obra representa, sobretudo, um exercício de exaltação do poder real. Logo na introdução, Barbosa Machado enaltece o rei e suas benesses na área da cultura. A imagem de D. João V, tão carente de grandes feitos, é associada a dois grandes empreendimentos – a Academia e a Real Biblioteca –, cada qual, à sua maneira, digno representante da cultura de Portugal. Mas o objetivo era mais grandioso, pois a *Bibliotheca Lusitana* pretendia cumprir uma lacuna: seria uma espécie de dicionário dos conhecimentos acumulados em Portugal e de seus grandes vultos. Uma biblioteca universal, pautada em feitos portugueses: aí estava o grande desafio de Barbosa Machado que, além de coletor, se fazia agora classificador e juiz de obras e de nomes. Pretendia-se, talvez, recriar um passado, reconhecer uma cultura, nomear uma memória; patriótica e oficial, por certo.

Assim, com seus mais de cinco mil volumes, a coleção de Diogo Barbosa Machado significava, para a Real Biblioteca, mais do que a entrada de um novo acervo. Com todos os livros apresentando o ex-libris de seu ex-proprietário – que viria a falecer em 1772 – e uma relação catalográfica cuidadosamente elaborada, a coleção dava personalidade à Livraria, que até então não passava de um amontoado de obras sem grande qualidade. E em 1772, a transferência da coleção parecia terminada.

Estas coleções particulares eram as “heranças” mais aguardadas, diante das escassas possibilidades de aquisição de bons livros no comércio de ocasião. Visto sob esse ângulo, o acervo de Diogo Barbosa Machado era mesmo um prêmio raro.

Mas, se a coleção de Barbosa Machado tornou-se a mais famosa, não foi com certeza a única, tampouco absolutamente original: junto com as doações, vinham as manias, as preferências e os gostos de cada colecionador. Cabia aos funcionários da Real Biblioteca acondicionar, organizar e classificar as novas aquisições, assim como dar a elas um destino de conjunto.

Aos poucos tomava forma um projeto, cujo objetivo era a aquisição não só de um montante significativo de documentos, como de obras de referência, indispensáveis a este tipo de estabelecimento. Ali estavam bibliografias, dicionários, enciclopédias: os instrumentos de trabalho mais modernos, ou ao menos mais famosos na lista de saberes dos humanistas. Desses acervos, também faziam parte estampas, atlas e esculturas, para a decoração do local.

A Real Biblioteca lucraria, ainda, com a entrega das “propinas”: a doação de um ou mais livros de cada edição ao Estado. Era atribuição da Real Mesa Censória, que, após recolher os livros, os distribuía pelas várias coleções reais.

Seja por compra, encomenda, requisição ou recebimento oficial, a Real ia se equipando e ganhando importância. Lembremos, no entanto, que esta não era exatamente uma biblioteca pública, por mais que seu principal responsável se gabasse de “*ter sempre a porta patente para aquelas pessoas a quem se lhe deve permitir entrada*”.⁷ Na verdade, a poucos se facultava passagem: membros da família real e da Corte, visitantes ilustres, ou representantes do corpo diplomático. A Livraria era antes uma dependência do Paço, cuja segurança fazia parte dos negócios da Corte e estava sob a jurisdição do Mordomo-Mor.

Pode-se verificar, a partir da documentação legada pelo amanuense, como, apesar da inexistência de um estatuto interno, existiam regras partilhadas pelo grupo e que possibilitavam o bom funcionamento da instituição. Acompanhar, no entanto, a movimentação do acervo revela seu alcance limitado, ao menos nesses anos iniciais de sua reconstrução: o fito imediato era a família real, e seu círculo íntimo. Sem isto não se entenderia por que todos os que se referiam à instituição a nomeavam sempre no plural: as Reais Bibliotecas, ou as Reais Livrarias. Tal costume vinha da existência de duas coleções depositadas no mesmo acervo. A Real Biblioteca, propriamente dita, ia se constituindo de obras de temas variados: religião, história, filosofia, belas-artes e ciências naturais. Faziam parte desse primeiro acervo, também, atlas, obras impressas e manuscritas, partituras de música, desenhos, cartas geográficas,

gravuras, estampas, algumas obras de arte, instrumentos de medição, moedas e medalhas. Já a segunda coleção era mais conhecida sob o nome de *Infantado* e compreendia uma série de livros especialmente consagrados à educação dos jovens príncipes e futuros dirigentes da nação. Aí estavam os compêndios de história e de geografia, os primeiros livros de ciências, gramáticas e outras tantas obras que contribuíam para a educação dos herdeiros reais.

A Real Biblioteca, ou as Reais Bibliotecas, funcionavam, assim, sob a batuta de religiosos tornados amanuenses, dedicados ao aumento do acervo. Mas a importância dessas instituições não se centrava apenas nos livros. Junto com a biblioteca ficavam armazenados aspirações e projetos que refletiam uma monarquia apresentada como culta e erudita. Já se falou sobre os limites do pensamento ilustrado português, mas agora pode-se pensar em suas implicações práticas, sobretudo no que se refere à conformação de uma Real Biblioteca: uma espécie de cartão de apresentação do Estado. Depois do incêndio, só restou a D. José e a seu poderoso ministro a reconstrução do acervo, tendo como modelo as novas idéias ilustradas, que funcionavam como ícones da época. A seleção não era tão livre e implicava a submissão aos critérios da Real Mesa Censória, que liberava certos textos, mas cerceava aqueles que considerava mais heréticos. A liberdade era, assim, relativa, condicionada às razões do Estado.

A Real Livraria representa, nesse sentido, um ótimo exemplo da ilustração portuguesa possível. Diretamente ligada ao Estado, colaborava para o fortalecimento de uma certa representação do poder monárquico. Na mesma medida em que a ilustração portuguesa, iniciada no governo de D. João V, confundiu-se com a administração pombalina, a reconstrução da Real Biblioteca acompanhou sua época e, mais do que um centro isolado, representava a erudição do rei e de sua cultura. Assim como ocorria em outras esferas – nas novas regras da Universidade de Coimbra, na reforma educacional, na Academia de Ciências... –, também a Real Livraria significou uma alternativa paradoxal em tempos de Iluminismo e de ilustração.

Estavam, porém, para começar novos tempos, e a Real Livraria, tão ligada à família real, sofreu de perto os momentos da *viradeira*, que marcaram a subida ao trono da rainha D. Maria I e a conseqüente queda do poderoso ministro Pombal. E a Real Biblioteca, para seu infortúnio, lembrava em demasia o ministro. Afinal, todos os documentos que implicavam contratar, remunerar ou até mesmo dispensar funcionários eram assinados por Pombal, dados seus vínculos afetivos com a instituição. Estranha é a sina dos livros, que por vezes narram histórias, por vezes as fazem, ou acompanham-nas de perto.

4. D. Maria. “Viradeira” na política e no mundo das bibliotecas

Mas a política estava para mudar. O rei D. José morre em 1777 e logo que sobe ao poder D. Maria I deixaria claro para Pombal quais seriam suas intenções com relação a ele. Afastado do poder, Pombal conheceria o que ficou chamado de “A Viradeira”, movimento que revelou como, naquele contexto, tudo que lembrasse a Pombal seria suspenso, excluído ou, no melhor dos casos, adiado.

Assim ocorre com as reformas urbanas ou com as instalações do Terreiro do Paço, que são preteridas em prol da construção de conventos e Basílicas (como a Basílica da Estrela) ou então com o destaque a Queluz – a Versalhes portuguesa – que agora se mostrava como o novo centro do poder real.

O mesmo ocorria com outros centros como a Academia Real de Ciências que entrava no lugar da Academia Real de História como se, por contraposição, D. Maria impusesse novos símbolos, valores e instituições.

E algo parecido aconteceria no mundo das bibliotecas. Se até então a Real era associada ao Estado e à figura de Pombal, nesse momento as atenções de D. Maria se concentrariam na Real Biblioteca Pública que já em 1775 nascia grande.

Instalada no Terreiro do Paço – Praça do Comércio – em 1797, a nova instituição abre suas portas revelando a fragilidade da Real Biblioteca que mais e mais se convertia numa extensão do Paço da Ajuda que permanecia em posição pouco estratégica em relação aos interesses do Estado. Além do mais acumulava duas figuras de destaque da política portuguesa: Frei Manuel de Cenáculo e Antonio Ribeiro dos Santos.⁸

A alteração no eixo de poder gerava, ainda, mudanças na política cultural, afetando de perto a Real Biblioteca. Se, até então, a Real fazia parte dos planos estratégicos do governo pombalino, a partir desse momento também ela foi deixada, ao menos momentaneamente, mais apartada dos interesses centrais do reino.

Nos documentos da época, em lugar da antiga certeza, o tom dos funcionários mudava, destacando-se então a negociação, quando não a súplica. Muitas vezes listavam e sublinhavam a importância da Real Biblioteca, assim como, com frequência, relembavam à filha as promessas feitas pelo pai, como se fosse necessário repisar compromissos outrora selados.

O impacto da criação da Biblioteca Pública foi evidente e teve consequências imediatas nos destinos da Real Biblioteca da Ajuda que, nessa comparação, ficava mais diminuta do que antes. Segundo as poucas descrições que restaram, a Real era composta por três salas, guarnecidas de estantes e varan-

das. A essas se seguiam os gabinetes utilizados para manuscritos e livros raros. A entrada não ajudava na apresentação da Livraria: o corredor era estreito, e no inverno a iluminação, já fraca, ficava apagada.⁹ Ou seja, no conjunto o espaço era pequeno, sobretudo para acumular tantos livros que chegavam de diferentes coleções. Não eram poucas as queixas dos funcionários com relação à falta de espaço e de estantes, à ausência de classificação das obras que continuavam a afluir, aos buracos no telhado e à falta de limpeza do acervo.

Nos pequenos detalhes ia se inscrevendo a situação mais periférica da Real Biblioteca. Intrigas, demandas antes inexistentes e até um certo descaso em relação aos escassos funcionários da Livraria eram frequentes. Feliciano M. Perdigão precisou defender, como pôde, a permanência de “*dois varredores para a Livraria*”, pois, por essa época, um deles, João Antônio Pinto, foi chamado a prestar seus serviços na Corte, conduzindo os músicos à sala Real. O amanuense mais uma vez reagiu, ao que lhe foi respondido:

Com esta notícia correu logo o referido Guarda a buscar o dito João Antônio Pinto, propondo-lhe a falta que faria no atual serviço o sobredito varredor; mas nada foi bastante para o persuadir que não é conveniente tirar-lhe o dito varredor; parecendo-lhe que como haja de gastar poucos dias e no mesmo serviço da Livraria fica o outro varredor José Marques, nenhum prejuízo se dá.

Não há como saber ao certo se Perdigão conseguiu convencer D. Maria a manter seus dois varredores, ou não. Qualquer pretexto servia-lhe para recordar o lugar estratégico da Biblioteca, seus vínculos com a cultura lusitana e européia, e seu papel como capital simbólico no Estado. Afinal, se a *viradeira* tinha alterado a hierarquia das instituições, cabia ao responsável pela Biblioteca não deixá-la cair no esquecimento: foi a Real que concentrou esforços de tantos reis portugueses, por ser a guardiã da história de tudo o que se podia desejar lembrar.

A Real, contudo, deixara de ser a única a representar esse papel diante da monarquia – a Biblioteca Pública e algumas instituições menores dividiriam agora as atenções na área. E a correlação de forças não parecia pender para o seu lado. Basta dizer que, inaugurada sob os auspícios da soberana, a Pública apresentava de forma vistosa, em uma sala central, a estátua pedestre da “Augustíssima Rainha a Senhora D. Maria I. Fundadora desta Real e Pública Biblioteca”; peça simbólica que não só completava a homenagem, como patenteava a filiação.¹⁰

Mas nem tudo estava perdido, tanto que algumas poucas coleções dos jesuítas continuaram chegando à Real, como é o caso da livraria advinda do Colégio de Todos os Santos, instalado na Ilha de São Miguel (em Açores). Além do mais preparavam-se novas regras.

Os tempos eram outros, e passavam a se formalizar espaços e funções. O amanuense e Guarda-Mor ganhava a designação de prefeito, preparando-se a substituição de Perdigão. Prova disso é o “Regulamento Provisional das Reais Bibliotecas”, redigido por Francisco José da Serra em 16 de outubro de 1804 e que vigorou a partir deste ano, especificando funções, horários e posturas.¹¹

Não há tempo para analisarmos com calma o regulamento que estabelecia em detalhes horários, funções e disposições. O que importa é que a essa altura, porém, a situação estava bastante consolidada. Apresentava-se como uma livraria volumosa, com mais de 100 incunábulo, entre os quais dois exemplares (um impresso em papel, outro em pergaminho) da *Bíblia de Moisés*, de 1642, de Fust e Schoeffer. Muitas eram as edições raras, como a dos *Coloquios dos simples e drogas da Índia*, de Garcia da Orta, impressa em Goa, em 1563. O acervo continha ainda muitas primeiras impressões portuguesas e espanholas, *Livros de Horas* iluminados, mapas e gravuras.¹² O descaso em relação ao acervo deixara boa parte dos volumes em situação precária de conservação. Em um catálogo elaborado por José da Serra, datado de 22 de outubro de 1804, há referências ao estado das obras: “*Totalmente arruinado da traça.*” Ou: “*Está a pasta velha e tem no corpo alguma traça, mas pode se conservar pelo argumento de que trata.*” E ainda: “*Posto que sofrível merece lugar nessa Real Biblioteca (...).*” Sobre um livro de 1491, Serra fez a seguinte referência: “*Posto que piedoso da traça pode conservar-se pela sua antigüidade da impressão.*”¹³

As bibliotecas reconquistavam seu lugar, inclusive na programação dos turistas que visitavam Lisboa. Este foi o caso do sueco Carl Ruders, em 1801:

Costumo, agora, passar uma boa parte do meu tempo na Biblioteca Pública e principalmente na Biblioteca Real aonde, diariamente, vão muitas outras pessoas para ler ou fazer extratos. Vejo lá, de tempos em tempos, um sábio estrangeiro, o conde de Hoffmansegg, que se ocupa em estudos de Botânica. Com este diligente naturalista (...) não travei relações; conheci-o apenas de vista. Mas um de meus amigos mostrou-mo uma noite na ópera e teve a seu respeito um curioso dito: ‘Que esse homem é sábio vê-se claramente, mas que seja conde é necessário dizer-lo’.¹⁴

Contudo, não era uma época de calmaria, propícia ao deleite dos livros, nem de políticas culturais estáveis e duradouras. O maledicente viajante J.B.F. Carrère, no livro *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, em 1796, de maneira seca se referiu às bibliotecas portuguesas: “*Lisboa não tem nenhuma biblioteca pública. As bibliotecas particulares são pouco numerosas, e muitas vezes raras (...)*”.¹⁵ Ele não conheceu, ou não quis comentar, a Biblioteca Pública, recém-aberta, e sequer se lembrou do acervo Real. Mas é fato que os tempos mais gloriosos haviam ficado para trás. A situação política do país, no plano internacional, era tensa, e os planos e projetos mal saíam do papel. Em um documento que descreve o estado do reino em 1796, a imagem é de desolação e desânimo: “*A lei de barreiras para estradas públicas saiu nesse ano; não teve observância, ficou no projeto de seu autor. As estradas são sempre péssimas. A da nova e pública biblioteca da Corte também se publicou, mas o preparo da guerra logo a fez esquecer*”.¹⁶

Na verdade, a iminência da guerra fazia com que se esquecesse de tudo: planos e projetos eram adiados e passavam para segunda ordem. Portugal, que tentara durante tanto tempo manter-se neutro diante dos conflitos que estouravam, era cada vez mais forçado a tomar parte nesse jogo que, na maioria das vezes, deixava poucos vencedores. A guerra chegava perto de Portugal e, nesse clima, quase não sobrava espaço para a aquisição de novos livros, a classificação dos antigos, ou para se pensar em uma política de acervos culturais. Lá estavam as duas Livrarias: a Real, com sua coleção preciosa e preservada para poucos, e a Pública, bem fornida pelos livros censurados nos tempos da Real Mesa Censória, aumentada pelas propinas e alocada bem no centro da capital.

Porém, tudo isso tinha pouca importância frente ao que estava por ocorrer. Diante da crescente pressão da França, que não aceitava mais meias medidas, aproximava-se a hora de o príncipe D. João e sua Corte fazerem as malas e partirem. Por estranhos e tantos rumos, e por mais que se tenha pensado em levar todos os livros e documentos do Reino, foi mesmo a Real Biblioteca que partiu – em três levadas e acondicionada em algumas centenas de caixotes – para chegar, algum tempo depois, sã e salva, ao seu destino na América.

5. Enfim nos trópicos

Não temos muito tempo para ficar nesses impasses internos, uma vez que a história do país como um todo estava para mudar. Sabemos que depois de uma longa e complicada política de neutralidade – que Portugal procurava

manejar diante de Inglaterra e França – o jogo começava a ficar mais difícil sem que se agradasse nenhum dos contendores.

A saída da monarquia portuguesa, rumo ao Brasil foi complexa e dramática (em novembro de 1807) e não temos tempo aqui para narrar alguns impasses, desventuras e casos particulares que fizeram desse momento da história portuguesa e brasileira, um momento particular.

Mas pulemos o evento em si para perseguir a nossa Biblioteca e mostrar, com dados, como os livros estarão bem no meio da querela que opôs o Brasil a Portugal. Quem sabe nunca a questão do Estado esteve tão próxima das livrarias e acervos. O fato é que – diferente de outras monarquias européias –, a brasileira sobrevivia e viria se instalar em sua rica colônia tropical. Em 22 de janeiro de 1808 atraca em Salvador e em 7 de março de 1808 já chegava ao Rio de Janeiro onde iria se instalar o novo aparelho de Estado: a Justiça, a Fazenda, a Imprensa e a Impressão.

Era a liberdade que vinha dos trópicos, a possibilidade de permanecer mais apartado do conflito e de remontar um Estado na antiga colônia.

6. Franceses em Portugal e a fuga da Biblioteca

Enquanto isso retornemos à nossa biblioteca. Deixemos um pouco nosso rei se refastelar em seu refúgio tropical, afim de entender o que ocorrera com nossa Real Biblioteca. Com efeito, expulsos os franceses ainda em 1808, funcionários reais se dão conta de que a Real não havia partido. Quem partira era a Biblioteca de Antonio Araújo (o conde da Barca) bem acondicionada na nau *Medusa* em 34 caixotes.

Os depoimentos deixados nos documentos escritos pelos bibliotecários chegam a ser dramáticos e falam do receio de negar o pedido de queimar os “manuscritos” ou mesmo da “rapina predadora” dos franceses que teriam vindo procurar a “Bíblia de Guttemberg”.

Preocupação semelhante à de Joaquim de Costace foi externada por Alexandre Antônio das Neves, encarregado da Real Biblioteca da Ajuda. Em 12 de outubro de 1808, ao fazer um balanço da situação da Biblioteca para D. João, explicou as providências tomadas e as que pretendia tomar para mantê-la salva:

Assim como em 29 de novembro do ano passado eu, cheio do maior susto, levei à presença de V.A.R. pelo Governo destes reinos a impossibilidade que havia de executar-se a Ordem imediata que V.A.R. deixou de se queimarem, logo depois da sua saída barra-fora, os papéis

que existiram nos Gabinetes destas suas bibliotecas e que, dos muitos caixões de livros prontos para o embarque, nem um só chegou a recolher-se do cais para bordo: assim agora, cheio da maior satisfação, levo à presença de V.A.R. que nem um só livro ou papel foi tirado destas Reais Bibliotecas pelos franceses. Foram sim empregadas todas as diligências que ocorreram para que alguns franceses, que vieram em quatro ocasiões examinar a Biblioteca, se fossem quase sem nenhum conhecimento delas: porém estes meios eram inúteis, se a Providência Divina não tivesse desviado do governo francês a lembrança de outra sorte mais fácil de ocorrer, de tomarem a si as chaves. (...) E agora que está a partir embarcação de guerra para o Rio de Janeiro; em que nem é possível ir a quantidade de livros que segundo as ordens de V.A.R. antes de sua partida devem embarcar-se; nem segundo penso, devo deixar de remeter alguns dos papéis particulares, que deveriam pelas ordens ter-se queimado, e felizmente escaparam de queimar-se e de ser apreendidos: rogo a V.A.R. que pelo Expediente de Governo destes reinos se digne declarar-me a Sua Real Permissão para a dita remessa, a qual com a mesma permissão farei recomendando que, no caso não esperado de ataque de inimigos, sejam lançados ao mar os ditos papéis: os quais hão de formar um pequeno pacote.¹⁷

O encarregado, que se vangloriava de ter salvo da guerra e do saque documentos e livros importantes, oferecia-se então – serenada momentaneamente a situação – para acompanhar o acervo em viagem ao Brasil, antes que fosse tarde demais.

A mesma notícia da feliz ventura da Biblioteca foi dada ainda por Cipriano Ribeiro Freire, D. Miguel Pereira Forjas e João Aristides Salter de Mendonça, membros da Junta de Lisboa, que escreveram ao príncipe em 18 de outubro de 1808, dizendo que “*os palácios reais ficaram com muitas danificações, mas a Livraria Real do Paço da Ajuda com todos os seus papéis, ainda os mais secretos, sem a menor diminuição ou ruína*”.¹⁸

E em março de 1809 os franceses voltam o que só faz animar a ordem expedida em janeiro de 1809 em que o rei havia mandado encaixotar os livros e documentos da Torre do Tombo, da Real Biblioteca Pública e da Real Biblioteca.

Em 18 de janeiro de 1809, Alexandre Antônio das Neves novamente demonstrava, enfaticamente, a sua preocupação com o acervo da Livraria Real, em carta ao príncipe:

Ainda que eu reconheça que o por a salvo as preciosas Bibliotecas do Palácio de N. Sra. da Ajuda com os papéis particulares de V.A.R. que nelas existem, é objeto que está na lembrança de V.A.R. para dar providência sobre eles: também é do meu dever o buscar as ordens de V.A.R. para as mesmas providências. Para não aumentar o susto que se vai espalhando por Lisboa, vendo-se os preparos dos negociantes ingleses para saírem e considerando eu que tais acontecimentos não deixam de proceder de reflexões mui sérias, trato com os meus companheiros de encaixotar mui ocultamente os papéis particulares, manuscritos e dos mais livros os que couberem nos caixões que existem dentro da mesma biblioteca. Porém são precisos muitos outros caixões e alguns socorros aos empregados, assim como ainda estou por embolsar das despesas que tenho podido fazer com a conservação das bibliotecas desde outubro de 1807: e de presente acho-me de todo sem meios alguns para poder como muito desejo continuar a suprir semelhantes despesas. Por isto suplico V.A.R. se digne dar-me as Suas R. Ordens que pedi em conta de 15 do mês próximo passado. E de mais suplico dignar-se V.A.R. de atender a fidelidade e zelo com que o tem servido todos os empregados das Reais Bibliotecas para que no caso de vir a ser preciso que embarquem as mesmas Reais Bibliotecas para o Brasil, V.A.R., por sua Alta Clemência, manda dar passagens gratuitas aos ditos empregados e suas famílias que são de pequeno número de pessoas; e eles nem tem meio de se transportar nem lhes ficará do que viver.¹⁹

Todos os caminhos levavam ao Brasil, um lugar a salvo de pilhagens, da crise em Portugal e dos perigos da guerra. E se a biblioteca devia partir, melhor é que também viessem seus funcionários. Por isto, mesmo sem ter recebido a carta de Alexandre das Neves, mas já a par do risco da nova investida napoleônica, D. João, em 21 de janeiro de 1809, deu ordens para “*irem encaixotando e embarcando a Livraria, papéis importantes do Paço, tudo de consideração, que se acha a cargo de José Diogo de Barros, o Real Arquivo da Torre do Tombo, (...) o secretário de Estado dos Negócios do Reino avisava que fossem mandados Reais Cavalariças, e tudo quanto for de consideração*”.²⁰

O Brasil representava um porto seguro onde tudo se poderia reunir, incluindo os arquivos preciosos da Torre do Tombo. Mas não era só: para João Antônio Salter de Mendonça, secretário de Estado dos Negócios do Reino, chegava ordem de

encaixotar, sem perda de tempo, o Monetário da Livraria Pública e as mais preciosidades da mesma para se porem em segurança nas embarcações da Coroa, apresentando relação do número de caixotes com as dimensões de cada um deles, logo que se possa calcular o mesmo número, ao Secretario do Governo Encarregado do Real Erário, para determinar o navio que embarcarão imediatamente”.²¹

Os preparativos para o transporte dos bens foram logo iniciados, e já no final de março seguia para o Rio de Janeiro a notícia de que estava “*quase finalizado o embarque das preciosidades da Casa Real*”.²² Bem a tempo, pois os franceses voltaram. Em março de 1809,

O ambiente é inseguro quando em princípio de 1810 Joaquim José de Oliveira parte em segredo levando manuscritos e 6.000 códices pertencentes à Real. E não era para menos; em julho de 1810 ocorre a terceira invasão o que provoca a preparação para a partida do restante da Real

A segunda remessa parte em março de 1811, com os livros da RB. O bibliotecário responsável era Marrocos que se queixava do ambiente dentro do navio: o vomitório geral, a água podre, a tripulação que não prestava e dizia mais “que se soubesse não partiria com tão preciosa carga”.

Após a tentativa de ocupação, novamente foram dadas ordens para “*se embarcarem os Arquivos, efeitos da Casa Real, trens do arsenal, livros das Bibliotecas Públicas e Régias*”.²³ Segundo Ricardo Raimundo Nogueira, um dos membros da Junta de Governo de Portugal, “*algumas destas coisas chegaram a pôr-se a bordo; outras estiveram encaixotadas, mas não foram*”. Entre os encaixotados e não embarcados, estava parte do acervo da Biblioteca Pública de Lisboa. Seu diretor, Antônio Ribeiro dos Santos, informava que estavam prontos “*quatorze caixões de Manuscritos e Livros Raros, e oito do Monetário, e mais peças de antigüidade e preciosidades para poderem embarcar nos navios da Coroa*”.²⁴ D. João tinha pressa e queria juntar todos os seus acervos na América: era então a hora de enviar a Biblioteca Pública e o resto das obras que ainda permaneciam na Ajuda.

Os tais arquivos jamais partiram, mas a Real Biblioteca da Ajuda viria inteira. Em março de 1811, saiu de Lisboa a segunda remessa, de 66 caixotes. Veio com o ajudante de bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, na fragata Princesa Carlota, que aportou no Rio de Janeiro em junho. Em cartas enviadas a Francisco José,²⁵ seu pai, Luís Marrocos dava notícias – em tons ora ternos, ora lamuriantes, ora nostálgicos, ora otimistas e ora sarcásticos – não só da sua vida, como da biblioteca, do dia-a-dia na Corte e da cidade do Rio de

Janeiro. Esta correspondência tem início ainda na viagem, no dia 12 de abril de 1811, com o autor praguejando contra a temível travessia:

Esta é feita entre céu e água, sobre mil aflições, desgostos e trabalhos, quais nunca pensei sofrer; pois tendo saído da barra de Lisboa com vento de feição, mal chegamos ao mar largo, nos saltou vento de travessia, que nos impeliu para as costas da África: a vista delas passamos as Ilhas dos Açores e as Canárias, por meio de bordagens retrógradas, que por muitas vezes chegou a suspender-se de toda a navegação pelas calmarias podres, misturadas com ventos contrários, que nos expunha a imensos perigos. (...) Eu tenho passado muito incomodado da garganta, boca e olhos, de maneira que estou em uso de remédios; não tive enjôo algum ao sair da barra de Lisboa; porém causou-me a maior compaixão ver o vomitório geral da gente da fragata; pois entre 550 pessoas, que aqui há, foram poucas as privilegiadas do enjôo. (...) Ao oitavo dia de viagem já era corrupta e podre a água de ração, de maneira que se lançam fora os bichos para poder beber-se: tem-se lançado ao mar muitos barris de carne salgada podre. Enfim tudo aqui é uma desordem, pela falta de providências em tudo: todas as cordas da fragata estão podres, menos as enxarcias; todas as velas estão avariadas, de sorte que se rasgam com qualquer viração: a tripulação não presta; e em semelhante estado ficaremos perdidos, se por nossa desgraça formos acometidos de algum temporal rijo. (...) Finalmente, para dizer tudo de uma vez, se eu soubra o estado em que existe a Fragata Princesa Carlota, repugnava absolutamente de meter-me nela e a Livraria, e nisto mesmo faria um grande serviço a S.A.R.²⁶

E o mal-humorado bibliotecário tinha lá certa razão. Afinal, sua viagem, a pior das três, só confirmava o temor da travessia. Além do mais, profissional que era, desejava conservar os livros onde estavam e onde deveriam sempre estar, e não manipulá-los ou expô-los a viagens arriscadas desse tipo. Por isso, na visão de Marrocos tudo estava errado – a empreitada, a tripulação, as provisões, os instrumentos – e, sobretudo, o objetivo maior: trazer a Real para a “*bárbara colônia tropical*”.

A transferência da biblioteca se completaria em setembro desse mesmo ano com terceira remessa que saía em setembro de 1811 como os “*últimos 87 caixotes de livros*”²⁷, deixados até então em Portugal e embarcados na charua S. João Magnânimo, sob a guarda do servente José Lopes Saraiva. Aos 230 caixotes de livros já desembalados e limpos, somavam-se os 87 trazidos por

Saraiva. E com a chegada dessa leva, em novembro a Real Biblioteca estava novamente toda reunida, finalmente, em terras brasileiras.

E os livros recém chegados precisavam ser acomodados. O local escolhido foi a Ordem Terceira do Carmo (local provisório que assim ficaria até 1858). Antigo hospital, no local os bibliotecários conviviam com o odor impregnado dos remédios, com o barulho da região e até ossos que restaram espalhados pela casa.

Mas a biblioteca ia se ajeitando tendo como prefeitos Viegas e Dâmaso e Marrocos como ajudante. Classificações, debates, regras faziam a felicidade desses senhores que só tinham mesmo o empréstimo de livros.

Marrocos, hipocondríaco por natureza, legou toda a sua documentação com seu pai e a partir dele vemos o cotidiano da instituição, assim como as constantes lamentações e queixas concernentes a tudo: faltavam verbas, pessoal, regulamentos, estrutura . Temas não muito diferentes dos que hoje conhecemos.

A biblioteca crescia com novas doações, assim como cresciam suas regras e formalizações: foi em 1811 que entraram as obras de José Maria da Conceição Veloso; em 1817 o acervo do conde da Barca , em 1818 o do arquiteto Costa e Silva (1818) e tantas outras. Isso sem esquecer das propinas que garantiam uma entrada regular de obras.

Em 1814, a livraria estava organizada e franqueada a um seletos público, merecendo elogios, por exemplo, de um certo padre Perereca que, além de recomendar as classificações e os métodos, destacava:

Esta Real Biblioteca tem chegado de ser a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, e artes, impressos nas línguas antigas e modernas, cujo número passa de sessenta mil volumes, mas também pela preciosa coleção de estampas, mapas, manuscritos e outras ricas e singulares coisas, que muito a enriquecem, e que cada vez mais se aumentam, mediante a munificência de Sua Alteza Real, que não cessa de enviar novas e seletas obras que nela se coloquem, e a ativa e zelosa administração dos seus bibliotecários, que cada dia adquirem novos livros e preciosidades literárias de todo o gênero.

E prossegue o padre, com sua contumaz verve louvaminheira:

O Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo favorecer e excitar o estudo das letras divinas e humanas entre os seus vassallos do Brasil, franqueou esta sua livraria a todos os literatos e estudiosos. Pelo que,

exceto nos domingos, dias santos e feriados por motivo de anos das pessoas reais, ou por alguma causa pública, está a Real Biblioteca sempre aberta, e patente, tanto de manhã, como de tarde, a todas as pessoas que a querem freqüentar, e onde acham todos bom acolhimento e prontidão nas pessoas ali empregadas, que facilitam os livros e tudo quanto precisam para os seus estudos. Ora, sendo o estabelecimento das bibliotecas públicas um dos meios mais aptos e eficazes para o progresso da literatura, aumento das artes e difusão das ciências, achando reunido em um só lugar quase tudo o que o espírito humano em todas as idades, e em todos os países, tem produzido de melhor e de mais apurado gosto nas belas letras, nas artes liberais e nas sublimes ciências, que benefício, que máximo benefício, não é o que Sua Alteza Real fez aos habitantes do Rio de Janeiro, franqueando a sua Real Biblioteca e mandando abrir em benefício dos seus vassallos esta inexaurível fonte de conhecimentos, este inapreciável tesouro de riquezas intelectuais?²⁸

Depois de marcar posição no *ranking* das bibliotecas (a primeira do Novo Mundo), padre Perereca destacava o papel de uma Livraria: “*Meio eficaz para o progresso do espírito humano.*” E era como biblioteca pública que a Real se consolidava.

A Biblioteca era de tal porte que chegou a impressionar Jacques Étienne Vitor Arago, um artista francês que esteve no Rio de Janeiro entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818: “*Eu venho da Biblioteca e o primeiro olhar é satisfatório. Podem ser contados 70.000 volumes, em geral bem escolhidos (...) Serei eu obrigado a rever meu primeiro julgamento sobre a ocupação portuguesa?*”²⁹

Logo depois do elogio, reclamava Arago da ausência do diretor e da pouca cultura de seu cicerone substituto, que da literatura portuguesa conhecia apenas, e pouco, Camões. Mas o mal-estar seria desfeito diante da observação das obras do acervo, inclusive as proibidas. E Arago prosseguia o relato: “*Ele me conduziu ao local onde ficam os historiadores e poetas franceses e me apresentou um volume com um prazer bem visível. – ‘Aí está um grande pensador... É Raynal’... e em seguida me indicou com os dedos a obra completa de Voltaire.*” A excursão não parou por aí, circulando pelas salas dos livros de direito e de línguas vivas, dos manuscritos valiosos e ainda por uma outra, ricamente decorada. Era o gabinete de estudo do príncipe D. Miguel, que, ao que tudo indica, não o freqüentava muito: segundo o relato de Arago, os livros não estavam sequer cortados. Leitores, naquele dia, havia apenas dois, e o filho do rei tinha um gabinete, mas não abria os livros. A Livraria era sobretudo um adorno, um exemplo de tradição e de civilização.

Assim, a Real Biblioteca ia se impondo no cotidiano local. Mesmo não sendo exatamente pública, estava sempre aberta a consultas. E havia outras bibliotecas na cidade: particulares, de conventos e de algumas instituições de ensino superior, como as da Academia Real dos Guarda Marinha, da Real Academia Militar, do Laboratório Químico Prático, da Academia Médico-Cirúrgica e do Arquivo Militar. A Real suplantava todas em volume, variedade, raridade das obras e mesmo em ostentação. Atraía os visitantes estrangeiros – e pelas suas salas passeava, de vez em quando, a realeza.

Junto com ela ficava o rei que parecia não querer mais voltar. Aqui sarara de sua gota, vivia separado da rainha Carlota e distante da política europeia que tanto o enfasiava.

Tanto que, por mais que de Portugal surgissem clamores pela volta do rei este ia ficando e aumentando sua agenda de festas que incluía a sua própria aclamação e o casamento de seu filho D. Pedro com a Leopoldina.

Os tempos eram de calma e nada parecia afastar o rei de seus propósitos de permanecer na colônia.

7. Tempos de D. João no Brasil e hora de voltar e independência

Hora de voltar. E foram doze longos anos até que as pressões da Revolução de 1820 fizeram o rei finalmente retornar em 1821.

No que nos interessa mais de perto, resta comentar um documento precioso endereçado ao bibliotecário Dâmaso em que o rei deixa sob sua responsabilidade a “Sua biblioteca e seu filho”.

Mas a coleção pouco pôde ser apreciada por D. João VI, que partiu de forma apressada, preocupado com seu destino em Portugal. Junto à biblioteca do conde da Barca, e à Real Livraria, a contragosto permaneceu no Brasil, também, o padre Joaquim Dâmaso. Descontente com a má sorte, ele, logo em 16 de abril de 1821, explicitava as razões pelas quais não seguiu junto com o rei:

Sendo grande o sentimento que me acompanha em não ter a honra de acompanhar S.M., muito maior é o gosto que tenho em o mesmo senhor me julgar digno de cumprir as suas ordens, mandando-me que fique por ora até S.A. Príncipe Real querer. Permita-me V. Excelência que eu aqui expresse palavras de S.M. que tanto me lisonjearam: ‘Espero que o Padre defenda os meus direitos sobre a Minha Livraria.’ Para justificar a minha demora para com a Comissão de que muito prezo ser membro, é preciso que V. Excelência me dê por

escrito que declare que a minha demora aqui até que S.A. o Príncipe R. determine que vá acabar meus dias aonde, e como comecei, é um efeito da vontade de V.A. que assim o ordena.³⁰

D. João partia, mas deixava o príncipe e a Biblioteca, mal sabendo que cada um cumpriria uma tarefa relevante para a autonomia futura do país. Já se conhece de cor o papel que D. Pedro foi alçado a ocupar, permanecendo no Brasil. A Livraria Real, por sua vez, novamente surgiria como símbolo. Até então era a biblioteca do rei – “*a Minha Livraria*”, dizia ele –, mas tal configuração iria se alterar. Assim como os símbolos são relativos e se redesenham em cada contexto, a Biblioteca, dessa feita, lembraria não mais o domínio monárquico, mas a verdadeira autonomia que se faz com o pensamento.

E o destino seria ingrato dos dois lados: a biblioteca jamais voltaria para Portugal e – sabemos – D. Pedro se converteria no Primeiro Imperador do Brasil.

Mas façamos de uma longa história um breve pulo. Com D. João em Portugal o processo de independência se acirra e, nesse livro contamos impasses desse processo que levará à emancipação política em 1822. Dâmaso – que nunca quis ficar no Brasil – voltaria em 1822 levando os manuscritos da coroa; documentos que foram objeto de tanta disputa. Enquanto isso começavam as tratativas para a independência

O processo foi longo e só se encerrou em 1825: em setembro para o Brasil, em novembro para Portugal. Contando com a mediação interessada da Inglaterra – Sir Charles Stuart – começam as conferências primeiro em Lisboa e depois no Brasil.

A negociação foi demorada, mas o que importa reter é o Tratado de Amizade e Aliança e da Convenção Adicional de 29 de agosto de 1825, que estabeleciam: o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas (e a responsabilidade sobre a dívida contraída por Portugal para com os Ingleses em 1823 e ainda a dispensa de 250 mil libras para D. João por propriedades deixadas no Brasil.

D. João já doente ratifica o tratado – e a independência – em novembro e é seguido por outros países como Áustria, França, Grã Bretanha, Alemanha e Itália (uma vez que EUA e México já haviam se pronunciado nesse sentido).

Mas fiquemos um pouco mais com o conteúdo “famosa conta” que Portugal cobrava do Brasil. No arquivo da Torre do Tombo, pode ser encontrado o documento denominado – “Carta dos objetos que Portugal teria direito de reclamar” aonde se pode ajuizar a posição privilegiada da Biblioteca, que vinha logo em segundo lugar depois da “dívida pública”.

A Biblioteca surgia avaliada em 800 contos de reis (para desespero de Dâmaso que a avaliara por 2 milhões). Para se ter idéia, tal valor correspondia a 12,5% do valor total a ser pago, 4 vezes mais do que a famosa prataria da coroa, 4 vezes mais do que a equipagem, 1000 vezes mais que uma morada de casas anunciada nessa época. Significava portanto muito e para nós muito mais.

Era a liberdade que chegava para uma nação nova tendo já a sua frente uma biblioteca que carregava a tradição. E essa era a melhor e maior biblioteca das Américas: um troféu para a nova nação, uma espécie de seguro e apólice para o monarca. Como diziam os bibliotecários na época: aí estava o “adorno principal” a “Alfaia preciosa do reino”.

E a biblioteca foi ficando – com seus problemas e os bibliotecários sempre a reclamar – enquanto D. João, lá em Portugal tentava reanimar a sua – sem sucesso, já que as custas dos demais acervos portugueses. Era a mística da velha biblioteca dos reis que primeiro queimara e que agora ficava, definitivamente, em terras brasileiras.

8. Para terminar

Mas deixemos o rei lá no velho continente para terminar essa nossa história aqui nos trópicos. A biblioteca custou caro mas, por certo, simbolizava e valia muito.

Valia muito por conta de seus tesouros – entre as gravuras de Rembrandt, Callot, Mantegna ou Durer; os incunábulos, os livros de horas, a biblia mogúncia, a enciclopedie, os mapas e plantas, os desenhos e manuscritos, as cartas de Vieira e tanto mais que tomaríamos o resto das páginas desse livro com tantas lembranças.

Mas é possível pensar para além do valor pecuniário da Biblioteca. Os livros são símbolo e sinal de independência: independência política mas também independência nas idéias, independência no pensar e nas possibilidades de construir utopias e projetos.

E mais. O mesmo ocorre com as bibliotecas: de perto são sempre frágeis e sujeitas a toda ordem de perigos, mas de longe surgem indestrutíveis como se garantissem cultura, tradição, erudição e reconhecimento.

Não a toa foram tema de autores como Cervantes, Calvino, Canetti e Eco e simbolizaram tantas liberdades que são, por definição infundas e pouco sujeitas a definições. Entre seu uso pragmático – como ensino, fronteira, expansão – e o simbólico... fiquemos com os dois. Afinal, os impressos tiveram papel central na construção da vida política brasileira. Política, Nação e edição

nunca estiveram tão misturados como no caso da Real Biblioteca, que acompanhou de perto impasses do caminho que levou à própria emancipação, que para além de política precisava ser, também, cultural.

Bibliografia³¹

Obras impressas

- ALGRANTI, Leila Mezan. “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821)”. In Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.) *Minorias silenciadas*. São Paulo, 2002.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de . “D. João V e a Biblioteca Real”. In: *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 36, 1991, p. 413 a 438.
- ANÔNIMO. *Jornada do Sr. D. João VI ao Brasil em 1807*. s.l, 39 p., 1812. In: Pereira: 1946.
- ANSELMO, Antonio Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1926.
- ARAGO, Jacques Étienne Victor. *Promenade autour du monde pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820, sur les cornettes du roi L’Uranie et la Phisicienne*. commandées par M. Freycinet. Le Blanc, imprimeure-libraire, rue Furstemberg, n. 8, abbaye Saint-Germain, 1822.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Econômico. Esboço de História*. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.
- _____. *O marquês de Pombal e sua época*. Lisboa: Clássica editora, 1990.
- AZEVEDO, Joseph Moreira de. *Desterro da Iniquidade sobre o espantoso terremoto com que a Divina Justiça avisou aos pecadores*. Lisboa, Oficina de Manoel Soares, 1756.
- BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I: 1777-1792. Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. 3ª edição. Lisboa: Empresa de Publicidade, 144.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Acervo Precioso*. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. *Exposição Coleção Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, 1967.
- _____. *Exposição de Incunáveis da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, s/D.
- _____. *Manuscritos. Séculos XII-XVIII*. Rio de Janeiro, 1973.
- BORGES, Jorge Luis. “A biblioteca de Babel” In *Ficções*, Porto Alegre, Globo, 1978.
- BOXER, Charles. *Some contemporary reactions of the Lisbon earthquake of 1755*. S.e, Lisboa, 1956.
- BRITO, Francisco Nogueira de. “Livrarias notáveis pertencentes a particulares: subsídios para a história da Biblioteca Nacional” In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Lisboa, 3 (10-11). Jan-abr. 1917 (sp. 21p:1917).

- BRUM, José Zeferino Menezes. “Do Conde da Barca , de seus escritos e livreria”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II, p. 5-33, 359 – 403.
- CALMON, Pedro. “D. João VI. A vida e o governo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 279, 1968, p. 135-42.
- _____. *O Rei do Brasil, vida de D. João VI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- CALVINO, Ítalo. *Um general na Biblioteca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CAMPOS, Isabel Maria Barreira. *O grande terremoto (1755)*. Lisboa, Parceria, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1959.
- _____. “Letras e idéias no Brasil colonial”, in *História da geral da civilização Brasileira* dir. Sérgio Buarque de Holanda, t. I, São Paulo, Difel, 1976.
- CANETTI, Elias. *Auto de fé*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CANFORA, Luciano. “As bibliotecas antigas e a história dos textos”. In: Jacob, Christian e
- BARATIN, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- CARRÈRE, JBF. *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989 / 1797. *Catálogo da exposição Artes do Livro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881. Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1881. Volumes 1 e 2.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- _____. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- CHAVES, Castelo Branco (ed.). *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983
- COURTILS, Le Chevalier de. “Une description de Lisbonne em juin de 1755” In: Castelo Branco Chaves (org) *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- COUTINHO, José Caetano da Silva. *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia; 1808 . 88p.
- CUNHA, Ana Cannas da. “Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as Invasões francesas”. In: *A Torre do Tombo na viragem do milênio*. Lisboa, Ministério da Cultura, 2001.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *O acervo da Biblioteca Nacional*. In *Brasil 1900-1901*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- _____. *O Rio de Janeiro através das estampas antigas*, Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, Biblioteca Nacional, 1970.

- _____. “Real Biblioteca. Apontamentos sobre seu acervo” In: *Anais do seminário internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, MHN, 2000.
- _____. “Subsídios para a história da Biblioteca Nacional”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 101. Rio de Janeiro, 1981.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução. O submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. “História da leitura”. In: *Burke, Peter (org.). A Escrita da História : novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. P. 119-236.
- DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)” In: Mota, Carlos Guilherme, coord. *1822 – Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- _____. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: jan/mar, 1968, p. 105.
- DOMINGOS, Manuela D. *Biblioteca Nacional. Do Terreiro do Carmo ao Campo Grande: 200 anos de Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1997.
- _____. *Biblioteca Nacional: um pouco dos seus duzentos anos*. Lisboa, s.e s.D.
- _____. “Biblioteca Nacional de Portugal”. Lisboa, *Associação Nacional de Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas*, 1994. (manuscrito).
- _____. “Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória”. *Revista Biblioteca Nacional*, s.2.7. (1), Lisboa, 1992, pp 137-158.
- _____. “Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796-1822)”. *Cadernos BAD*, Lisboa, s.e. 1994, ps. 105-113.
- _____. *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional, 1995.
- _____. “A caminho da Real Biblioteca Pública da Corte: dois documentos (1775-1795)”. In: *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2,5 (1) Jan-Jun. 1990, p. 139-160.
- _____. “Biblioteca Nacional: crónica de 200 anos” In *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Coordenação de Maria Valentina Sul Mendes, Lisboa, INAPA, 1992, p.1-27 *Estatutos da Real Bibliotheca. Mandados ordenar por Sua Majestade*. Rio de Janeiro, Na Régia Tipografia, 1821.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Época Pombalina. Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERRÃO, António. “Os arquivos e as bibliotecas em Portugal. In: *Sciências auxiliares da história. Bibliografia e Bibliotecografia*. Coimbra. Imprensa Universidade, 1920.
- _____. “Repertório das bibliotecas de Lisboa”, In *Anais das bibliotecas e arquivos*, Lisboa, S.2,19 (73-74), 1947, p. 61-84.
- FERREIRA, Carlos Alberto. *As Livrarias Reais de D. João IV a D. João VI*. In: *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, vol VII, 1940.
- FERREIRA, M. M. *Biblioteca da Ajuda: esboço histórico*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 1(1) Maio, 1980.

- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do Cônego*. São Paulo/Edusp, Belo Horizonte/Itatiaia, 1981.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional. A História de uma Coleção*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- HORCH, Rosemarie Érika (org.) .*Catálogo de incunáveis da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.
- JACOB, Christian e Baratin, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000
- LEÃO, Francisco da Cunha. A Biblioteca da Ajuda: das origens à atualidade. *Cadernos BAD*, Lisboa (1), 1992
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1908/1996. 3ª edição.
- LISBOA, Amador Patrício. *Memória das principais providências que se deram no terramoto que padeceru a Corte de Lisboa no ano de 1755*, Lisboa, s.e. 1758
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Appalusos oratórios e poéticos ao complemento de annos dos Sereníssimos Reys rainhas e Príncipes de Portugal colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico do número da Academia Real*. Tomo II, compreende os anos de 1731 a 1769. 384 f.
- _____. *Bibliotheca Lusitana, histórica, crítica e cronológica na qual comprehende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente...* Lisboa Ocidental: A . I. Fonseca, 1965-6.
- _____. *Coleção de estampas sobre armas e brasões seculares, armas e brasões de varões portugueses eclesiásticos*. S.l.. S.D. 2 volumes.
- _____. *Elogios fúnebres dos Reys Rainhas e Príncipes de Portugal colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico do número da Academia Real*. Tomo III, que comprehende o ano de 1750 e Tomo IV que comprehende os anos de 1750 a 1763.
- _____. *Genethliacos dos Sereníssimos Reys, Rainhas e Príncipes de Portugal colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico do número da Academia Real*. Tomo V. Compreende os anos de 1761 a 1767. 232 f.
- MANCHESTER, Alan K. "A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro", In: Keith, H & Edwards S.F (org), *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- MANDROUX FRANÇA, Marie-Thérèse "Les Mariette et le Portugal" *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*. Actes du Colloque, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p 259-322

- MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. “Cartas escritas do Rio de Janeiro á sua família em Lisboa, de 1811 a 1821”. In: *Anais da Biblioteca Nacional, volume LVI*, 1934. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939.
- MARTINS, Francisco José da Rocha. *A Independência do Brasil*. Coimbra: Tipografia Lúmen, 1922.
- MARTINS, Rocha. *A Corte de Junot em Portugal*. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1910.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 12ª edição, t.2, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, s.e., s.D.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita. História do Livro, da Imprensa e da Biblioteca*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- MATTOSO, José (direção). *História de Portugal. O antigo regime*. Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MENEZES BRUM, José Zeferino. “Do Conde da Barca, de seus escritos e livreria”. *ABN RJ*, vol. II, 1881. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1876-77.
- MONTEIRO, Iracema Celeste Rodrigues. *O livro raro em seus diversos aspectos*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, Biblioteca Nacional, 1972.
- MORAES, Alexandre José de Mello. *História da Transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807*. Rio de Janeiro: Livreria da Casa Imperial de E. Dupont, editor, 1872.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- _____. *Bibliographia Brasiliana*. Rio de Janeiro: Colibris, 1958. 2 volumes.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “A Livreria Pública da Bahia em 1818: obras de história”. In: *Revista de História*, n. 87, ano XXII, p. 226, São Paulo, FFLCH/USP.
- RAMIZ GALVÃO, B.F. “Diogo Barbosa Machado”. In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol.1. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1876-77. *Regulamento da Biblioteca Imperial e Pública*. Rio de Janeiro, s. e. 1827. *Rembrandt e arte da gravura*. Centro Cultural Banco do Brasil, s/D.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado – IMESP, 1988.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 2 volumes.
- SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826) Uma vez e nunca mais*. Brasília: Senado Federal, 2001.

- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz, Costa, Angela Marques, Azevedo, Paulo César. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SERRÃO, Joel. *Cronologia de Portugal*. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1971.
- SILVA, João Manuel Pereira. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: L. Garnier Editora, 1865.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, F. L. Pereira. *O terremoto de 1755 em Portugal*. vol III, s.l., s.e; 1926.
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Cartas do autor da História Geral da Invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste Reino*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813. Voz do ceo retumbando na terra com os ecos do horroroso terremoto que se ouviu no I de Novembro de 1755. *Soneto de um anônimo*. Glosado por Joseph de Almeida Castelo Branco Bezerra natural da Vila de Barcelos.

Notas

1 Calvino, Italo. Um general na biblioteca. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. Pp 74-9

2 Maxwell, 1996:101

3 Citado por Maxwell, 1996:101

4 Diogo Barbosa Machado nasceu em Lisboa, em 31 de março de 1682. Passou a viver em Coimbra no ano de 1708, quando se matriculou na Faculdade de Direito Canônico, mas não deu continuidade por conta de uma moléstia que contraiu. Depois de contar com certa ascensão na hierarquia da Igreja, em 4 de novembro de 1728 foi colado Abade da Paroquial Igreja de Penaguião Comarca de Sobre Tamaga do Bispado de Sevre no Conselho do Porto. Foi eleito membro da Academia Real da História Portuguesa, sendo um dos 50 primeiros Acadêmicos dessa Sociedade que se propôs a escrever as “Memórias históricas dos reinados dos príncipes D. Sebastião, D. Henrique, Filipe I, II e III”. Faleceu em Lisboa, em 9 de agosto de 1772, sendo sepultado na Igreja dos Santos Mártires João e Paulo, onde também se achava seu irmão, Inácio Barbosa Machado, que atuou como censor do Santo Ofício.

5 Vide nesse sentido Domingos, 1994:62.

6 *Tomo I*. Lisboa Ocidental. Na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca. Ano MDCCXXXI (Referência 9,1 BIS,9) Obras raras. Essa é a referência para as citações de Barbosa Machado que vêm na seqüência.

7 BN, Mss 65,4,002, no 21.

8 Perdigão tinha motivos para temores. Os planos para a abertura de uma outra livraria – a Biblioteca Pública – no Terreiro do Paço andavam avançados e pareciam concentrar a atenção do Estado nesse setor. A Pública nascia forte e ligada a nomes de peso da política mariana. A idéia, como já se disse, fora de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, que ainda em 1771 propusera a D. José a criação de uma Livraria Pública vinculada à Real Mesa Censória, na mesma dimensão dos grandes acervos da época. O núcleo inicial seria formado pelas muitas livrarias dos colégios da extinta Companhia de Jesus e permitiria a construção de uma coleção à altura das existentes antes da destruição causada pelo terremoto. Vinda de quem vinha, a idéia tinha muitas chances de dar certo, tanto que, por decreto de 2 de outubro de 1775, o rei destinou amplas instalações da ala oeste do Terreiro do Paço, em processo de construção, para a futura Biblioteca Pública. Além do Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, àquela altura Arcebispo de Évora, outra figura foi absolutamente decisiva nos projetos: o lente e desembargador Antônio Ribeiro dos Santos, que atuava na direção dos

trabalhos da Biblioteca de Coimbra há cerca de 20 anos. A equipe montada era poderosa, reunindo o presidente da Real Mesa Censória e um lente reconhecido, responsável pela sistematização e pelo Regimento da Livraria de Coimbra, que possuía uma visão ampla sobre o papel de uma Biblioteca: Antonio Ribeiro dos Santos.

9 Citado por Machado Santos, 1965:17.

10 Baseado no documento “Jornal de Belas Artes”, Lisboa, no. 9, 1816. Citado por Domingos, 1994:110.

11 Todos os artigos e itens que serão analisados na sequência foram tomados do mesmo regulamento, encontrado no Arquivo da Torre do Tombo. Fundo Ministério do Reino. Liv. 99 (p. 1v. a 6).

12 Essas últimas referências à biblioteca foram retiradas do livro de Rubem Borba de Moraes, 1979.

13 BN.Mss 65, 4, 002, no. 23.

14 Carta XVII – Lisboa, 14 de fevereiro de 1801, p. 174, citado por Domingos, 1994:108.

15 Citado por Domingos, 1994:106.

16 Citado por Domingos, 1994:107.

17 *Idem*.

18 Arquivo Nacional. Fundo Negócios de Portugal/Secretaria de Estado e Ministério do Reino. Caixa 651, pacote 1.

19 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ministério do Reino, maço 279.

20 *Idem*. IAN/T – Ministério do Reino, livro 380.

21 *Idem*. Ministério do Reino, livro 99, f. 9.

22 *Idem*. Ministério do Reino, maço 279.

23 Nogueira, Ricardo Raimundo. “Memória das cousas mais notáveis que se trataram nas Conferencias do Governo destes Reinos desde 9 de Agosto de 1810 em que entrei a servir o lugar de um dos Governadores até 5 de Fevereiro de 1820”. BN/Lisboa, COD 6848, p. 42.

24 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Negócios do Reino, maço 279.

25 Francisco José dos Santos Marrocos foi professor régio de filosofia racional e moral, e bibliotecário no Paço da Ajuda. Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, tomo II, p. 412.

26 Carta de Luís Marrocos. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVI, 1934, pp. 29-30. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939.

27 Carta de Luís Marrocos, em 22/11/1811. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVI, 1934, p. 49. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939.

28 Santos, 1981, p. 328.

29 Arago, Jacques. *Promenade autour du monde, pendant les années de 1817, 1818, 1819 et 1820, sur les cornettes du Roi L'Uranie et La Physicienne, commandées par M. Freycinet*. Paris: Leblanc Imprimeur Libraire, 1822, vol. 1, pp. 87/89.

30 BN, Mss 7,1,4, 034, nº 013.

31 Esta bibliografia está longe de se pretender exaustiva. Na verdade, ela se refere exclusivamente às obras utilizadas para a elaboração deste artigo. Para uma visão mais ampla sugerimos a consulta à bibliografia do livro *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo contar a história e a saga da coleção chamada *Real Biblioteca*; este acervo de livros cuidadosamente reunido pelos monarcas portugueses da dinastia de Bragança. Por meio dos livros e de seus bibliotecários narraremos, também, a história comum, ou não tanto, de Portugal e Brasil: o terremoto de Lisboa, a transferência da corte e a própria independência do Brasil.

Palavras chaves: Real Biblioteca; D. João VI; Corte no Brasil; Independência

Abstract

The main goal of this essay is to describe the history of Royal Library; this large collection of books that was a kind of official image of the Portuguese kings. Through books and librarians we will tell common and different history of Brazil and Portugal: the earthquake, the escape of the court and the Brazilian independence.

Keywords: Royal Library; D. João VI; the escape of the court; independence

O legado árcade no Brasil: a difícil mudança

*Melânia Silva de Aguiar**

Chamar-se-á a esta nova Academia – ARCÁDIA – e o lugar das suas conferências o monte *Mênalo*, bastantemente celebrado das frautas dos Pastores. Os seus alunos se fingirão de Árcades e escolherá cada um nome e sobrenome de pastor adequado a esta ficção, para por ele ser conhecido e nomeado em todos os exercícios e funções da Arcádia.

Com estas palavras, inscritas no capítulo I dos estatutos da Arcádia Lusitana, de 1756, os árcades portugueses direcionaram os trabalhos de uma nova etapa da produção literária em Portugal, inserindo-se na corrente estética e ideológica que, a partir da Itália, foi conquistando adeptos em toda a Europa.

No Brasil, em 1768, portanto doze anos depois, assistimos em Vila Rica, Minas Gerais, ao anúncio da criação, com o mesmo propósito, da Arcádia Ultramarina, tendo como patrono o novo governador de Minas Gerais, recém-chegado de Portugal, Luís da Cunha Meneses, Conde de Valadares. Na sessão comemorativa da posse do governador, reunidas as figuras locais proeminentes, são sugestivas as palavras de Cláudio Manuel da Costa, ou Glauceste Satúrnio, pseudônimo pastoril com que se apresenta o poeta, encarregado de saudar em versos o jovem Conde. Referindo-se, em “Para terminar a Academia”,¹ à criação da Arcádia Romana pela Rainha Cristina da Suécia, que, na visão do poeta, se compadeceu das Musas ao vê-las vagar sem proteção e “lhes deu abrigo no seu magnífico Palácio”; lembrando ainda D. João V, o pastor Arete (também chamado Albano), sócio e protetor da mesma Arcádia Romana, Cláudio antevê, em paralelo, a proteção que o jovem Conde dispensará às Musas e o nascimento da Arcádia Ultramarina, “em um país acostumado mais a ouvir os rugidos das feras do que a harmonia das Musas”. São versos de louvor ao empossado o que se ouve na festiva ocasião:

* Professora titular de Literatura Brasileira da UFMG, doutora em Letras, leciona atualmente no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Estudiosa dos poetas árcades, é autora de edições críticas dos poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

Se agora por V. Exa. se vêem amparadas as Musas, converter-se-ão em maravilhosa metamorfose a barbaridade em polícia, a incultura em asseio, e o desalinho em gala.

Tudo devo esperar daquela nobilíssima, afável e nunca assaz louvada índole que em V. Exa. reconhecemos: ela nos dá lugar para desde já auspicarmos a época da nossa nascente Arcádia, no dia felicíssimo do seu natalício. Juntar-se-ão desde a maior distância os Pastores alistados; e entrarão com suas campanhas e nomes aqueles que agora se consideram peregrinos. Oh! dia para os nossos júbilos! Oh! época para as nossas felicidades! (1996: 341)

Já nesta sessão aparecem os nomes de Daliso e Lucinda, pseudônimos pastoris do Conde e da mulher, dona Luísa de Noronha; na imaginação do poeta, os dias que estão por vir serão semelhantes aos da Arcádia mitológica:

Parece que já reclinados sobre a relva se deixam ver os nossos músicos Pastores! As faias mais copadas, os álamos, os pinhos frondosos tecem vegetantes dosséis com que da calma se defendam; vagam sem temor pelos campos os esparzidos rebanhos; as feras os não perseguem, divertidos; entretanto toma Orisênio a frauta para cantar o seu Daliso; Glauceste uma inscrição lhe prepara ao nome; mimosas e sinceras Ninfas tecem coroas de flores para a formosa Lucinda: tudo respira delícia, tudo prazer. (1996: 341)

Nos trechos citados, extraídos do conjunto constituído por *O Parnaso obsequioso e Obras poéticas*, escrito por Cláudio em homenagem a Luís da Cunha Meneses e que viria a ter publicação póstuma,² observa-se que, ao mesmo tempo que tece elogios ao jovem Conde, o poeta vai pintando o estado de decadência em que se encontra a outrora opulenta capitania, com o esgotamento progressivo do ouro na região. E a esperança de dias mais prósperos, com a chegada do novo governador, mais do que expressão de um encômio de ocasião, apresenta-se como estratégia de envolvimento do homenageado nas dificuldades locais, com intenção deliberadamente política. D. José Luís de Meneses ficaria à frente do governo de Minas por quatro anos (1768 a 1772), não trazendo, como o poeta faz supor em sua utopia poética, os benefícios esperados. Pelo contrário, a situação se agrava dia a dia, e esta Arcádia Ultramarina, tão distante da Europa e de sua inspiração mitológica original, meio real e meio lendária, vai ganhando contornos próprios e seus adeptos se interessando cada vez mais pela realidade local; como instituição

criada no seio do poder, acaba por ser também bastante efêmera, como sua congênere portuguesa.

O ano da chegada do Conde de Valadares a Vila Rica (1768) é de grande importância para o conhecimento do Arcadismo no Brasil, pois se registram aí três acontecimentos literários da maior relevância:

- a) publica-se neste ano, 1768, em Coimbra, na “officina de Luiz Secco Vieira”, as *Obras*, de Cláudio Manuel da Costa, primeira manifestação do Arcadismo no Brasil;
- b) em setembro deste ano, nas comemorações de posse do novo governador, recitando em palácio poemas vários, de cunho encomiástico, que viriam a constituir o que se chamou *Obras poéticas*, Cláudio anuncia, como se viu, a criação da Arcádia Ultramarina;
- c) em dezembro do mesmo ano, no aniversário do Conde, leva-se à cena o “drama” *O Parnaso obsequioso*, escrito por Cláudio também em homenagem ao novo governador.

Observe-se que tanto no volume das *Obras* como em *O Parnaso obsequioso* figura o pseudônimo árcade do poeta, Glauceste Satúrnio, que neste último se diz criado pela Arcádia Romana e Vice-Custode da Colônia Ultramarina. Esta Colônia Ultramarina, ligada à Arcádia Romana, teria sido criada por empenho de Basílio da Gama, ou Termindo Sepílio, membro comprovado da Arcádia Romana, que viria a publicar no ano seguinte, 1769, seu poema *Uraguai*. Sobre a existência desta Colônia Ultramarina pairam muitas dúvidas. Em 1993, Antonio Candido divulgou documento assinado pelo Custódio da Arcádia Romana, que registra, a propósito do diploma concedido a um poeta brasileiro de menor expressão, a existência, já em 1764, de uma Colônia Ultramarina.

A diferença de tom entre estas obras de 1768, ou seja, *Obras* e *O Parnaso obsequioso*/*Obras poéticas*, pode ser nitidamente acompanhada, verificando-se uma mudança gradual entre a primeira e as últimas.

No livro *Obras*, constituído, ao que se supõe, de poemas feitos parte nos tempos do poeta em Coimbra, parte estando ele já de volta e estabelecido em Minas Gerais, fazem-se ainda tímidos os louvores à terra de nascimento e são poucos os indícios de uma amorosa contemplação dos elementos locais; há mesmo em muitos destes poemas a expressão de um desconsolo, por não poder “substalecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego.” (1996: 47)

Já no volume de *O Parnaso obsequioso* e *Obras poéticas*, apesar da paisagem amena, com musas, ninfas e deuses em alegre convívio nos montes e

ribeiras, o futuro se anunciando cheio de promessas; apesar ainda dos louvores ao poder instituído, na pessoa do governador, percebe-se um tom mais realista, dramático mesmo, quando o poeta se refere a Minas como “uma nau soçobrada”, decadente. E completando um ciclo de amadurecimento político, o poeta se confessa envergonhado por ter invocado as ninfas do Tejo e do Mondego; as ninfas do “pátrio Rio”, isto é, do ribeirão do Carmo, turvo e feio de outros poemas, será daqui para a frente, na declaração do poeta, sua grande fonte de inspiração. A ele já havia dedicado nas *Obras* o poema “Fábula do Ribeirão do Carmo”; nessas *Obras poéticas*, no entanto, a confrontação com os rios de Portugal tem carga ideológica significativa, sendo indício claro de uma mudança de postura não só literária, mas também política, que reaparecerá com mais força anos depois. Diz o poeta:

Ninfas do pátrio Rio, eu tenho pejo
Que ingrato me acuseis vós outras, quando
Virdes que em meu auxílio ando invocando
As Ninfas do Mondego, ou as do Tejo.
(1996: 357)

É importante ressaltar que, como se viu, esta última produção de 1768 (*O Parnaso obsequioso* e *Obras poéticas*) só viria a ser publicada muitos anos após a morte de seu autor. Deduz-se que Cláudio, que já havia dado à edição o volume das *Obras*, não a tenha publicado por possível temor. Assim também sucedeu com obras posteriores do poeta, que desapareceram ou se preservaram apenas em manuscritos. Este é o caso do poema *Vila Rica*, concluído em 1773, e só publicado postumamente, em 1839, em Ouro Preto, já com a licença de funcionamento concedida a tipografias no Brasil.

Como explicar o desinteresse da parte de Cláudio quanto à publicação destas composições da maturidade, ele que, ainda em Portugal, estudante de Cânones na Universidade de Coimbra, iniciante nas letras, fez imprimir seus pesados poemas barrocos, alguns deles chegados à posteridade? Não será certamente a distância ou as dificuldades de se publicar na Metrópole estes poemas a razão maior; o mais provável é que o teor já não tão árcade e descompromissado de muitos destes versos, além do envolvimento crescente do poeta com os problemas locais, tenham fortalecido nele o temor de possíveis censuras. Alguns versos explosivos, como se vê, por exemplo, no poema *Vila Rica*, omitidos, como pudemos verificar, em edições e manuscritos diversos por nós localizados, mas presentes, em particular, num belo códice existente na Biblioteca Nacional de Lisboa

(cód. 6.799), poderiam explicar a não publicação do poema em vida do poeta. Nos dizeres que abrem o *Vila Rica*, permanece o pseudônimo pastoril adotado pelo poeta já em 1768 (Glauceste Satúrnio), bem como a referência à Arcádia Ultramarina. Da estética árcade há, no entanto, muito pouco neste longo poema de dez cantos, que narra a fundação de Vila Rica, em 1711, por Antônio de Albuquerque. A difícil mudança que lentamente vai-se operando em Cláudio já aqui se vê com mais clareza, denunciando o sentimento nativista e as novas e revolucionárias idéias hauridas sobretudo em obras advindas da França.

De formação barroca, no contato com os jesuítas do Rio de Janeiro e na própria Universidade de Coimbra, onde ensaia seus primeiros versos de cunho claramente barroco, Cláudio traz da infância e da adolescência impregnação ainda mais forte: a de uma mentalidade e estilo de vida transplantados pelos aventureiros chegados a Minas em busca de ouro e riquezas, estilo de vida e mentalidade que aí se cristalizam, marcando fundamente estes povos isolados entre montanhas. As festas religiosas, a que o brilho do ouro, da prata e dos diamantes emprestam atmosfera de “ensueño”, tão cara ao barroco, além dos rebuscados jogos de linguagem da época, marcarão significativamente seu espírito e sensibilidade, e terão peso expressivo em suas obras, mesmo naquelas em que os novos ideais da Arcádia buscam expulsar os resíduos indesejáveis de uma estética já desgastada. O próprio poeta reconhece sua dificuldade em se expressar conforme a nova orientação estética, e numa alusão a Ovídio, lamenta no Prólogo ao Leitor, com que abre suas *Obras*, ver e aprovar o melhor, e seguir o contrário na execução (*Vide meliora proboque; /Deteriora sequor*).

A porção arcádica de Cláudio nas *Obras*, inegavelmente, é o que melhor o representa como poeta, mas é nas composições posteriores, de edição póstuma, que aparecerá o teor político de sua poesia. Se como instituição nascida com determinado propósito estético, o espírito da Arcádia Ultramarina em fins de 1770 já não se mantivesse tão presente, seu sentido de fraternidade, de ideal compartilhado ressurgiria com vigor na década de 1780 nessa mesma Vila Rica, sede do governo e centro das decisões da capitania.

Com a designação de Inácio José de Alvarenga Peixoto, em 1776, para ouvidor na comarca do Rio das Mortes, com sede em São João del-Rei, e ainda com a chegada de Tomás Antônio Gonzaga a Vila Rica, como ouvidor, em 1782, constituiu-se o grupo que viria a realizar no Brasil o que de mais expressivo se criou dentro do lirismo arcádico, e o que melhor testemunha a mudança da mentalidade política da época. Às esperanças expressas nos poemas de 1768 por Cláudio Manuel da Costa, poeta experiente, amigo e conselheiro dos demais em matéria literária, viriam juntar-se os ideais de Gonzaga

e Alvarenga, já agora claramente vinculados às idéias ilustradas, em circulação crescente entre os poetas e intelectuais de Minas tocados pelo novo credo.

Tem-se de fato conhecimento de uma ativa troca de idéias e de informações neste período entre os habitantes das Minas. Nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, onde se estampam os depoimentos dos réus envolvidos no movimento libertário surgido em Minas em 1789, fica evidenciada a circulação local de obras consideradas subversivas, e passadas de mão em mão entre os moradores mais notáveis, descontentes com a administração da Metrópole. Sabe-se, por exemplo, que o Cônego Luís Vieira da Silva, de Mariana, possuía em sua casa cerca de 270 obras, com 800 volumes, sendo algumas delas de autores proibidos à época pelo teor político revolucionário de suas idéias. Foram encontradas entre os livros dos inconfidentes obras de Voltaire, Montesquieu, Diderot, d'Alembert, e mesmo Tiradentes, um simples alferes, possuiu uma destas obras em francês, o *Tratado das leis constitutivas dos Estados-Unidos da América*. Não tendo acesso fácil ao idioma, solicitava ajuda para a leitura de tão precioso volume, certamente responsável em parte pelos sonhos de liberdade do alferes e por sua perdição, como réu de majestade que viria a ser. Cláudio, Gonzaga e Alvarenga tiveram participação ativa nesta troca de idéias e informações, como se deduz dos depoimentos, e suas bibliotecas, como a do Cônego, foram devassadas pelos inquisidores.

Não vamos aqui nos deter, nesta breve exposição, em outros poetas árcades do tempo, integrantes do chamado grupo mineiro, residentes em Portugal, como os épicos Basílio da Gama e Frei José de Santa Rita Durão, ou ainda o lírico e satírico Manuel Inácio da Silva Alvarenga, de pseudônimo Alcindo Palmireno, autor de *Glaura – poemas eróticos* (de 1799), obra de notável lirismo e rigor construtivo, e ainda de *O desertor das letras* (de 1774), poema herói-cômico que ataca o ensino escolástico e defende a reforma da Universidade empreendida por Pombal. Poeta mais jovem que os anteriores, viria a sofrer a prisão em 1794, no Rio de Janeiro, fato que demonstra a permanência da repressão dos tempos anteriores. Conforme nos informa Eduardo Frieiro (1981, p. 48), o autor de *Glaura* era considerado pelo desembargador-chanceler Antônio Dinis da Cruz e Silva, um “energúmeno infernal”, por ler e dar a ler “essas doutrinas subversivas a seus discípulos na aula de retórica e poética”.

Os poetas radicados em Minas, isto é, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, se como colonizados ultramarinos deram novo alento aos ideais estéticos do Arcadismo, foram também os responsáveis pelas mudanças que os novos tempos exigiam, com afastamento progressivo das ribeiras e campos ridentes.

Tomás Antônio Gonzaga, natural do Porto e egresso da Universidade de Coimbra, autor da mais famosa obra lírica do século em língua portuguesa – *Marília de Dirceu* – se mostra perfeitamente adaptado à estética árcade, o que não o isenta de resquícios barrocos aqui e ali, visíveis em certos torneios de linguagem e predileções temáticas. Seu estilo mais moderno, no entanto, a naturalidade com que expressa o sentimento amoroso, a cadência melódica da frase, a expressão de sinceridade com que narra seu sofrimento como enamorado e como prisioneiro contribuíram certamente para seu sucesso junto ao público, sucesso que perdura até nossos dias. O poeta parece ter consciência da duração de sua obra, pois, em uma de suas liras (III, Parte 3), dirigindo-se a Marília, pseudônimo da noiva Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, dirá:

Se encontrares louvada uma beleza,
Marília, não lhe invejes a ventura,
Que tens quem leve à mais remota idade
A tua formosura.
(1996: 687)

De Inácio José de Alvarenga Peixoto, pouca coisa chegou à posteridade e, embora pequena, a porção que se salvou (33 poemas) dá mostras suficientes da habilidade poética de Alceu, nome pastoril de Alvarenga. O incansável estudioso português do setecentos mineiro, Manuel Rodrigues Lapa, é responsável pela localização de alguns dos poemas esparsos de Alvarenga Peixoto, e sua edição de 1960 (MEC/INL) é ainda hoje referência obrigatória para os estudos do poeta.

Esta última fase do Arcadismo em Minas Gerais, década de 1780, não produziu apenas obras líricas; o estro de nossos poetas nutriu-se de outras inspirações, mais comprometedoras. Trabalhando com a tradição, estes poetas mineiros do setecentos, apenas em parte, endossaram o modelo vigente; a ambigüidade do discurso, usada como disfarce da voz narrativa por excelência, pode ser rastreada em muitas composições do período. Dá-se aqui o que Ricardo Piglia chamou de “mirada estrábica”, expressão aplicada a escritores latino-americanos:

La conciencia de no tener historia, de trabajar con una tradición olvidada y ajena, la conciencia de estar desplazado e inactual. Podríamos llamar a esa situación la mirada estrábica: hay que tener un ojo puesto en la inteligencia europea y el otro puesto en las entrañas de la patria. (PIGLIA, 1991: 61)

Ao mesmo tempo que atento ao modelo, o olhar deste escritor de aquém-mar se fixa num outro ponto, num estrabismo buscado, que gera a fresta da ambigüidade, do questionamento subjacente, da insatisfação. A análise do período setecentista no Brasil e de sua produção discursiva atesta esta mirada estrábica.

Não é outro o olhar de Alvarenga Peixoto em seu “Canto genetliaco”: saudando o nascimento de um filho de D. Rodrigo José de Meneses, governador de Minas de 1780 a 1783, vale-se da oportunidade para cantar os nascidos em terras americanas e que, embora filhos de estrangeiros, já principiam a ser “patrícios nossos”. Veja-se o tom de orgulho incontido e de velada revolta, mesclado às louvações ao poder instituído:

Bárbaros filhos destas brenhas duras,
Nunca mais recordeis os males vossos;
Revolvam-se no horror das sepulturas
Dos primeiros avós os frios ossos:
Que os heróis das mais altas cataduras
Principiam a ser patrícios nossos:
E o vosso sangue, que esta terra ensopa,
Já produz frutos do melhor da Europa.
(1996: 976)

E numa referência clara à realidade local e ao valor dos homens que nela labutam, exclama:

Isto, que Europa barbaria chama,
Do seio das delícias, tão diverso,
Quão diferente é para quem ama
Os ternos laços de seu pátrio berço!
(...)
“Estes homens de vários acidentes,
Pardos e pretos, tintos e tostados,
São os escravos duros e valentes,
Aos penosos trabalhos costumados:
Eles, mudando aos rios as correntes,
Rasgam as serras, tendo sempre armados
Da pesada alavanca e duro malho
Os fortes braços feitos ao trabalho.

(...)

“Se o justo e útil podem tão somente
Ser o acertado fim das ações nossas,
Quais se empregam, dizei, mais dignamente,
As forças destes ou as forças vossas?
Mandam a destruir a humana gente
Terríveis legiões, armadas grossas;
Procurar o metal, que acode a tudo,
É destes homens o cansado estudo.

São dignos de atenção...”
(1996: 976-978)

Em Tomás Antônio Gonzaga, o envolvimento amoroso com Maria Dorotéia, inspiradora de seu canto, a proximidade com outras cabeças pensantes da capitania, e o acesso às novas idéias sopradas de fora terão tido influência sobre o espírito do poeta nos poucos anos vividos em Minas (1782-1789). Suas *Cartas chilenas*, que circularam em manuscritos anônimos em Vila Rica por volta de 1786, constituem uma candente sátira contra o então governador Luís da Cunha Meneses, chamado aí “Fanfarrão Minésio”. Oculto sob o criptônimo de Critilo, o autor das Cartas pôde vergastar os poderosos e manifestar sua simpatia pelos pobres presos, doentes e febris, submetidos a um trabalho árduo e sem descanso, na construção do edifício da cadeia. E ainda que haja nestas Cartas manifestações de apreço pela submissão dos povos conquistados às leis dos monarcas, o que domina é a imprecação contra os mandatários do poder real e a simpatia pelos desvalidos locais, como se vê nos versos seguintes:

Ora pois, louco chefe, vai seguindo
a tua pertensão, trabalha embora
por fazer imortal a tua fama:
levanta um edifício em tudo grande,
um soberbo edifício, que desperte
a dura emulação na própria Roma.
Em cima das janelas e das portas
põe sábias inscrições, põe grandes bustos,
que eu lhes porei, por baixo, os tristes nomes
dos pobres inocentes que gereram
ao peso dos grilhões, porei os ossos

daqueles que os seus dias acabaram,
sem Cristo e sem remédios, no trabalho.
E nós, indigno chefe, e nós veremos
a quais destes padrões não gasta o tempo.
(1996: 828)

A ambigüidade de que vem revestida boa parte do discurso setecentista em Minas Gerais, apontada, por vezes apressadamente, como contradição ou instabilidade ideológica de nossos escritores poderá sugerir pontos positivos e merecedores de atenção:

1. a ambigüidade é a fresta por onde se insinua o descontentamento e a reivindicação;
2. sua existência só é possível graças a um vislumbre de mudança e à esperança de melhores dias;
3. ela testemunha um momento de tensão, de cruzamento de forças opostas, impensável em momento anterior e por demais arriscado na fase imediatamente posterior.

Walter Benjamin, falando da História, observa que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’” (1985: 224); na verdade, tudo o que podemos colher daí é um amontoado de ruínas. Nessa breve exposição, o que pudemos mostrar não passa de um fragmento destas ruínas, ou seja, daquilo que estes discursos ambíguos remanescentes sugerem.

Ainda assim, é a partir da ambigüidade de certo discurso setecentista que nos é possível ler, nos avessos do texto, as limitações da época e entrever a difícil mudança a que estiveram sujeitos os poetas do setecentos em Minas Gerais.

Reler estes poemas é reconhecer, além das marcas da tradição anterior, os sinais formadores de uma nova tradição; é deixar-se instigar pela busca de respostas para a permanência de determinados textos ou sua ratura; é refletir sobre as releituras que destes poetas se fizeram, tornando-os de algum modo “precursores” de conhecidas reescrituras; é, mais que nada, refletir sobre a interferência, na cadeia da tradição, de mecanismos ideológicos reguladores da recepção.

Bibliografia

- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, Arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1960.
- MELO FRANCO, Caio de. *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- PIGLIA, Ricardo. Memoria y tradición. *Anais do 2º Congresso ABRALIC*, Belo Horizonte, UFMG, v. 1, p. 60-66, 1991.
- PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar [et al.] Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

Notas

1As citações das obras dos poetas aqui focalizados foram extraídas de A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Organização Domício Proença Filho; artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar... [et al.]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

2 Caio de Melo Franco publicou pela primeira vez estes escritos a partir de um manuscrito localizado por ele em Paris, e que teria pertencido ao poeta José Maria Herédia. Veja-se O inconfidente Cláudio Manuel da Costa. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

Resumo

A produção literária dos principais poetas do setecentos em Minas Gerais, embora sabidamente tenha chegado incompleta a nossos dias e, muitos de seus poemas, de forma lacunar, oferece um volume razoável de composições que possibilitam avaliar sua qualidade e importância no sistema literário brasileiro. Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto, em proporções diferentes, tiveram preservada parte de sua produção poética. Rer ler estes poemas é reconhecer, além das marcas da tradição anterior, os sinais formadores de uma nova tradição; é deixar-se instigar pela busca de respostas para a permanência de determinados textos ou sua rasura; é refletir sobre as releituras que destes poetas se fizeram, tornando-os de algum modo “precursores” de conhecidas reescrituras; é, mais que nada, refletir sobre a interferência, na cadeia da tradição, de mecanismos ideológicos reguladores da recepção.

Palavras-chave: arcadismo; poesia; tradição; Minas Gerais.

Abstract

The literary production of the main poets of the XVIIIth century in Minas Gerais, although to have arrived incomplete to date, and many of its poems present missing gaps, offers a reasonable amount of compositions that allow us to evaluate its quality and importance in Brazilian literary system. Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga and Inácio José de Alvarenga Peixoto, in different proportions, are authors whom had preserved part of its poetic production. To read these poems again is to recognize, beyond the marks of the anterior tradition, the forming signs of a new tradition; it is to be instigated towards answers for the permanence of certain texts or their erasure; it is to reflect over the readings that were made of these poets, making them somehow “precursors” of known rewritings; it is, most of all, to think over the interference, in the chain of tradition, of reception’s regulatings ideological mechanisms.

Keywords: poetry; tradition; ideology; Minas Gerais

Amigos de Bocage Oriundos do Brasil

Daniel Pires*

A Universidade de Coimbra

A inexistência de estabelecimentos de ensino que ministrassem cursos superiores no Brasil obrigou muitos jovens, no século XVIII, a demandar o Reino com o objectivo de se matricularem na Universidade de Coimbra, designadamente em Cânones, Leis e Medicina.

Na sequência da sua formatura, parte dos estudantes regressava às suas origens, saudosos da sua família e de um tipo de vida mais descontraído, em sintonia com as exigências de um clima tropical; outros permaneciam na metrópole, onde, por vezes, obtinham trabalho de acordo com o curso em que se tinham licenciado e, eventualmente, com melhor remuneração.

A contestação própria da idade sentia-se com alguma intensidade na Universidade de Coimbra. Com efeito, os estudantes faziam circular panfletos clandestinos nos quais manifestavam a sua mundividência: punham em causa a instituição, nomeadamente a sua metodologia, que consideravam livresca, a competência dos professores, o teor dos programas leccionados e a relação humana nela prevalecente.

A sua crítica virulenta estendia-se à sociedade, um corolário da leitura da *Enciclopédia*, marco miliário da história da Humanidade, e dos principais teóricos do Iluminismo, principalmente Voltaire e Rousseau, cujas obras constavam do índice da Real Mesa Censória. Esta instituição fora criada, em 1768, pelo Marquês de Pombal para centralizar o poder e, deste modo, anular resistências, quer à sua autocracia, quer às suas propostas político-sociais inovadoras.

Parte da juventude universitária estava, por outro lado, atenta aos editais da Real Mesa Censória, que lhes propiciavam informações não despidas acerca das obras consideradas politicamente subversivas, apologistas do Deísmo e que, alegadamente ou não, exaltavam o erotismo. Na verdade, a

* Presidente do Centro de Estudos Bocageanos, Investigador do Centro de História e do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Professor do Ensino Secundário em Setúbal, foi Leitor de Português nas Universidades de Glasgow, Macau, Cantão e Goa. Autor e/ou organizador de numerosas publicações (livros, catálogos, ensaios, artigos etc.), incumbe-se no momento da edição da Obra Completa de Bocage (4 volumes já publicados) e dedica-se principalmente à pesquisa sobre a Imprensa Periódica em Portugal, autores do séc. XVIII e Camilo Pessanha.

sociedade portuguesa – periférica, católica e conservadora – recusava liminarmente reivindicações ou opiniões de carácter humanista. As mencionadas obras eram, então, procuradas com avidez junto dos livreiros franceses radicados no país – Borel, Reyceud, Bertrand, entre outros¹ – os quais estabeleciam contactos secretos com os seus pares em França, na Holanda e na Suíça, tendo como objectivo a sua importação.

Livres-pensadores, alguns com vínculos à maçonaria ou, pelo menos, conhecedores dos seus ideais fraternos, criticavam a vida faustosa e promíscua de parte do clero, elegiam como inimiga a hipocrisia – apelidada por Voltaire de “L’Infâme” –, denunciavam o despotismo do todo-poderoso intendente-geral das polícias do reino, Diogo Inácio de Pina Manique, apostrofavam o preconceito e o fanatismo, dando particular ênfase à Razão. Liam, sub-repticiamente, os libertinos franceses dos séculos XVII e XVIII, que contribuíam para pôr em causa os severos princípios de carácter moral então professados.

Um dos estudantes oriundos do Brasil que mais se distinguiram em Coimbra, nesta época, foi Francisco de Melo Franco. A sua postura irreverente e interventiva transparece na sua obra *O Reino da Estupidez*, que circulava clandestinamente para gáudio da juventude e natural reprovação dos que se sentiam particularmente atingidos. Aquele escritor nasceu em Paracatu, Estado de Minas Gerais, a 17 de Setembro de 1757, sendo filho de João de Melo Franco e de Ana Caldeira Franco, naturais, respectivamente, de Portugal e de S. Paulo. Depois de frequentar o seminário no Rio de Janeiro, veio para Coimbra, onde se matriculou no curso de medicina.

Saiu da sua pena um poema virulento, composto quando era estudante, embora só publicado, pouco antes de falecer, em 1819, ano que prenunciava já o advento do Liberalismo. Referimo-nos a *O Reino da Estupidez*, obra que constitui uma crítica acerada à comunidade académica coimbrã, bem como à ordem social vigente no país. A título de exórdio, Melo Franco equaciona o objecto do seu poema:

A molle Estupidez cantar pertendo [*sic*]
Que, distante da Europa desterrada,
Na Lusitania vem fundar seu Reyno

Para se instalar, a irracionalidade conta então, segundo o jovem estudante, com o apoio dos lentes, do reitor, dos frades, da superstição, do fanatismo, da raiva e da inveja. A nobreza também é criticada por usufruir de um estatuto que colide com as exigências da Razão:

Que estes nossos fidalgos Portugueses
He gente que não tem nem Lei nem Roque²

Franco, concomitantemente, elogia o Marquês de Pombal e denuncia o ambiente de Lisboa, cidade que considera boçal e estagnada. Verbera a hipocrisia e a incoerência de alguns sectores do clero, lamenta que aqueles que estudam não tenham o reconhecimento adequado e afirma que é uma desdita ser português.

Acusado de impiedade, eventualmente devido ao teor subversivo da sua poesia, foi detido e respondeu perante a Inquisição de Coimbra. Embora o seu processo esteja inventariado num índice referente àquela instituição, não é actualmente possível consultá-lo, na Torre do Tombo, por se ter extraviado. Recomposto daquele drama, Francisco de Melo Franco retomou, em 1782, o curso de medicina, que finalizou três anos mais tarde.

Da sua lavra é ainda a obra *Medicina Teológica*, publicada anonimamente em Novembro de 1794 por António Rodrigues Galhardo, estando o *imprimatur* da Real Mesa e Comissão Geral do Exame e Censura de Livros datado de 30 de Outubro. Aquele ensaio foi particularmente atacado por Pina Manique nas *Contas para as Secretarias*, sendo de imediato proibido. Em causa, alegava Melo Franco, estava a inépcia dos confessores, que assacavam à falta de virtude os “excessos” de alguns “pecadores”. O autor defendia, pelo contrário, que aqueles tinham um carácter fisiológico, isto é, decorriam da natureza humana, não devendo, portanto, ser punidos, interpretação que punha em causa algumas “verdades” intocáveis na época. Não se conhecem represálias sobre Melo Franco, que terá movido influências para ser poupado à política punitiva de Pina Manique. O facto de pertencer à equipa de médicos que tratava a rainha D. Maria I,³ cuja saúde mental era crítica, deverá ter sido uma atenuante decisiva.

Um outro estudante oriundo do Brasil que, mais tarde, se distinguiu no campo das letras foi António de Moraes e Silva [Rio de Janeiro, 1756 – Recife, 1824], autor do célebre *Dicionário de Língua Portuguesa*,⁴ continuação do labor estrénuo de Rafael Bluteau, e tradutor de diversas obras de mérito, entre as quais se contam *História de Portugal composta em inglês por uma Sociedade de Literatos, trasladada em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português (...)*, 3 volumes publicados em 1789 e reeditados, pela Academia das Ciências, em 1802; da sua lavra são ainda o *Epítome da Gramática Portuguesa*⁵ e as *Recreações de um Homem Sensível*. A sua actividade em prol dos ideais “franceses”, utilizando a terminologia da época, esteve na origem,

em 1779, 1785 e em 1806, da sua detenção nos cárceres do Santo Ofício. De acordo com a acusação, António de Moraes considerava que o Inferno e o Purgatório não existiam, que a alma era mortal e que as teses explicitadas nas escrituras serviam para controlar os seres humanos. Por outro lado, não reconhecia a autoridade do Papa e descrevia a necessidade dos jejuns e da missa.⁶

Enquanto decorria o seu primeiro processo, Moraes abandonou furtivamente o país. Depois de residir quatro anos em Londres, regressou a Portugal, na sequência de uma breve estada em Paris, e apresentou-se ao Tribunal do Santo Ofício. Foi posteriormente nomeado juiz dos órfãos da Baía,⁷ nomeação corrigida posteriormente para juiz do cível daquela cidade.

Abra-se um parêntesis para enfatizar a sua atitude corajosa perante os seus diligentes inquiridores, encarando-os frontalmente e demonstrando uma inequívoca força anímica.

Não existem referências na obra de Bocage aos dois intelectuais mencionados; porém, tendo em consideração o ideário que perfilhavam e a sua estada em Lisboa na época em que poeta ali vivia, poder-se-á afirmar, sem grande margem de erro, que deverão ter confraternizado nas tertúlias literárias que decorriam nos cafés, designadamente no Nicola, ou em botequins, por exemplo o das “Parras”, onde pontificava um benemérito que matou a fome a vários intelectuais e, inclusivamente, pagou o funeral de Bocage e o de Tomás António de Santos e Silva. Referimo-nos a José Pedro da Silva, conhecido por José Pedro das Luminárias, alcunha que decorria do facto de ornamentar, de forma exuberante, em datas marcantes, a sua casa.

A Maçonaria

Os ideais que enformam a maçonaria exerceram, na época de Bocage, uma atracção insofismável: na realidade, apesar de estarmos em presença de uma sociedade extremamente hierarquizada, membros de todas as classes letradas pertenceram àquela organização secreta. Discute-se, inclusivamente, se o próprio Marquês de Pombal e o Duque de Lafões nela se tenham iniciado numa das suas estadas no estrangeiro, eventualmente em Londres ou em Viena de Áustria, cidades que tinham uma forte influência da ordem. Indubitável é o facto de, durante o consulado do primeiro, a maçonaria não ter sido perseguida, em franco contraste com outros períodos do Antigo Regime.

A maçonaria pugnava pela solidariedade, pelo auto-aperfeiçoamento, pela divulgação do conhecimento, tendo a Razão como pedra-de-toque; por outro lado, constituía um local de sociabilidade, até então circunscrita aos ca-

fés – estritamente vigiados pelos “Moscas” de Pina Manique –, ao “Passeio Público” e aos salões.

A maçonaria esbatia, de alguma forma, os privilégios de classe, decorrentes da natureza do regime. A estes atributos juntavam-se o seu secretismo e a sua liturgia apelativa, à qual, por vezes, não era alheia a música.

Sabe-se que Bocage aderiu a esta associação. A sua adesão deverá remontar a 1795, ano em que deixou de ter quaisquer relações com a “Academia de Belas-Letras”, também conhecida por “Nova Arcádia”, porquanto apresentava como paradigma a “Arcádia Lusitana”, agremiação que, cerca de três décadas antes, tanto frutificara no âmbito da poesia, do drama e da crítica literária.

A leitura da poesia de Bocage, especialmente aquela que foi composta no final da sua vida, evidencia as suas relações intelectuais e de amizade com maçons. Destacamos um, oriundo do Brasil: António Mendes Bordalo. Nasceu no Rio de Janeiro em 1750, viajou para Portugal aos 16 anos, tendo-se formado, em 1771, em Leis, pela Universidade de Coimbra. Exerceu a sua profissão em Lisboa, tendo sido nomeado, de acordo com o *Almanaque para o Ano de 1798*, para a “Casa da Suplicação”. Devido às suas relações privilegiadas com algumas personalidades do poder – José de Seabra da Silva, seu irmão, Lucas de Seabra, Martinho de Melo e Castro –, conseguiu eximir-se às perseguições do Intendente. Sabe-se, hoje em dia, que a sua casa de Lisboa constituía um local privilegiado para as reuniões e as cerimónias maçónicas. Bordalo dedicou a Bocage o soneto “Cedei, Profanos, da Razão ao brado”, publicado nos *Novos Improvisos de Bocage*, o qual retribuiu com um outro: “Ânsias inda teu metro, e raivas custa”.⁸ Faleceu em 1806. A sua biblioteca esteve então à venda, podendo a sua viúva – Teresa Cláudia de Almeida – ser contactada para a efectivar.⁹

A Casa Editorial do Arco do Cego

O Iluminismo lançou os fundamentos de uma época de franco desenvolvimento técnico-científico. O continente português estava exaurido e as mentes mais argutas da governação tinham consciência de que o futuro de Portugal passava pelo Brasil. Na realidade, este amplo território era de uma riqueza extrema e estava praticamente inexplorado. Havia, deste modo, a necessidade imperativa de se estudar a sua realidade física e humana e de se publicarem obras que as equacionassem. Foi então decidido, sob a égide de Rodrigo de Sousa Coutinho, fundar a Casa Editorial do Arco do Cego, a qual tinha como tesoureiro um amigo de Bocage: Marcos Aurélio Rodrigues. De imediato foi enviada a França uma comitiva com a missão de adquirir os instrumentos

mais sofisticados no domínio da impressão. Portugal, país periférico, com um atraso indesmentível relativamente aos países que pontificavam na Europa – França, Prússia, Inglaterra, Rússia –, esteve por momentos a par da tecnologia mais avançada. Por outro lado, foram contratados os melhores tradutores que verteram para o português as obras estrangeiras mais representativas que estavam em consonância com os objectivos mencionados. No domínio da ilustração, convidaram-se os melhores artistas – Romão Elói de Almeida, Raimundo Joaquim da Costa e Domingos José da Silva, entre outros –, ficando, assim, assegurada, a qualidade das imagens que as integravam, as quais, hoje em dia, são, por vezes, vendidas em separado por preços exorbitantes.

Para concretizar este ambicioso projecto, foi nomeado um cientista notório, autor de uma extensa obra no domínio da Botânica: Frei Mariano da Conceição Veloso [Conceição, Rio de Janeiro, 1742 – Rio de Janeiro, 13 de Junho de 1811], que esteve ao leme da Casa Editorial do Arco do Cego durante dois anos.

Sob o lema “Sem livros não há instrução”, entre 1799 e 1801, esta editora deu aos prelos poemas, de carácter didáctico e panegírico, bem como obras sobre economia agrária, farmácia, física, medicina, ciências naturais, arquitectura, entre outras ciências exactas, ascendendo o seu número a 83, facto relevante tendo em consideração a brevidade da sua existência. Formaram-se, deste modo, pessoas com conhecimentos profundos, que contribuíram para o desenvolvimento designadamente do Brasil e, por extensão, de todo o Reino.

Os livros da editora podiam ser adquiridos na “loja” da Oficina Calco-gráfica ao Rossio e ainda nas da Viúva Bertrand e Filho ao Chiado, de Estêvão Semiond em Coimbra e na de António Álvares Ribeiro no Porto, de acordo com um catálogo das obras poéticas, que acompanha a tradução bocagiana de *O Consórcio das Flores – Epístola de La Croix a seu Irmão*. Refere ainda este catálogo que na sua “loja” do Rossio se vendem, para além de livros, “Retratos em preto e iluminados, gravados por artistas Portugueses; e caracteres tipográficos de toda a qualidade elegantemente abertos por Nacionais.”

Graves irregularidades, perpetradas por Frei Mariano da Conceição Veloso, conduziram ao encerramento da Casa Literária do Arco do Cego, a qual, por decreto de 7 de Dezembro de 1801, foi incorporada na Impressão Régia. Esta editora adquiriu então a obrigação de publicar os títulos que a sua congénere tinha em carteira.

Frei Mariano Veloso, que pertencia à ordem religiosa de S. Francisco, foi um dos protectores de Bocage. O poeta dedicou-lhe a sua última obra, *A Virtude Laureada*,¹⁰ publicada, em Dezembro de 1805, pouco antes de falecer.

Por iniciativa daquele cientista, Elmano desempenhou na mencionada editora a função de tradutor, auferindo então, mensalmente, a quantia de vinte e quatro mil réis.¹¹

De acordo com Margarida Ortigão Leme, os tradutores tinham direito a receber 200 exemplares das obras que vertiam, podendo devolver à instituição aqueles que não quisessem, sendo, neste caso, reembolsados.¹²

Da autoria de Bocage, contam-se as seguintes traduções publicadas pela Casa Literária do Arco do Cego: *Os Jardins ou a Arte de Aformosear as Paisagens. Poema de Delille* (1800), *As Plantas. Poema de Richard Castel* (1801) e *O Consórcio das Flores. Epístola de La Croix a seu Irmão* (1801). No domínio apologetico, o poeta deu à estampa as obras originais *Aos Faustíssimos Anos do Sereníssimo Príncipe Regente Nosso Senhor. Elogio para se Recitar no Teatro da Rua dos Condes* (1801) e colaborou no *Tributo de Gratidão, que a Pátria Consagra a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, por mãos do Intendente Geral da Policia da Corte, e Reino* (1801).

Com o encerramento da editora, Bocage perdeu o seu único emprego civil fixo, voltando, deste modo, a ter um quotidiano incerto. Valeram-lhe, então, nos últimos anos da sua vida os seus amigos, entre os quais se contaram José Pedro da Silva e Gregório Freire Carneiro.

No livro que coordenou – *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*¹³ –, Maria Beatriz Nizza da Silva foca a confissão de José Joaquim Vieira de Couto, preso nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício. De acordo com as suas declarações, os membros da maçonaria reuniam-se, entre outros lugares, nas instalações da Imprensa Régia, no Arco do Cego.

Outro amigo de Bocage nascido no Brasil foi José Francisco Cardoso (Baía, 23 de Abril de 1761 – 14 de Agosto de 1834), também tradutor da Casa Literária do Arco do Cego. Compôs, dois poemas, redigidos em latim, língua que leccionava: *Elegia ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Marinha, etc., etc., etc., D. Rodrigo de Sousa Coutinho*¹⁴ e *Canto Heroico sobre as Façanh. dos Portuguezes na Expedição de Tripoli*.¹⁵ Foram ambos traduzidos por Bocage, sendo a edição bilingue, facto que não era comum na época, porquanto poderia acarretar críticas que nem sempre eram construtivas.

Parece-nos ainda lícito referir um poeta nascido no Brasil que conheceu pessoalmente Bocage: José Elói Ottoni [Vila do Príncipe (Serro), 1 de Dezembro de 1764 – Rio de Janeiro, 1851], que exerceu o cargo de professor de latim na Vila do Bom Sucesso do Fanado, actualmente Minas Novas.

No início do século XIX, Ottoni encontrava-se em Lisboa. Frequentou então os salões da Marquesa de Alorna, que ficaram famosos na época, encomiasticamente citados por Alexandre Herculano no elogio fúnebre que exarou na sequência do falecimento daquela escritora. Neles os poetas eram convidados a dizerem as suas composições e a improvisarem sobre os motes que lhes eram propostos. A música estava também presente, sendo as modinhas, designadamente as de Caldas Barbosa, particularmente apreciadas. Um retrato destes encontros é-nos facultado pelo Marquês de Resende na obra *Pintura de um Outeiro Nocturno e um Sarau Musical às Portas de Lisboa no Fim do Século Passado feita e lida no primeiro serão literário do grémio recreativo em 12 de Dezembro de 1867*,¹⁶ que constitui uma descrição pormenorizada e de grande interesse documental da forma como decorriam os encontros poéticos na época de Bocage. Porém, os dados factuais apresentados entram, por vezes, em colisão. Por exemplo, Filinto Elísio, perseguido pela Inquisição em 1778, exilado em Paris, não pode ter frequentado o mencionado sarau. Cremos que o autor, embora conhecedor dos meandros poéticos da época, deu livre curso à sua imaginação, quando decidiu, um século depois da sua eventual realização, reconstituir aquele salão literário.

Nesta época, Ottoni tentou interceder por seu primo, José Joaquim Vieira de Couto, detido pelo Santo Ofício por actividades de carácter maçónico. Um dos inquisidores demoveu-o então, aconselhando-o a não mencionar o seu parentesco. O conhecimento de pessoas influentes, como a Marquesa de Alorna, o Conde dos Arcos e o Marquês de Paranaguá, evitou a sua detenção.

O início do século XIX foi particularmente auspicioso para Ottoni, que reuniu as condições subjectivas e objectivas para publicar a sua obra. Com efeito, a *Gazeta de Lisboa* de 15 de Maio de 1801 anuncia o primeiro folheto das suas “Poesias”; a de 3 de Julho, o segundo folheto, ascendendo o seu preço a 120 réis; a edição de 23 de Fevereiro do ano seguinte, referia o terceiro folheto, intitulado *Anália a Josino*. Assinale-se que os respectivos manuscritos e o parecer de Francisco Xavier de Oliveira se encontram no arquivo da Real Mesa Censória, depositado na Torre do Tombo.¹⁷

O talento de Ottoni foi reconhecido por António Bersane Leite que, nas suas *Quadras Glosadas*, dedicadas à Marquesa de Alorna, o evoca:

Ottoni e Bocage, ricos
Do etéreo Febeu tesouro,
Os seus versos te ofereceram
Em brilhantes Aras de ouro.¹⁸

Bocage faleceu em agonia em Dezembro de 1805. Vários poetas o homenagearam então, entre eles Manuel Inácio Nogueira, João Miguel Coelho Borges, Manuel Pedro Tomás Pinheiro d'Aragão e Francisco de Paula Medina e Vasconcelos. Também Ottoni lhe dedicou um poema. Encontrava-se então em Madrid, na qualidade de secretário do Conde da Ega, Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, que fora nomeado, em 1804, embaixador de Portugal em Madrid. Intitula-se a composição *Drama Alusivo ao Carácter, e Talentos de Manoel Maria de Barbosa du Bocage*, sendo a edição paga integralmente pela Condessa da Ega. Esta obra foi recuperada, em 1966, por Heitor Martins, no seu opúsculo *Bocage e Minas*, que inclui ainda glosas inéditas de Bocage.

Paulo Roberto Gomes Leite afirma ter consultado a obra *Notícia Histórica sobre a Vida e Poesias de José Elói Ottoni*, por T. Ottoni (Rio de Janeiro: 1851), na qual se afirma que este poeta se “torna companheiro de Bocage e Bersane, com os quais disputa numa Arcádia o primeiro lugar.”¹⁹

O universalismo foi uma constante de Bocage. Os seus Amigos brasileiros foram certamente uma pedra angular na sua construção.

Notas

1 Cf. DOMINGOS, Manuela – *Livresiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000; ID. – *Os Livresiros Franceses em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998.

2 ALBUQUERQUE, Luís de – “O Reino da Estupidez” e a Reforma Pombalina. Coimbra: Atlântida, 1975, p. 89.

3 Cf. SOUSA, António Coutinho Pereira de Seabra e – *Resposta ao Senhor Simão José da Luz Soriano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p. 130.

4 Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, 1813, caixa 73, documentos 31 e 35.

5 Veja-se a este propósito, o mencionado arquivo da Real Mesa Censória, caixa 54, documento 70.

6 BAIÃO, António – *Episódios Dramáticos da Inquisição*. Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 119, vol. II.

7 *Gazeta de Lisboa*, 28 de Novembro de 1789.

8 Bocage – *Colecção de Novos Improvisos de Bocage na sua Mui Perigosa Enfermidade*. Lisboa: na Impressão Régia, 1805, p. 20.

9 *Gazeta de Lisboa* de 7 de Junho e de 15 de Agosto de 1806.

10 *A Virtude Laureada: Drama Recitado no Theatro do Salitre, Composto e Dirigido ao Revmo. P. M. Fr. José Marianno da Conceição Velloso*. Lisboa: na Impressão Régia, 1805, 64 p.

11 Cf. DOMINGOS, Manuela et al, op. cit.

12 Cf. DOMINGOS, Manuela et al – *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. “Sem Livros não Há Instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional / Imprensa Nacional, 1999.

13 Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

14 Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1800, 35 p.

15 Lisboa: na Tipografia Calcográfica, e Literária do Arco do Cego, 1800, 103 p.

16 Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1868.

17 Caixa 45, documento 52, ano de 1802; o pedido de publicação encontra-se na caixa 42, processo nº 19, de 8 de Julho de 1801.

18 Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1804.

19 LEITE, Paulo Roberto Gomes – “Vieira Couto e as Ligações entre a Maçonaria do Tijuco, de Portugal e de Moçambique” in Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais (Belo Horizonte), vol. XXV, 2002.

Resumo

A presente comunicação debruça-se sobre a obra e a actividade dos amigos de Bocage que nasceram no Brasil. Nela são designadamente focados a leitura clandestina de obras que se encontravam em sintonia com os ideais do Iluminismo, o quotidiano transgressor dos estudantes da Universidade de Coimbra, a *praxis* da maçonaria e a repressão que era exercida, no final do século XVIII, sobre os livre-pensadores.

Palavras-chave: transgressão; clandestinidade; maçonaria e Iluminismo

Abstract

The present communication analyses the literary works and the biography of the friends of Bocage who were born in Brazil. It focuses on the underground reading of books that defended the principles of the Enlightenment, the alternative everyday-life of the students of the University of Coimbra, the praxis of the free-masons and the repression suffered by the free-thinkers at the end of the eighteenth century.

Keywords: Transgression; clandestineness; free-masonry and Enlightenment

Real Capela de Música do Rio de Janeiro, 1808 – As transformações na linguagem de José Maurício Nunes Garcia (1767 – 1830)

*Ricardo Bernardes**

Pode-se afirmar que José Maurício Nunes Garcia (1767–1830) é um dos mais significativos compositores da América colonial no que diz respeito à quantidade de composições, à qualidade estética e à definição de uma linguagem própria, facilmente perceptível. Este perfil o individualiza e o destaca dos compositores mineiros ou hispano-americanos do séc. XVIII, que podemos identificar, dentro de um estilo comum de composição, em que mesmas fórmulas de estrutura musical, orquestração e linguagem harmônica são utilizadas. É também o único compositor colonial cuja obra e a biografia não foram esquecidas ao longo destes dois últimos séculos, pois contou com árdus defensores, desde seus contemporâneos Manuel de Araújo Porto Alegre e Bento das Mercês, até o Visconde de Taunay, que conseguiu fazer com que, em fins do séc. XIX, o governo brasileiro adquirisse as principais obras de José Maurício, reunidas e conservadas, em coleção por Bento das Mercês. Entre suas principais iniciativas Taunay editou em 1897, com Alberto Nepomuceno, o famoso *Réquiem de 1816*, em uma versão reduzida para canto e piano ou órgão.

Foi a partir da década de 1940, porém, que a vida e a obra de José Maurício Nunes Garcia contaram com um estudo bastante sério e profundo, realizado pela regente e musicóloga Cleofe Person de Mattos, que, além de transcrever e promover a execução de suas obras, editou em 1970 o *Catálogo temático das obras do padre José Maurício Nunes Garcia*, obra fundamental para o conhecimento da produção mauricianana. Na década de 1980, a pesquisadora editou ainda dez partituras, reunidas em oito volumes¹, e, em 1994, o *Réquiem de 1816*, na versão completa de orquestra. Como último e mais importante trabalho, lançou em 1997 sua biografia mauricianana, *José Maurício Nunes Garcia – biografia* em que expõe de modo cronológico e bastante mais extenso que no catálogo de 1970, a vida e as características da obra do compositor.

* Regente e musicólogo. Mestre em Musicologia pela Universidade de São Paulo/USP. Doutorando pela Universidade do Texas em Austin.

* * *

A 22 de setembro de 1767, nasce José Maurício Nunes Garcia, filho de Apolinário Nunes Garcia, segundo registros, de raça branca, e de Victória Maria da Cruz, de ascendentes imediatos “da Guiné”, o que os subentende escravos. O Dr. Nunes Garcia Júnior, único filho legitimado por José Maurício, refere-se aos avós como mulatos claros “de cabelos finos e soltos”. Manoel de Araújo Porto Alegre, em seus “Apontamentos sobre a vida e obras do Padre J.M.N.G.”, registra a freguesia de N. Sra. da Ajuda, Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, como local de seu nascimento.

José Maurício tem sua formação musical com Salvador José de Almeida e Faria, “o pardo”, amigo da família e natural de Vila Rica, nas Minas Gerais. Desde os doze anos já é professor de música e em 1783, aos 16 anos, compõe sua primeira obra, *Tota pulchra es Maria*. É ordenado padre em 1792 e, em 1798, é designado para assumir a função de mestre-de-capela da Sé do Rio de Janeiro, que então funcionava na Igreja da Irmandade do Rosário e S. Benedito. No entanto, José Maurício já compõe para esta instituição mesmo antes de sua nomeação, como comprovam os autógrafos das *Vésperas de Nossa Senhora*, de 1797, dedicados ao conjunto da Sé.

A música de José Maurício de seu período como mestre-de-capela da Sé tem características muito próximas daquela praticada no mesmo período em outras regiões do Brasil, como as Minas Gerais, São Paulo e em alguns estados do Nordeste, como Pernambuco e Bahia. Estas características podem ser definidas na observação das escritas vocais e instrumentais, assim como no uso da harmonia e dos agrupamentos musicais utilizados.

* * *

Os recursos financeiros e os músicos disponíveis para José Maurício – enquanto compositor na Sé do Rio de Janeiro durante as décadas de 1780 e 90, e mesmo até a chegada da corte em 1808 – eram não muito distantes daqueles de que dispunham Emerico Lobo de Mesquita (1746? – 1805) em Vila Rica e André da Silva Gomes (1752 – 1844) em São Paulo. Estas obras eram escritas para pequenos grupos vocais – muitas vezes apenas um quarteto –, com vozes de meninos no soprano, e linhas melódicas simples.

Segundo Mattos, quando do desembarque da corte, a 8 de março de 1808, todas as festividades de recepção estavam preparadas na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, por ser a mais rica e ornamentada da

cidade. Porém, D. João desejava que se celebrasse um *Te Deum*, na Sé, em agradecimento pela boa viagem e chegada. Sabe-se, que o conjunto musical dirigido por José Maurício contava com um grupo vocal formado por cantores meninos, nas vozes de soprano e contralto, e adultos, como tenores e baixos, e ainda com um pequeno grupo de instrumentistas que, segundo a prática de orquestração de suas obras até então, provavelmente era constituído por cordas, flautas, ocasionalmente clarinetes, trompas e baixo contínuo, realizado por órgão, fagote e contrabaixo. É este o primeiro contato que o príncipe regente trava com a música do compositor. No mesmo mês, D. João terá várias oportunidades de avaliar a qualificação musical do conjunto da Sé e o nível de criação específica.

Ainda, neste primeiro ano, uma capela musical no Rio de Janeiro foi criada nos mesmos moldes daquela que havia em Lisboa, tanto na estrutura quanto na fixação de um estilo musical para as obras que para lá seriam compostas.

É importante saber que havia já uma tradição das capelas reais portuguesas como grupos de excelência na criação e execução musical para as festividades religiosas. Isto se comprova desde D. João IV, com sua lendária biblioteca musical, destruída pelo terremoto de 1755, até a criação de uma importante capela de música e do Seminário da Sé Patriarcal por D. João V em 1713 – conservatório eclesiástico de música que se manteve como o mais importante do reino até as primeiras décadas do século XIX. A manutenção dessas instituições – assim como o envio de musicistas portugueses para a Itália como bolsistas e a vinda de célebres compositores italianos para Lisboa – foi impulsionada graças às grandes riquezas proporcionadas pela descoberta do ouro em Minas Gerais, província que terá também intensa atividade musical durante o século XVIII. Uma das principais capelas principescas da Europa, a Real Capela Portuguesa, mantém estreitos contatos com a prática musical e litúrgica italiana, principalmente a Romana, ligada ao Vaticano, tanto no repertório como na suntuosidade. A manutenção regular e a exuberância destes agrupamentos esteve sempre ligada à afirmação do poder Real e Eclesiástico, questão fundamental para a compreensão da importância desta instituição quando da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

Segundo Mattos, entre as preocupações do príncipe regente, quando de sua chegada ao Rio de Janeiro, estava a de visitar as igrejas mais importantes da cidade e a de tomar conhecimento das dificuldades burocráticas e humanas para o bom funcionamento da Catedral e Sé. Sua intenção era criar condições para a instalação de uma Capela Real nos moldes de Lisboa e, para isso – em função da decadência e simplicidade do edifício da igreja dos irmãos do Ro-

sário a das dissidências entre estes e o próprio Cabido lá instalado –, fazia-se necessária a transferência da Catedral para local mais adequado à pompa exigida para se erigir a Real Capela. Do mesmo modo era importante uma igreja nas imediações do velho palácio dos vice-reis, de modo a servir também como sua capela particular e da família real.

Neste momento contava José Maurício Nunes Garcia com 41 anos, sendo compositor prestigiado e já com dez anos como mestre-de-capela da Sé. Quando da criação da Real Capela em 16 de junho de 1808, localizada na igreja da Ordem dos Irmãos Carmelitas, José Maurício é apontado pelo príncipe regente para assumir as funções de mestre de música da instituição. No dia 26 de novembro do mesmo ano, uma portaria especificava os deveres de José Maurício, atribuindo-lhe funções múltiplas: burocráticas, de ensino de música e de organista.

Em 1809, começam a chegar ao Rio de Janeiro os cantores vindos da Capela Real de Lisboa, e, no início de 1810, os instrumentistas, somando o prodigioso número de 120 músicos em 1817. Renomados instrumentistas, e até *castratti* italianos, são atraídos pelas possibilidades de trabalho propiciadas pela instalação da corte na cidade e pela construção – em andamento – do Teatro de Ópera, futuro Teatro São João. A chegada de tantos e tão qualificados músicos foi fundamental para a modificação na escrita musical de José Maurício, que devia se adaptar às novas exigências dessa instituição que, aliás, não teve par nas Américas do período, segundo as pesquisas musicológicas até hoje realizadas. Curiosamente a função de compositor, função mais importante de um mestre-de-capela e que fez entrar o nome de José Maurício para a história, não é mencionada nesta portaria que lhe atribui as funções.

José Maurício exerceu função de compositor de 1808 a 1811 exaustivamente, sem jamais ter recebido pagamento. No entanto, numa demonstração de apreço e admiração por seus talentos musicais, D. João concede-lhe o Hábito da Ordem de Cristo, em 1809, o que, de fato, não terá peso prático em sua sempre difícil relação com alguns músicos portugueses recém-chegados e que aguardam por Marcos Portugal.

Com o Real Teatro de São João haverá também significativa produção de ópera, sobretudo do afamado compositor português Marcos Portugal, nos primeiros anos. Tratar-se-ão de representações e adaptações de obras suas compostas na Itália e em Portugal. A produção de Marcos Portugal no Brasil será exclusivamente sacra, mas utilizando-se dos mesmos meios de expressão que o fizeram célebre no mundo do drama cantado. Ópera e música sacra nesse momento, para qualquer compositor italianizante desse período, serão

quase inseparáveis. O que muda é a natureza do texto, não o meio de expressão. Não obstante, uma quase hegemonia de Rossini dar-se-á a partir de 1818. Esta predileção por Rossini será um fenômeno que ocorrerá em toda a Europa nas primeiras décadas do século XIX, fixando modelo para toda a produção operística italiana seguinte.

Todos estes acontecimentos, que propiciam um meio musical bastante rico e intenso, aliados às novas obras que começam a circular na colônia, trazidas por D. João dos arquivos do Palácio de Queluz, serão responsáveis pelas transformações na linguagem musical de José Maurício.

O tempo de José Maurício à frente da Real Capela é claramente um período de transição estilística entre suas duas práticas, já há muito estabelecidas pelos pesquisadores de sua obra: antes e depois da chegada da corte. Se, antes, escrevia para grupos pequenos e até possivelmente com limitações técnicas, vê-se então frente à missão de escrever uma música mais brilhante e virtuosística, para uma orquestra e coro numerosos, com o objetivo de se aproximar do “estilo da Capela Real”. O que justamente caracteriza este período como de transição é a síntese através da qual José Maurício adapta sua música e sua linguagem, obtendo um estilo híbrido em sua criação, ainda com resquícios fortes da primeira fase, mas já alçando vãos em direção ao estilo que iria caracterizar sua segunda fase: mais madura e moderna, profundamente influenciada pelos modelos da ópera italiana que então se modernizaria.

O período de 1808 a 1811 é extremamente fecundo: José Maurício compõe cerca de setenta obras visando atender à extensa série de solenidades. Entre as mais importantes, comprovadamente do período e que sobreviveram até nossos tempos, destacam-se as Missas São Pedro de Alcântara de 1808 e 1809 respectivamente, um Te Deum para as Matinas de São Pedro, um Stabat Mater arranjado sobre um tema cantado por D. João e o moteto, Judas mercator pessimus, (1809).

No entanto, a grande obra do período de José Maurício à frente da Real Capela é a *Missa de Nossa Senhora da Conceição para 8 de dezembro de 1810*. É, sem dúvida, a obra mais complexa e grandiloquente das que havia composto até então, e uma das mais sofisticadas de toda a sua carreira, composta num momento de plena maturidade: José Maurício contava com 43 anos. Diferente de suas missas anteriores, esta *Missa de Nossa Senhora da Conceição para 8 de dezembro de 1810*, foi composta para grande coro e orquestra e seis solistas vocais. De escrita extremamente brilhante e complexa, demonstra todas as possibilidades de José Maurício para escrever para este grupo de virtuosos, adaptando-se ao novo modelo de música cerimonial que então se impõe. A

obra mostra um compositor que, abruptamente, abandona um estilo musical de recursos provincianos, ainda muito ligado ao século XVIII, e passa a atender à demanda de produção musical cortesã com olhos voltados ao novo estilo do século XIX. Ao mesmo tempo, esta obra apresenta uma conformação vocal e instrumental inédita na obra de José Maurício, e com muitos elementos musicais que não voltarão a se repetir em missas ou outras obras posteriores.

A respeito deste importante período de José Maurício frente à Real Capela, das suas oportunidades e das dificuldades, Mattos escreve:

Durante os 13 anos de permanência de D. João VI no Brasil, foi vária a estrela de J.M. Período desigual e desigualmente repartido. Vive, de início, a fase mais brilhante de sua carreira, a mais fecunda em todos os sentidos. Três anos que se abrem com maravilhosas perspectivas de criatividade e construtividade, de realização e de prestígio, a que se seguem dez anos marcados pelo desprestígio, pelo sofrimento, pela humilhação no que J. M. tinha de mais valioso: a própria força criadora. Durante os primeiros três anos consecutivos à chegada de D. João VI, fôra J.M. o único regente qualificado na Real Capela. É sua fase de mestre-de-capela em que o regente se desdobra, o organista atua, o compositor se multiplica em numerosas produções. Em 1811 chega Marcos Portugal, logo investido das mesmas funções na Real Capela.

(MATTOS, 1970: 35)

Como já comenta a citação anterior, um aspecto importante para compreender a fase de José Maurício à frente da Real Capela, faz-se através da questão dos preconceitos de colono e colonizador, mascarados nos problemas de cor e origem, que teria sofrido o compositor pelos músicos e clérigos portugueses vindos com D. João, tema bastante explorado por toda a historiografia mauricianana. Presumivelmente o primeiro documento alusivo ao assunto é o de admissão dos ministros brasileiros na nova estrutura da Sé em que se instala. Este é também citado por Mattos em sua biografia de José Maurício, em que podemos observar que a alegação do referido “problema de cor” torna-se não o foco, mas um pretexto, para preterir os clérigos brasileiros em relação aos vindos com D. João. Sua verdadeira razão política não recai somente sobre José Maurício, mas sobre todo o clero mestiço que deve ser suplantado em favor do recém-chegado. Esta leitura não diminui a importância do fato, mas tira de foco a idéia de uma perseguição pessoal e exclusiva à figura de José Maurício. Mostra uma faceta até de certo modo mais cruel e generalizante de como as

questões racial e colonial eram colocadas na sociedade de então. Se havia a má vontade em relação a José Maurício e a outros brasileiros, esta se fundamentava numa recém iniciada disputa pelo poder clerical, usando de vários subterfúgios a fim de tentar convencer D. João de que os brasileiros eram pouco dignos de continuar a ocupar os postos que ocupavam. Deste modo, explica-se também toda a expectativa que os músicos portugueses tinham pela vinda de Marcos Portugal, para assumir um posto que estava – ao menos para estes – sendo ocupado por alguém menos preparado, usando novamente a questão das diferenças ou inferioridades raciais como subterfúgio. Diz o documento:

É preciso refletir que Sua Alteza economisa muito pouco na união das duas igrejas porque fica com o peso das despesas da Fabrica, a que a Se não pode suprir, e da sustentação dos ministros que não podem ser empregados; e a pequena vantagem que nisso se lucra é contrapesada com o sacrifício da liberdade de sua capela, e com o desgosto de entrar nela alguma pessoa com defeito físico visível.

(MATTOS, 1997: 67)

José Maurício teve neste momento o grande paradoxo de sua vida e produção. Um momento de grande fecundidade, aliado a grandes dificuldades de afirmação perante os músicos e religiosos componentes da Real Capela. Talvez um exemplo muito emblemático seja a dificuldade – ou até mesmo impossibilidade – de que se levasse a cena sua ópera *Le Due Gemelle* composta em 1809, segundo documentação, porém de partitura hoje perdida. Aliavam-se neste caso as dificuldades de ser músico brasileiro, “de cor” e ofuscado num posto de mestre compositor que, ao que parece, de fato e de direito, nunca lhe pertenceu. As “dificuldades de naturezas várias que a rotina administrativa não registrou”, como diz Mattos, são formadas certamente por momentos claros de dificuldades de afirmação e readequação de seu repertório e linguagem aos novos padrões pedidos.

A questão fundamental para a mudança do estilo em José Maurício, talvez resida muito no gosto musical pessoal de D. João que, visivelmente não satisfeito nem com o conjunto musical, nem com repertório da antiga Sé, manda vir músicos da Real Capela de Lisboa e decide reorganizar o arquivo com obras originais. Estas novas obras, que deveriam atender ao estilo que era praticado em Lisboa em muito já haviam avançado para a linguagem operística italiana de Marcos Portugal. Este compositor, conforme dito anteriormente, era o padrão musical para os músicos portugueses e D. João; era ele o compositor celebrado e de estilo moderno.

Em 1811, com a chegada de Marcos Portugal, o mais afamado compositor português de sua época, encerra-se o período de Nunes Garcia como diretor e compositor da Real Capela. De renome internacional, Portugal vem assumir na cidade as funções de Diretor do Teatro de Ópera de São João e de mestre compositor da Real Capela. José Maurício continua compondo ocasionalmente para a instituição a pedido de D. João, que o tem em grande estima. Sarraute escreve a respeito de Marcos Portugal no Brasil em seu ensaio:

Marcos Portugal toma logo de assalto a vida musical da corte... e o seu reino é incontestado. Aliás, o que ele encontra à sua frente? Cantores italianos vindos de Lisboa, certos cantores brasileiros, dos quais alguns eram notáveis mas que se integravam na vida musical da corte e que não podiam prejudicá-lo, enfim, músicos vindos de Lisboa e que tinham testemunhado a sua glória naquela cidade. Ou, pelo menos, quase. Havia uma sombra na imagem. Era o Padre José Maurício, compositor brasileiro de real talento, fundador da Irmandade de Santa Cecília, no Rio de Janeiro, organista da Capela Real desde 26 de novembro de 1808 e mestre de música a partir daquela data. Marcos Portugal, de um orgulho incomensurável e que os escrúpulos não ajudavam a abafar, tomou o seu lugar como mestre de capela e foi, ainda por cima, perfeitamente desagradável e desdenhoso para com ele. Procurou afastá-lo de todas as maneiras.
(SARRAUTE, 1972: 121)

A função de compor fazia parte das obrigações implícitas de José Maurício em seu período de 1808 a 1811, porém não será remunerada especificamente. Isto diverge do que virá a acontecer quando da chegada de Marcos Portugal em 1811, que assumirá claramente a função de compositor. Esta questão explicaria a imediata e inequívoca tomada desta função por Marcos Portugal, sem que houvesse qualquer defesa por parte do príncipe regente ou dos músicos. José Maurício não poderia perder uma função que – nem oficialmente nem em termos de remuneração ou obrigações formais – jamais teve.

* * *

O embate entre José Maurício e Marcos Portugal será tema bastante estimulado pelos historiadores da República, seguindo a linha de Taunay, exacerbando todas as características da vaidade e temperamento difícil de Marcos Portugal que suplantava a figura tímida e de gênio supostamente não reco-

nhecido, que era a de José Maurício. Esta visão da oposição entre o vilão luso e o genial herói auto-didata brasileiro causou distorções quanto à verdadeira natureza dos fatos que se deram entre estes dois compositores e que somente novos estudos com visão mais imparcial poderão ser trazidos à luz.

Alguns anos mais tarde, através da amizade com o compositor austríaco Sigismund Neukomm (1778–1858), discípulo de Joseph Haydn – que veio ao Brasil em uma missão diplomática promovida pela França em 1816, no intuito de retomar relações diplomáticas com a corte portuguesa –, José Maurício tem a oportunidade de estreitar obras como o *Réquiem* de Mozart, em dezembro de 1819, havendo também notícias de uma possível execução do oratório *A Criação* de Haydn, em 1821. Sua última obra e legado é a *Missa de Santa Cecília*, encomendada pela ordem homônima, em 1826. É sua obra maior, que pode ser posta ao lado das grandes obras compostas durante o mesmo período, dentro da história da música ocidental.

Em 1830, segundo seus biógrafos e contemporâneos, falece em extrema miséria. Deixa, porém, o maior legado musical do Brasil do período colonial, tendo obras honrosamente ombreáveis às dos mais célebres compositores de seu período.

José Maurício e a transição para uma linguagem do século XIX

A dificuldade de localizar a obra de José Maurício Nunes Garcia nos períodos estéticos europeus pré-estabelecidos como clássico ou romântico reside na própria dificuldade que a música vocal, a ópera e a música sacra de influência italiana têm de serem inseridas nas tradicionais subdivisões, pensadas para a música instrumental centro-européia.

Do ponto de vista da produção musical como um todo, Classicismo é o período estético que se pode observar desde a segunda metade do século XVIII, até as primeiras décadas do século XIX, se levarmos em conta o auge da produção de Rossini. No entanto, no período demarcado como do início do Classicismo, Gluck ainda escreve ópera séria no mais severo estilo metastasiano e ícones desse estilo clássico na música de cena como Piccinni, Salieri ou mesmo Paisiello ainda nem haviam nascido. O mesmo se dá em relação à delimitação final com Rossini, que utiliza muitos dos conceitos tradicionais ainda ligados às últimas décadas do século anterior. Rossini será, aliás, o modelo do compositor que transitará entre os estilos clássicos de fins do XVIII ao mesmo tempo em que sugere soluções para o melodrama romântico que será o modelo de música dramática do século XIX. O período de sua maior produção se

deu entre 1812 e 1829, comportando-se como uma grande síntese do período clássico, assim como um dos principais precursores do Romantismo.

Ao procurarmos modelos e estudos comparativos para encontrarmos estes “paradigmas” para a música sacra de José Maurício, deparamo-nos com a realidade de poucos estudos específicos, ao menos publicados, sobre este período da história da música européia e principalmente hispano-americana e brasileira. Todo este período transitório, paralelo ao classicismo vienense de Haydn e Mozart e ao romantismo inicial representado por Beethoven, quando muito, é restrito ao estudo do universo operístico ou instrumental, desconhecendo-se quase que completamente a produção de música sacra. Ao serem estudadas sociedades fortemente católicas como as dos três países europeus, Itália, Portugal e Espanha, e das colônias ibéricas na América é forçoso reconhecer que a produção de música sacra por estes mesmos compositores que compunham ópera estava também entre suas atividades principais. Se não utilizavam exatamente os mesmo meios de expressão musical em virtude do caráter antagônico das duas atividades, no mínimo é interessante observar como uma mesma linguagem musical pode ser adaptada para estas duas finalidades. Se na Europa central e setentrional há um retorno dos ícones Haydn e Mozart aos modelos de Handel e Bach, isto não se opera na Itália, Portugal, Espanha e mesmo França.

Finalmente, para entendermos José Maurício neste contexto devemos levar em conta que sua obra está inserida neste profundo e movimentado período de transição. Sua primeira fase, anterior à chegada da corte de D. João ao Rio de Janeiro, coincide com o apogeu da ópera clássica de influência italiana que se dá entre 1780 e 1790 – estendo-se até as primeiras décadas do século XIX – período da composição da Missa de Nossa Senhora da Conceição, de 1810, obra com que José Maurício efetivamente se insere no novo século.

Seu estilo musical deve se adaptar ao modelo exigido pela Real Capela recém-instalada e que tem Marcos Portugal como principal representante da excelência composicional nesta música para liturgia, que cada vez mais se confunde com a música de teatro.

Sendo chamada de música decadente, esta música brilhante e operística foi combatida pela geração romântica como uma concessão dos compositores aos “modismos” e ao gosto frívolo de uma época submissa à ópera italiana. Faz-se essencial compreender estas transformações e adaptações do estilo a uma linguagem teatral, principalmente no Brasil colonial em que a celebração litúrgica também era o grande evento social, tendo esta música sacra conseguido excelentes resultados, integrando todos os elementos disponíveis para sua expressão.

Bibliografia

- GARCIA, José Maurício Nunes. *Missa de Réquiem 1816*. Rio de Janeiro / São Paulo: Bevilacqua, 1897.
- MATTOS, Cleofe Person de. Catálogo temático das obras do padre José Maurício Nunes Garcia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura / MEC, 1970.
- MATTOS, Cleofe Person de. José Maurício Nunes Garcia – biografia. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca nacional / Departamento Nacional do Livro, 1994.
- MURICY, José Cândido de Andrade (org.). *Estudos mauricianos*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.
- SARRAUTE, Jean Paul. *Marcos Portugal au Brésil 1811 – 1830*. Arquivos do Centro Cultural Português. Volume IV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- PESTELLI, Giorgio. *The Age of Mozart and Beethoven*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ROSEN, Charles. *The Classical Style: Haydn, Mozart, Beethoven*. New York: WW. Norton, 1972.

Notas

1 Referências: *Gradual de São Sebastião*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1981; *Tota pulchra es Maria*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1983; *Gradual Dies Sanctificatus*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1981; *Missa pastoril para Noite de Natal 1811*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1982; *Ofício 1816*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1982; *Aberturas Zemira e Abertura em Ré*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1982; *Salmos Laudate Pueri e Laudate Dominum*. Rio de Janeiro: Funarte / INM / Pro-Memus, 1981.

Resumo

A criação da Real Capela de Música do Rio de Janeiro pelo príncipe D. João, em 1808, foi a maior transformação no panorama musical do Brasil colônia. Entre as principais preocupações no momento da vinda da corte portuguesa para os trópicos, estava a manutenção da ritualística dos Bragança. Desde D. João IV, com sua prodigiosa biblioteca musical, a existência de uma Real Capela de Música de excelência era prioridade para a demonstração do poder e da cultura do monarca. Esta Capela de Música em solo brasileiro, criada nos moldes da de Lisboa, chegou a contar com mais de uma centena de músicos, entre os melhores instrumentistas portugueses e brasileiros e até os castratti italianos, caso singular nas Américas daquela época. As possibilidades de expressão e influências estilísticas de um agrupamento musical dessa magnitude foram imediatas, tendo sido reveladas, sobretudo, na linguagem do compositor brasileiro José Maurício Nunes Garcia, maestro compositor principal da Real Capela entre 1808 e 1811, cuja obra passa por um período de transição em que, aos poucos, abandona certas práticas ainda ligadas ao século XVIII e alça vôo

rumo a um estilo pré-romântico que terá exemplo máximo em sua última obra, de 1826. A principal peça desse momento de transição, e que servirá como modelo para seu novo estilo, é a Missa da Conceição para 8 de dezembro de 1810. O presente ensaio pretende abordar questões acerca deste elo entre a música do século XVIII, funcional e objetiva, e a do XIX, em que José Maurício Nunes Garcia demonstrará sua adaptação a uma linguagem mais moderna, teatral e grandiosa.

Palavras-chave: José Maurício Nunes Garcia; Música colonial; Real Capela de Música

Abstract

The foundation of the Royal Chapel of Music in Rio de Janeiro by Prince D.João, in 1808, was the greatest transformation within the musical panorama in colonial Brazil. This Music Chapel in Brazilian soil, built after the Chapel of Lisbon's model, had at its service over a hundred musicians, both Brazilian and Portuguese and even some Italian "castratti". This was a unique case in all the Americas of that time. Both the expression possibilities and the stylistic influences of a musical ensemble of such magnitude were immediate. They were revealed in the musical language of Brazilian composer José Maurício Nunes Garcia, the institution's Master of Music from 1808 to 1811. His work undergoes a transitional period in which some old 18th century practices were transformed in order to meet the new possibilities and aesthetical demands. The most important work for this transitional moment is his "Mass of Conception for December 8th, 1810". It will set the model for his new style. The present essay focuses the change of this 18th century music to a new 19th language where José Maurício Nunes Garcia will show the transformations and new stylistic influences for this music more modern and operatic.

Keywords: José Maurício Nunes Garcia; Brazilian music; Royal Chapel of Music of Rio de Janeiro

***Brasilienses Aurifodinae*, de José Basílio da Gama: um desconhecido poema iluminista luso-brasileiro?**

*Vania Pinheiro Chaves**

José Basílio da Gama é lembrado sobretudo como o autor de *O Uruguai*, considerado por diversos críticos o melhor poema épico da Literatura Brasileira do Período Colonial e uma das mais importantes fontes de inspiração do nosso Indianismo romântico. Em breve, os estudiosos irão, certamente, dar atenção a outro poema seu, cuja existência se veio a comprovar, se bem que ele ainda não esteja de todo liberto das sombras que o encobriram por mais de dois séculos. Refiro-me ao *Brasilienses Aurifodinae*, cujo longuíssimo título, indicado na Bibliografia final, me permito abreviar para facilitar a comunicação e de que o único manuscrito atualmente conhecido – na posse do ilustre bibliófilo José Mindlin – está em vias de ser publicado, a par com a sua tradução para o Português.¹

Não cabem nesta comunicação o relato das peripécias que envolvem a redação, as tentativas de divulgação e de publicação dessa obra basiliiana, nem a análise dos motivos subjacentes ao seu “desaparecimento”, até porque muitas das questões enunciadas permanecem sem resposta. Tendo em conta a temática do nosso Congresso, interessa dar a conhecer o *Brasilienses Aurifodinae*, procurando demonstrar os seus vínculos com o Iluminismo, bem como apontar a sua importância na trajetória poética de Basílio da Gama e, consequentemente, no caminho que a produção literária dos escritores luso-brasileiros trilhou na direção de um certo tipo de brasilidade, tornada nuclear no ideário do Romantismo brasileiro.

Uma das primeiras criações poéticas do árcade mineiro, o *Brasilienses Aurifodinae* foi, com toda a certeza, escrito na altura da sua estada em Roma, que não se consegue delimitar com exatidão, embora alguns fatos e documentos permitam balizá-la entre os anos de 1760 e 1765. Sabe-se que Basílio da Gama

* Carioca licenciada em Português-Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1969. Desde 1974, leciona Literatura e Cultura Brasileiras, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fez o seu doutoramento e onde atualmente dirige o Instituto de Cultura Brasileira. Dentre as suas publicações destacam-se *O Uruguai* e a *Fundação da Literatura Brasileira* e *O Despertar do Gênio Brasileiro*, editados em 1997 e 2000, pela UNICAMP.

estava ligado ao Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro quando, em 1760, chegou ao Brasil o decreto de expulsão dos Inacianos, que, no entanto, permitia aos que se desligassem daquela Ordem permanecer nos domínios portugueses. Mas aí começam as dúvidas: terá ele abandonado a Companhia e estudado, durante algum tempo, no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro? terá partido para o Reino, com o fito de ingressar na Universidade de Coimbra? ou terá, de imediato, viajado para Roma, a fim de reencontrar seus antigos mestres, como afirma o Padre Lourenço Kaulen (Kaulen, 1786)? Pairam também dúvidas a respeito dos motivos que o levaram até lá e dos meios de que dispunha para se manter,² assim como ainda não foi possível chegar-se a uma explicação satisfatória para o prestígio que grangeou na tão sofisticada sociedade romana um jovem mineiro, com pouco mais de vinte anos, de pequena fidalguia³ e sem méritos conhecidos.

A verdade é que ingressou na Arcádia Romana, com o pseudônimo pastoril de Termino Sipílio⁴ e, provavelmente, deveu-se à sua intervenção junto dos seus pares a licença para a fundação de uma Colônia Ultramarina daquela agremiação, em Minas Gerais, sob a Vice-Custódia de Cláudio Manuel da Costa.⁵ Ignora-se, todavia, a data precisa do seu ingresso na Arcádia Romana, ocorrido durante a custódia de Morei (1743-66). É certo também que, entre 1762 e 1764, participou em torneios poéticos realizados em Roma, para os quais escreveu os sonetos “Questa è de Fiumi la superba imago” e “Se in tal dì, che i suoi raggi il Sol d’orrore”, publicados em coletâneas da época. É, finalmente, de considerar que já deveria estar em Portugal a 7 de setembro de 1765, data da comemoração do 15º aniversário do governo de D. José I, pois saúda o acontecimento numa de suas odes.

Assim sendo, é de admitir que o *Brasilienses Aurifodinae* lhe tenha servido de carta de apresentação aos árcades romanos e que estes, tendo apreciado favoravelmente o poema, tenham acolhido o seu autor na mais famosa academia daquele tempo, na Cidade Pontifícia. É igualmente provável que o reconhecimento das qualidades da obra tenha aberto caminho para a sua imediata publicação, visto que o manuscrito que dela nos chegou – como já o havia notado Rubens Borba de Moraes (Moraes, 1969: 153-7) – parece ter sido preparado para entrega a uma tipografia, pois apresenta caligrafia primorosa e sem rasuras, tem as páginas compostas com perfeição e rigorosa simetria, inclui desenhos que serviriam, como era frequente na época, de modelo para o ilustrador e traz na página de rosto duas assinaturas, cuja função poderia ser a de autorizar a sua impressão.

Além do propósito circunstancial de habilitar Basílio da Gama para o ingresso na Arcádia Romana, a gênese do *Brasilienses Aurifodinae* tem, com

certeza, outras explicações e motivações. Cabe, desde logo, apontar que a obra alinha perfeitamente com a produção da Época das Luzes, que tinha como um dos seus principais objetivos a divulgação do saber e o desenvolvimento da ciência, valorizando sobremaneira a observação e a experimentação. Como demonstra Paul Hazard, em *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, vivia-se sob o “reinado de Isaac Newton” e acreditava-se num contínuo progresso da humanidade, resultante da propagação do saber e do domínio da razão. Multiplicavam-se, portanto, as obras científicas, a par com os escritos dos *curiosi*, que divulgavam as novidades nas diversas áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, as Academias e salões abriam suas portas a numerosos escritores e estudiosos, cujas comunicações difundiam o saber e anunciavam as novidades.

Na literatura, ganhara terreno a dimensão pragmática, a transmissão de ensinamentos e o intuito de colocar a arte a serviço da sociedade, cobrando-se dos seus cultores uma ação modeladora dos espíritos e orientadora da vida social. Manifestas na Arte Poética de Cândido Lusitano – pseudônimo pastoril de Francisco José Freire – tais idéias serviam de guia aos escritores portugueses e brasileiros do Setecentos, tendo constituído, igualmente, os alicerces que sustentam a concepção do *Brasilienses Aurifodinae*. Dentre elas, destacam-se as seguintes afirmações:

A poesia, considerada em si mesma, procura causar seu deleite, e considerada como Arte, sujeita à faculdade civil, toda se emprega em causar utilidade. E como quer que esta faculdade seja a que encaminha todas as ciências e artes à felicidade eterna, à temporal e ao bom governo dos povos, por isto a verdadeira e perfeita Poesia deveria sempre igualmente deleitar que utilizar a uma república
(Freire, 1748: 25)

No texto em prosa que precede o *Brasilienses Aurifodinae* – sob o título de *Curioso Lectori* –, Basílio da Gama enfatiza a idéia de o ter escrito com o intuito de divulgar o que sabia sobre a “extração do ouro no Brasil”, “ignorada pela maioria das pessoas” ou “descrita com imprecisões” em textos anteriores, visto que disso tinha conhecimento concreto, por ter sido “durante muitos anos [...] testemunha ocular”. Não sendo um cientista, o nosso poeta, enquadra-se bem na categoria dos *curiosi*, cujo saber assentava na observação direta da natureza e da sociedade.

São, por outro lado, fatores da maior importância na gênese do *Brasilienses Aurifodinae*, a formação jesuítica e a residência na Itália de José Basílio da Gama. A primeira iniciou-se oficialmente em 1757, com o seu ingresso no

colégio inaciano do Rio de Janeiro, um dos raros e prestigiosos centros de cultura da cidade. Serafim Leite, na sua vasta *História da Companhia de Jesus no Brasil*, referiu que a biblioteca dessa instituição se mantinha sempre atualizada e possuía, em 1760, cerca de 6 mil volumes de textos sacros e profanos, antigos e recentes (Leite, v. 6, 1949: 26).

É de todos conhecida a ação cultural dos jesuítas no Brasil, cujas obras e correspondência evidenciam seus saberes, entre os quais se inclui um profundo conhecimento da terra brasileira, do ameríndio e da sociedade colonial. Posto que nos interessa particularmente, cabe lembrar que a padres da Companhia de Jesus se devem dois dos mais antigos e renomados textos a respeito do ouro do Brasil: o *Sermão da Primeira Oitava de Páscoa*, proferido em Belém do Pará, no ano de 1656 pelo Padre Antônio Vieira e a obra de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, publicada em 1711, mas recolhida em seguida pelas autoridades portuguesas.

O fato de Basílio da Gama ter renunciado aos votos em 1760, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, não descarta a tese formulada pelo Padre Kaulen, de ele ter continuado a manter contactos com a Ordem, durante a sua estada na Itália, de dever à influência dos inacianos o ingresso na Arcádia Romana e de ter sido auxiliado por alguns deles na criação do *Brasilienses Aurifodinae*. O último aspecto – como muito bem explicou Alexandra Mariano (Mariano, 2005), numa recente tese de doutoramento sobre o poema – não seria de estranhar numa instituição que fomentava a comunicação entre os seus membros, valorizava a memória comum e a emulação dos melhores. Já antes, Rubens Borba de Moraes observara que o assunto do *Brasilienses*, bem como a sua estrutura geral se assemelham ao *De Rusticis Brasiliae Rebus Carminum*, de José Rodrigues de Melo, jesuíta que, tendo exercido o magistério nos colégios brasileiros da Companhia de Jesus, se refugiara na sede do Papado, quando a Ordem foi expulsa dos domínios portugueses. Entende ainda o mesmo estudioso que a obra do nosso poeta se aproxima também de um poema latino sobre a cana-de-açúcar do jesuíta brasileiro Prudêncio do Amaral. Embora nenhum desses possíveis modelos do poema basiliano tenha sido publicado antes da sua escrita, isto não impediria que circulassem, manuscritos, nos meios ligados aos inacianos.

Outros benefícios para o nosso poeta terão advindo da sua residência em Roma, onde não lhe faltariam oportunidades de assistir a palestras e debates nos múltiplos espaços de divulgação da cultura literária e científica do tempo – de que são bons exemplos as sessões do *Collegium Romanorum* e da Arcádia Romana – bem como de frequentar vários museus e bibliotecas, de

forma a consolidar o conhecimento prático sobre as minas de ouro que trazia da terra natal.

A formação jesuítica e, provavelmente, também algum autodidatismo na leitura de autores antigos e modernos que se serviram do Latim facultaram a Basílio da Gama o domínio desse idioma. Mas, à primeira vista, pode parecer estranho que ele o tenha utilizado no *Brasilienses Aurifodinae*, dado que a sua produção poética é, quase toda, em Língua Portuguesa. Exceções são os dois sonetos em Italiano, já aqui referidos e publicados no período da sua residência em Roma, o que visaria certamente uma larga comunicação com o público da terra onde se encontrava. A escolha do autor do *Brasilienses* encontra, contudo, justificação no fato de, no século XVIII, o Latim continuar a ser a língua de comunicação internacional e a preferida para a difusão do saber e da ciência no mundo ocidental,⁶ além de manter-se altamente prestigiada(n)te no ambiente de eruditos e homens de ciência com que o poeta mineiro privaria na Itália.

Por outro lado, tal opção reforça a idéia da continuidade dos vínculos de Basílio da Gama com a Companhia de Jesus, pois, como mostrou Yasmin Annabel Haskell (Haskell, 2003), no Setecentos, inúmeros jesuítas escreveram poemas didáticos em Latim, sobre variados assuntos e, em especial, sobre matérias de natureza científica. A mesma estudiosa refere que, nos anos 60 – década em que o *Brasilienses* foi escrito –, a poesia didática científica latina dos inicianos deu muitos frutos.⁷ Por sua vez, Alexandra Mariano concluiu que o emprego do Latim poderia ser um meio de valorizar o assunto brasileiro do poema, de atribuir autoridade ao seu criador e de reivindicar uma legitimidade cultural para o Brasil. Ela lembra que, na mesma época, outros dois escritores latino-americanos se serviram do Latim, com intuítos provavelmente semelhantes: Juan José de Eguiara y Eguren, *Bibliotheca mexicana* (1755) e Rafael Landívar, *Rusticatio mexicana* (1781).

Os limites dessa comunicação impedem uma análise minuciosa do *Brasilienses Aurifodinae*, mas deixam margem para afirmar que, tratando-se de uma das primícias do estro basiliano, a obra revela a erudição e a cultura atualizada do novel escritor, em consonância com a poética neoclássica e o espírito ilustrado do tempo. Obedecendo ao preceito aristotélico de imitação dos modelos ainda em vigor, o *Brasilienses* obedece a algumas regras da poesia latina, didática ou épica. Vale-se do hexâmetro datílico e antepõe à exposição das matérias fulcrais do poema um curto preâmbulo, em que comparecem duas formas típicas da epopéia: a invocação e a proposição. Ambas podem ser reconhecidas nos versos transcritos abaixo, que vem acompanhados de uma tradução em prosa para o Português:⁸

Orbis divitias, inter pretiosa metalla
 Aurum nobilius, quod praebet fossile tellus,
 Extractumque dabit sumo aurifodina labore,
 Nunc canere est mihi: vati onus est, sed amabile pondus.
 Vos, quarum crinitus honos intermicat auro,
 Pierides, quarum Princeps auratus Apollo est,
 Captis ferte meis pretiosum in carmina plectrum,
 Mentem illustrate, auratamque infundite Lucem,
 Fonte e Castalio guttas adjungite, vati
 Clara sit a Luce, a Phoebo fluat aurea vena, 10
 Et terso sub aquis metro purgata redundet.

De entre as riquezas do mundo que são os metais preciosos, o ouro é o mais nobre. É ele que a terra oferece em forma de minério e que a mina de ouro dará depois de extraído com um extremo esforço. Agora é meu dever cantá-lo: um trabalho difícil para o poeta, mas é uma responsabilidade agradável.

E vós, Piérides, cuja beleza dos cabelos rivaliza com o ouro e de quem o doirado Apolo é príncipe, dai-me a preciosa lira pois me criastes para o canto, iluminai-me a mente e propíciai o dourado engenho. Acrescentai-lhe gotas da fonte Castália, para que o poeta seja tocado / **10** pela luz divina e que de Febo emane a inspiração áurea, que limada sob as águas redunde em apurado verso.

A seguir a uma breve narrativa de cariz mitológico, o poema passa, imediatamente, à descrição precisa e circunstanciada dos meios empregues na localização do ouro com base em sinais reveladores da sua existência, dos instrumentos necessários à sua extração e das diferentes maneiras de o minerar e fundir. Fala também dos escravos negros, cuja produtividade na mineração é relacionada com traços da sua constituição física e cujos trabalhos, hábitos e sofrimentos são analisados com algum detalhe. Alguns versos relatam a descoberta do ouro no Brasil, a sua exploração e a sua remessa para Portugal. Deles extraiu-se a passagem abaixo-transcrita, a que se segue a sua tradução para o Português:

Dein ex Lusiadis cum Petrus sceptrum teneret,
 Incipit in Parnaguensi indagatio tractu, 1570
 Quodque prius reperit, primum denominat aurum.
 Indagatores, quos sors certe aurea duxit,
 Illa a Paulopoli, quam habitant, nota urbe vocatos
Paulistas dices vulgari voce colonos.
 Hi dudum ostendunt Generales Aurifodinas,

Inde Goiazenses, Cuiabanasque per oras
 Digressi inveniunt aurum, indigitantque repertum.
 His equidem Indigenis omnes debentur opimi,
 Quos saepe edunt Brasiliensia viscera, partus.

Depois, como D. Pedro ocupasse o trono de Portugal, / **1570** começa a exploração na região de Parnaguá e, os exemplares que descobre em primeiro lugar, julga que são as primícias do ouro. Os exploradores, a quem sem dúvida a sorte dourada guiou, são chamados paulistas, do nome daquela notável cidade de São Paulo que eles habitam, mas, em linguagem vernácula, chamar-lhes-ás colonos. Estes dão logo a conhecer as Minas Gerais do ouro. Depois, caminhando pelas regiões de Goiás e de Cuiabá descobrem ouro e atestam que foi encontrado. De facto, todos os tesouros de extraordinário valor, que tantas vezes saem das entranhas do Brasil, são devidos aos naturais de S. Paulo.

Acompanham, por sua vez, o poema paratextos que reforçam a sua faceta ilustrada: um resumo em prosa, com chamada para os versos (*Appendix compendiaria*), outro sobre o problema do esgotamento da produção aurífera (*Quaestio curiosa*), um índice alfabético de matérias importantes (*Index rerum notabilium*) e um desenho pormenorizado do processo da mineração, contendo números que introduzem notas explicativas.

O interesse do *Brasilienses* não se esgota, porém, no fato de ser um dos poucos escritos de autor luso-brasileiro em que se manifesta o espírito das Luzes, nem de ser o primeiro poema sobre as minas de ouro do Brasil e um documento histórico da maior importância.⁹ Outra relevância advém do seu posicionamento na trajetória de afirmação orgulhosa de brasilidade que caracteriza José Basílio da Gama e é evidenciada não só em *O Uruguai*, mas também nos sonetos italianos aqui mencionados. Disso procurei dar conta na tese de doutoramento que apresentei na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Chaves, 1990). O recente conhecimento do *Brasilienses Aurifodinae* veio dar maior sustentação às conclusões então formuladas.

Cumpre, ainda, observar que, apesar do poema não ter sido publicado na época em que foi escrito, há elementos que permitem afirmar que houve quem dele tivesse conhecimento. Entre os que conheceriam esse escrito está, certamente, o Padre Lourenço Kaulen, pois na sua *Resposta Apologetica* – livro arrasador sobre José Basílio da Gama e o seu *O Uruguai* – refere-se de forma indireta ao *Brasilienses*, quando afirma que, em Roma, os jesuítas ajudaram o

nosso poeta a burilar suas primícias literárias. Pode-se, ainda, pensar que, em especial, dele teriam notícia aqueles que privaram mais de perto com Basílio da Gama e/ou que lhe seguiram os passos, buscando nas “coisas” do Brasil motivos para suas composições. O melhor e mais próximo exemplo talvez seja o *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, que também permaneceu muito tempo inédito.

Assim sendo, não será descabido concluir que o *Brasilienses Aurifodinae* – tal como *O Uruguai* – levou José Basílio da Gama ao caminho que tomaram também alguns de seus pares e os seus sucessores do fim do Período Colonial. Caminho esse que prenuncia o ideário e a prática do Romantismo brasileiro, mas que não rompe os laços que ligavam a Portugal os escritores do Brasil, matéria que infelizmente já não cabe nesta comunicação.

Bibliografia

- AMARAL, Prudêncio do. Vd. MELO, José Rodrigues de
- ANTONIL, André João, SJ. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001
- CANDIDO, Antonio. *Os Ultramarinos. Vários escritos*. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro, Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 153-65
- CHAVES, Vania Pinheiro. *O Uruguai e a Fundação da Literatura Brasileira: um caso de diálogo textual* (Tese de Doutorado). 2 vol. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990
- FREIRE, Francisco José, *Arte poetica, ou Regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juízo critico*. Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1748
- GAMA, José Basílio da. *Brasilienses Aurifodinae / Poemate Didascalico / Ab Aurifodinensibus Musis depromptae, / sive / De Auro, Eiusque Extractione in / Brasilia / Poetica Descriptio / A Josepho Basilio Gama / elocubrata / additis, / Et Compendiaria appendice, soluta oratione: / Et curiosa quaestione de Auri genesi*. Ms. pertencente a José Mindlin.
- _____. *O Uruguay. Poema de [...] na Arcadia de Roma Terminado Sipilio dedicado ao e senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado Secretario de Estado de S. Magestade Fidelissima*. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1769
- _____. *Soneto Questa è di fiumi la superba imago I pregi delle Belle Arti orazione e componimenti poetici detti in Campidoglio in occasione della festa del concorso ai premi celebrata dall' insigne Accademia del Disegno di S. Luca*. Roma, Stamperia di Marco Pagliarini, 1762, p. 29. NB: Texto publicado também em *Sonetti ed orazioni in lode delle nobili arti del disegno, pittura ed architettura*. Roma, Francesco Bizzarrini Komarek, 1764, p. 65

- _____. Soneto Se in tal dì, che i suoi raggi il sol d'orrore *Prose e versi degli Accademici Infecondi*. t. I. Roma, Generoso Salomoni, 1764, p. 139.
- _____. Ode Os resplendores novos *Collecção de poesias ineditas dos melhores auctores portuguezes*. t. I. Lisboa, Impressão Regia, 1809, p. 5. NB: publicada com o título de Ode ao Rei Dom José I, por José Veríssimo (*Obras Poéticas de José Basílio da Gama*, Rio de Janeiro, Garnier, s/d, p. 175-7)
- GAMA, Nicolau Antônio Nogueira Vale da. *Genealogia das famílias Botelho, Arruda, Sampaio, Horta, Paes Leme, Gama e Villas Boas [...]*. Rio de Janeiro, Typ. Un. de Laemmert, 1860
- HASKELL, Yasmin Annabel. *Loyola's bees: ideology and industry in jesuit latin didactic poetry*, Oxford, Oxford University Press, 2003.
- HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII (De Montesquieu a Lessing)*. 2 v. Portugal/Brasil, Presença/Martins Fontes, 1974.
- [KAULEN, Padre Lourenço]. *Resposta apologetica ao poema intitulado "O Uruguay" composto por José Basílio da Gama, e dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeyras e Marques de Pombal*. Lugano, s/ed, 1786. NB: Uma variante deste texto, com o título Refutação das calumnias contra os jesuítas contidas no poema "Uruguay" de José Basílio da Gama, está publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomo LXVIII, parte I. Rio de Janeiro, 1907, p. 93-224.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro, INL, 1949, p. 26
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira. *José Basílio da Gama. Alguns novos subsídios para a sua biografia*. Separata Brasília. v. II. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1942
- LUSITANO, Cândido Vd. FREIRE, Francisco José
- MARIANO, Alexandra Maria Lourido de Brito. *BRASILIENSES AURIFODINAE, o ouro e a literatura didáctica no Brasil Setecentista. Texto e tradição literária* (Tese de Doutoramento) 2 vol, Faro, Universidade do Algarve, 2005.
- MELO, José Rodrigues de e Prudêncio do Amaral. *De rusticis Brasiliae rebus carminum libri IV* [accedit] *De sacchari opificio carmen*. Roma, Ex Typ. Fratrum Puccinelliorum, [1781]. NB: as mesmas obras foram republicadas juntas, com o título de *Geórgicas brasileiras*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1941.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1969
- VICHI, Anna Maria Giorgetti (a cura di). *Gli Arcadi dal 1690 al 1800. Onomasticon*. Roma, Arcadia-Accademia Letteraria Italiana, 1977
- VIEIRA, Antônio. Sermão da 1ª Oitava da Páscoa. *Sermões* v. 2 Porto, Lello & Irmão, 1959, p. 219-55
- WAQUET, Françoise. *Latin or the empire of a sign: from the sixteenth to the twentieth centuries*, London & New York, Verso, 2002

Notas

1 A leitura, a fixação do texto e a tradução do poema foram realizadas por Alexandra Maria Lourido de Brito Mariano, no âmbito do projeto de edição crítica das obras completas de José Basílio da Gama a cargo dum grupo de investigadores constituído em Portugal, sob a minha coordenação, e patrocinado pelo Programa Lusitania/JNICT.

2 A credibilidade da referência do Padre Lourenço Kaulen à extrema pobreza da família de Basílio da Gama, que só teria conseguido ingressar no Colégio jesuítico do Rio de Janeiro graças à caridade de alguns benfeitores e a da própria Companhia é posta em xeque pelo fato de seu irmão, Antônio Caetano Vilas-Boas, ter podido, na mesma altura, formar-se em Cânones na Universidade de Coimbra.

3 Alguns estudos e documentos mostram que a família de José Basílio da Gama era de fidalguia antiga e ilustre e que o poeta descendia de Vasco da Gama, cujo sobrenome adotou. Para o efeito, confirmam-se os escritos de Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama e Henrique de Campos Ferreira Lima mencionados na Bibliografia final.

4 Num volume manuscrito da custódia de Morei, pertencente à biblioteca da Arcádia Romana, encontra-se uma listagem dos seus sócios com o seguinte registo: *Termino Sipilio... Abate Giuseppe Basilio de Gama*. Também no catálogo organizado por Anna Maria Giorgetti Vicchi, com base em documentos da época, se pode ler: *Termino Sipilio, Giuseppe Basilio de Gama, americano*. — Morei, 1743-66.

5 Muitas vezes posta em dúvida, a existência dessa agremiação é comprovada pelo diploma de sócio da Arcádia Romana de Driásio Erimanteu, pseudónimo pastoril de Joaquim Inácio de Seixas Brandão, onde vem a indicação de que este lhe é concedido “Per la Fondazione della Colonia Oltremarina” (Candido, 2004). O diploma referido pertence atualmente ao insigne bibliófilo e erudito José Mindlin.

6 A partir de meados do Setecentos ocorre um descréscimo na produção de obras em Latim, que não é todavia idêntico nos diversos países: mais rápido na França, é lento na Itália e em alguns países continuou a ser a única língua utilizada para a transmissão do saber. Apesar do declínio manteve-se em uso em especial nas obras de caráter científico, teológico e em manuais escolares. Para a sua permanência contribuíram sobretudo o ensino e as grandes obras escritas nessa língua. Como refere Françoise Waquet (Waquet, 2002, esp. p. 81-99), dentre as obras publicadas em Oxford, de 1690 a 1710, pelo menos 50% eram em Latim e de todas as publicações mencionadas na *Bibliothèque Raisonnée des Ouvrages des Savants de l'Europe*, entre 1728-1740, 31% eram em Latim.

7 Vd. as obras de Boscovich, Bernardo Zamagna, Gregori Landi Vittori e Guiseppe Maria Mazzolari.

8 A fixação do texto e a sua tradução se devem a Alexandra Mariano, como foi referido na nota 1.

9 Outros testemunhos se encontram em cartas, consultas e avisos dispersos, bem como no relato de Ambroise Jauffret ao conde de Pontchartrein, datado de 1704 e na obra famosa de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, Está, contudo, ainda por fazer-se a história da extração do ouro em terras brasileiras, sustentada pelo inventário e análise dos documentos guardados em arquivos portugueses e brasileiros.

Resumo

O objetivo deste artigo é situar o *Brasilienses Aurifodinae*, poema inédito de José Basílio da Gama, no conjunto da obra desse arcade mineiro e no quadro da produção setecentista. Para isto, apresentam-se alguns elementos que permitem compreender a gênese do poema basiliano e demonstrar o seu valor histórico e cultural, tais como: a formação jesuítica do escritor; o contacto mais próximo com o pensamento iluminista que lhe terá possibilitado a sua estada na Itália; o seu conhecimento direto da sociedade aurífera da Capitania de Minas Gerais; o seu domínio das técnicas da poesia didática em Latim.

Palavras-chave: Iluminismo; Poesia luso-brasileira; Ouro

Abstract

This paper intends to position the unpublished poem *Brasilienses Aurifodinae*” by José Basílio da Gama in the global context of the work of this Arcadian poet, issued from colonial Minas Gerais brazilian province; it also attempts to place the text within the literary production of the Seven Hundreds. In order to do this, new elements are presented that improve the knowledge of where and how Basilio’s poem was written and enhance our understanding of its historical and cultural worthiness, namely the Jesuitical education of the writer, the close contact with Iluministic ideas he enjoyed during exile in Italy, his direct experience of the Minas Gerais gold mining society, and the mastery of Latin didactic poetry literary technique he demonstrated.

Keywords: Iluminism; Luso-brazilian Poetry; Gold

Profetismo e Iluminismo no Terremoto de Lisboa de 1755

*Luiz Felipe Baêta Neves**

Os objetivos deste trabalho de índole ensaística residem no desejo de discutir a constituição de alguns pontos de convergência de autores que se diferenciam fortemente no campo intelectual do século XVIII. A possibilidade de cotejo nos é dada por fenômeno que observaram e constituíram cada um a seu modo. Assim, o terremoto de Lisboa de 1755 é visto por três estrangeiros que ocupam posições desiguais na história do pensamento. Os dois primeiros de que trato, Voltaire e Rousseau, são mais do que conhecidos e estudados e, deles, apenas sublinharei alguns traços. O terceiro é um, até agora, pouco observado jesuíta italiano que teve intensa e variadíssima atuação em Portugal e no Brasil e que tem obra escrita escassa e de acesso difícil. Dele me ocuparei com mais vagar.

Iluministas e “iluminado” que nos deixaram explicações causais para a catástrofe de 1755 e, delas, nos serviremos como um tênue fio condutor.

* * *

O *Poema sobre o desastre de Lisboa* (1756) – François Marie Arouet, dito, Voltaire (1694-1778) tem como “subtítulo” ou “título alternativo” as palavras que se seguem: *Ou exame deste axioma: “tudo está bem”*.

O axioma a que ele refere, “tudo está bem”, sintetizaria se assim podemos dizer, as posições centrais de determinado otimismo filosófico contra as quais o escritor francês se volta. As teses otimistas firmam que o mundo, criado por Deus, é organizado pela Providência de tal modo que, um “mal necessário” seja sempre compensado por um Bem sempre maior. Voltaire critica fortemente esta posição notadamente pelos perigos maiores que acarretaria:

* Luiz Felipe Baêta Neves é Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris-V/ Sorbonne, Mestre e Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/ UFRJ, Licenciado e bacharel em História (UFF). Professor da Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ). Ex-professor titular visitante das Universidades de Paris-V e Poitiers. Autor dos livros: *Transcendência, Poder e Cotidiano*; *As Cartas de Missionário do Padre Antônio Vieira* (2004); *Terrena Cidade Celeste: Imaginação social jesuítica e Inquisição* (2003); *A construção do discurso científico* (1998); *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-para no século XVII* (1997); *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais* (1988); *O paradoxo do coringa e o jogo do poder & saber* (1979); e *O combate dos soldados de cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural* (1978).

o fatalismo e a inação. No caso, toma como instrumento de ataque o terremoto de Lisboa de 1755, que apresenta como exemplo notável do que aquela expressão otimista teria de obstáculo à racional compreensão da realidade.

O alvo principal das críticas é Gottfried Wilhem Leibniz (1646-1716), e em ponto menor, Alexander Pope (1688-1744) Postulam que o mundo que conhecemos é o melhor dos mundos possíveis. Ele é a melhor das alternativas possíveis, escolhido por Deus – e criado por Deus. Voltaire, em seu poema, indaga, com veemência e indignação, como a bondade de Deus permitiu tragédia tão lancinante. Ou: como compatibilizar a existência do mal com a idéia de um Deus permanentemente benfazejo e benevolente em sua Onipotência.

Diz Voltaire: “Je ne conçois plus comment tout serait bien: je suis comme un docteur ; hélas ! Je ne sais rien !”

* * *

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em 18 de agosto de 1756, na “Lettre sur la Providence”, assume posição oposta à de Voltaire. Afirma que a culpa estaria, portanto, não em desígnio divino, nem em “causa natural”; Deus e natureza preservam sua “bondade inata”. As causas estão na própria corrupção da “integralidade humana” pela sociedade e por sua irracionalidade, por sua incapacidade de manter o caráter originalmente bom dos filhos do Senhor.

As consequências do fenômeno seriam de outra amplitude se não houvesse um despropositado número de casas “amontoadas” (segundo ele, vinte mil e de seis a sete andares) e com uma população mal distribuída. Chega o pensador genebrino a dizer que, talvez, *nenhum* estrago teria ocorrido se fossem observadas as regras que a Razão determina.

* * *

Uma palavra sobre o padre Malagrida, de obra e vida pouco conhecidas e, assim, creio que valha uma notícia breve sobre ele.

O padre jesuíta Gabriel Malagrida, missionário e pregador, nasceu em Menaggio, na Itália, a 5 de dezembro de 1689. Em 1721, embarca rumo às missões do Maranhão e Pará. Empreende, durante doze anos, uma excursão missionária, que partindo da cidade de São Luís vai atingir Salvador, retornando pelos atuais estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Durante esse tempo, pregou, confessou, construiu e reformou igrejas, fundou conventos e criou seminários para a formação do clero. Em 1750, vai à Corte

e retornando à missão, viaja com o novo governador do Grão-Pará, irmão do futuro marquês de Pombal e grande inimigo das missões. Ao chegar aqui, não se demora muito tempo na Colônia, embarcando outra vez para Portugal. Lá, depois do terremoto que abalou Lisboa em 1755, escreveu um opúsculo sobre as causas da catástrofe, que acabou servindo de pretexto ao marquês de Pombal para desterrá-lo. No cárcere, o velho missionário teria escrito uma série de afirmações tidas como heréticas pela Inquisição. Os inquisidores, escolhidos e instigados pelo ministro, condenaram-no ao estrangulamento em praça pública, sendo o seu corpo queimado e as cinzas jogadas no Tejo. Morreu a 21 de setembro de 1761.

No imaginário Racionalista ou, antes, “Unitarista” contemporâneo, a figura do jesuíta italiano Gabriele Malagrida (1689-1761) soa contraditória, incongruente; ou seja, o que assemelha à “convivência de características incompatíveis entre si” é visto não como (possível) articulação complexa mas o sinal – ou a certeza – de “algo” disparatado. Continuamos muitas vezes, prisioneiros do “bom senso” ao acreditar que o que “não faz sentido” *hoje* jamais o fez. O que assim fazemos é construir, ao invés de conceitos e/ou interpretações históricas, figuras do anacrônico ao tomarmos a nós próprios como paradigmas mais ou menos conscientes do que a singularidade histórica diferenciaria.

Nosso jesuíta nada tem de “previsível” para uma “expectativa sensata”, entre outras razões (sem trocadilho) por seu caráter de visionário, místico, desmedido...

Observemos mais de perto, entretanto, o que ele diz em livro, publicado sob louvores do Santo Ofício, denominado *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*.

Malagrida atribui o terremoto a castigo divino:

Sabe Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados. (*apud*. Mury, 1992, p. 8-12).

Pode-se – o que é tão “evidente” quanto já sabido – dizer que tais causas nada tinham a ver com as que certa tradição ilustrada do século XVIII afirmava e que atribuía a forças da natureza a origem de tais fenômenos.

Creio, contudo, que é simplificador atribuir-se a uma posição “mística” o discurso do inaciano. A não ser que definamos o que chamamos “mística” – e o que seria considerado “místico”, naquela conjuntura, no campo católico e nas diferentes tendências que integravam a Companhia de Jesus. Na falta desta “vida histórica”, da “experiência” daquele misticismo, o nosso próprio conceitual claudica. Como ‘restringi-lo’ sem a presença do século XVIII, cotejando-o com o nosso século XXI, e suas conjunturas semânticas e suas teorias da religião e da história?

Na verdade, a intenção divina a que se referem exegetas do texto em questão é mística... mas esta palavra (ou qualquer outra) não é uma chave que abre as portas do conhecimento imediato e de modo absoluto.

A não ser que a reifiquemos e a transformemos em objeto sem dobras históricas, consensual, a-temporal. Como estamos em uma “situação” histórico-cultural conhecida, no século XVIII em Portugal, datada, singular, podemos “fazer jogar” a palavra “mística”, de então, com o vocabulário de nossos dias. E, em especial, com o vocabulário conceitual que a opção teórica feita impõe.

Assim, podemos considerar mística a citada intervenção divina porque advinda de um Poder *externo* à história humana. Mas, tal intervenção, é causada por situações ocorridas nesta mesma história... humana.

É significativo ressaltar pelo menos dois aspectos. O primeiro é que a intervenção divina tem uma *causa*; não é aleatória, indeterminada ou incompreensível pela razão mesma (e não apenas por uma intuição, acatamento incondicional canônico e assim por diante). E esta causa é terrena, o que permite diversas considerações; escolho uma, que suponho tão óbvia quanto pouco ressaltada: há uma ligação entre céus e terras tão forte que *pode*, aquilo que aqui é feito, ter *origem* em uma ação divina sobre a terra e fazer variar a intensidade de tal ação de acordo com a ordem de malfeitos aqui cometidos. Não é, pois, uma ação inopinada de uma força divina; no caso é uma *reação* que, tem as cores da correção e, mesmo, talvez, da vingança...

* * *

Em outro âmbito, atribui-se a intenções estritamente políticas a publicação do opúsculo de Malagrida. A imputação de uma destinação exclusivamente política – resumidamente um ataque a Pombal e seus aliados – é apenas uma *inversão* da situação ainda agora referida. Atribui-se a um alvo terreno um campo que *necessariamente* inclui o divino. As ações humanas são, em última instância, ao menos admitidas pelo divino mas todas as ações humanas

são passíveis de sanção por *transgressão* a normas de comportamento – face aos semelhantes e a Deus – conhecidas e proclamadas.

A sanção não se dá, aos homens, nesta concepção, por erros estritamente humanos mas porque, estes seriam, se assim considerados, estritamente/estritamente humanos ao desconsiderar (por “falta” ou “afronta”) sua dimensão transcendente de filhos de Deus na terra – e em vida, aqui, passageira.

O que acaba de ser dito não desconsidera, de modo algum, a relação conflituosa entre a Companhia de Jesus e o marques de Pombal. Relação – no que diz respeito ao ponto que abordamos – que se acirra pela importância fundamental para os jesuítas da construção de uma terrena cidade celeste. Construção que, desde os princípios da Companhia, foi marcada por um imaginário que faz da *ação* (missionária, política, moral) na vida dos homens vetor decisivo para que esta terra fosse, também, feita à semelhança da Celeste.

Em seu pequeno livro, Malagrida não apenas acusa o danoso comportamento dos então senhores do poder como causador da catástrofe mas prega a “reforma dos costumes” como meio de recuperação da cidade e de seu povo. Estes instrumentos de possível re-edificação não tocam apenas ao futuro. Tem peculiar contraponto na *premonição* que, alegadamente, tivera do desastre (e da repetição, deste, um ano depois) e das *profecias* do Bandarra que continuavam a circular – em uma espantosa demonstração de durabilidade – e que anunciavam que “na era que tem dois cincos [...] grandes gritos de gentes despedaçadas” se ouviriam.

É bom notar que *profecias* (e *premonições* de “homens santos”) nada tinham, em si, de “erro” ou magia. Eram o anúncio de adventos registrados na própria Bíblia e que demandavam correta tradução por uma *autoridade* reconhecida institucionalmente pela Igreja. Ou, mesmo, tinham *vigência social* apesar da não aprovação ou, mesmo, reprovação de Roma ou de algumas de suas instâncias próprias.

Observamos a “acusação” de irracionalidade endereçada aos escritos proféticos de Malagrida (ou de Vieira). Ou, dito de outro modo, tais textos seriam prova da irracionalidade – não somente de sua própria irracionalidade, mas da “irracionalidade” de sua co-existência com o “conjunto” da obra de ambos.

Vejamos estes grandes arquipélagos ideológicos mais de perto. Penso que não seria demais insistir no caráter resolutamente anti-histórico da primeira “acusação”, aquela da irracionalidade dos textos proféticos da irracionalidade intrínseca, constitutiva de sua própria “essência”. Acredito que a acusação seja anti-histórica por diversas razões, das quais destaco duas. A primeira apontaria para o anacronismo evidente da “acusação”; a posição do

acusador estabelece que o profetismo jesuítico dos séculos XVII/XVIII não estaria “de acordo” com o racionalismo que preside seu pragmatismo. Ora, o pragmatismo e o racionalismo dos inicianos – não são infensos a isto que *agora* reconhecemos como irracionalismo. Ou, admitamos didaticamente, o irracionalismo vieiriano *se articula* com o racionalismo pragmatista de Vieira de modo que merece ser, prazerosamente, *investigado* em sua complexidade, e não apressadamente culpabilizado e condenado.

Digo que a análise da articulação deste racionalismo com este irracionalismo é instigante e prazerosa porque respeitaria a complexidade efetiva de cada um dos ítems deste par e procuraria mostrar a singularidade de sua relação: de suas aproximações, alianças, conflitos e afastamentos.

A questão central desta exploração inicial é quem é que decide – e a partir de que lugar-de-conhecimento – o que é “razão” ou “racional”. Exijo, se assim posso dizer, conhecer quais são os títulos de “cidadania do conhecimento” – conhecimento tão poderoso que sequer precisa dizer que é racional – que não só conhece como julga a Razão. Esta imperial Razão parece falar em nome da história – e de um conhecimento histórico que, entretanto, não consegue distinguir que, o racionalismo, ele mesmo tem uma história. Ou seja, aquilo a que hoje chamamos razão pode – e deve – reconhecer que, em outros momentos, apesar da “identidade” da palavra “razão”, o racionalismo se constituía diferentemente. Assim, penso que é um exercício teoricamente equivocado procurar reconhecer de modo imediato a razão – tal como julgamos conhecê-la hoje – em situações históricas outras.

Reinhard Koselleck (1997) critica a transferência descuidada para o passado de expressões modernas, contextualmente determinadas e a prática da história das idéias de tratá-las como constantes, articuladas em figuras históricas *diferentes* mas elas mesmas *fundamentalmente imutáveis*. Como em um bizarro casamento entre Essências que, em se deslocando no tempo, ligam-se a diferentes quadros históricos.

A leitura daqueles textos proféticos permitiria, de diferentes maneiras, apontar para seu caráter compósito, mestiço de razão e irrazão, de sabor estranho, inusitado para nosso paladar saturado de objetividade e homogeneidade.

Os escritos proféticos, ao contrário do que poderia supor uma postura ideológica e apressada do profetismo, de qualquer profetismo, não significam *necessariamente* uma manifestação de repúdio absoluto à história. Os exemplos em questão ilustram bem o que quero apontar; seu profetismo é uma reflexão sobre a história humana. E não apenas de como esta humana história deveria se constituir – ou se reconstituir, se pensarmos em sua pri-

meira cena biblicamente relatada. Na verdade, mais do que isto, suas análises proféticas tem compromisso evidente com formas políticas de construção do Divino na terra, não sendo apenas, tais análises, proposições sobre etéreas questões atinentes à vida espiritual ou individual.

Os jesuítas, como o padre Antonio Vieira, acreditavam que o mundo dispunha cenas que já tinham se passado, sob outra forma, na Bíblia. As cenas do mundo terreno re-encenam passagens verídicas registradas pelo Livro Sagrado ; é preciso “apenas” compatibilizar umas e outras; *traduzir* corretamente o que se dá na terra para que a Bíblia possa explicá-la.

O que poderíamos chamar de causa profética – ou profetizada – não é uma causa “natural” *ou* uma causa “social”. Confrontada com as duas últimas, ela é uma paradoxal “terceira causa” ou “causa neutra”; ela é o resultado de uma correta ou incorreta compreensão do anúncio bíblico daquilo que é – ou deveria ser – a história. A leitura pode, igualmente, ser *correta* mas gerar situações adversas ao Designo Divino por ser conduzida, tal leitura correta, por agentes históricos que não compatibilizem o *conhecimento* do certo com a *ação* cristã adequada.

* * *

Catástrofe – ou sucessão de catástrofes – como o terremoto de Lisboa apresenta um feixe de questões que, no imaginário social, multiplicam seu caráter dramático. Apontaremos algumas sem qualquer intuito de maior verticalização. Há, desde logo, uma intensificação do problema da descoberta de uma causa, de uma razão que consiga “dar conta” de um “fenômeno extraordinário”. A busca de causas para “fenômenos extraordinários” já é, por si, um exercício notável. Além do que, tal acontecimento é inopinado é multifacetado : atinge a natureza, a cidade, os indivíduos, a “ordem pública” (nas muitas acepções que podemos dar ao termo).

Mas por que na cristandade, em um reino cristão, em um país que imaginou a si, em cores diversas, como o *centro* (do mundo cristão) agora e mesmo no futuro, e atinge justo a capital deste centro, Lisboa? A resposta a tudo isto estaria, para Malagrida, em outro lugar que não na “irrazão da religião”, ou na constatação de que o que acontece na vida é inexplicável, impossível de se dar de outro modo ou na explicação de caráter rousseaniano que hoje poderíamos chamar de “sócio-cultural” e que apontaria para os “absurdos arquitetônicos de Lisboa”, fruto, por sua vez, da corrupção que a cultura (a sociedade) acarretaria ao homem.

Nosso jesuíta vê a causa como residindo, notadamente no coração daqueles que tinham, além do poder político, econômico etc, o poder decisivo do *exemplo*, da pedagogia do exemplo – tão cara aos inacianos – que poderiam exercer de modo superlativo pelo valor simbólico de suas posições e de seus atos.

A causa, ou melhor, as causas estão, pois, no cerne mesmo da cristandade portuguesa; suas raízes não estão nos que abjuraram a Fé ou naqueles que jamais a conheceram. O que torna a imputação da(s) causa(s) aludida(s) mais doloroso, mais estigmatizante, mais grave. Foi o comportamento social moral de cristãos tão continuada e agudamente pecaminoso que o castigo corretivo teve que assumir proporções raríssimamente conhecidas. Ainda que a correlação entre erro e castigo fosse “desigual”, a Ira Divina não conhece os limites das leis humanas e, pois, não parece ter sido, esta Ira, questão de mensuração posta em relevo.

Genericamente: acusação feita pela Igreja, ainda que tenhamos em conta a “situação política” e a especificidade de um de seus braços, a Companhia de Jesus, é, por muitos séculos, sempre de se temer. Deixemos de lado nosso “anacronismo auto-centrado” e imaginemos outros “mundos culturais” em que *religião* é sinônimo de saber, expressão da Vontade Divina, moral, ética e também arte e tanto mais. É, sempre, ocupação de muitas frentes que, hoje, distinguimos, “autonomizamos”.

* * *

Malagrida é levado pelo Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello) à Inquisição onde é julgado e condenado à morte por heresia. A condenação à morte do jesuíta é fato excepcional e execuções em meio a autos-de-fé não existiam há muito tempo em Portugal.

A cena, complexa e extensa, do sacrifício do jesuíta no Rocio é de notável efeito positivo para a “simbologia da excepcionalidade” com que seus promotores quiseram marcar o ato – ato que é preciso ainda reestudar em sua complexa totalidade. De todo modo, a “visibilidade”, o caráter público – e cercado de uma “efervescência” popular de amplo espectro – faz do auto-de-fé a “forma” ideal para a reafirmação daquela conjuntura do imaginário do poder.

Há uma apresentação superlativa da vitória pombalina, que pode ser vista na “personagem” imposta ao inaciano. Este “[...] segue para o Rocio com um barrete de palhaço na cabeça e uma espécie de batina enfeitada com demônios de papel colorido, no meio de cinquenta e dois outros sentenciados, os figurantes de um drama onde somente Malagrida foi morto”. (HAZIN, 2002: 84-98)

Todo esse conjunto simbólico merece ser visto em quadro mais abrangente de que sublinho alguns pontos possíveis de investigação (ou de mera reflexão) que poderiam fazer contrastar verdades bem ancoradas com novas formas de constituição teórica.

A “cena”, para resumirmos em uma palavra, a realização da mesma e suas fontes, da execução do padre Gabriele Malagrida em 1761 é, vista em grandes traços, como paradoxal vitória do que, de costume, é chamado de “racionalismo”, despotismo esclarecido”, “luta contra a superstição e o clericalismo sufocante” e assim por diante. De fato, tanto para Voltaire quanto para Rousseau, para citar figuras emblemáticas, o espetáculo é alvo de crítica cabal.

Crítica que, creio, pode ser aprofundada se pensarmos que Pombal acaba por utilizar instituições e práticas contra as quais o Iluminismo começara a se voltar há tempo significativo. Parece ter ficado, o marques, prisioneiro do que julgava dominar. Oferece, deste modo, para nós, outra linha de perquirição que poria em questão a macro explicação mesma de “universalidade da razão” do século XVIII. Razão que aparece, aqui, exposta às forças das particularidades sócio-culturais – portuguesas, no caso – e da transgressão que representam face aos universalismos de caráter totalitário.

* * *

A irrupção virulenta e dramática do “excesso ibérico” – de tons hierárquicos e autoritários, de um contra-reformismo vincado por uma religiosidade católica enraizada e por um barroco exuberante – não só contrapontua, ou mesmo contradiz, ideais uniformizadores. Irrupção inesperada para uma “lógica da história” que é infensa ao que julga “ultrapassado”. “Ultrapassado” que, quer se queira ou não, é real. Ao recuperar normas e práticas julgadas superadas também é útil para não nos deixarmos seduzir pelo imaginário que aspira à continuidade e à linearidade históricas absolutas.

É também, aquele evento, sinal de que a memória social é, sempre, uma articulação complexa de “tempos” diferenciados, que se rearticulam de forma a serem observadas, também... com os cuidados de um etnógrafo clássico. E não com olhares empiricistas e detetivescos à cata de “exemplos”, “ilustrações” ou “aplicações” de verdades já estabelecidas. E, ainda nos faz pensar que explicações unívocas – como as que atribuiriam a uma excludente “Razão política” o processo de Malagrida – abrem mão de explicações mais compreensivas (no sentido sociológico do termo) que incluiriam “razões irracionais” que, tantas vezes marcam o imaginário social.

Bibliografia

- CARAYON, Auguste. *Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus*, Paris: August Durand, 1864.
- DE CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- GOVONI, Ilario. *Padre Malagrida. O missionário popular do Nordeste (1689-1761)*, Porto Alegre: Liv. Padre Réus, 1922, 112p.
- HAZIN, Elizabeth. *Importância de seu resgate para a memória brasileira*. In: Diálogos Latino-americanos 5, Centro de Estudos Latinos Americanos, Universidade de Aarhus, Aarhus (DIN), 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris : Gallimard: Le Seuil, 1997.
- LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa/Rio (1938-1950).
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Ed. du Seuil, 1983-1985, 3 v.
- RORTY, Richard. *Objectivity, relativism and truth*. Philosophical Papers, volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ROUSSEAU, J. J. *Lettre sur la providence*: www.ste-magister.com/ , 2006.
- SKINNER, Quentin. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- VOLTAIRE, François Marie Aronet. *Poème sur le désastre de Lisbonne*: <http://hypo.ge-dip.etat-ge.ch/athena/html/athome.html> , 2002.

Resumo

O “Terremoto de Lisboa” é a expressão lingüística de conjunto do que, em perspectiva realista, seria uma “configuração” de evidências concretas a observar com “respeito aos fatos”. Uma soma de lendas, investigações, repercussões, constituíram na memória social uma “obviedade” que cria duplo “obstáculo epistemológico”. O primeiro o de sua reificação; considera-se o “fenômeno” como “evidente”, “real”, “óbvio”, “consensual”. O segundo, de empiricismo mais sofisticado, diria que “há um fenômeno real a respeito do qual podemos ter diferentes pontos de vista”. Ou seja, já há um “objeto definido” aceito e sobre o qual teremos “visões” a ponderar. Autores, contrastantemente conhecidos; Voltaire, Rousseau e Malagrida podem nos ajudar a observar entraves significativos à constituição do “terremoto de Lisboa”.

Palavras-chave: Imaginário Social; Psicologia Social; História Cultural; Igreja nos séculos XVII e XVIII; Semântica histórica

Abstract

The “*Lisbon Earthquake*” comes out as the linguistic expression describing a set of what, from a realistic stand, would be a “configuration” of positive evidence to be posed “against facts”. A sum total of legends, inquiries and investigation, and effects, would integrate social memory as an obvious piece of evidence, generating a two-folded epistemological hindrance. On the one hand, there stands its reification: the phenomenon is regarded as “evident”, “real”, “obvious”, “consensual”. On the other hand, a more sophisticated empiricism would claim “there is a real phenomenon about which we can hold different standpoints”. In other words, there is a generally accepted “defined object” about which we shall have “views” to entertain. Contrastively notorious writers, namely, Voltaire, Rousseau and Malagrida can come to our aid in the perception of significant hindrances to the constitution of the “Lisbon Earthquake”.

Keywords: Social Imagination; Social Psychology; Cultural History; The Church in the 17th and the 18th Centuries; Historic Semantics

Arquitetura e dramaturgia: modelos iluminados da Corte refletidos na Casa de Ópera de Vila Rica e no Real Teatro São João (1770 – 1822)

*Evelyn Furquim Werneck Lima**

I

O progresso econômico e as exigências das instituições civis e religiosas, que pouco a pouco foram introduzidos no Brasil na segunda metade do século XVIII, geraram uma relevante produção de bens arquiteturais, pictóricos, literários e musicais muitas vezes inspirados nas Luzes. As práticas teatrais, em especial a dramaturgia luso-brasileira e a existência de edifícios específicos nas cidades litorâneas e na região aurífera também refletem esta efervescência. Entretanto, vários historiadores do teatro brasileiro referem-se a um “vazio teatral” até os primórdios do século XIX. Concordo que até o início dos setecentos, ainda imperava o teatro jesuítico – de cunho pedagógico – e que até meados do XVIII, o teatro estava presente principalmente nas comemorações públicas voltadas para festas religiosas e profanas nas cidades e vilas coloniais do Brasil. Considerando a existência das inúmeras Casas de Ópera e embora não se possa referir a uma dramaturgia genuinamente brasileira – pois, até 1822, o Brasil era completamente dependente de Portugal, polemizo com Sabato Magaldi (1996: 25) e Décio de Almeida Prado (2003: 42), visto que muitos autores – estrangeiros ou não – foram encenados no Brasil com peças já escritas em português e para um público de portugueses e mestiços, que processava o amálgama cultural entre a metrópole e a colônia. Acredito que seja necessário entender as contradições, antagonismos e sincretismos do período estudado, pois como afirma Ruth Gauer, as diferentes verdades contidas no modelo social brasileiro não são irredutíveis. A presença das relações tradicionais e contemporâneas e das relações que não se circunscreviam nesta historicidade, como a dos nativos e a dos negros, dimensionava a configuração da cultura brasileira de então. (GAUER, 1997: 567-591).

* Evelyn Furquim Werneck Lima é Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Centro de Letras e Artes. Pesquisadora do CNPq. Pesquisadora da CAPES em estágio pós-doutoral (Paris X-Nanterre), Membro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. Autora entre outros, do livro *Arquitetura do Espetáculo* (2000). Desenvolve pesquisa sobre o Espaço Teatral.

Em Portugal, os teatros populares do Bairro Alto, da Rua dos Condes, do Salitre e da Graça encenavam principalmente as óperas joco-sérias de António José da Silva, os melodramas de Metastásio, comédias de Goldoni e de Molière, tragédias de Racine e Voltaire, além de farsas e entremeses, muitas vezes de autores anônimos. O Marquês do Pombal encomendou a tradução de *Tartufe* de Molière, que foi encenado e teve a sua presença como espectador na estréia. Do mesmo modo, o teatro lírico no reinado de D. José envolvia uma verba de 40.000 coroas por ano, um valor bastante significativo para a época. O alvará de 1771 declarou a profissão de ator isenta de infâmia, apontando as vantagens que o teatro poderia proporcionar ao povo e aconselhava a construção de teatros públicos, pois estes eram considerados “*escolas onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor à pátria, do valor, do zelo e da fidelidade com que devem servir aos seus soberanos*” (Alvará de 17 de julho de 1771).

No Brasil, era particularmente apreciada a peça *Les Fourberies de Scapin*, de Molière, traduzida em Lisboa pelo capitão Manuel de Souza sob o título de *Astúcias de Escapim*. Molière foi também encenado em São Paulo, pois na segunda década do século XIX, o viajante francês Saint Hilaire assistiu a uma montagem do *Avarento*, descrita com detalhes em seus relatos de viagem. Há indícios de que Antônio José de Paula, ator e empresário português que traduziu e encenou *Cinna* de Corneille e *Mahomet* de Voltaire tenha estado no Brasil em *tournee*, por volta de 1790, em especial no Rio de Janeiro. Havia também as manifestações privadas, que permitiam ampla margem de improvisações nos espetáculos, algumas vezes com auxílio de títeres, sendo muito utilizados *títeres de porta*, que improvisavam os espetáculos de porta em porta e recolhiam o óbolo espontâneo dos espectadores; dos *títeres de capote* – espetáculo ainda mais rudimentar e pitoresco-, e os *títeres de sala*, sistema teatral em evolução para o teatro de personagens vivos¹ (EDMUNDO, 1932: 526).

Inicialmente a atividade teatral profana se concentrava na Bahia, que era a sede do vice-reinado, deslocando-se mais tarde para o Rio de Janeiro. Nas capitânicas de Minas Gerais e Mato Grosso, as encenações foram possibilitadas pela intensa urbanização, em virtude das riquezas geradas pela descoberta do ouro. A Igreja ainda desempenhava um papel relevante no teatro, com a representação de peças, cavalgadas, touradas, combates simulados, números musicais, fogos de artifício e desfile de carros alegóricos, porém, havia também as manifestações particulares, que permitiam uma ampla margem de improvisações nos espetáculos, como as peças de António José no teatrinho de Chica da Silva no Tejuco (atual Diamantina). O aparecimen-

to das primeiras Casas de Ópera, entre 1760 e 1795, na Bahia, no Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, despertou o desejo de se profissionalizar o teatro que era feito aqui, fato constatado nos relatos deixados pelos viajantes estrangeiros que se referiram ao repertório e às construções.

II

No que se refere à arquitetura nos primórdios da troca dos palcos efêmeros pelas construções fixas e específicas, verificou-se que há muitos relatos, porém quase nenhuma iconografia. Pretendo discutir o fato da tipologia das construções teatrais ter passado por um processo evolutivo desde que as artes cênicas trocaram os tabladados ambulantes pelo auditório fixo.

Desde a publicação dos tratados de Leon Batista Alberti (Florença, 1485) e de Sebastiano Serlio (1537), os europeus tiveram conhecimento dos edifícios e instalações dos teatros romanos através do *De Architectura* (Livro VII) de Marcus Vitruvius, escrito no primeiro século de nossa era. Consideravam, portanto, a disposição ideal dos auditórios fixos como sendo a disposição romana. Inspirado em Vitruvius, Alberti, em seu *De re aedificatoria*, recomenda que os auditórios teatrais fossem em semicírculo com uma colunata sobre o coroamento, sendo o cenário uma composição arquitetônica com filas de colunas superpostas. Já o tratado de Serlio, que começou a aparecer em publicações a partir de 1537, coincide, justamente com as mudanças das estruturas teatrais temporárias para as estruturas permanentes. Este tratadista dedicou-se também ao estudo do espaço cenográfico, tecendo teorias sobre a cena trágica, a cena satírica e a cena cômica.²

No século XVII, na Itália, os Galli-Bibiena, Sabbatini e Piermarini criaram formas para abrigar a ópera, gênero que se difundiu rapidamente no gosto aristocrático onde o barroco se insinuou e se difundiu em toda a Europa. Em termos arquitetônicos, houve a introdução dos bastidores e a substituição das galerias pelas ordens superpostas de camarotes. Como o barroco exigia cenários cada vez mais elaborados e complexos, com perspectiva central, os bastidores tomaram o lugar dos “periacti” - altos pilares de seção triangular em cujas faces se pintavam distintas cenas. Além das alterações na caixa cênica, o auditório também se modificou, pois em lugar do anfiteatro semicircular, foram introduzidas formas inusitadas, porém diferenciadas: os auditórios em forma de “U”, em forma de “ferradura”, de “sino”, e o oval ou elíptico truncado. Contudo, a transformação mais significativa no partido dos auditórios foi a introdução dos camarotes no lugar das galerias.³

Com estas mudanças, configurou-se uma tipologia teatral que perdurou por mais de duzentos anos, a exceção da maquinaria cênica que foi se tornando cada vez mais complexa, e da cenografia que constituía o clímax da sofisticação, com complexas perspectivas. Esta tipologia consolidou-se até o final do século XVII e, no século XVIII, a mesma se repetiu, buscando cada vez mais a superação em suas dimensões e qualidade, resultando em edifícios ambiciosos a exemplo do Teatro San Carlo de Nápoles (1737) com seu auditório em forma de ferradura e seis ordens de camarotes, ou ainda, o teatro de Turim (1738/1740) com um auditório de forma elíptica truncada e seis ordens de camarotes.⁴

Também os teatros de corte foram bastante freqüentes no mesmo período. Integrando o complexo arquitetônico dos palácios, ocupavam lugar de destaque, em geral, simétrico àquele ocupado pela capela. E eram projetados pelos “arquitetos reais” que buscavam nos teatros franceses e italianos os partidos a serem adotados em seus projetos. Apesar da crítica de alguns, a tipologia interna do teatro italiano disseminou-se por todo o mundo, caracterizando um fenômeno de longa duração, sendo o modelo adotado tanto nos teatros neoclássicos, como nos ecléticos ou românticos.

Portugal também teve seus teatros à italiana, visto que D. João V (1706-1750) mandara estudar na Itália os músicos mais notáveis de sua corte. A arquitetura dos teatros lisboetas tomou como modelo os mais famosos arquitetos e cenógrafos do *Settecento* italiano, como Petronio Mazzoni, Jacopo Azzolini, Giancarlo Bibiena, Nicolau Servandoni e Salvatore Colonelli, que acabaram por preparar os discípulos portugueses, como Simão Caetano Nunes, autor do Teatro do Bairro Alto, Teatro dos Condes, Salitre e da Graça, e, entre outros arquitetos de renome, o José da Costa e Silva, responsável pelo risco do Teatro São Carlos. Com a inauguração da Academia da Trindade, onde se apresentavam companhias italianas, aumentou o interesse pela ópera em Portugal, difundido principalmente entre os aristocratas (CRUZ, 2001: 94).

Como investiguei possíveis regras ou modelos que teriam subsidiado a construção de um edifício teatral erguido em Minas em 1770 (Casa de Ópera de Vila Rica) e outro na sede do vice-reinado, em 1813 (Real Teatro de São João), busquei documentos que comprovassem também o gosto pelo teatro declamado e pela música italiana, que lentamente se introduzia na corte portuguesa, enquanto o grande público se divertia com os teatros de fantoches.⁵ Quando D. José I subiu ao trono, contratou o arquiteto e cenógrafo Giovanni Carlo Bibiena que seria responsável pelos riscos dos Teatros Reais, destacando-se o Real Teatro da Ópera do Tejo – primeiro indivíduo teatral arquitetônico

de Lisboa – inaugurado em 31 de março de 1755, um típico teatro à italiana, infelizmente destruído pelo terremoto, no mesmo ano. Com quatro ordens de camarotes, uma profunda caixa cênica e a tribuna real frontal à cena este edifício seguia o modelo de duas outras óperas anteriormente projetadas pelo pai de Giovanni, Francisco Bibiena: a Ópera de Nancy e a Ópera de Viena (CÂMARA, 1996: 66).⁶ Na história dos espaços teatrais lisboetas, destacava-se ainda o Pátio das Arcas, estrutura que antecipa o modelo de teatro urbano, portanto o primeiro teatro com caráter público que se utiliza de uma estrutura pré-existente, um pátio de reuniões, um local social envolvido dentro de uma quadra urbanizada. Percebe-se, portanto, a persistência do teatro público originário nos *corrales*, onde os tablados se aproveitavam das fachadas, só que no caso português, as fachadas possuíam arcadas no pavimento térreo, e eram voltadas para o interior. Os esforços portugueses para abrigar os espetáculos se iniciam com a criação da Academia da Trindade, em 1735, com a breve existência da ópera de Bibiena, e culmina na construção do Real Teatro de São Carlos, modelo neoclássico utilizado como referência para a construção do Real Teatro de São João, após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, já no século seguinte.

No que tange aos teatros públicos, o novo Teatro do Bairro Alto parece ter sido inaugurado depois de 1741, fato comprovado pela edição em cordel da peça *Labirinto de Creta*, de Antonio Jose da Silva que cita no frontispício da obra o nome *Theatro da nova Casa do Bairro Alto*, cujo risco foi atribuído ao arquiteto Lourenço da Cunha. (CÂMARA, 1996: 75) O Teatro da Rua dos Condes, que suponho ter servido como modelo para a Casa de Ópera de Vila Rica foi edificado após o terremoto com estilo “casarão abarracado”, pouco espaçoso, porém mais bem decorado do que os demais teatros públicos. Esta casa de espetáculos seguia a tipologia do palco à italiana, tinha quatro ordens de camarotes, sendo nove de cada lado e cinco na curva central. (CÂMARA, 1996: 76) A análise iconográfica permitiu observar uma tipologia análoga à adotada em Vila Rica, com o edifício implantado em declive em relação à Rua dos Condes, geminado entre outras edificações, e de aspecto bem singelo. Entre 1770 e 1774 esteve ali em atividade a companhia dirigida por Zamperini e há registros de que a família real freqüentava este teatro, em especial quando ocorriam touradas no Terreiro do Paço. Acredito que o contratador que construiu a Casa de Opera de Vila Rica, José de Souza Lisboa, tenha freqüentado muito os teatros de Lisboa e até mesmo os de Paris, e, portanto, soube orientar o “risco” daquela casa de espetáculos.

III

Tentei localizar a iconografia dos inúmeros teatros construídos no Brasil ao longo do *Settecento*, porém, com exceção da Casa de Ópera de Vila Rica (1770) e do Teatro de Sabará (1819), ainda existentes, constatei que as demais salas de espetáculo foram edificadas e destruídas, e têm sua existência verificada apenas através da história escrita, geralmente por viajantes estrangeiros e pela própria história oral.⁷

Desde o início do século XVIII, as zonas de mineração no Brasil tinham vida cultural intensa, com práticas voltadas para as festas religiosas e profanas, promovidas e financiadas pelo Senado da Câmara e pelas confrarias, irmandades e ordens terceiras. A sociedade estava estruturada em bases urbanas já definidas, onde o teatro significava quase sempre a comemoração dos grandes festejos públicos. As artes plásticas e a música integravam o processo de valorização estética das igrejas para o espetáculo litúrgico. O pensamento e a mentalidade do homem barroco conferiram nova dimensão às cerimônias sagradas ou profanas, onde o teatro era assistido pelas famílias dos mineradores e pela elite intelectual.⁸ Erguida na época de grande interesse pelo teatro nas Minas, a Casa de Ópera de Vila Rica, parece ter sido construída rapidamente, provavelmente para atender à demanda crescente de espectadores. No decorrer do século XVIII, trezentos e vinte estudantes mineiros estudaram em Coimbra (VALADARES, 2002: 486), alguns tendo ainda freqüentado as universidades de Montpellier e de Bordeaux, cidades onde os edifícios teatrais existiam desde o início dos setecentos. Paralelamente, a influência da dramaturgia francesa na produção portuguesa foi comprovada em recente tese defendida na Universidade da Provence (CICCIA, 2001). Era, portanto, de se esperar o sucesso obtido por esta casa de espetáculos que, resistindo ao tempo chegou com as mesmas dimensões e proposta arquitetural aos nossos dias, apesar das inúmeras obras de conservação ao longo de mais de dois séculos.

Situado no largo fronteiro à Igreja da Ordem Terceira do Carmo, o teatro obedece aos parâmetros característicos das cidades do Brasil-Colônia, ou seja, não apresenta recuos frontais ou laterais em relação às divisas do terreno. Com fachada despojada onde os cheios predominam sobre o vazio, foi construído em terreno íngreme, na Ladeira Santa Quitéria. Na verdade, o “mestre de risco” que o projetou aproveitou a declividade natural e a irregularidade do lote em declive para implantar o anfiteatro sem grandes desmontes de terra. Affonso Ávila atribui a este fato o aparente acanhamento de seu interior, mas é necessário entender a mentalidade européia quanto a uma casa de ópera e lembrar que naquele período, as salas públicas portu-

guesas eram também singelas. Esta análise é fundamentada essencialmente nas descrições publicadas pelos viajantes estrangeiros que permitem observar que a antiga Casa de Opera de Vila Rica (atual Teatro Municipal de Ouro Preto) não difere formalmente do edifício de 1770, e que na reforma mais significativa, a de 1862/63, dirigida pelo engenheiro Gerber e administrada por uma Comissão Fiscal, foi mantido o projeto inicial, porém substituídas as paredes em *pau-à-pique* por paredes em pedra e cal. As descrições do teatro de Vila Rica por Saint-Hilaire que o frequentou em 1817, ratificam que o mesmo não sofreu grandes alterações até hoje, contando com três ordens de camarotes, palco italiano e as mesmas fachadas.

O edifício apresenta ainda hoje fachadas muito austeras, onde os cheios prevalecem sobre os vazios, com alvenarias planas caiadas e quase sem ornatos, características da arquitetura civil da época, que já anuncia a arquitetura neoclássica. No entanto, as três portas de verga em arco abatido ainda lembram a tradição barroca, e contrastam com elementos ainda medievais como a seteira com quatro lóbulos e as bandas lombardas que acompanham a cornija da fachada. O telhado compõe-se de duas águas em telhas coloniais sobre uma estrutura em madeira, como ocorre em todas as edificações nas vilas de Minas, fato que confere certa unidade aos casarios e que segue a tradição portuguesa como constatei pela análise tipológica do teatro da Rua dos Condes em Lisboa, construído na mesma época e reproduzido em gravura na revista portuguesa *Ocidente* de 1882.

Pelo aspecto formal do edifício⁹ percebe-se que no projeto, foi adotada a divisão tradicional de uma sala de espetáculos à italiana, se bem que bastante simples em seus ornatos, simplicidade esta que caracterizava as edificações setecentistas em Vila Rica. O teatro apresenta um *foyer*, uma sala de espetáculos, composta de um *parterre* (platéia) e de filas de frisas, camarotes e galerias, e caixa cênica. O *foyer* encontra-se no mesmo nível que a linha de camarotes, sendo, portanto, necessário projetar uma escada que conduzisse à platéia e ainda às galerias, num nível ainda mais baixo. O projeto que definiu a sala de espetáculos e os andares de camarotes adotou a “forma de sino”, muito utilizada nos teatros públicos portugueses daquela época. Na extremidade superior do sino existe uma curva aberta. As separações entre os camarotes são perpendiculares à curvatura dos balcões, não permitindo uma boa visibilidade do palco. As duas escadas helicoidais simétricas que permitem o acesso aos balcões são parcialmente adossadas às alvenarias.

Na opinião de Saint-Hilaire, o prédio oferecia uma sala de espetáculos pequena e estreita, porém “assez jolie”. Ele descreve o teatro com quatro ordens

de camarotes, mas percebe-se que a “torrinha” era em arquibancadas exatamente como hoje, porque, entre 1817 e 1821, portanto quase na mesma época, Johann Emmanuel Pohl, outro viajante, observou que “[...] três andares, cada um com 14 camarotes e não obstante sua pequenez, ainda era demasiado grande para o número de espectadores” (POHL apud MATHIAS, 1965). Ainda internamente, o viajante cita os belos guarda-corpos de madeira recortada que protegiam os espectadores nos diversos níveis de balcões. Saint-Hilaire também declarou que a decoração de interior não era de mal gosto e afirmou que “le devant des loges était fermé par des balustrades ajourées qui ne produisent pas mauvais effet. Seuls les hommes s’installent à l’orchestre où ils s’asseyent sur des bancs”. Pelas descrições, imagino que estes guarda-corpos eram em madeira trabalhada como um tecido rendado. Durante as obras realizadas em 1862, foram os guarda-corpos foram substituídos por grades em ferro forjado, as primeiras utilizadas em Minas, conforme o Relatório da Comissão Fiscal.¹⁰

As frisas, os camarotes e as galerias em forma de sino, a platéia e a grande caixa cênica eram suficientes para as necessidades do público freqüentador. John Luccock, espectador assíduo do teatro entre 1808 e 1818, assim descreveu a sala: “[...] sala estreita, corretamente pintada, e um público de pessoas modestas e de expressão desagradável, muitos entre eles usando casacos [...]” (LUCCOCK, 1951: pp. 332-333). A Casa de Ópera de Vila Rica possui um teto de forma abaulada em berço aberto revestida de lambris de tábuas de madeira nos moldes dos tetos das igrejas mineiras e provavelmente era recoberto de pinturas decorativas à época de sua inauguração. A cortina, em tecido pintado, representava as quatro [sic] partes do mundo, como observou Saint-Hilaire. De acordo com as descrições deste viajante, até 1817 não se havia tentado iluminar o teatro a não ser pelas “bougies placées entre les loges”, mas depois das obras de 1862, a iluminação era feita por bicos de gás distribuídos entre cada camarote (SAINT-HILAIRE, 1830: 56).

Considero necessário relativizar os comentários dos viajantes que criticaram as salas de espetáculo em Minas Gerais no início do século XIX, buscando elaborar um estudo comparativo com as salas portuguesas e parisienses, lembrando, por exemplo, que Voltaire observou em 1750:

[...] Nous courons aux spectacles E nous sommes indignés d’y entrer d’une manière si incommode E si dégoûtante, d’y être placés si mal à notre aise, de voir les Salles si grossièrement construites, des Théâtres si mal entendus, E d’en sortir avec plus d’embarras E de peine qu’on y est entré.¹¹

Quanto ao repertório, foram exibidos nesta sala singela o teatro declamado de Antonio José da Silva e dos árcades mineiros, bem como as óperas do repertório luso-brasileiro.¹² Sabe-se através da carta de 14 de dezembro de 1770, que foi representado o drama lírico São Bernardo de Cláudio Manuel da Costa e a ópera São João Nepomuceno, de autor desconhecido (cf. documento APM, código 205 fls 45-46 DF). Esta carta certifica que Cláudio Manuel da Costa estava colaborando como autor teatral e traduzindo José do Egito de Metastásio.¹³ Uns anos mais tarde, John Emmanuel Pohl, que esteve no Brasil entre 1817 e 1821 declara haver presenciado na mesma sala uma opereta de Pitterdorf, Madschen von Marienburg e o drama Inês de Castro de Nicolau Luiz da Silva. Pelo brilho cultural que causou, o Teatro de Vila Rica induziu as demais vilas da região aurífera a construir suas Casas de Ópera.

IV

A primeira Casa de Ópera do Rio de Janeiro foi a Casa de Ópera do Padre Boaventura, na antiga rua da Quitanda do Marisco (atual rua da Alfândega), provavelmente erguida em 1747.¹⁴ Ali foram encenadas inúmeras peças do Judeu que, para Teófilo Braga, constituíam “um produto híbrido das óperas italianas e da baixa comédia portuguesa, servindo de pretexto para empregar o maquinismo das imitações cênicas na memória dos espectadores”, além de várias comédias de Molière (BRAGA, 1889).¹⁵ Discordo da posição depreciativa de Teófilo Braga, visto que o aprofundamento dos estudos sobre Antonio José, revelou uma forma de dramaturgia inédita e repleta de brasilanismos, conforme comprovado em recente artigo (LIMA, 2007). O escrivão Pierre que aportou no Rio em 1748, descreve em detalhes e dimensões aquela que parece ter sido a primeira casa de espetáculos do Rio de Janeiro¹⁶ (*apud* FERREZ, 1988: 240). Mais tarde, a novidade era a encenação dos espetáculos com atores e não mais com títeres, o que lhe valeu a denominação de *Ópera dos Vivos*, conforme ratificado por Galante de Souza, em seu relato sobre esta Casa da Ópera, pois narra que no Rio de Janeiro em 1748, durante um inquérito de frades franciscanos para apurar a verdade a respeito dos milagres de Frei Fabiano de Cristo, duas testemunhas fizeram referência à *Rua da Ópera dos Vivos* (SOUZA, 1960). Para Souza não restam dúvidas de que existiu uma casa de espetáculos nessa rua e que disso lhe veio a denominação.

Em 1767, na gestão do vice-rei Conde da Cunha, o viajante Louis Antoine Bougainville, assim se refere a esta Ópera:

[...] em uma sala bastante bonita, pudemos ver as obras de Metastásio, representadas por uma companhia de mulatos, e ouvir diversos trechos dos grandes mestres da Itália, executados por uma orquestra má, regida por um padre corcunda em vestes sacerdotais” (*apud* AZEVEDO, 1862).

Infelizmente, neste mesmo ano o teatro foi consumido por um incêndio enquanto se representava *Os Encantos de Medéia*, do Judeu, fato concebível visto que naquele momento os artifícios cenográficos do teatro eram muito elaborados, havendo inúmeras mudanças de cenários e pirotecnia além de figurinos muito ricos. Foi o próprio realismo cênico que ocasionou o incêndio. Tal elaboração cenográfica só poderia ser realizada por um conhecedor dos mecanismos teatrais, como era o proprietário do teatro, o mesmo Padre Boaventura, que apesar de ter arrendado seus dois teatros, nunca deixou de participar dos espetáculos (CAVALCANTI, 2004: 173).

Por volta de 1755, um segundo edifício teatral de maiores proporções, gerido, a partir de 1775, exclusivamente pelo português Manoel Luiz Ferreira, amigo e protegido do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos. Já naquela época era designada como Casa de Ópera Nova do Largo do Carmo, mais conhecida como o Teatro de Manoel Luiz. Situava-se na antiga Praça do Carmo ou da Assembléia, com frente para o Paço dos vice-reis e era onde se representavam peças de Molière. Não localizei riscos do projeto, porém, sabe-se que os espetáculos começavam e terminavam cedo, as apresentações eram frequentes e o público era formado pela aristocracia da época. Um soneto de louvor à Sua Majestade foi declamado por Alvarenga Peixoto, no referido teatro,¹⁷ que contava com boas instalações e o pano de boca pintado pelo nosso primeiro cenógrafo, Leandro Joaquim. Representavam-se nessa nova casa de espetáculos, entre outros, Molière, Goldoni, Metastásio, Maffei, Alvarenga Peixoto e especialmente as peças do Judeu. O teatro funcionou até a vinda da família real, quando assumiu o nome de Teatro Régio, deixando de funcionar para servir de alojamento para os empregados do Paço, por ocasião da inauguração do Real Teatro de São João em 1813.

V

A chegada da corte portuguesa impunha restrições aos equipamentos urbanos encontrados na cidade, entre eles a Casa de Ópera de Manuel Luiz, que, apesar de reformada para receber o soberano, era insuficiente para tantos novos espectadores que frequentariam o teatro. Acrescente-se o fato que

D. João tinha em mente valorizar a cidade no cenário mundial e, para tal, era ainda modesto o teatro de Manuel Luiz. Uma corte habituada às salas de espetáculo aos moldes italianos necessitava, em sua nova sede, de um teatro a altura de sua pompa. A iniciativa da construção deveu-se a Fernando José de Almeida, português que chegara ao Rio de Janeiro na comitiva do Vice-Rei Marquês de Aguiar e, que, revelando-se muito empreendedor, enriqueceu rapidamente conseguindo adquirir, com a ajuda de alguns comerciantes, terras de Beatriz Ana de Vasconcelos – entre o Largo do Rocio e a Rua do Erário (atual Avenida Passos) – para ali edificar um teatro. D. João lavrou um Decreto com a permissão necessária, em 28 de maio de 1810, e três anos depois, em 12 de outubro, o teatro foi inaugurado. Por mais de um século a volumetria do teatro constituiria um marco simbólico do Largo do Rocio, dominando a paisagem e enobrecendo o espaço. A monumentalidade da edificação frente à paisagem edificada do Largo polarizava a atenção dos transeuntes, pela clara legibilidade de seus aspectos morfológicos.

Moreira de Azevedo afirma que em 1810 teve início a construção do Real Teatro São João, segundo o projeto do arquiteto Marechal José Manuel da Silva, quase homônimo do arquiteto português José da Costa e Silva, que possivelmente teria também participado do final da construção. Confrontando a volumetria e as fachadas do Real Teatro São João com o Teatro São Carlos de Lisboa, percebem-se inúmeras semelhanças. O corpo central, com a galilé em três arcos arrematada por balaustres de pedra, encimada por quatro colunas adossadas de capitel toscano é idêntico nos dois prédios, o mesmo ocorrendo com os quatro vãos retangulares dispostos nos dois pisos, de cada lado do corpo central. Não localizei iconografia da fachada do Teatro São Carlos à época de sua construção, mas mesmo comparando a aquarela de Thomas Ender (Fig. 1), realizada em 1817, com o edifício lisboeta, em seu estado atual (Fig. 2), nota-se a profunda analogia presente nas duas obras.

Está ainda por estudar a produção artística do arquiteto-militar Marechal José Manuel da Silva. Entretanto, o *curriculum* de José da Costa e Silva é mais conhecido. Nascido em 1747, formado na Academia Clementina em Bologna, é autor do Palácio da Ajuda e do Teatro de São Carlos, em Lisboa. Foi também professor da Universidade daquela capital. Segundo José Augusto França, o arquiteto em questão, foi fortemente influenciado pela arquitetura do Teatro Scala de Milão (1778) – projetado por Piermarini, e pelo Teatro San Carlo de Nápolis – obra de Medrano (1737), tendo coroado o discurso pomalino com seu projeto neoclássico para o São Carlos.¹⁸



Figura 1 e 2: O teatro da Rua dos Condes em 1882 (gravura publicada no periódico *Ocidente*, Museu Nacional de Teatros de Lisboa) e a fachada atual da antiga Casa de Opera de Vila Rica (Foto de E.Lima, 2005).

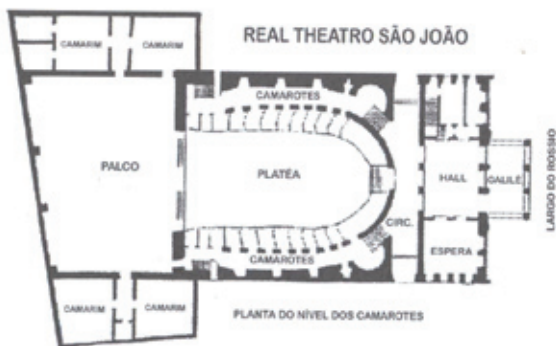
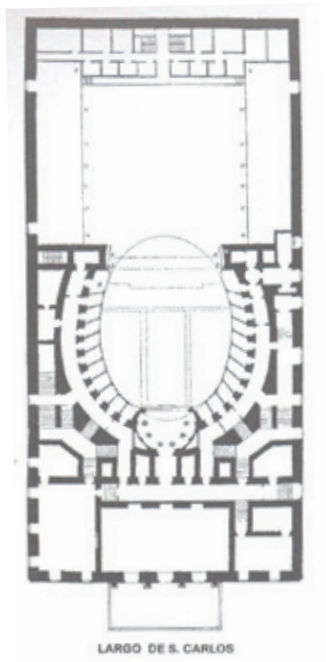
É importante frisar a afirmativa do historiador português, sobre a vinda do autor do risco do Teatro São Carlos, José da Costa e Silva para o Rio em 1812, onde faleceu em 1819. Sabe-se que Costa e Silva, em agosto de 1812, fora empossado no cargo de Arquiteto Geral de Todas as Obras Reais no Brasil, e que, as obras do Teatro São João haviam sido iniciadas em 1811. Pelas características arquiteturais dos dois teatros, sendo a sociedade fluminense da época bastante coesa em sua convivência e tendo o arquiteto português chegado ao Brasil um ano antes do término das obras do Real Teatro São João, sustento que houve colaboração entre os dois mentores do belo exemplar neoclássico que seria um marco arquitetural do Largo e que demonstraria às Nações Amigas um país inscrito no mundo das Luzes.

O modelo adotado era imbuído das inovações arquitetônicas da cena italiana, definindo hierarquicamente os espaços internos do edifício-teatral, separou também com limites bem demarcados entre o palco e a sala propriamente dita, e seu respectivo *foyer*, onde se distribuía o público. O *proscenium*, o fosso da orquestra e a cortina simbolizam um verdadeiro rito de passagem do mundo real para o mundo da ficção. A forma aproximada de “ferradura”, que permitia a visibilidade do público por ele próprio, está presente nos dois teatros confrontados. À maneira do teatro lisboeta, o teatro erigido no Rio de Janeiro também adotou o pórtico saliente ao corpo do edifício, denotando a preocupação do mentor do projeto com a proteção dos espectadores que chegavam de carruagem, como convinha a um teatro de grande importância urbana, cuja fachada neoclássica devia traduzir uma nova função cultural e social.

O estudo comparativo das plantas permite perceber notável semelhança entre os projetos, existindo apenas uma diferença mais acentuada na curva que conforma as várias ordens de camarotes. Enquanto o Teatro São Carlos (Fig. 3 e 5) tem a curva em ferradura segundo uma elipse, o Real Teatro São João (Fig 4 e 6) apresenta a curvatura dos balcões em forma de “U” alongado. Não foi possível obter a planta inicial do Real Teatro São João, mas a planta datada de 1908 obedece à mesma projeção do projeto original, como foi possível detectar através das análises iconográficas.



Img. 3 e 4: O Teatro São Carlos em Lisboa, construído em 1793 (In: J.-A.França, 1982, p. 175) e o Real Teatro São João, edificado em 1813 (aquarela de Thomas Ender, 1817).



Img. 5 e 6: Planta do 2º pavimento do Teatro São Carlos de Lisboa segundo planta original (apud J.-A.França, 1982, p.175) e planta do 2º pavimento do Teatro São João do Rio de Janeiro em 1908 (Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

O partido da implantação do teatro lisboeta é aproximadamente o mesmo do Real Teatro São João. Assim como o Teatro São Carlos, também o teatro fluminense se abre para uma praça, sendo ladeado por duas ruas laterais que permitem que o prédio seja percebido em sua quase totalidade. Aqui, tal como lá, o espaço exterior é uma espécie de *foyer* natural, prolongando o espetáculo, numa cumplicidade mundana entre o Teatro e a Praça. A praça era a continuidade do palco. Ali o povo estabelecia uma comunhão com os atores, com os políticos, com os soberanos.

No São João, a fachada também se articulava em três corpos. O corpo central era precedido de um pórtico formado por três arcos de alvenaria, tendo ao fundo três portas que acessam o vestibulo. No 2º pavimento três janelas retangulares abriam-se para o terraço sobre a galilé. Sobre as três janelas do 3º pavimento se assentava o frontão triangular. Os corpos laterais apresentam duas janelas de peitoril em cada um dos dois pavimentos encimadas por um telhado em rincão. Nas fachadas laterais, existiam de cada lado, uma porta de acesso aos corredores e outra, de acesso à platéia. No pavimento superior de maior altura, pois continha a caixa cênica, alguns óculos permitiam a ventilação dos camarotes. Era o triunfo das Luzes, com toda a simbologia característica das salas de espetáculos européias. Pode-se dizer que o neoclassicismo português já se havia implantado no Rio de Janeiro, quando, em 1816, portanto três anos após a inauguração do Real Teatro São João, chegava ao Rio de Janeiro a Missão Francesa encarregada de introduzir ensino das artes no país através da fundação de uma Academia Real de Belas-Artes.

O Real Teatro São João atraiu para o Rocio o *genius loci* da teatralidade, fato que permearia todo o século XIX e metade deste século. Este personagem invisível esteve presente nos ritos de passagem entre o espaço público do Largo e os espaços semi-públicos do edifício-teatral, reafirmando naquela área urbana as constantes relações de trocas de sociabilidade, sendo o espaço externo tão significativo como esfera pública, quanto o interior dos inúmeros teatros das adjacências. A iconografia da época fornece indícios de que a sociedade se fazia representar por todos os seus segmentos, no espaço do Largo. O teatro foi, durante muitas décadas, o lugar de reunião favorito das elites da cidade. E o Largo do Rocio era um dos locais para onde convergia a sociedade em busca do lazer. Brasil Gerson observa que D. Pedro I freqüentava o teatro por causa das belas atrizes que ali se apresentavam. Foi neste teatro que, em 15 de setembro de 1822, ao voltar de São Paulo, o Príncipe apresentou-se no camarote real com a insígnia “Independência ou Mor-

te”. Na época, a maioria dos espectadores ainda residia em chácaras vindo ao teatro em *charettes* puxadas a mulas e cavalos, que ficavam desatrelados pastando no Largo (GERSON, 1965: 159).¹⁹

Comportando 1200 poltronas, e dotado de quatro ordens de camarotes, o novo teatro da corte tinha o pano de boca pintado por José Leandro da Costa, representando a esquadra da família real entrando na Baía de Guanabara. As pinturas dos tetos eram de João Francisco Muzzi, José Leandro e Francisco Pedro do Amaral e Manuel da Costa. Segundo José Augusto França, Manuel da Costa, em seu julgamento um pintor medíocre, é também o autor do teto da sala de espetáculos do Teatro de São Carlos de Lisboa, fato que nos leva a crer que este pintor teria vindo para o Brasil junto com Costa e Silva, pela experiência já adquirida nos teatros portugueses. A meu ver, os dois artistas participaram das obras do Real Teatro São João, que abrigava um número de espectadores três vezes maior do que a Casa de Opera de Vila Rica.

Em 25 de março de 1824, o primeiro grande incêndio destruiu o prédio, originando comentários supersticiosos da população. Acontece que as pedras de cantaria utilizadas no teatro que fora construído, eram destinadas à construção da Sé, que deveria ocupar o terreno onde mais tarde foi edificada a Escola Politécnica (atual Largo de São Francisco). Como a catedral prevista jamais se concretizou naquele local, o povo atribuiu o incêndio ao desvio do material de construção de um uso sagrado para outro profano. Fernando Almeida reedificou quase totalmente o edifício, conseguindo um empréstimo no Banco do Brasil. Terminada a reconstrução, o teatro foi reaberto com o nome de Teatro Imperial S. Pedro de Alcântara, mas ainda apresentava feições neoclássicas.

O movimento romântico na arquitetura denota um ecletismo de releituras estéticas amalgamadas, porém, traduz-se principalmente pela utilização de técnicas construtivas avançadas onde pontificavam as tesouras metálicas e os enormes vãos metálicos, quase sempre vestidos por uma roupagem de sintaxe clássica. Em estudos empreendidos no meu doutoramento, verifiquei que no projeto de reconstrução do São Pedro, foram ainda mantidas as técnicas tradicionais de construção, que só seriam alteradas quando o engenheiro Oliveira Passos e o arquiteto René Badra projetaram no Rio de Janeiro o Teatro Municipal, inaugurado em 1909 (LIMA, 2000: 211).

V

Considero que o teatro no período delimitado oscilava entre o aberto e o pictórico do barroco, representado por dramas de Metastásio, encenações

de clássicos europeus adaptados ao gosto português e as óperas de Antonio José, além do teatro declamado dos árcades mineiros, cujo escopo, já é o do Iluminismo. Segundo Antonio Candido, a mistura típica de nossos ilustrados é o pombalismo, o nativismo e a confiança nas Luzes (CANDIDO, 1964, v. 1: 48). Constatei que a formação dos letrados, antes quase que restrita aos bacharéis e padres aumentou muito com os egressos de Coimbra, Edimburgo ou Montpellier, locais onde o teatro no século XVIII era estudado, produzido e freqüentado. Pelo que se deduz dos documentos de época, os promotores de espetáculos teatrais na colônia não conseguiam facilmente os textos das óperas, comédias e outras peças a serem encenadas. O contratador Souza Lisboa aproveitou-se da experiência anterior do Tejuco para contratar libretos em Lisboa e solfas na própria capitania, ainda permutando peças com os operistas de São João Del Rei, vila onde também houve expressivo impulso para o teatro. Boa parte do repertório deve ter vindo de Lisboa, e, quanto aos originais estrangeiros, dali também viriam já traduzidos. No século XVIII, alguns poetas que moravam ou nasceram no Brasil começariam a traduzi-los com maior freqüência, como pude constatar na adaptação e tradução feita por Cláudio Manuel da Costa para o *Demoofonte em Trácia* de Metastásio, localizado no Arquivo Público Mineiro.²⁰ Com a chegada da Corte, o esplendor teatral deslocou-se para o Rio de Janeiro, capital do Reino-Unido de Portugal e Algarves. As inúmeras ações culturais criadas e incentivadas pelo futuro rei D. João VI possibilitaram ao Brasil uma Ópera digna das melhores capitais européias, conforme demonstrado neste artigo.

Antônio José foi inegavelmente competente como autor, possivelmente o mais encenado de língua portuguesa no século XVIII. Seu teatro, representado seja por bonecos ou por atores, influenciou a “inauguração” de um teatro e de um gênero tipicamente brasileiros: a comédia de costumes. Vilma Arêas reconheceu a obra do Judeu como fonte inspiradora do teatro Martins Pena, especialmente no texto extraído da Parte II, cenas 4 e 5, da *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança*. (Arêas, 1987). Ainda quanto ao repertório, percebeu-se na pesquisa a transição de dramas líricos como *Juramento dos Numes* de Câmara Coutinho, com música de Marcos Portugal encenado na inauguração do Real Teatro em 12 de outubro de 1813 e de óperas como *Merope* (1817), também com música de Marcos Portugal – ainda impregnados pelo Iluminismo – para o teatro de comédias de costumes, característico do Romantismo. Curiosamente, a primeira tragédia brasileira encenada pelo ator João Caetano,

foi *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição* de José Gonçalves de Magalhães, sobre a vida e a obra do Judeu, já considerada como uma obra romântica em nossa dramaturgia.

O Romantismo no teatro seria interpretado no Rio de Janeiro no mesmo *locus* mágico, no prédio reconstruído sobre o mesmo “risco” e no mesmo local, já então denominado de Teatro São. Pedro e comportando alguns detalhes românticos em sua arquitetura. A investigação quanto à arquitetura entre 1770 e 1822, comprovou que os modelos iluminados do Teatro da Rua dos Condes e do Teatro São Carlos, edificadas na Corte Portuguesa, refletiram-se na Casa de Ópera de Vila Rica e no Real Teatro São João, no Rio de Janeiro.

Bibliografia

- ALBERTI, Leon Battista. *De Re Aedificatoria*. Trad. G.Orlandi. Milão: Il Polifilo, 1966. (1ª ed. 1485)
- AYRES de Andrade. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- ARÊAS, Vilma Sant’Anna. *Na tapera de Santa Cruz: uma leitura de Martins Pena*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- AVILA, Affonso. *O teatro em Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII*. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Museu da Prata, 1978.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Pequeno panorama ou descrição dos principais edifícios do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1862.
- BRAGA, Teófilo, *A Arcádia lusitana: Garção, Quita, Figueiredo, Diniz*, Porto: Ed. Livraria Char-dron, 1899.
- BRITO, Manuel Carlos de. *Opera in Portugal in the Eighteenth Century*. Cambridge, MA, The Cambridge University Press, 1989.
- CÂMARA, Maria Alexandra T. Gago da. *Lisboa: espaços teatrais setecentistas*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Ed. 1964,v. 1.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CICCIA, Marie-Noelle. *Le Théâtre de Molière au Portugal de 1737 à la veille de la Révolution Libérale*. Université d’Aix-Marseille I- Université de Provence, 2001, thèse de Doctorat.
- CRUZ, Ivo. *História do Teatro Português*. Lisboa: Verbo, 2001.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, 1932.

- FERREZ, Gilberto. “Uma arribada francesa ao tempo de Bobadela. (1748). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 280, Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1968.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- _____. L’ Opera de S. Carlos à Lisbonne. In: *Victor Louis et le Théâtre*. Paris: CNRS, 1982.
- GALLI BIBIENA, Ferdinando. *Direzioni à giovani studenti nel disegno dell’Architettura Civile nell’Accademia Clementina*, dedicattee dall’autore à S. Cattarina. Bologna, Nella stamperia di Lélío dalla Volpe, 1745, tomo 1º.
- _____. *Direzioni à giovani studenti nel disegno dell’Architettura Civile nell’Accademia Clementina*, dedicattee dall’autore à S. Petrônio. Bologna, Nella stamperia di Lélío dalla Volpe, dedicatto, 1753, tomo 2º
- GAUER, Ruth Chittó. A contribuição portuguesa para a construção da sociedade brasileira. In *Revista da História das Idéias Vol 19*, Lisboa, 1997, pp. 567-591.
- HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil da colônia à regência*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
- LIMA, Evelyn F. W. *Arquitetura do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- _____. Entre a colônia e a metrópole. A dramaturgia e a cena teatral (1711-1822). *Urdimento*, nº 8, Julho 2007. (no prelo)
- LIMA, Evelyn & OLIVEIRA, Nicole. Théâtre et Société dans la région du Minas. Un public mêtis pour les salles de spectacle. *Canadian Journal of History*, June 2007. (no prelo)
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1808 a 1818*. Trad. Milton da Silva Rodrigues, 2ª ed., São Paulo. Martins Ed., 1951.
- MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. Introdução, In: *Duas Comédias de Antônio José, o Judeu*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.
- MILIZIA, Francisco. *Trattato completo, formale e materiale del Teatro*. Venezia: stamperia di Pietro e Giambattista Pasquali, MDCCXCIV-1794.
- PRADO, Décio de Almeida. *História Concisa do Teatro Brasileiro*. São Paulo, EDUSP, 2003.
- REBELLO, Luiz Francisco. *História do Teatro Português*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1972, 2ª ed. (1ª edição em 1968). Coleção Saber.
- SABBATTINI, Nicola. *Pratica de fabricar scene e machine ne teatri*. Ravenna: Pietro de Paoli e Gio Battista Giovannelli. Stampatori Camerali, 1638.
- SAINT-HILAIRE Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*. Tome 2, Paris: Grimberg et Dorez Libraires, 1830, p. 56 (1ª. éd.).
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*, 3ª ed., 1978.
- SERLIO, Sebastiano. *Tutte l’opere da architettura et prospettiva*. Veneza, 1619. (Livros II e III).

SILVA Antônio José da. *Ao leitor desapaixonado*; in: *Obras Completas: Antônio José da Silva (O Judeu)*. Lisboa: Sá da Costa, 1957-58, p. 5.

_____. *Obras completas*. Lisboa: Sá da Costa, 1957-58.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SOUZA, J. Galante de. *O Teatro no Brasil. Tomo I*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960.

TAVARES, José Pereira, prefácio e notas; in: *Obras Completas de Antônio José da Silva (O Judeu)*, Lisboa: Sá da Costa, 1957-58.

Notas

1 Ao lado das peças encenadas nas Casas de Ópera, o cronista e estudioso carioca Luiz Edmundo cita as óperas de títeres ambulantes ou fixas, que existiram no Rio de Janeiro, no século XVIII, onde havia sempre uma abertura de rabeca e por vezes toadas líricas.

2 Discuti estas questões em LIMA, Evelyn & CARDOSO, Ricardo. *Arquitetura e Teatro: o edifício teatral de Andréa Palladio a Christian de Portzamparc. Relatório Técnico*. Unirio/CNPq, 2006

3 Os camarotes – compartimentos separados por meio de painéis intermediários – embora não fossem inéditos, passaram a ser utilizados sistematicamente. Quando projetados à maneira italiana, os camarotes apresentavam os painéis de separação oblíquos ao parapeito, de forma a promover bom campo de visão.

4 Na Europa do final do século XVIII, houve forte oposição à concepção do teatro de palco italiano, em especial contra os camarotes. A oposição começou por dois pontos distintos; um social, que surgiu em nome da igualdade dos frequentadores e, o outro estético, como um resgate da concepção do espaço dos teatros romanos que não tinham camarotes para as classes privilegiadas. Em seu *Trattato del Teatro*, de 1771, Francesco Milizia, principal teórico da guerra contra a ordem italiana, afirmava que as celas que se chamam “camarotes” eram inapropriadas para ver e ouvir, além de serem imorais.

5 Estes documentos foram consultados nos manuscritos sobre Portugal da Coleção Rondell da Bibliothèque des Arts du Spectacle, em Paris.

6 Os portugueses se entusiasma com a música e o canto italiano a partir da contratação de Domenico Scarlatti para dirigir a Capela Real. Entretanto, a música e as peças profanas de Metastásio, Goldoni e Alfieri foram muito apreciadas, em especial na Academia da Trindade, mas, em seguida, adaptando-se ao gosto popular, nos teatros Rua dos Condes e do Bairro Alto, que apresentava óperas compostas em português e representadas por bonecos. (Rabello, 1991, p. 70)

7 Edificadas com o propósito de que nelas fossem realizados os espetáculos, as chamadas Casas de Óperas ou Casas da Comédia foram criadas em meados do século XVIII, num período em que as colônias eram invadidas por novos pensamentos, surgindo homens notáveis nas letras, artes, política e religião, sendo a cultura incentivada como reprodução dos hábitos europeus. José Seixas Sobrinho comenta sobre esse período: “Era notória a distância que os tempos haviam tomado dos autos do teatro português colonizador. Avultavam no país os ambiciosos de instrução humanística, indo muito deles para a Universidade de Coimbra e outras academias da Europa”. Joaquim Manoel Macedo reforça: “As comunicações com o novo mundo também se tornaram mais fáceis; livros franceses penetravam no país e espalhavam por ele idéias novas, civilizadoras e livres” (apud Seixas Sobrinho, 1961)

8 Affonso Ávila lembra que, nas grandes festas públicas, a teatralidade envolvia toda a vida social do homem barroco. Em 1733, descrevendo as festas de inauguração da nova Matriz do Pilar de Ouro Preto, Simão Ferreira Machado se refere ao cenário construído ao ar livre como um “*Tablado de comédias se fez junto da nova Igreja, custoso na fábrica, no ornato e aparência de vários bastidores*”.

9 Todas as imagens aqui referidas encontram-se reproduzidas no final deste ensaio.

10 Consultei o processo, as plantas descartadas e as especificações da obra nos Arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 6ª CR, Caixa 218-897.

11 Citação de Voltaire retirada do *Embellissement de la ville*, 1750. In: *Rêves de capitale. Paris et ses plan d'embellissement* (brochura da Exposição sobre os planos urbanos para a cidade de Paris). Bibliothèque Nationale de France, 2003, p. 2.

12 Tive oportunidade de ler e analisar mais de uma centena de peças de autores portugueses ou italianos e franceses adaptados ao gosto português no setor de *Manuscripts du Fonds Portugais* (*Manuscripts Occidentaux da Bibliothèque Nationale de France*) em 2003.

13 Na Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto existe o recibo de entrega de quatro óperas entregues ao arrendatário Marcelino Jose de Mesquita pelo Coronel João Souza Lisboa: a *Ciganinha*, *Coriolano*, *Jogos Olímpicos* e *Alexandre na Índia*, em 25 de fevereiro de 1771.

14 Em que pesem às polêmicas dos memorialistas sobre a localização das Casas de Ópera nos setecentos, preferi acreditar na posição do historiador da arquitetura Moreira de Azevedo, que afirma já existir uma Casa de Ópera em 1747, pois nesta data já se mencionava a *Rua da Ópera*.

15 Foram investigadas na pesquisa sobre Antonio José as peças *Encantos de Medéia*, *Anfitrião ou Júpiter e Alcmena*, *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, *A Esopaida e Vida do Grande D.* *Quixote de la Mancha* e do *Gordo Sancho Pança*, (In: *Obras completas*. Lisboa: Sá da Costa, 1957-58), todas elas citadas como repertório nas Casas de Ópera no Brasil, por memorialistas ou viajantes.

16 Em seu artigo “Uma arribada francesa ao tempo de Bobadela (1748)”, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 280, 1968. Gilberto Ferrez divulga a carta deste marinheiro que tão bem descreveu a Casa de Ópera, que julgo ter sido a primeira da cidade do Rio de Janeiro.

17 A *Gazeta de Lisboa* de 8 de março de 1788 informa “*Sahiu a luz As Artes poema que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro recitou no dia dos anos de Sua Majestade Fidelíssima, declamado por Manuel da Silva Alvarenga da dita Sociedade. Vende-se “na loja da Gazeta e na loja da Viúva Bertrand à 40 reis”.*”

18 O interior do teatro lisboeta articula uma série de elementos funcionais e simbólicos, que em disposição e dimensões muito se assemelha ao teatro fluminense: um *atrium* de 16,37m por 8,72m, sobre o qual se situa o salão nobre comunicando-se com o terraço, e que serviria aos concertos sacros que não combinavam com o palco profano. A sala de espetáculos com 20,26m de altura e de 15,40m de largura, define uma elipse cujos eixos medem 23,60m e 16,60m. Cinco ordens de 12 camarotes dispõem-se a tribuna imperial. O palco mede 13,98m de largura e 23,90m de profundidade. Moreira de Azevedo afirma que no Real Teatro São João foram projetadas 4 ordens com quinze camarotes de cada lado da tribuna, com exceção da última, que tinha mais três camarotes sobre a tribuna real. Este autor descreve externamente o prédio do Real Teatro com 300 palmos de comprimento (66,00m), 130 palmos de largura (28,60m) e 99 ½ palmos de altura (21,89m), o que permite confrontar a volumetria dos dois teatros, bastante aproximadas, se considerarmos que as dimensões fornecidas por França são internas. (Lima, 2000, p.50)

19 O teatro foi muitas vezes palco de atos históricos, como em 1821, quando D. Pedro leu o decreto estendendo a todos os brasileiros a Constituição que estava sendo elaborada em Lisboa.

20 A tradução do *Demoofonte* de Metastásio atribuída ao poeta e dramaturgo Cláudio Manuel da Costa encontra-se no Arquivo Público Mineiro, ref. 13F792D, Caixa FS al.

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar alguns resultados da pesquisa *Arquitetura e dramaturgia*, (apoiada pela CAPES e CNPq), buscando demonstrar que o “vazio teatral” no Brasil do século XVIII e início do XIX - citado por renomados historiadores-, foi na realidade um período de intensas atividades teatrais e musicais assim como nas demais artes, conforme comprovado pelas inúmeras Casas de Ópera construídas, a exemplo da de Vila Rica, ainda na colônia, e do Real Teatro São João, após a chegada da Corte. Os edifícios analisados bem como o repertório que exibiram refletem os modelos iluministas portugueses implantados no Brasil, assim como a herança do gosto pelo teatro e pela ópera que seriam perpetuados ao longo do século XIX.

Palavras-chave: arquitetura; dramaturgia; Iluminismo; edifício teatral

Abstract

The proposal of this article is to present some results of the research *Architecture and Drama* (supported for the CAPES and CNPq), searching to demonstrate that the “theatrical emptiness” in Brazil in the 18th century and beginning of nineteenth - cited by famous historians, was in the reality a period of intense theater and musical activities as well as in the fine arts, as proven by the innumerable constructed Houses of Opera. The example of the Opera of Vila Rica, built in the colonial period, and of the Real Theater of São João, built after the arrival of the Court have been analyzed as well as the repertoire that had been shown and they reflect the implanted Portuguese models in Brazil, as well as the inheritance of the taste for the theater and the opera that would be perpetuated throughout the 19th century.

Keywords: architecture; drama; Enlightenment; playhouse

Mss. Amor de Perdição: um afecto antigo

*Maria Luísa Cabral**

1. Um pouco de história à laia de introdução

A Biblioteca Nacional de Portugal tem vindo, ao longo destes últimos dez anos, a afirmar-se como oficina de confiança em matéria de intervenções de conservação e restauro. Não há propriamente ninguém que possa ser destacado nesta evolução duma oficina virada para dentro, a servir unicamente a instituição mãe, para uma oficina reconhecida quer no país quer internacionalmente. A única coisa que podemos, e devemos sublinhar é que esse reconhecimento vem depois de muito trabalho dedicado, isento dum espírito de competição. O grande objectivo foi, e ainda é, desenvolver um trabalho regular, segundo os mais exigentes padrões internacionais, sempre atento à investigação em curso noutros centros com melhores e maiores recursos financeiros e humanos que a Biblioteca Nacional sempre convencidos que a dimensão e o afastamento dos grandes centros não nos deveria impedir de trabalhar com qualidade. Desde 1997 que a orientação tem sido esta e, por isso, aceitar encomendas como esta do Real Gabinete Português de Leitura nos deu enorme satisfação.

Com regularidade as Oficinas de Conservação e Restauro da Biblioteca Nacional de Portugal vão trabalhando para muitas outras instituições, públicas ou privadas. Regra geral, são abordadas por colegas ansiosos responsáveis por colecções com significado histórico onde sempre existem algumas peças de valor especial que urge salvar. Forais em pergaminho tornaram-se bastante comuns. Outorgados muitos por volta de 1500, aproximam-se do 5º centenário a requerer atenção especial! Mas também documentos em papel, avulso, em códice ou livro, a solicitarem intervenções totais com ou sem encadernação: pautas musicais, documentos testemunhando a antiguidade desta ou daquela vila, registos de encomendas fabris, documentos de carácter religioso. Evidentemente que a Biblioteca Nacional gera as suas próprias receitas desta forma mas, muito para além deste aspecto mercantilista, o que a Biblioteca Nacional tem vindo a conseguir é sensibilizar colegas, autarcas, gestores para

* Biblioteca Nacional de Portugal.

um trabalho rigoroso e de qualidade em matéria de conservação e restauro desfazendo a ideia de que estas intervenções podem ser feitas por qualquer um. De forma pouco habitual, o que a Biblioteca Nacional tem conseguido é estender a sua influência normativa a espaços e lugares onde os decretos teriam sentido dificuldades de implementação.

Em meados de 2004 começou a falar-se da hipótese do manuscrito do *Amor de Perdição* vir até Lisboa. Foi o Prof. Ivo de Castro (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) que nos procurou e indagou do nosso interesse em tal tarefa. Ao princípio pareceu-nos um pouco complicado assumir um compromisso sem ver o manuscrito embora nos inclinássemos para uma resposta positiva por parte da Biblioteca Nacional: o manuscrito é uma peça fundamental do romantismo literário português, uma peça de leitura obrigatória durante gerações no ensino secundário. A proposta de trabalho buliu imediatamente connosco: parecia uma proposta justa, uma espécie de compensação em troca da sua perda, uma oportunidade de contribuir com o melhor de nós próprios para um documento que apesar da cidadania brasileira adquirida continua a ser reconhecidamente português.

Qual seria o seu estado de conservação? Que tipo de papel estaria à nossa espera? E a tinta, teria ela afectado o papel? Seria ácida, solúvel? Que tipo de intervenção é que poderíamos fazer? Conseguir resposta a todas estas questões era muito importante por aquilo que elas envolviam de opções técnicas mas também porque tendo a intervenção um custo, qualquer orçamento podia falhar completamente e isso seria muito embaraçoso.

Em que consiste o trabalho, então? Qualquer trabalho de conservação e restauro começa pela *avaliação da peça em causa*. Neste caso concreto, esta avaliação e diagnóstico foram feitos de forma *sui generis* só admissível quando existe uma grande confiança entre as partes, no caso concreto entre o dono da obra – o Real Gabinete – e a organização que garantiria a intervenção, isto é, a Biblioteca Nacional na circunstância. De facto, todo o trabalho de avaliação e diagnóstico foi feito através das imagens captadas pelo Prof. Ivo Castro e transportadas até Lisboa num CD. Tivemos absolutamente que confiar nas imagens e na descrição que o Prof. Ivo Castro nos fez. Tínhamos a descrição física sobre as dimensões e o número de fólios, o aspecto geral. Com estes elementos foi feito um diagnóstico, sugerido um tratamento, feito o cálculo do tempo que esse tratamento demoraria e ainda o tipo de acondicionamento que se realizaria uma vez terminado o tratamento. Com estes dados na mão, comunicámos ao Real Gabinete o valor que a operação custaria e o tempo necessário para execução da mesma. Estamos então no final de 2004, princípios de 2005 e o

Real Gabinete comunica oficialmente à Biblioteca Nacional que aceita o diagnóstico, a proposta de tratamento e o orçamento, etapa imprescindível para se acordar e calendarizar a intervenção de conservação e restauro proposta. O manuscrito entrou na Biblioteca Nacional no final de Maio de 2005 com uma meta definida: deveria estar de volta ao Rio de Janeiro em Abril de 2006. Antes de seguir para S. Miguel de Seide, onde decorreria um encontro camiliano, o manuscrito é exposto na Biblioteca Nacional por três ou quatro dias. Uma pequena mostra bibliográfica com exemplar da primeira edição, edições ilustradas, edição facsimilada brasileira. Tratou-se de render homenagem ao filho pródigo e, parafraseando o Prof. Ivo Castro, *regressado para tratamento e para recolher mostras de apreço e saudade* como outrora acontecia com os emigrantes enriquecidos. O tratamento do manuscrito começou no Outono de 2005 e foi dado por concluído em Fevereiro seguinte; o manuscrito já na forma e no acondicionamento que exhibe, foi apenas mostrado ao Dr. Jorge Sampaio numa última visita à Biblioteca Nacional como Presidente da República no dia 1 de Março.

2. Informação de carácter técnico

O manuscrito em si:

Não tinha *encadernação*. Estava colocado numa pasta a imitar uma encadernação mas à qual os cadernos que constituem o manuscrito não estavam presos. Esta pasta não revela sinais de alguma vez ter sido presa aos cadernos. A pasta é em pele, com gravações a dourado, forrada com papel marmoreado. Obviamente o objectivo desta capa foi a de proteger o conjunto dos fólios.

O corpo do livro:

É constituído por 320 fólios e é mais um maço do que um livro já que os cadernos não estavam presos uns aos outros. Alguns bifólios centrais revelam vestígios de terem estado presos entre si mas sem nunca formarem verdadeiramente um bloco de texto.

Acondicionamento:

O manuscrito esteve guardado numa caixa de metal. A escolha não foi adequada e o papel do manuscrito acabou por ceder. Amareleceu, ficou mais frágil. A ter continuado na caixa de metal teria conhecido muito depressa os seus últimos dias. A tinta ácida utilizada por Camilo, a fraca qualidade do papel utilizado e o intenso manuseamento, foram elementos que não foram

positivos na conservação do manuscrito. Se juntarmos a estas características, as condições ambiente – certamente com elevados valores de temperatura e de humidade – o manuscrito foi progressivamente ficando mais fragilizado. Como sempre acontece, este tipo de deterioração e envelhecimento são mais visíveis nos primeiros e últimos fólios tendo chegado mesmo ao ponto de faltarem pedaços de papel. Apesar destas condições e características adversas, a leitura do manuscrito não ficou ameaçada uma vez que o autor optou por escrever apenas de um lado do papel.

O tratamento:

O tratamento efectuado teve como objectivo devolver ao documento a estabilidade físico-química do papel na perspectiva de estancar o processo de degradação do papel e de corrosão provocado pela acidez da tinta. Uma vez tratado o papel procedeu-se à reunião dos bifólios como os vestígios documentais indicavam que devia voltar a ficar apenas com uma pequena alteração no sítio de furar o papel para evitar rasgões futuros. Procurou ganhar-se em solidez para que o manuseamento não coloque em risco o manuscrito. Uma vez o manuscrito tratado, foi envolvido em papel de fabrico manual e amorosamente atado com um fitilho de seda rosa. A conservação do património faz-se também destes pormenores e não apenas de tecnologia ou rigores laboratoriais! No final, o manuscrito foi colocado numa caixa com características de conservação, feita ao tamanho e ao estilo da época, feita sobretudo a pensar que, de agora até à eternidade, o manuscrito deve repousar deitado. Na parte interior da caixa, colocámos uma pequeníssima nota dando indicações de como manusear o manuscrito.

3. Nós e o nosso património

O manuscrito do *Amor de Perdição* independentemente da sua localização geográfica, no dia de hoje como no futuro, é património português. Carrega com ele todo o afecto, toda a história, em que nos reconhecemos e enquadrámos. Este manuscrito não se perfila de uma maneira diferente doutro qualquer manuscrito; acontece, porém, que é do *Amor de Perdição* que falamos. Um manuscrito ou a peça original, aquela de que vamos cuidando de forma transitória e que legamos certos do seu valor quase mágico. Pouco importa que o manuscrito tenha sido transcrito e impresso. É o original que nos liga directamente a uma época que acabou, ligando-nos assim aos nossos antepassados. Este significado misterioso e sagrado faz da conservação e restauro

muito mais do que um mero exercício de destreza científica. Importa que cada técnico de conservação tenha uma percepção clara de que o seu trabalho não se confina à bancada; de que o impacto do seu trabalho é enorme porque, um gesto mal projectado, pode arruinar o elo que nos liga ao passado. Esta missão, esta responsabilidade é inculcada no espírito dos técnicos de conservação desde os seus primeiros passos num laboratório e importa que nunca mais seja esquecida. Os livros, as fotografias, as gravuras, os manuscritos não podem ser olhados e manuseados apenas como objectos físicos, tridimensionais. A conservação e restauro para alcançarem o respeito que lhes prestamos mantêm esta ligação preferencial à cultura e ao património recorrendo à ferramenta científica como um meio, não como um fim. Por isso não sentimos como exagero os gestos extremos que dedicamos ao manuscrito *Amor de Perdição*.

ESTUDOS VÁRIOS

Encontro das Áreas Culturais: o Desafio

Adriano Moreira*

1 – A inquietação em que vive a comunidade internacional, talvez já vítima de uma guerra em progresso, tendo como referência o teor do encontro das áreas culturais, filia-se num paradigma sem precedente histórico, que é o de todas elas falarem com voz própria na defesa dos seus interesses, das suas percepções, dos seus projectos de poder, das suas utopias.

Na experiência anterior dos povos ocidentais, as soberanias lidaram com a pluralidade cultural seguindo um trajecto que apontou para o resultado final da coincidência entre a Nação e o Estado, um desígnio nunca inteiramente realizado, com dramas sofridos pelas minorias, e com tardia afirmação global apenas nos XIV Pontos de Wilson no fim da guerra de 1914-1918.

Esta memória foi obscurecida pela circunstância de a Europa ter criado um verdadeiro Império Euromundista que, sobretudo entre a Conferência de Berlim de 1885 e o fim da Guerra de 1939-1945, levou a conceptualizar o *resto do mundo* como habitado por povos *bárbaros* ou *selvagens*, em relação aos quais a missão europeia se mostrava composta de variantes: os peninsulares assumiram a missão de evangelizar, os franceses a de disseminar as luzes, os ingleses invocaram o pesado encargo de levar a civilização aos povos que viam sob os céus distantes.

Ainda hoje o estatuto do Tribunal da Haia estabelece que lhe compete aplicar o direito dos povos civilizados. De facto era a voz dos colonizadores que se ouvia em nome desse *resto do mundo*, ficando em surdina a voz da China remetida para a impotência.

Este sistema euromundista, que teve uma espécie de desvicionismo com a independência dos EUA, não conseguiu eliminar uma competição interior pelo domínio do centro do sistema, competição que, por duas vezes na mesma geração, subiu aos extremos com as guerras chamadas mundiais pelos efeitos, mas exclusivamente europeias e ocidentais pelas causas primárias.

O desastre da guerra de 1939-1945 mais uma vez levou os ocidentais a imaginarem-se capazes de organizar um futuro mundial pacífico, apoiados na sua dura experiência e nos princípios da sua área cultural.

* Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Foi com esta visão do futuro, mas condicionados pelos conceitos estruturais do antigo sistema de poderes, que redigiram a Carta da ONU: os intervenientes fundadores eram apenas ocidentais, os seus valores e perspectivas eram ocidentais, de modo que a realidade veio surpreendê-los logo que o processo de descolonização foi fazendo crescer na Assembleia Geral, até serem maioria, os Estados nascidos no tal *resto do mundo* de que tinham retirado as legiões do poder colonial europeu.

O desencontro entre os conceitos sobreviventes à ruína da estrutura política que tinham organizado, e as leituras de inovação surpreendente que os novos Estados faziam dos textos escritos pelos ocidentais, não esteve apenas presente na paralisação do Conselho de Segurança, ou nas fracturas verificadas nos debates da Assembleia, também teve efeitos nas guerras marginais, designadamente na Indochina francesa, na versão americana do Vietname, na Argélia, nos treze anos de guerra no ultramar português, na guerra fria que por meio século, findo com a queda do Muro de Berlim em 1989, entregou a ordem mundial ao equilíbrio instável dos Pactos Militares.

2 – É necessário salientar que o modelo feliz das Organizações Especializadas, nas quais o veto não teve lugar, e os valores comuns da Humanidade puderam ser reverenciados, permitiu que se desenrolasse uma humanista linha valiosa, sustentada designadamente pela UNESCO, pela FAO, pela OMS, linha à qual devemos serviços inestimáveis, com as insuficiências que os Relatórios anuais do *PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento* lembram aos governos responsáveis e à consciência dos que escutam o clamor dos povos desamparados e o apelo aos valores de que falava Cícero.

Por outro lado, enquanto a linha do poder político ocidental, defrontada com a globalização, viu acentuar a *crise dos Estados soberanos* (Nye), com muitos deles a decair para a categoria de *exíguos*, e com a *solidão* a rodear a *superpotência* sobranceira, a *sociedade civil* desenvolveu tendências e estruturas transnacionais e transfronteiriças; a *opinião pública mundial*, sonhada por Willson na paz de 1918, despontou com resultado evidente na libertação de Timor; *autoridades novas*, para além do Estado, muitas vezes usando apenas aquilo que Vaclav Havel chamou *o poder dos sem poder*, afirmam-se nos domínios da ciência e da tecnologia, da espiritualidade, ou sobem aos extremos da *guerra assimétrica* como acontece com os agentes do terrorismo global.

O resultado é que grande parte da conceptuologia que presidiu à racionalização e orientou a eficácia da ordem internacional das soberanias até ao esgotamento do império euromundista, está desatualizada, as no-

vas propostas doutrinárias são frágeis, o tempo demorado que é exigido pela elaboração científica anda ultrapassado, em muitos sectores, pelo tempo acelerado das mudanças.

Abordando os critérios clássicos, Thomas Friedman sugeriu que a classificação básica dos Estados é agora entre – *shapers e adapters* (2000), tendo em vista a contribuição respectiva para as redes da sociedade da informação e do saber, ou a decadência para simples utilizadores marginais. O critério, que deixa em lugar cimeiro a superpotência sobranceira, obriga-o todavia a seriar, na mesma tabela, não apenas o Estado, mas também multinacionais e activistas, procurando, com diversidade, a guerra vitoriosa, o lucro, ou o respeito pelos direitos humanos: as *redes*, essa descoberta sistematizada por Castells (1997), parecem desenhar uma governança transestadual de nova invenção, ao mesmo tempo desafiando e cobrindo as omissões da velha invenção cultural que é o *Estado soberano*, a manter-se firme apenas nos modelos dos chamados *Estado-continente*, como são os EUA, a China, a União Indiana.

O laborioso Friedman conclui que “in a wired world without walls, the future belongs to the shapers and adapters – and they can be companies or consumers, superpowers or superempowered individuals”.

Os internacionalistas, desafiados pelo tempo acelerado da mudança, tentam conservar o modelo da ordem secular, considerando heréticos os ameaçadores *Rogue states*, como adiantou Chomsky (2003), uma qualificação em exercício para enfrentar o erro no Iraque e o plano atómico do Irão; outros desistem da racionalização teórica, e falam-nos da *anarquia* (Buzan, Jones, Little) sem esperança de organizar o caos.

Mais animosas, outras propostas consideram a racionalização a partir do reconhecimento de que *as forças transnacionais são dominantes* (Marcel Merle), que *a interdependência sistémica é inelutável* (Cooper, Morse, Bergstein), e que a *resistência soberanista* (Kenneth Woltz) se apoia no *mito da suficiência*.

O facto mais inquietante é que a Cimeira de Setembro de 2005, que reuniu 170 Chefes de Estado e de Governo para estabelecer os princípios-guia da reorganização da ordem mundial, não conseguiu resultados animadores.

Perante o desafio que é, na linguagem de Nye e O’Keahane, substituir o modelo do *state centric paradigm* por um modelo de *world paradigm*, define-se o diálogo a abranger uma pluralidade heterogénica de agentes: entre estes agentes, os que falam pelo pluralismo das áreas culturais, os que falam pelo regresso das sociedades multiculturais que desactualizam as sociedades nacionais, fazendo regressar os *mitos raciais* que a UNESCO combateu, vendo

aparecer os *mitos culturais*, provocando o aparecimento de *colónias interiores* de imigrantes, conflitos internos de alta intensidade como em França, e tensões que apontam para a subida aos extremos da guerra assimétrica.

3 – O Papa Paulo VI, que afirmou na Assembleia Geral da ONU que o novo nome da paz é o desenvolvimento, instituiu o Dia da Paz a celebrar no dia 1 de Janeiro de cada ano. E foi para o ano de 1978 que escreveu a sua última mensagem sobre o tema da Paz, usando as seguintes palavras: “A Paz, repetirei, não é um sonho ideal, nem uma atractiva mas estéril e inalcançável Utopia. É, e pode ser, uma realidade – uma realidade dinâmica que deve ser criada em cada patamar da civilização, como o pão de que vivemos, o fruto da terra e da divina Providência, mas também produto do trabalho humano. Igualmente a paz não é um estado de indiferença pública no qual, aqueles que a desfrutam, estão dispensados de qualquer cuidado e protegidos de qualquer perturbação permitindo-se uma estável e tranquila felicidade saboreando mais da inércia do hedonismo do que um vigilante e diligente esforço. A paz é um equilíbrio baseado no movimento e continuamente anima a energia do espírito e acção: é uma inteligente e vivida coragem”.

Este apelo à intervenção de cada homem foi acompanhado pela proclamação da UNESCO no sentido de que a *guerra começa no coração dos homens*, uma convergência evidentemente baseada na percepção da unidade do género humano a viver na casa comum que é a terra; e também iluminada pela experiência já adquirida de que a paz é indivisível num mundo unificado pela globalização das interdependências, um facto demonstrado por duas guerras chamadas mundiais, que se desenrolaram na mesma geração, e que foram exclusivamente ocidentais pelas causas e mundiais apenas pelos efeitos, hoje chamados colaterais, que atingiram todas as áreas culturais, todas as etnias, todos os lugares da terra.

A polemologia que dominava o pensamento orientador dos responsáveis pelas subidas aos extremos, tinha como elemento fulcral a afirmação de que o *uso da violência armada* era um direito exclusivo dos Estados soberanos, e seriava as causas dos conflitos com referência aos conceitos estratégicos de cada uma dessas unidades políticas, que no Ocidente, e depois da Batalha de Valmi (1792), segundo a notável observação de Goethe, combatiam em nome da Nação, e não em nome dos príncipes. Mas os povos que entraram armados na história da Revolução de 89, foram identificados por dois critérios de contornos diferenciados: o povo de Ficht, ao qual se dirigiu com os *Discursos à nação alemã* (1807) é a Volk Germânica, comunidade de espírito, de sangue

e de língua, mais do que a ideia do povo de cidadãos com que o romantismo exaltou as insurreições em nome da liberdade das nações. De 1815 a 1871 as nações organizaram-se em Estados, destacando-se, para o futuro da Europa, a Itália e a Alemanha.

Os factos não asseguraram que o povo de cada Estado europeu correspondesse ao conceito de nação, e a articulação da *nação de cidadãos* e da *nação cultural* apoiou a discriminação de minorias afastadas do acesso à área dos direitos políticos e do exercício do poder, levando à criação da categoria dos cidadãos passivos, um panorama que explodiu na segunda guerra mundial com os crimes contra a Humanidade, os crimes de guerra, e sobretudo o genocídio.

Esta realidade plural dentro do Estado tinha sido a regra durante os regimes monárquicos que conduziram o processo da demorada integração cultural, facto de que Portugal é um exemplo, porque aqui tivemos um regime de *Rei das Três Religiões*, e as Ordenações, quando foi publicado o Código Civil de Seabra (1867) ainda guardavam capítulos separados para os judeus, para os ciganos, e para os mouros de Castela. De qualquer modo, a *Nação* foi o objectivo ocidental, o patriotismo foi a virtude cultivada, as fronteiras salvaguardaram estas identidades num ambiente de inimigos íntimos que caracterizava a relação entre Estados com fronteiras comuns.

O tema das minorias esquecidas pela doutrina da igualdade da cidadania, voltou recentemente à superfície com a acelerada evolução da sociedade americana.

O famoso Samuel P. Huntington, que formulou a inquietante teoria do conflito das civilizações, dedicou-se a analisar a identidade americana num livro publicado em 2004, com o título – *Who are we?*, e no ambiente criado pelo brutal ataque de 11 de Setembro de 2001. Nota que, nessa ocasião, a manifestação do patriotismo foi geral, mas interroga-se sobre os vários conteúdos do conceito. Conclui que o núcleo duro do patriotismo americano foi o dos anglo-saxões protestantes, e que a assimilação das novas comunidades é dificultada pela facilidade da ligação às origens. Afirmar que “the twenty-first century is beginning as an age of religion. Western secular models of the state are being challenged and replaced”: no Irão a revolução fundamentalista esmagou a ocidentalização; a queda do soviétismo abriu caminho à reafirmação da religião ortodoxa como fundamental para “the establishment and development of Russia’s spirituality and culture”; na Turquia a herança de Atatürk é desafiada por um movimento islamizante; factos equivalentes desafiam a herança de Nehru na Índia, de Ben Gurion em Israel, de Nasser no Egipto,

para concluir que: “the increased salience of religion to the identity of nations and peoples also meant the increased association of religion with conflicts in many parts of the world”. Quando se recorda o vaticínio de André Malraux, segundo o qual o século XXI ou será religioso ou não será, estas advertências de Huntington parecem inquietas com o sentido do percurso.

De qualquer modo, o que retiramos desta análise da estrutura cultural da população da superpotência sobranceira, é que a falta de integração das minorias pode subir aos extremos de ameaça à estabilidade política e à vida pacífica da sociedade civil, agora com uma demonstração alarmante na sublevação que durante longos dias inquietou a França e alertou a Europa, num crescendo de que os EUA não tiveram experiência na época em que Luther King pregou o seu sonho.

Nesta análise, a presença dos factores religiosos exige uma atenção minuciosa. Um dos mais influentes escritores contemporâneos, Edward O. Wilson, num livro famoso intitulado *Consilience, The unity of Knowledge*, publicado em 1998, depois de sustentar a evolução para uma metaciência, convida-nos a pensar na negociação entre Mefistófeles e Fausto, nestes termos: “From Christopher Marlowe’s play to Goethe’s epic poem the bargain was essentially the same: earthly power and pleasure in exchange for your soul... Marlowe upheld Protestant piety, Goethe the ideal of humanism”.

A perversão do nosso tempo é que o terrorismo global aponta para um sistema que introduz valores religiosos no conceito estratégico que proclama, e oferece a salvação em troca da conquista do poder pela vitória armada.

Esta via exige uma convergência das grandes lideranças espirituais do mundo, falando à sociedade civil mundial, transfronteiriça e transnacional, para que os valores comuns sirvam de alicerce a uma intervenção solidária a favor da paz.

Foi uma das cruzadas de João Paulo II com a Nova Mensagem de Assis. Mas também a UNESCO, assumindo que a nossa época está a experimentar uma crise de valores, reuniu num livro de 2004, intitulado *The future of values, meditações fundamentais sobre – The future of values –, Globalization, New Technologies and Culture, – Towards New Social Contracts? – Science, Knowledge and Foresight*. Relembrando Paul Ricoeur, Henri Michaux, François Ost, Marcel Gauchet, entre outros, inclui nas conclusões esta sentença do mestre Max Weber: “the possible will not be achieved unless the impossible is attempted over and over again in the world”.

Talvez um dos desafios mais importante esteja na urgência do proposto *ethical contract* para uma sociedade global com desafios planetários,

incluindo aprender a respeitar a natureza, a valorizar as diversidades culturais, a assegurar os direitos humanos e a segurança, a implantar o valor da cidadania mundial.

Este último objectivo está intimamente relacionado com a evolução do modelo nacional como referência orientadora das comunidades políticas, para o multiculturalismo da Humanidade sem fronteiras.

A experiência tem demonstrado o predomínio de uma espécie de teologia de mercado, que descontrola as migrações das áreas da geografia da fome em direcção à cidade planetária do norte do mundo, onde as sociedades são afluentes, de consumo, a caminho de substituir o músculo pela máquina e a memória pelo computador, e a transferir o trabalho menos qualificado para imigrantes.

É natural, como adverte Eduardo Felipe P. Matias, em *A Humanidade e as suas fronteiras. Do Estado soberano à sociedade global* (2005) que as instâncias supraestaduais sejam indispensáveis como resposta, incluindo a reforma da ONU, mas parece evidente que as sociedades multiculturais se desenvolvem vítimas de alguns claros desvios: o mercado atraiu e acolheu essas migrações como se fossem seguramente de torna-viagem, em função das necessidades económicas; de facto vieram para ficar, e designadamente existe um recente *Islão europeu* com cerca de 18 milhões de pessoas; não houve uma *política de acolhimento*, para amparar os efeitos mais dramáticos da migração que é o corte com as origens, nem uma *política de integração* articuladora das diferentes culturas, nem uma *política de assimilação* em regra apenas eficaz na terceira geração: o efeito são *as colónias interiores*, a *exploração do trabalho*, a *discriminação*, o regresso dos *mitos raciais* com a versão semântica de *mitos culturais*; uma *angústia envolvente* que viabiliza as condutas desviantes, e o recrutamento de mártires pelos movimentos extremistas.

O apelo às autoridades espirituais, para que os valores da paz sejam respeitados, exercitados, e tidos na presidência dos encontros multiculturais, é um esforço não dispensável para que este facto sem precedente na história da Humanidade, que é o de todas as áreas culturais falarem com voz própria, seja um marco histórico na compreensão da unidade do género humano, e não uma causa da subida aos extremos da conflitualidade também sem precedentes.

4 – Fomos atempadamente advertidos de que o bater de asas de uma borboleta no Pacífico poderia originar um tufão no continente americano. Não houve advertência suficiente para antecipar que uma inspiração de modesto e

pouco advertido caricaturista, das margens do Atlântico, provocaria uma inaceitável tempestade ao longo do cinturão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, separa o Norte do Sul do mundo. O tema dos valores ocidentais, e da relevância que entre eles assume a liberdade de expressão, não suscita dúvidas ou cedências, mas também não dispensa o aprofundamento da temática das relações entre áreas culturais diferenciadas, que tanto preocupa a ONU, nem a observância de uma atitude de respeito mútuo assumida. Este é um pressuposto mais sólido e mais exigente do que a tolerância, entre entidades que deixaram de ser apenas fronteiriças para assumirem o desafio da criação de sociedades multiculturais, em busca sinuosa de integração funcional, da pacífica troca de padrões, da criação de um tecido conjuntivo de sociedade civil de confiança. O desatino da violência mobilizada ao longo do cordão muçulmano, e que manifestamente procura também arrastar o islamismo europeu, está certamente em contradição com os valores da paz acolhidos pelos livros santos de todas as religiões, mas não é novidade que os conceitos estratégicos de projectos políticos manipulem a doutrina para emocionar as massas a favor dos seus objectivos de poder. No caso presente, em que o tufão abala alicerces da nossa sociedade afluyente, viola a paz interna das nossas sociedades multiculturais, e coloca em suspenso as boas normas das relações internacionais, o esforço para conservar valores inalienáveis é exigível, a pregação do comediamento é urgente, a responsabilização das lideranças espirituais e culturais no sentido de evitar a subida aos extremos não pode ser dispensada. Mas também não é possível ignorar que as defesas ocidentais da sua concepção de vida, da integridade das suas estruturas, da sustentação da sua própria viabilidade, mostram fragilidades que se aprofundam à medida que a pós-industrialização avança, e que as entidades responsáveis pelo plano de batalha em curso tem o ocidente como inimigo, adoptam o terrorismo como método, usam as massas como instrumento, praticam o sacrifício dos inocentes para quebrar a confiança das sociedades civis. Neste plano, dando à questão da segurança e defesa a autonomia que exige, a menos acertada das atitudes está provavelmente no facto de os ocidentais não se assumirem como objecto indiviso desta agressão em progresso, não decidirem que a reinvenção da governança mundial exige uma sua atitude responsável e mobilizadora, que ultrapassem as diferenças internas que parecem menores em face da dimensão da crise, e que reconheçam que não pode ser adiado o diálogo e o entendimento com os poderes estaduais emergentes na moldura do globalismo. Não parece sustentável adiar o reconhecimento de que a China tem uma nova percepção da ordem mundial, e de que a sua responsabilidade na construção de um novo modelo será

indispensável; a cultura da Índia, que envolve o seu poder emergente, tem de ser um apoio no sentido de uma nova ordem ultrapassar as capacidades do terrorismo global, e da anarquia induzida; a Rússia, finalmente encaminhada para ser um Estado cooperante, é indispensável participante nessa definição. Parece de primeira evidência que o diálogo das culturas, centrado em valores comuns que incluam o respeito pelas diferenças, e a invulnerabilidade do núcleo central da identidade de cada área, não será estruturante se os poderes políticos em declínio não meditarem sobre a distância que vai das suas capacidades efectivas à sobrevivente imagem das suas hierarquias passadas. Urgindo reconhecer que é necessário ultrapassar o diálogo menor que divide os ocidentais a partir de memórias mal racionalizadas, para dinamizarem com unidade a convergência dos poderes emergentes a favor da paz. Os débeis resultados da cimeira de Setembro de 2005, na ONU, assentaram na conservada visão de um mundo que já não existe, que já não existia na data da organização do Conselho de Segurança, porque alguns dos Estados que receberam o privilégio do veto tinham perdido na guerra as capacidades com que organizaram os impérios. É nas áreas que essas soberanias chamaram – *o resto do mundo*, que estão os poderes emergentes. A reinvenção da governança mundial exige uma espécie de paz dos bravos.

Bibliografia

- ADLER, Alexander, *J'ai vu finir le monde ancien*, Grasset, Paris, 2002
- ARENDT, Hannah, *On violence*, Harvest Book, Londres, 1980
- ARNOVE, A. (dir.), *L'Irak Assiégé*, Paragon, Paris, 2003
- ARON, Raymond, *La République Imperiale*, Plon, Paris, 1973
- BRZEZINSKI, Z., *Le vrai choix. L'Amerique et le reste du monde*, Odile Jacob, Paris, 2004
- BOUCHARD, G., *Genèse des Nations et cultures du nouveau monde*, Le Boréal, Montréal, 2000
- BUZAN, Barry; Jones, Charles; Little, Richard, *The Logic of Anarchy*, Columbia University, 1993
- CHOMSKY, Noam, *Rogue States*, South End Press, Cambridge, 2003
- CHOMSKY, Noam, *Pirates and Emperors, Old and New*, Pluto Press, Londres, 2002
- FRIEDMAN, Thomas L., *The Lexus and the Olive Tree*, Anchor Books, New York, 2000
- HUNTINGTON, Samuel, *Le choc des civilisations*, Odile Jacob, Paris, 1997
- HUNTINGTON, Samuel, *The clash of civilisations*, Foreign Affairs, 1993
- HUNTINGTON, Samuel, *The lonely superpower*, Foreign Affairs, 1999

- MEDDEB, Abdelwahah, *A doença do Islão*, Relógio d'Água, Lisboa, 2002
- MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação*, I.S.C.S.P., 4.ª ed., Lisboa, 2004
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2002
- NAISBITT, John, *Megatrends Ásia*, Simon and Schuster, New York, 2000
- NYE JR., Joseph S., *The Paradox of American Power*, Oxford University, 2002
- REVEL, Jean-François, *L'obsession Anti-Américaine*, Plon, Paris, 2002
- SMITH, Adam, *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, The University of Chicago, 1952
- STEINBERG, Ted, *Acts of God: The Unnatural history of natural disaster in America*, C.W. Reserve University, Cleveland, 2002
- TAVARES RIBEIRO, Maria Manuela (coord.), *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003
- TAVARES RIBEIRO, Maria Manuela (coord.), *Europa em mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003
- TOCQUEVILLE, Alexis, *De la démocratie en amerique*, Gallimard, Paris, 1951
- TOFFLER, Alvin et Heidi, *Guerre et Contre-Guerre*, Pluriel, Paris, 1993
- TOYNBEE, Arnold, *Civilization on Trial*, New York, 1948
- WEBER, Max, *Le savant et la politique*, La Decouverte, Paris, 2003. UniverCidade. Rio de Janeiro – Setembro de 2007

Resumo

A inquietação em que vive a comunidade internacional filia-se a um paradigma sem precedente histórico, que é o de todas as áreas culturais defenderem seus interesses, percepções, projetos de poder e utopias. Noutras épocas a Europa criou um verdadeiro “império euromundial” que levou a conceptualizar o “resto do mundo” como habitado por povos “bárbaros” em relação aos quais a missão européia era superior: os povos peninsulares evangelizaram, os franceses disseminaram as luzes, os ingleses levaram a civilização. Este sistema euromundista desapareceu. Naquelas áreas que foram chamadas de “resto do mundo” estão os poderes emergentes. Hoje um dos desafios mais importantes é a proposta do “ethical contract” para uma sociedade global, que inclui a valorização das diversidades culturais.

Palavras-chave: diversidade cultural, euromundismo, poderes emergentes.

Abstract

The restlessness of today's international community is inserted in a paradigm with no historical precedent, characterized by the defense, by each and every cultural community, of their interests, perceptions, projects of power and utopias. In past times, Europe created a true "Eurocentric Empire", which led to the reconceptualization of the "rest of the world" as inhabited by "barbarians", to whom the European mission was superior. The Peninsular peoples evangelized; the French spread lights; the English introduced civilization. This Eurocentric system has vanished. In areas previously called "the rest of the world" lie emerging powers. Now one of the most important challenges is the proposition of an "ethical contract" for a global society, which includes the recognition of cultural diversity.

Keywords: cultural diversity, Eurocentrism, emerging powers.

“Muito d’Alma”... a amizade literária entre João do Rio e João de Barros, cartas de 1912 a 1921

*Claudia Poncioni**

A correspondência entre autores, situa-se numa espécie de terreno baldio, fronteiro entre a vida e a obra, no qual até mesmo as cartas mais triviais podem ser interpretadas como sintomas. Sintomas do seu processo criativo e do entrelaçamento entre vida e obra, sintomas de um intercâmbio iniciático, sintomas da própria condição do escritor numa sociedade dada.

Razão pela qual a publicação da correspondência entre autores (ou de autores) encontra-se atualmente num período fausto. No Brasil foi finalmente publicada a correspondência ativa e passiva entre Mário de Andrade e Drummond,¹ cujas cartas recebidas de Mário já tinham sido lançadas em volume no ano de 1982.² Foi também o caso da correspondência entre o autor de *Macunaíma* e Manuel Bandeira³ e de outros.

Em Portugal, o impacto representado pela publicação da correspondência inédita de Mário de Sá Carneiro a Fernando Pessoa, em 1980,⁴ foi definitiva para a afirmação do gênero epistolar. Mais perto de nós, um dos livros mais importantes publicados em Portugal em 2005-2006, foi a coletânea das cartas enviadas por António Lobo Antunes, durante seu serviço militar em Angola, àquela que era então sua jovem esposa.⁵ O centenário do nascimento de Agostinho da Silva em comemorado neste ano de 2007, propiciou a recente publicação de parte de sua correspondência.⁶

A leitura dessas missivas permite que o leitor descubra num autor consagrado, um homem com toda sua dimensão humana, penetrando na sua esfera do “pessoal”. O preço a pagar é o desconforto que não deixa de provocar uma leitura que desrespeita o princípio básico da inviolabilidade da correspondência. Sentir-se um “voyeur” provoca paradoxalmente um tipo de emoção rara, esta leitura permite que se instaure numa relação a dois, um terceiro parceiro: o leitor.

* Claudia Poncioni é *Maître de Conférences* na Université de Paris X- Nanterre, autora de uma tese de doutorado na Sorbonne sobre as crônicas políticas de Drummond no *Correio da Manhã*. Sua pesquisa atual orienta-se para o estudo da literatura pessoal de expressão lusófona do século XX.

Quando aspectos até então obscuros ou pouco conhecidos de um autor, de sua obra, de seu relacionamento com seus congêneres, podem ser assim desvendados, o preço a pagar quase sempre vale a pena.

Deste modo, a curiosidade pode, com dizem os franceses, ser *un vilain défaut* mas sem ela pouco ou nada de novo se descobre. Foi assim que, buscando novos elementos sobre a revista *Atlântida*, projeto luso brasileiro de João de Barros e de João do Rio,⁷ encontrei na divisão de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, as cartas que Paulo Barreto-João do Rio, enviou ao seu amigo lusitano.

Com efeito, no “Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea” desta Biblioteca, foi depositado em setembro de 1985, por Henrique de Barros,⁸ o espólio literário⁹ de seu pai, João de Barros. Dentre o conjunto de cartas literárias recebidas pelo poeta e homem político português encontram-se 63 cartas de João do Rio.¹⁰ Enviadas entre 1912 e 1921, apenas três foram publicadas até hoje.¹¹ Constituem documentos interessantes fornecendo não apenas novos elementos sobre o projeto *Atlântida*,¹² como também informações preciosas sobre a vida literária brasileira e portuguesa, como também sobre as relações entre escritores e intelectuais dos dois lados do Atlântico, durante os primeiros vinte anos do século passado.

Este conjunto de cartas é ainda mais precioso se levamos em conta o fato de que a correspondência de João do Rio, assim como seus rascunhos e inéditos, são dados como destruídos.¹³

Os envelopes e folhas azuis, brancos, verdes, pardos, cobertos pela escritura miúda e nervosa de João do Rio, amarelados pelo tempo, têm contido ainda outro interesse. São o testemunho de uma verdadeira afinidade eletiva. Das cartas transparece uma grande cumplicidade, literária e pessoal entre o João português e o João brasileiro. Todos os principais momentos da carreira política, literária mas também da vida pessoal do português interessam ao brasileiro, que com ele compartilha sucessos e decepções, consagrações e deslucos.

As cartas são igualmente uma mina de informações sobre a condição daqueles que procuravam viver da sua pena, no Brasil do início do século 20 e também sobre as relações literárias entre Portugal e Brasil naquele período. Época de grandes desavenças entre brasileiros e portugueses, período marcado, no mundo ocidental pela recrudescência dos nacionalismos que levaram à Primeira Guerra mundial e levariam à Segunda.

João de Barros¹⁴ foi um paradigma do *honnête-homme* de finais do século 19 e inícios do século passado. Nascido numa família da aristocracia portuguesa, em Figueira da Foz no ano de 1881, faleceu em Lisboa em 1960. For-

mado em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta, pedagogo, publicista, foi um intelectual engajado, essa figura que surgiu na vida pública a partir da intervenção de Émile Zola no famoso *affaire* Dreyfus. Portanto o verdadeiro intelectual deveria doravante, para fazer jus a este título, agir em diversas frentes, ser poeta, escritor e também político. Por outro lado, a verdadeira consagração de qualquer político não podia deixar de passar pelas letras. Assim, republicano e militante da laicidade, membro da Maçonaria desde a juventude, o poeta João de Barros ingressou cedo na vida pública portuguesa.

Inicialmente Secretário geral do Ministério da Instrução em 1914, foi Diretor geral do ensino primário em 1915, Diretor geral do ensino secundário em 1919 e finalmente Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, entre 1924 e 1925. O fim da Primeira República e o regime instaurado em 28 de maio de 1926, afastaram-no da vida pública. Consagrou-se então ao magistério. Produzindo daí em diante principalmente adaptações de obras literárias para a juventude.

Tinha sido eleito sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, em 1917 e dedicou anos de sua vida à ação em prol de uma aproximação entre Portugal e o Brasil, num momento em que, se para a Primeira República portuguesa esta aliança era estrategicamente fundamental dentro da geopolítica europeia da época; no Brasil entrava em conflito com a ideologia dominante das elites da República Velha.

Além de ativo político, João de Barros foi um intelectual de primeira plana, legando às letras portuguesas uma obra literária extensa e multifacética. *Algas*, o primeiro livro, marcado pelo parnasianismo, foi publicado quando tinha apenas dezoito anos. Seguiram-se muitos outros, dentre os quais *Poema dos Sonhos*, *Anteu*, *Oração à Pátria*, *O ritmo de exaltação*, *D. João*, *Sísifo*, *Títulos de Vida Vitoriosa*, *Humilde Plenitude*. Em sua obra de pedagogo figuram entre outros títulos: *A República e a Escola* e *Educação Republicana*. Naquela em prol da aproximação entre o Brasil e Portugal constam : *A Energia Brasileira*; *A Caminho da Atlântida*; *Sentido do Atlântico*; *Portugal, Terra do Atlântico*; *A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz*; *Portugal, Terra do Atlântico*; *Euclides da Cunha e Olavo Bilac*; *Palavras ao Brasil*; *Alma do Brasil*; *Heróis Portugueses no Brasil*; *Presença do Brasil*, além da obra póstuma: *Adeus ao Brasil*.

Quando em 1909 conhece em Lisboa o brasileiro Paulo Barreto, este já era um jornalista, cronista e teatrólogo consagrado e João do Rio, seu pseudônimo mais conhecido. O carioca João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, nasceu como João de Barros em 1881, mas teve uma vida muito mais curta, falecendo em 1921, no Rio de Janeiro. Notabilizou-se como o introdutor

na imprensa brasileira da reportagem e da crônica social nos moldes que hoje conhecemos. Saiu das salas de redação para descrever aos leitores da capital, uma cidade em plena transformação, que desconheciam. O *Flâneur* era, desde o final do século 19, aquele que conhecia a arte de apreender as transformações urbanas com uma nova sensibilidade, um novo olhar, estabelecendo uma nova relação entre o indivíduo e seu espaço material, frente à cidade industrial nascente. João do Rio soube tornar-se o “dandy flâneur” que materializou em sua obra literária dois aspectos aparentemente contraditórios, mas tão atuais e verdadeiros, a decadência e a modernidade do Rio de Janeiro.

Paulo Barreto, mulato e de origem humilde, foi um dos mais populares autores de seu tempo. Autodidata, formou-se na velha escola das redações dos jornais cariocas. Durante vinte anos foi o cronista atento e divertido tanto dos *bas-fonds* e como dos salões da Primeira República, com seus artigos e folhetins alegres e ferinos. Iniciou sua carreira de jornalista nas páginas de *A Cidade do Rio*, passando em seguida para *A Tribuna*, *O Paiz*, *O Dia*, *O Correio Mercantil*, *A Gazeta de Notícias*, criou dois jornais o *Rio Jornal* (1918) e *A Pátria* (1920). Com João de Barros lançou a revista luso-brasileira *Atlântida* (1915). Colaborou também em outros periódicos do Rio de Janeiro, São Paulo e Portugal. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (1917). Eleito aos 29 anos para a Academia Brasileira de Letras, dentre suas obras mais conhecidas estão: *As religiões do Rio*; *O momento literário*; *A alma encantadora das ruas*; *Cinematographo: crônicas cariocas*; *Fados, canções e danças de Portugal*; *A profissão de Jacques Pedreira*; *Pall-Mall Rio: o inverno carioca de 1916*; *A correspondência de um estação de cura*,... E as peças de teatro: *Chic-chic*, *A bela madame Vargas* e *Eva*.

Sabe-se que toda carta pessoal é como uma “conversa com um ausente”, contudo o ato de escrever é provocado principalmente pela falta que sentimos de alguém. Assim a carta, não é apenas uma forma de conversa com um ausente, é antes de mais nada conversa consigo mesmo. Antes de ser diálogo, é solilóquio. Deste modo, se o diálogo instaurado pela noção de intercâmbio - que a troca de cartas cria, ficou para sempre perdido, como parece ser o caso, já que não sabemos que fim levaram as que João de Barros escreveu - o solilóquio presente nas cartas de João do Rio, é eloqüente.

Além de fornecerem elementos que permitindo situar as circunstâncias em que formam escritas, informam sobre a realidade que as circundava, as cartas refletem imagens, principalmente aquela que João do Rio quer dar de si mesmo a si mesmo. Destarte, apesar de não serem cartas íntimas, são de certo modo, um espelho de sentimentos.

Apesar de um registro que denota intimidade e cumplicidade, estas cartas comportam geralmente as cinco clássicas partes do gênero epistolar: *salutatio*, *benevolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* *conclusio*. Contudo, várias dessas missivas, das quais provém os excertos que se seguem, organizam-se muito mais em função de sua finalidade pragmática do que da obediência às normas clássicas do gênero.

No entanto, já na saudação, transparece a amizade através do tratamento afetuosos: *Meu caro João*,¹⁵ *Querido João*,¹⁶ *Meu querido João*.¹⁷ Presente também nas fórmulas de despedida que concluem as cartas, das quais são exemplos: *Do coração, Paulo*;¹⁸ *Abraço trepidoso teu do coração, Paulo*;¹⁹ *Do muito d'alma, Paulo*;²⁰ *Do velho d'alma, Paulo*;²¹ *Com o coração, Paulo*;²² *Velho Paulo*.²³

Nas cartas relativas ao projeto *Atlântida*, os pedidos são de ordem mais material e até mesmo monetária. Em outras, a solicitação (*petitio*) refere-se a uma colaboração intelectual:

Agora, um grande favor: o que tiveres aí de impressos sobre canções populares mesmo com música (a canção do norte, muitos fados, muitos caminhos verdes [sic]) – o que tiveres de mais nesse gênero, envia-me imediatamente. Preciso urgentemente.²⁴

Mesmo não sendo datada, o leitor atento constata que a carta foi escrita num papel do *Grand Hotel* de Paris. Intui-se portanto que João de Barros muito provavelmente forneceu a João do Rio elementos informativos que o ajudaram a honrar uma encomenda feita pela Garnier²⁵ que resultaria na obra: *Fados, canções e danças de Portugal*.²⁶

No início do século vinte, e ainda por muitos anos, os livros portugueses e os brasileiros, compartilhavam os mesmos leitores. Publicar nas páginas dos jornais, crônicas, artigos, folhetins fazia com que um autor se mantivesse vivo na memória dos leitores. É por isso que termo “comércio epistolar”, comum nas obras teóricas sobre o gênero, adquire nas cartas a João de Barros um sentido muito mais abrangente do que apenas o da troca de missivas. Trata-se também do intercâmbio de apoios, sem que esta denominação tenha qualquer sentido pejorativo. Os dois amigos souberam sempre ser úteis um ao outro sem que no entanto houvesse “utilização”.

Destarte, a *benevolentiae captatio*, incluindo fórmulas cuja finalidade é captar a benevolência do destinatário são frequentes:

Publiquei as tuas fitas do Século²⁷ e do Mundo.²⁸ Estás de 1.a ordem, o inteligentíssimo e queridíssimo João. Quando vieres agora ao Rio, vens para levar alguns contos de reis fortes. Só deixaste aqui amigos e admiradores e discípulos. Sim, discípulos, os meninos agora são todos dionisíacos, cantando a alegria, a força, e outras coisas esplêndidas que estão no Anteu.²⁹

Os dois Joões eram agentes eficientes um do outro, organizando conferências, homenagens, contactos, em Portugal e no Brasil. Era preciso, contudo financiar as viagens e as estadias. Numa época em que a imensa maioria dos homens políticos tinham veleidades literárias, as finanças públicas arcavam com as despesas:

A tua presença seria muito bem. O reclamo é permanente. Como te mandei dizer o Oscar³⁰ está pela subvenção das conferências em São Paulo. Não falhará mesmo que eu tenha que ir ao Velho Conselheiro,³¹ que é meu amigo. Aqui haverá uns dinheiros mesmo. Quanto às passagens, isso arranjo eu com o Sylvio Romero filho,³² e o Dantas³³ para te mandarem dar lá umas cem libras. Demoras dois meses apenas. Garanto-te que a coisa vai bem. Telegrafo. Está logo preparado.

Personagem polémica, grande provocador e fustigador implacável, João do Rio o máximo proveito do poder da imprensa e disso tinha consciência.³⁴

Sou um inimigo, talvez inconveniente, para quem tem interesses no Rio. O (ilegível) desde que não foi ao meu jantar aí, sendo correspondente da Gazeta,³⁵ nunca mais teve peça que pegasse no Rio, e não terá. Além do prejuízo de algumas centenas de mil-réis com o corte que a Gazeta lhe deu. Os autores são uns cabotinotes. Tenho-os na mão para apertá-los até se desfazerem em farinha.³⁶

A contrapartida de tal exercício de poder era campanhas sanguinárias na imprensa contra o autor de *A alma encantadora das ruas*. Nessas, sua dupla condição de mulato e homossexual era usada sem quaisquer escrúpulos:

O nacional Paulo Barreto, pardo, que alegara ser jornalista, foi colhido em flagrante, num terreno baldio, quando entregue à prática de atos imorais, tendo como parceiro um soldado de Polícia.³⁷

João do Rio sofreu com esse tipo de ataques e preconceitos, sendo uma das maiores vítimas da violência da imprensa da época, que o chamava de “Joaninha do Rossio”.³⁸ Ou ainda, quando a mesma dupla condição impediu seus projetos de carreira diplomática. Algumas cartas demonstram a sensibilidade, a solidariedade e a simpatia de João de Barros:

Muito obrigado pela tua carta. Viste que eu estava triste e mostraste uma emoção que me enterneceu. Somos mesmo muito amigos. Eu sinto que te quero bem profundamente. Daí o bem da tua carta. É verdade a minha miséria sentimental. Eu que sempre soube defender-me, entregara-me a uma espécie de solidariedade – em que fui aliás o único solidário. O primeiro momento foi o desastre. Depois verifiquei uma tão grande miséria moral – que estou no período da cicatrização, isto é, do nojo.³⁹

Na Primeira República, tanto na Portuguesa como na Brasileira, política e literatura andavam juntas. Se as ambições políticas de João do Rio eram limitadas por sua própria condição,⁴⁰ João de Barros teve, como vimos, uma intensa atuação na vida pública portuguesa, com alguns percalços que seu amigo brasileiro seguia de longe:

Soube aqui no banquete do Lage⁴¹ (...) que ias para Viseu. Dissemos ao Nilo Peçanha⁴² e a mim o infável Bernardino.⁴³ Será possível? Essa república será capaz de fazer tal coisa ao Maior dos seus poetas novos? Que pena não teres nascido no Brasil. Garanto-te que não ias para o interior...⁴⁴

As manifestações de confiança e cumplicidade entre os dois amigos patenteiam-se igualmente em relação a uma das principais atividades culturais compartilhadas por portugueses e brasileiros da época: o teatro. Companhias portuguesas atravessavam o Atlântico e o teatro brasileiro era, ainda nos inícios do século XX, luso-brasileiro. No outro sentido, a recíproca era menos verdadeira, mas alguns autores brasileiros conseguiam ver encenadas suas obras em Lisboa, como João do Rio.

Sua mais famosa peça de teatro, *A Bela Madame Vargas*, teve muito sucesso nos palcos do Rio de Janeiro, sendo estreada no dia 22 de outubro de 1912, pela Companhia Nacional, recém criada. O carioca compartilha o êxito com seu amigo português: *A crítica foi unânime. Imagina, o Correio da Manhã*

*me chamou de gênio! Cheguei a pensar que era pilhéria. Nós só seremos gênios depois de mortos.*⁴⁵

O reflexo de vê-la encenada na ribalta lisboeta é imediato: ... *Mando-te uma cópia da peça para o República*⁴⁶ *e escrevo ao mesmo tempo ao Augusto*⁴⁷ *e ao Visconde.*⁴⁸ *Acho que eles podem montar a peça. É universal e com três cenas de levantar a platéia.*⁴⁹

A correspondência, contudo dá parte das dificuldades que era preciso vencer:

...Sempre pensei que a minha peça, chegando em Novembro chegaria a tempo para a temporada presente. E dessa teria dito que faço questão. O velho Braga,⁵⁰ com uns ares de Antoine⁵¹ reformado passou-me uma epístola amável dizendo-me as evasivas habituais antes de ler a peça!

Dentre as dificuldades surgem, como muitas vezes em Portugal, aquelas inerentes aos particularismos da língua portuguesa do Brasil.

A respeito da Vargas, escreve-me o Manoel⁵² achando necessárias modificações de expressões para o Normal.⁵³ E cita por exemplo:

– Ainda o dizes!

Será tão ridículo isso? Acho porém que modificar para o estilo do Chiado uma vibração reflexiva da nossa sociedade - é tirar-lhe a cor. Imaginaria o Manoel a Severa⁵⁴ com o estilo mudado para ao calão da rua de São Jorge aqui? Compreenderia o Manoel uma peça do (ilegível) emendada pelo Veríssimo para ser compreendida na rua do Ouvidor?

Nessas coisas temos muito mais corrente que vocês. Ainda há dias a platéia brasileira ouviu uma peça do Batista Coelho⁵⁵ no estilo vos-sência do Chiado e das avenidas Post-Liberdade. E até a truçage do Foca passou.

O debate sobre a língua portuguesa não terminara com a assinatura do acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil em 1911. Os escritores brasileiros aceitavam cada vez menos a tutela dos portugueses. Isto se tornou evidente poucos anos mais tarde, com o movimento modernista e a afirmação por Mário de Andrade, da “independência” da língua “brasileira”.

Se os protestos de João do Rio tiveram consequências, não se sabe. O fato é que a peça foi estreada em Lisboa no teatro do Ginásio no dia 2 de Fevereiro de 1913 e alcançou um sucesso extraordinário:

A peça (interpretada por Zulmira Ramos, Pato Moniz, Alves da Cunha, Antônio Palma e Adélia Ferreira) foi um sucesso. No dia seguinte ao desembarque, foi ovacionado pelo público, no qual estava o próprio presidente de Portugal, Manoel d'Ariaga.⁵⁶

Embora João do Rio faça do diálogo epistolar, concebido como uma “conversa à distância” o sinal de uma relação eletiva – já que falar, conversar naturalmente e sem esforço, é um horizonte ideal do intercâmbio epistolar – e procure marcar, alimentar uma relação privilegiada com João de Barros; as cartas referem-se a outros episódios menos gloriosos, como a lenta agonia da revista *Atlântida*.

As dificuldades encontradas pelos dois editores são inúmeras: conseguir financiamento, distribuição e até mesmo colaboração de escritores, principalmente brasileiros. Tantas dificuldades provocam rugas passageiras, que transpiram numa resposta a João de Barros:

Numa das tuas cartas, pareces menos justo comigo, a propósito da revista. E creio mesmo que pensas a sério na minha despreocupação – porque vários cavalheiro d’aqui e de São Paulo a quem tenho ido pedir trabalho dizem-me já ter recebido carta tua no mesmo sentido. Ora, é nervoso teu.

Não podes duvidar do meu carinho por ti. Cito-te em todos os jornais, em todas as conferências, em todos os lugares, a todos os amigos. Tenho a preocupação permanente do meu querido João. Não é mais amizade; é um escandaloso amor. E pelos jornais deves ter a prova- se os lês.

(...) estou preocupado a pensar que estejas aborrecido, julgando-me capaz de me não interessar por uma coisa que te interessa. É a complicação da vida, apenas insuperável, às vezes.⁵⁷

Desde sempre a distância foi ao mesmo tempo a fonte e a maldição do diálogo epistolar. Ao mesmo tempo a existe correspondência existe porque existe a distância. Esta, além de ser espacial, é temporal. Deste modo, qualquer malentendido, muitas vezes facilmente elucidado por pessoas próximas fisicamente, transforma-se em desavença, o que João do Rio, tenta evidentemente evitar. Por outro lado, o tempo que levava uma carta para atravessar o Atlântico, aumentava a angústia de que destinatário pudesse compreender o conteúdo da missiva num sentido diferente daquele esperado pelo destinador. É isso o que denota a grandiloquência e explica o excesso de manifestações de carinho e de amizade.

A esta carta seguem-se outras de teor próximo e apesar dos esforços e tentativas dos editores, a revista termina por desaparecer em março de 1920. Contudo a correspondência entre os dois Joões prossegue até praticamente as vésperas do desaparecimento precoce de João do Rio, em junho de 1921.

As últimas cartas perderam o tom despreocupado e ligeiro das primeiras. O lançamento do jornal “A Pátria” em setembro de 1921,⁵⁸ com uma linha editorial claramente pró-lusitana, num período de plena ascensão xenófoba e principalmente lusófoba, acirrou sobremaneira as críticas agressivas e reles na imprensa. Paulo Barreto era acusado de ser venal, de estar a serviço dos interesses do grande capital português. Ora, as cartas enviadas a João de Barros neste período, esvaziavam estas acusações.⁵⁹

Anos depois de sua morte, seu desafeto Antônio Torres, escritor mineiro, ainda se referia a ele nestes termos:

Paulo Barreto, saindo da Gazeta, andou mourejando pelo Paiz, até que resolveu fundar um jornal seu. Como? Explorando a colônia portuguesa. Adulando os lusitanos em artigos sucessivos. Rojando-se aos pés de tudo o que era mercador português. Lambendo todo tamanco que topava. Daqui e dali, serve de capacho à direita, serve de outras coisas à esquerda, sempre obteve alguns capitais e lançou o seu jornaleco. Uma vergonha. Que ignomínia! [...] Ao mesmo tempo, ataques ao governo brasileiro, coisa que sempre agrada à portuguesa, porque a colônia portuguesa no Brasil é um elemento anárquico, é inimigo nato, permanente, de todo e qualquer governo nacional.⁶⁰ [...]

Os termos das ofensas contidas na acima permitem compreender como, na opinião de diversos estudiosos, as pressões sofridas com o lançamento de *A Pátria*, acirraram os problemas de saúde de que sofria João do Rio.

Nas últimas cartas endereçadas a João de Barros, a imagem que João do Rio envia é contraditória. Euforia pelo sucesso do jornal e lassidão pelo cotidiano de obstáculos que é preciso superar, desespero pela falta de apoio financeiro dos “comendadores”:

Como deves ter visto – arrebento de trabalho. Adeus arte! Servo da gleba, jornalista, arte de jornal é que tem que ser. A Pátria é o maior êxito jornalístico do Brasil em todos os tempos. Circulação formidável (maior que a do Correio da Manhã)... Mas esse colossal esforço patriótico traz-me a ruína e a agonia. Com o papel a 100 mil réis a

bobina, podes imaginar o prejuízo diário que a grande tiragem me dá. Não durmo com a preocupação de arranjar dinheiro. Já hipotequei as casas, ando a pedir.

Apesar do êxito retumbante, é o êxito catastrófico porque os viscondes da colônia, o Banco da Financial, e outros não só não me dão, mas nem letras me aceitam.⁶¹

Dois meses depois, a situação não apresenta sinais de melhoria, as questões financeiras são agravadas pela pressão dos nacionalistas xenófobos da “Ação Social Nacionalista”, cujo presidente de honra era o conde Afonso Celso, mas que tinha como principal líder Alcebiades Delamare Nogueira da Gama, dono do semanário *Gil Blás*.⁶² A carta que se segue testemunha a incompreensão e o desconhecimento dos políticos portugueses em relação aos jacobinos. Depreende-se dela o fato de que Portugal buscava, na altura, pôr “panos quentes” para acalmar a situação. O que não deixava de exasperar Paulo Barreto mas também João de Barros:

[...] Vejo nas tuas cartas aflição pelo aspecto que toma o caso Brasil-Portugal. Mas, João, quando o Eptácio⁶³ manda construir uma casa para a “Ação Nacionalista”, eu acho que aí fazem bem em desesperar. Apenas- não desesperam como convinha.

Você sabe o que fizeram?

Deram o oficialato de Cristo ao único deputado jacobino⁶⁴ da Câmara – o que apresentou a indicação para considerar a “Ação” como órgão de utilidade pública. Quando a comendas, os jacobinos têm-se regalado. Espero a do Delamare.

[...] O meu jornal é um retumbante êxito. Jamais se viu coisa igual no Brasil quanto à tiragem. Mas a agonia de dinheiro é fantástica [...] . Os comendadores dizem que o governo poderia vir a saber. E outro dia um colchoeiro não quis dar o anúncio – porque podia comprometer-se.

[...]

Esta carta é desalinhada. Estou fatigadíssimo. Manda dizer se tens recebido os meus telegramas. Recordo-me de que a 8 de abril faz um ano que tive a felicidade de te ter cá.

Que pena não termos dinheiro para vivermos juntos a passear! Realizaríamos os dois uma estupenda obra de Beleza e Fé.

Beija o Paulinho.⁶⁵

[...]

Velho Paulo.⁶⁶

Um pouco mais de dois meses depois, João do Rio falecia em pleno Catete, dentro do táxi que o levava do Centro a Ipanema, onde morava. O tom desta última missiva mostra como a correspondência é, além de um documento de uma época, da relação entre dois seres, no nosso caso de dois escritores talentosos, um gênero profundamente marcado pelo temporal.

Além de fixar qual era a condição do escritor no início do século 20 tanto no Brasil como em Portugal, de determinar as relações entre vida e obra, e as mútuas influências a diferentes níveis das quais a correspondência de escritores é um sintoma, as cartas de João do Rio a João de Barros, são fragmentos de duas vidas. Retrato da relação intensa e fugaz de dois jovens idealistas. Ao fio do tempo ilusões e sonhos vão se atenuando. Poucos anos depois do desaparecimento de João do Rio e por muitas décadas, Paulo Barreto cairia no esquecimento. Quanto a João de Barros, a subida do General Carmona ao poder e sua sucessão por Salazar, mergulharam o poeta sonhador e idealista no limbo de uma existência de meias-tintas.

Resta que ler esta correspondência é uma rica experiência humana, além de conhecer novos aspectos das relações culturais entre o Brasil e Portugal no início do século 20, conhecemos as condições que era preciso enfrentar para exercer o ofício de jornalista e de escritor. Porém o que sobressai antes de mais nada é o caráter temporal do gênero epistolar. Hoje porém, tantos anos depois de que ambos se tenham ido para sempre, o eco do diálogo entre João de Barros e João do Rio, suas cartas, continuam a ser um belo testemunho de uma amizade luso-brasileira.

Notas

1 *Carlos e Mário, correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*, org. e notas de Silviano Santiago, Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi, 2002.

2 *A Lição do Amigo, Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1982.

3 *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Org. Marcos Antônio de Moraes, São Paulo, EDUSP, 2000.

4 *Correspondência inédita de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa*, org. Arnaldo Saraiva, Ed. CEP, Porto, 1980

5 *António Lobo Antunes, D este viver aqui neste papel descripto-cartas da guerra*, Lisboa, Dom Quixote, 2005.

6 *Viva a República! Viva o Rei! Cartas inéditas de Agostinho da Silva*, Lisboa, Zéfiro, 2006.

7 Claudia Poncioni, «La revue Atlântida, une utopie littéraire et culturelle luso-brésilienne dans la correspondance de João do Rio à João de Barros», in: Claudia Poncioni et José Manuel Esteves (org.), *Au carrefour des littératures brésilienne et portugaise: influences, correspondances, échanges (XIX-XXè siècles)*, Paris, Éditions Lusophone, 2006, pp. 375-393.

8 Membro do Partido Socialista português, presidente da Assembléia Constituinte de 1975a 1976.

9 As cartas políticas recebidas por João de Barros encontram-se na Casa-Museu João de Deus de Lisboa. No

Arquivo Histórico Municipal de Figueira da Foz, cidade natal de João de Barros, está reunida outra parte do acervo : manuscritos do autor, de outros, correspondência pessoal e documentos biográficos.

10 Espólio NN/2712 – 2774, as referências deste tipo são relativas às cotas do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, da Biblioteca Nacional de Lisboa.

11 Manuela de Azevedo, em *Cartas a João de Barros*, (sel.pref. e notas) Lisboa, Livros do Brasil, s/d. , 1972, publicou, três: uma datada de 12 de fevereiro de 1909, e duas outras sem data.

12 Duas dissertações de Mestrado, uma brasileira e uma portuguesa, tratam do projeto : Janise de Sousa Paiva, *Atlânticamente Atlântida; em busca de mares já navegados..* Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000 e Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição, *A Revista Atlântida, documento socio-cultural e literário de uma época*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

13 João Carlos Rodrigues, *João do Rio, uma Biografia*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 14.

14 Homônimo do ilustre renascentista autor de *As Décadas*, nascido provavelmente em 1496 e falecido em Pombal, em 1570.

15 S/D – N11/2734

16 10/09/1916 – N11/2755

17 S/D- N11/2722

18 03/02/1921 – N11/2718

19 S/D – N11/2748

20 03/11/1912 – N11/2712

21 S/D – N11/2713

22 31/03/1913 – N11/2715

23 Abril de 1921 – N11/2719

24 Mesmo se a carta não é datada, podemos facilmente supô-la escrita em 1909, ano da primeira viagem de João do Rio a Portugal.

25 João do Rio, *Fados, Canções e danças de Portugal*, Paris, Garnier, 1910.

26 João Carlos Rodrigues conta detalhes sobre a gênese desta obra, *op.cit.* p. 96

27 *O Século*, jornal matutino de Lisboa (1880-1978).

28 *O Mundo* , jornal de Lisboa (1871-1915)

29 03/11/1912, N11/2712

30 Oscar Rodrigues Alves, Secretário da Presidência de São Paulo entre 1912 e 1916.

31 Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, pai de Oscar, antigo presidente do Brasil (1902 a 1906), na altura presidente do Estado de São Paulo.

32 Diplomata e jornalista, diretor de *Para Todos*.

33 Luís Martins de Souza Dantas, amigo de Paulo Barreto, diplomata. Mais tarde seria embaixador do Brasil na França. Durante o governo do Marechal Pétain, salvaria a vida de mais de 475 pessoas, concedendo vistos para o Brasil contra as ordens de Getúlio Vargas.

34 sobre João do Rio, crítico teatral, ver Níobe Abreu Peixoto, «João do Rio e o palco, crítica teatral e dramaturgia», Tese de doutorado em Literatura Brasileira, USP, FAPESP, 2003

35 *Gazeta de Notícias* (1875-1942), com um dos principais jornais cariocas do início do século 20. Lá João do Rio foi redator e trabalhou até 1913.

36 Carta de 26/11/1913 – N11/2713

37 *apud* José Carlos Rodrigues, *op.cit.* p. 114

38 alusão a certa área da atual praça Tiradentes, antes praça do Rossio, freqüentada por homossexuais desde a Regência. *in*: Carlos Jurandir, *Jornal da ABI*, «A Imprensa da Belle époque», Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 2004. O artigo é uma resenha de um estudo de Alexei Bueno, publicado na Revista Rio-Arte, que infelizmente, não consegui localizar.

39 SD— N11/2724

40 Contudo, João Carlos Rodrigues chama a atenção para o cunho político de alguns de seus textos claramente críticos tanto em relação às condições sociais dos trabalhadores, quanto à situação da mulher na sociedade. Trabalhos recentes, como «João do Rio repórter da pobreza na cidade» o de Denise da Costa Oliveira Siqueira, procuram dar do autor uma imagem diferente da frivolidade com que muitas vezes é caracterizado. *in*: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – UERJ – Rio de Janeiro, 5 a 9 de setembro de 2005

41 João Lage, proprietário do jornal *O Paiz*,

42 Em 1912 Nilo Peçanha (1867-1924) era, senador pelo Rio de Janeiro.

43 Bernardino Machado (1851-1944), literato nascido no Rio de Janeiro, teve importante carreira política em Portugal.

44 03/11/1912 — N11 2712

45 *id. ibid.*

46 O atual Teatro Municipal de São Luís em Lisboa.

47 Augusto Rosa (1852-1918) , famoso ator e empresário teatral português que modernizou a arte de representar.

48 Luís de Braga Júnior, Visconde de São Luís de Braga. Brasileiro de torna-viagem, principal impulsionador do teatro República que, após incêndio, passou a chamar-se São Luís em sua homenagem.

49 03/11/1912 — N11 2712

50 Vitoriano Braga (1888-1940), com Alfredo Cortez e Carlos Selvagem forma a trindade maior da literatura dramática portuguesa das primeiras décadas do século 20.

51 André Antoine (1858-1943), ator e encenador. Considerado o inventor do teatro francês moderno.

52 Manoel de Souza Pinto?

53 É Paulo Barreto quem sublinha.

54 A Severa, primeira cantora de fado consagrada.

55 Batista Coelho, também conhecido como João Foca, compositor para o Teatro de Revista e de músicas de carnaval.

56 *in*. João Carlos Rodrigues, *op.cit.*, p. 167.

57 30/05/1916 – N11/2717

58 O jornal existiria até 1952.

59 João Carlos Rodrigues, *op. cit.*, p. 241, descreve a composição dos acionistas : João do Rio (15%), Pimenta de Melo e Aureliano Machado, jornalistas, (7,5% cada), Villas-Boas, editor,(6,5%). Os bancos ou particulares estrangeiros, portugueses e italianos, não chegam a reunir 5% das ações.

60 *in*: Antônio Edmilson Martins Rodrigues, *João do Rio: a cidade e o poeta - olhar de flâneur na belle époque tropical*, Rio de Janeiro, FGV, 2000, p.165

61 N11/2718

62 Delamare fundou também *O Nacionalista*, no mesmo período.

63 Eptácio Pessoa, Presidente da República de 1919 a 1922.

64 Termo derivado do jornal carioca lusófono, *O Jacobino*.

65 Paulo de Barros, filho de João de Barros, nascido em 1908, ano em que os dois amigos se encontravam por primeira vez. Muitas referências a ele estão presentes nas cartas. Teria este nome sido uma homenagem a Paulo Barreto?

66 Abril de 1921, N11/2719

Resumo

A correspondência enviada por João do Rio ao português João de Barros, entre 1912 e 1921, é o testemunho de uma grande cumplicidade literária e pessoal. As cartas fornecem elementos importantes sobre as condições de vida e as relações entre imprensa e literatura no início do século 20.

As missivas retratam ainda a conjunção existente na época entre vida literária e vida política tanto em Portugal como no Brasil. Militantes ativos de uma aproximação cultural luso-brasileira, os dois criadores da revista *Atlântida* trabalharam em prol da criação de uma área cultural que hoje chamaríamos de lusófona.

Escritas num período de recrudescência dos nacionalismos que levariam às duas grandes guerras do século passado as cartas de João do Rio vêm fornecer informações inéditas sobre sua relação com Portugal e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

Abstract

The letters sent between 1912 and 1921 to the Portuguese Joao de Barros by Joao do Rio give evidence of a deep literary and personal bond between the two authors. Those letters provide important details on the living conditions and the relationship between press and literature in the early 20th century.

They also portray the existing conjunction at the time between literary life and politics in both Portugal and Brazil. Speaking in favor of a cultural approximation between Portugal and Brazil, the two editors of *Atlântida* magazine did their utmost to create a cultural area known nowadays as lusofona.

Written during a period which witnessed the strengthening of the nationalisms that lead to two World Wars in the past century, Joao do Rio's letters bring some original data about the relationship with Portugal and the Portuguese colony in Rio de Janeiro.

Presença de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Rafael Bordalo Pinheiro no debate e na polêmica naturalista no Brasil

Jean-Yves Mérian*

Os críticos e historiadores da literatura brasileira, quando abordam o tema da transição entre o Romantismo, o Realismo e o Naturalismo insistem geralmente no conflito que houve em 1878 entre Machado de Assis e Eça de Queirós por ocasião da publicação no Brasil de *O Primo Basílio*. Foi a famosa polêmica d’*O Primo Basílio*.

Do nosso ponto de vista este acontecimento não foi um enfrentamento entre duas personalidades de temperamentos e de destinos tão diferentes, como deixa imaginar Álvaro Lins, na sua *História Literária de Eça de Queirós*.¹ Os temas de estética e de moral não eram os únicos motivos de oposição, embora tenham dado motivo para muitos artigos. Este episódio polêmico se inscreve num contexto particular. Existia uma crise profunda na sociedade brasileira em mutação (debate entre monarquistas e republicanos, sobre a natureza do regime político, as relações entre a Igreja e o Estado, o futuro da escravatura...).

Os conflitos eram muito intensos entre os intelectuais e escritores brasileiros, mais ainda do que aqueles que grassavam na capital portuguesa. Nos dois países o papel dos intelectuais era debatido. Em Portugal precisamente, após a “Questão Coimbrã” de 1865-1866, a agitação intelectual se amplificou a partir de 1871, com a organização das “Conferências do Casino de Lisboa”. É certo que Antero de Quental era a personalidade cuja autoridade se impunha a toda uma geração. Porém, três jovens escritores e artistas de talento promissor se fizeram conhecer. Dois deles pela audácia dos seus textos, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, o terceiro, pela força e a impertinência das suas caricaturas, Rafael Bordalo Pinheiro.

* Jean-Yves Mérian é professor titular de estudos brasileiros na Universidade de Rennes 2- Haute Bretagne. Titular de um Doctorat d’État sobre Aluísio Azevedo e o naturalismo no Brasil. Diretor da *Equipe d’accueil doctorale des langues romanes* da Universidade de Rennes 2. Suas pesquisas atuais giram em torno da problemática identitária e racial no Brasil de fins do século XIX aos nossos dias.

A proximidade das três personagens da “Geração de Setenta” e sua amizade nunca se desmentiram ao longo de sua existência, apesar da distância imposta entre eles por suas ocupações profissionais. As relações dos três com o Brasil não datam de 1878, mas sim de 1871 e 1872. Já naquele tempo não tinham nada de fútil ou de anedótico. Estas relações romperam com o tipo de intercâmbios que existiam até então entre escritores portugueses e brasileiros do período romântico.

O contexto não era exatamente o mesmo em Lisboa, no Rio de Janeiro ou no Recife, mas o tema do futuro da monarquia, da luta contra o obscurantismo de um clero ultramontano, dirigido pelo Papa Pio IX, o papel deletério da religião sobre a família e a educação, a questão da emancipação das mulheres (relativa posto que as referências dos reformistas eram os textos de Proudhon e de Auguste Comte, que de revolucionários pouco tinham), faziam com que esses temas fossem comuns aos jovens intelectuais portugueses e brasileiros.

No Brasil, a esses temas se adicionavam aqueles ligados à escravidão, a definição da Nação, o modelo de sociedade a ser construída. Os textos publicados pelos portugueses serviam de ponto de partida para muitos debates nos jornais e nas revistas das principais províncias do Brasil. Com efeito, graças à navegação a vapor os jornais, revistas e livros de Lisboa chegavam a São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro três semanas depois da sua edição.

Nessas cidades os jornais e revistas, muitas vezes fundados por portugueses ou luso-brasileiros, preferiam os romances-folhetins vindos da França. As obras de Sue, Féval, Boissigobey, de Montépin, Dumas, Richebourg, Balzac, eram pura e simplesmente, traduzidos e publicados, sem que quaisquer direitos autorais fossem pagos. Essa literatura exerceu uma influência considerável sobre o gosto dos leitores ainda pouco numerosos nas cidades e nas Casas Grandes. Porém, em relação aos debates de idéias, os artigos dos cronistas portugueses serviam geralmente de base para os artigos publicados nos jornais e revistas brasileiros. Às vezes até livros de crônicas tinham edições piratas no Rio e em Recife. Para as idéias novas, os autores portugueses foram mediadores essenciais, embora certos autores franceses fossem lidos diretamente no original ou em traduções para o português. Era o caso de A. Comte, E. Renan, E. Littré. Isto explica que *As Farpas* de Ramalho Ortigão e *Eça de Queirós* que foram difundidas a partir de 1872 tenham tido tanto sucesso. Da mesma forma as crônicas de Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, e da feminista Maria Amália Vaz de Carvalho (esposa do poeta brasileiro e mulato Gonçalves Crespo), tiveram um público fiel.

A escolha desses três autores, sem diminuir a importância de outros, justifica-se pelo destino comum que tiveram por ocasião do grave conflito que marcou a publicação d'*As Farpas* no Recife em 1872. O mesmo ocorreu no momento do debate que precedeu e se seguiu à publicação de *O Primo Basílio* no Rio de Janeiro em 1878. Foi efetivamente no Recife que o impacto d'*As Farpas* foi mais forte e os desenhos de Bordalo Pinheiro levantaram maior polêmica. Recife era então um próspero porto de comércio, modernizado a partir de 1840 (pontes, instalações portuárias, edifícios públicos, teatros...), graças nomeadamente aos projetos do engenheiro francês Louis Vauthier que lá morara entre 1840 e 1846. A cidade vizinha de Goiana também era um centro comercial muito ativo.

Os comerciantes portugueses ou de origem portuguesa ocupavam uma posição dominante que provocava inveja e cobiça dos nativos. A paz social era precária e a menor fâsca podia provocar um incêndio, uma rebelião dos nativistas e patriotas contra os “marinheiros” ou os “galegos”.

Mas Recife era também uma cidade onde se encontrava toda uma geração de estudantes e intelectuais abertos às idéias novas vindas da Europa, a famosa “Escola do Recife” que teria uma influência considerável na vida intelectual, cultural e literária brasileira do último quarto do século XIX. Comte, Darwin, Spencer, Renan, Hegel, eram lidos e comentados.

Os principais fundadores da “Escola do Recife” passaram pelos bancos da Faculdade de Direito: Tobias Barreto, Sylvio Romero, Joaquim Nabuco, Franklin Távora, Ruy Barbosa, Araripe Junior, Celso Magalhães, Inglês de Souza, Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando, José Mariano, entre outros. Em muitos casos só passaram a residir no Rio de Janeiro após 1875.

Era ao redor da Faculdade de Direito, em jornais como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *A Província*, *Jornal do Comércio*, ou em revistas como *Movimento*, *O Seis de Março*, que se organizava a vida intelectual e literária. Os artigos e crônicas dos intelectuais portugueses tanto literários como políticos eram comentados e a guerra entre Antigos e Modernos que fervilhava em Lisboa era uma coisa familiar para os jovens pernambucanos da classe dirigente.

No dia 15 de maio de 1872, o jornal republicano *O Seis de Março* publicou as primeiras *Farpas* relativas à viagem de Dom Pedro II pela Europa. Sem querer, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão participaram do debate brasileiro e foram utilizados pela propaganda anti-monarquista. Durante esta viagem que o levou a diversos países europeus, mas também ao Egito, onde visitou as obras do canal de Suez, Dom Pedro II conheceu e frequentou todos os homens políticos e intelectuais, escritores e cientistas de primeiro plano.

Nessa ocasião, por exemplo, encontrou E. Renan, H. Taine, Berthelot, Pasteur, C. Bernard e foi recebido pelas instituições mais prestigiosas como as Academias de Letras e de Ciências da França.

Contudo, em Portugal tudo foi tratado com espírito de pilhéria por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão: o gosto do Imperador pela cultura científica, pela filosofia, o interesse que manifestava pelas línguas antigas, suas preferências culinárias, a maneira que tinha de se vestir, sua simplicidade de burguês... tudo era motivo de zombarias, às vezes cruéis. As caricaturas e os comentários satíricos de Bordalo Pinheiro: *Apontamentos sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*,² completava esse quadro descortês, quase ofensivo, que dava a imagem de um Imperador totalmente ausente no momento de grave crise política provocada pela “Lei do Ventre Livre” e também pela crise profunda entre a Igreja e o Estado, conhecida com o nome de “A Questão Religiosa” ou “A Questão dos Bispos” que ia durar de 1872 a 1875.

Se compararmos as caricaturas realizadas cinco anos mais tarde por Aluísio Azevedo no Rio de Janeiro em *O Mequetrefe*, por ocasião de uma nova viagem de Dom Pedro II à Europa, não resta nenhuma dúvida sobre as influências de Bordalo Pinheiro que então, no Rio de Janeiro, publicava suas ilustrações em *O Mosquito* (1875-1877). Várias edições piratas d’*As Farpas* foram realizadas; mais de dois mil exemplares foram difundidos sem que os autores recebessem um centavo. Aliás, fizeram queixa junto ao presidente da província e até num tom jocoso junto ao Imperador em pessoa. Mas as coisas mudaram, a cumplicidade se transformou em ódio quando saiu a “farpa” intitulada “O ‘Brasileiro’”, considerada como um insulto pelos nativistas de Pernambuco, cujo anti-lusitanismo estava à flor da pele.

Para eles, os portugueses principalmente os comerciantes eram responsáveis por todas as misérias da província, e consequentemente os bodes espiatórios por excelência. Eça de Queirós pecou por imprudência quando publicou um texto ambíguo, onde fazia um retrato violentíssimo de “O ‘Brasileiro’”: *Há longos anos o brasileiro é entre nos o tipo de caricatura mais francamente popular*.³

Aliás, na edição de *Uma Campanha Alegre*, em 1890, vinte anos mais tarde, Eça fez uma verdadeira auto-crítica modificando o texto inicial: *Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasileiro, nascido no Brasil) mas o português que migrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil, é entre nos o tipo de caricatura mais francamente popular*.⁴

É verdade que entretanto, Eça de Queirós, cônsul de Portugal, romanista conhecido, tinha se tornado um cidadão muito conceituado e altamente

frequentável. Desde 1880 colaborava todas as semana na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, e os seus romances faziam um grande sucesso no Brasil, mesmo que existissem edições piratas. Os direitos autorais só foram objeto de um acordo luso-brasileiro em 1889 pouco antes da queda do Império.

Ramalho Ortigão excitou ainda mais os “patriotas” publicando uma *Farpa* na qual caricaturava os títulos nobiliários brasileiros de consonância tupi-guarani, que os portugueses consideravam muito exóticos e ridículos.⁵ Às *Farpas* responderam os *Farpões* de José Soares Pinto Corrêa e às caricaturas dos portugueses na *América Ilustrada*, respondia os desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro em *A Lanterna*.

Todos os defeitos atribuídos aos portugueses: grosseria, ignorância, avareza, falta de higiene, vulgaridade, foram ilustrados com crueldade. Mas a briga não ficou nos libelos e n’*As Farpas*. Em Goiana, então segunda cidade da província de Pernambuco, os patriotas atacaram os comerciantes portugueses e vários comércios foram destruídos.

Várias pessoas morreram, as autoridades provinciais tiveram que mandar o exército para proteger a segurança dos bens e das pessoas. Essas desgraças que marcaram de uma forma duradoura as relações entre portugueses e brasileiros nativistas deixou em segundo plano as brigas ideológicas que diziam respeito à questão religiosa, à educação das mulheres, os usos e costumes em geral e particularmente o adultério na sociedade burguesa. Não esqueçamos que Dom Vital que foi um dos primeiros atores do conflito entre a Igreja e o Estado (1872-1873) era na altura, Bispo de Olinda.

Em *A verdade*, revista publicada pela Maçonaria e dirigida pelo romancista realista Franklin Távora, encontravam-se argumentos inspirados n’*As Farpas* dos dois autores portugueses. Naquela altura Eça de Queirós já estava preparando a redação das primeiras versões de *O Crime do Padre Amaro* que saiu na *Revista Ocidental* em 1875.

Pouco tempo depois Eça deixaria Portugal para assumir as funções de cônsul de Portugal na capital cubana, mas Ramalho Ortigão continuou a redação d’*As Farpas* que foram difundidas no Brasil com a mesma regularidade que em Portugal. Este episódio pernambucano é o primeiro duma longa história do relacionamento de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Bordalo Pinheiro com o Brasil. Ele prefigura os debates que tiveram lugar principalmente no Rio de Janeiro entre 1877 e 1880.

Para além das irritações provocadas por certas “farpas” julgadas insultantes por jornalistas brasileiros, é inegável que essas mesmas “farpas” provocaram um amplo debate na imprensa brasileira, tanto em relação a temas

literários como a temas filosóficos e de sociedade. Não havia um verdadeiro corte entre a atividade do jornalista e do escritor de romances.

Para os autores portugueses e brasileiros, principalmente os realistas, o romance era, em certa forma, o prolongamento da crônica. Os autores tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro tinham por ambição trabalhar em prol de uma reforma dos costumes e do progresso da sociedade. Maria Amália Vaz de Carvalho escreveu a propósito d'*As Farpas*:

Tiveram estes livrinhos às vezes cruéis, sempre cintilantes e de um “entrain” imprevisto, um salutar efeito nos costumes sociais e domésticos de nossa gente. Com eles entrou em muita casa a abundância de ar e de água e a luz que até ali era considerada supérflua. “As Farpas” contribuíram com Raspail e Pasteur na obra de desinfecção aplicada aos “ménage” portugueses. A influência moral foi também enorme.⁶

Esta apreciação pode se aplicar sem dificuldade aos leitores da imprensa brasileira ainda muito influenciada pelos usos e costumes da sociedade portuguesa no Rio de Janeiro, como nas capitais das províncias do Norte e Nordeste do país. Isto explica, por exemplo, a grande influência exercida por Ramalho Ortigão, alguns anos mais tarde (1880-1881), sobre Aluísio Azevedo. Suas crônicas publicadas em *O Pensador* de São Luís do Maranhão, a mais portuguesa das capitais das províncias brasileiras, lembravam *As Farpas* tanto pelos temas como pelo estilo. Aliás, o próprio Aluísio Azevedo não se sentia ofendido pela comparação.⁷

Os ressentimentos manifestados por certos nativistas brasileiros não impediram que Bordalo Pinheiro assinasse um contrato com o proprietário do jornal satírico *O Mosquito*, em 7 de abril de 1875. As cinquenta libras estelinas que doravante passou a receber mensalmente permitiram ao artista português transferir mulher e filho para o Rio de Janeiro. Bordalo dirigiu essa revista até 27 de maio de 1877. Depois de uma experiência infeliz na direção da revista *Psitt* (3 números de 15 de setembro a 10 de novembro de 1877) e colaborações em diversos jornais, criou em 6 de abril de 1878, *O Besouro*, revista mensal que teve nove números. Estabeleceu fortes laços de amizade com vários compatriotas numa associação conhecida como *República dos Janotas Alfacinhas das Laranjeira*. Sem esquecer suas relações também com intelectuais brasileiros como José do Patrocínio, o futuro *Tigre da Abolição*, diretor a partir de 1880 de vários jornais abolicionistas.

Foi graças a Ramalho Ortigão que José do Patrocínio conseguiu exercer como jornalista e polemista n' *O Besouro*. Alguns dias após da morte de Bordalo Pinheiro em 1905, José do Patrocínio, que morreria alguns dias mais tarde, evocou o amigo de juventude nos seguintes termos:

Com a rapidez de um relâmpago, apoderava-se do meio onde estavam, e, assenhoreando-se das fisionomias e dos caracteres podia desde logo transfigura-los de memória, sem perder uma linha, um gesto, surpreendendo o que havia de caricato em cada individualidade, e o traço com que ele caracterizava, nunca mais se apagava.⁸

Os temas mais diversos foram tratados com muita zombaria nas cenas apresentadas em seriados que prefiguram os desenhos animados que surgiriam algumas dezenas de anos mais tarde. Um dos temas favoritos de Bordalo Pinheiro era o combate anti-clerical. Tinha como bode espiatório o cônego José Gonçalves Ferreira que dirigiu o jornal conservador *O Apóstolo*. Aparece sempre representado com os traços de uma personagem bochechuda, usando uma batina preta, óculos redondos com uma cara em forma de lua. O homem, bem rechonchudo, manifestando uma truculência tipicamente clerical. Simbolizava o conjunto do clero parasita que tira proveito da ignorância da sociedade, principalmente das mulheres.

O mesmo tipo humano aparece também em romances como *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queirós. Aparecerá em 1881, sob os traços do padre Diogo em *O Mulato* de Aluísio de Azevedo. Lembremos que Aluísio era amigo e discípulo de Bordalo Pinheiro, tendo sido caricaturista n' *O Figaro* e n' *A Comédia Popular* no Rio de Janeiro, 1876-1878, e cronista em *O Pensador* de São Luis, 1880-1881.

Os portugueses eram geralmente objeto da chacota dos cronistas e caricaturistas brasileiros. Assim, em 1876 tomando por pretexto a farsa de Eduardo Garrido, *O Manuel Trinta Botões* – que seria montada no *Teatro São Pedro* – Aluísio Azevedo fez a caricatura de *O Trinta Botões* n' *O Figaro* de abril de 1876.

O Manuel chegado de Portugal, esfomeado, magro, mal vestido, de tãmancos, pobre, reapareceria anos depois graças a um comércio lucrativo já gordo, próspero, usando um casaco de trinta botões, com o título de comendador, de barão, pronto para regressar a Portugal para gastar o dinheiro ganho no Brasil.

Os comerciantes portugueses eram objeto de inveja provocada por seu sucesso econômico e comercial. Inveja esta que alimentava a lusofobia. Este tema, aliás, seria muito explorado por Aluísio Azevedo em *O Mulato*,

em 1881, e em *O Cortiço*, em 1890. Contudo, entre 1876 e 1878, esta manifestação de anti-lusitanismo não provocou no Rio de Janeiro os distúrbios que tinham tido lugar no Recife alguns anos mais cedo. Bordalo Pinheiro apesar de sua amizade por Aluísio Azevedo, não ficou à margem da polêmica. *Zé Povinho*, sua personagem fetiche criada em Lisboa pouco tempo antes da viagem para o Brasil, não fazia nenhuma concessão ao barão do Lavradio, alto funcionário particularmente lusófono que Bordalo apresentava em *O Mosquito* e *O Besouro* com traços que nada ficavam a dever a um caricaturista como o francês Daumier.

A virulência de Bordalo deu origem a sólidas inimizades como por exemplo com Angelo Agostini, o grande ilustrador e caricaturista d'*A Revista Ilustrada*, como também com artistas e homens políticos que se consideram ofendidos pelas caricaturas excessivas do português. Assim foi vítima de dois atentados em março de 1879. Estes convenceram-no de que uma pessoa podia ser corajosa sem ser temerária e que era melhor deixar o Rio de Janeiro.

Foi assim que voltou para Portugal onde realizou a magnífica obra que conhecemos tanto nos jornais de Lisboa e como na realização das cerâmicas de Caldas da Rainha. Só regressou ao Rio de Janeiro vinte anos mais tarde e apenas por um período de tempo muito curto. Este episódio que pode parecer anedótico confirma, porém, as grandes tensões que existiam no mundo cultural carioca entre portugueses e brasileiros.

A estas juntavam-se as polêmicas sobre o papel da Igreja, o futuro da escravidão e da monarquia. Essas grandes questões estavam presentes tanto na imprensa, como no teatro ou na literatura. Foi nesse contexto que foi lançado *O Primo Basílio*, romance moderno, realista, já que o termo “naturalista” só foi empregado em 1879. O romance era, no espírito de seu autor, também jornalista, um prolongamento do jornal. Sabemos que quase todas as obras literárias saíam primeiramente sob a forma de folhetim nos jornais e revistas. Muitas vezes também, as composições tipográficas do jornal serviam para a edição de livros baratos para leitores de poucos recursos. O romance-folhetim, romântico ou não, o romance de aventuras, dominavam e correspondiam o gosto de um público que os constestatários realistas tinham a ambição de conquistar.

Era, portanto, lógico e compreensível que tivessem escolhido batalhar por uma mudança estética e por afirmar as suas idéias filosóficas e políticas na imprensa mais ainda do que no romance, salvo algumas exceções. Já em 1868, Franklin Távora tinha publicado, em Recife, um pequeno romance realista de costumes: *Um Casamento no Arrabalde*. Logo no prólogo declarava:

Não é lícito prescindir de um ideal que representa a vitória de um princípio, uma instituição, uma idéia útil da sociedade. O romancista moderno deve ser Históriador, crítico, político ou filósofo.

Apesar das suas intenções generosas, o alcance do romance foi restrito (500 exemplares). O seu segundo romance *O Cabeleira*, romance histórico, prefiguração dos romances de cangaceiros, publicado em 1876 no Rio de Janeiro, não alcançou maior sucesso. Porém, segundo Araripe Junior, coube a José do Patrocínio, amigo de Bordalo Pinheiro, a tarefa de abrir o caminho para o romance realista no Brasil ao publicar *Mota Coqueiro ou a Pena de Morte* na *Gazeta de Notícias*, em 1876. Lembremos que Inglês de Souza, que publicou *O Cauculista* em 1876 e *O Coronel Sangrado*, em 1877 em Santos, dois romances de costumes amazonenses, que marcaram uma certa distância com o romantismo dominante só atingiu um público restrito de leitores.

Mesmo existindo um clima favorável na imprensa para a recepção de uma literatura realista no Rio de Janeiro, o desfecho só se produz em 1878 através da difusão de *O Primo Basílio* de Eça de Queirós.

O Crime do Padre Amaro, que Araripe Junior afirmou ter lido numa revista portuguesa em Fortaleza, tinha passado quase despercebido no Rio de Janeiro e não chamara a atenção do público. Foi um longo artigo do Ramalho Ortigão escrito em 1877, retomado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro que despertou uma certa curiosidade. Nele analisava a obra, que elogiava, embora desaconselhasse às mocinhas a leitura de um romance que julgava *en avance sur son temps* [sic]:

É o primeiro exemplo de uma obra de arte sugerida pela consideração de um problema social [...] como obra de higiene social lamentamos que ela não possa desde já atuar pela sua influência no espirito deste pais, onde o primeiro livro de educação moderna, “La femme, le prêtre et la famille” é ainda tido por um sacrilégio do impio Michelet.⁹

Na realidade, foi preciso a recepção conturbada do romance *O Primo Basílio* para que os leitores cariocas mais numerosos se interessassem pelo *Crime do Padre Amaro*.

O papel de Ramalho Ortigão foi primordial para a promoção de *O Primo Basílio* no Rio. Graças a um dos seus irmãos, comerciante de sucesso do Largo de São Francisco, Ramalho Ortigão entrou em contato, já em 1876, com Ferreira de Araujo, que fundara a *Gazeta de Notícias* em 1874, o jornal

considerado como o mais inovador da sua época. Já no começo de 1878 colaborou de maneira regular na *Gazeta de Notícias* publicando suas “Cartas portuguesas”. Mesmo distante, encontrava nas páginas desse jornal, seu compadre Bordalo Pinheiro prefigurando a fraternidade que se desenvolveria dois anos mais tarde em Lisboa n’*O Antônio Maria. A obra de Bordalo Pinheiro e a minha nunca se fundiram de todo uma na outra. Os desenhos dele e a minha prosa são duas coisas harmoniosamente reunidas, formando um so todo.*¹⁰

A sua ação nas páginas dos jornais cariocas foi conjunta em prol da promoção d’*O Primo Basílio*. Em 22 de fevereiro de 1878, Ramalho Ortigão publicou uma “Carta Portuguesa” exclusivamente consagrada à obra de Eça; que seria publicada um mês depois na *Gazeta de Notícias* no Rio. Após uma curta introdução, na qual lembra aos leitores cariocas os laços de amizade que o ligam a Eça de Queirós, Ramalho lança-se a uma análise detalhada da obra.

Já em Lisboa publicara um estudo um pouco mais longo a “farpa”: “*O Primo Basílio*”, *fisiologia do adultério burguês, o donjuanismo em Lisboa, suas origens, sua evolução e seu pelintrismo*,¹¹ abordava também tanto temas ligados à estética como ligados à moral e salientava o papel da responsabilidade social do escritor moderno. Sem nunca empregar o termo “naturalismo”, Ramalho Ortigão expunha as principais características do romance realista. Não dissimulava certas reservas sobre as cenas eróticas do romance, qualificadas de escabrosas ou pornográficas pelos que se opunham ao novo tipo de romance.

Mostrava contudo que não se tratava do aspecto principal do romance. Insistia no profundo conhecimento que Eça de Queirós tinha do meio social descrito no livro e dos mecanismos que orientavam o comportamento das personagens. Enfim, punha em relevo o valor moral da obra e o papel de educador de Eça de Queirós, tanto n’*O Primo Basílio* como em *O crime do Padre Amaro*.

Ramalho Ortigão que era considerado um adepto do positivismo, sofreu segundo Teófilo Braga, uma verdadeira transfiguração:

Assistimos a essa transfiguração e Ramalho Ortigão deve à forte disciplina mental recebida no curso de filosofia positivista de Auguste Comte. Foi por essa filosofia que ele coordenou os seus conhecimentos e que soube o que lhe faltava para uma educação enciclopédica tão necessária na especialização das ciências modernas.¹²

A nosso ver, não se pode dissociar a participação de Ramalho Ortigão do fenômeno que representou o lançamento de *O Primo Basílio* no Rio de Janeiro.

O romance originou o debate mas também serviu de pretexto para uma reflexão mais ampla na qual os adeptos do positivismo puderam expressar sua concepção da literatura e do papel do escritor numa sociedade que queriam transformar profundamente. Os debates tiveram continuidade na *Gazeta de Notícias* quando o *Primo Basílio* já se encontrava nas livrarias desde o mês de abril.

Curiosamente, nos artigos contraditórios não se falava ainda de Zola. Flaubert aparecia como o autor de referência para os defensores do romance moderno. Os artigos sérios coexistiam com as caricaturas e os desenhos humorísticos como os de Bordalo Pinheiro em *O Besouro*, de 15 de abril de 1878.

Só em 16 de abril é que Machado de Assis publicou na revista *O Cruzeiro* com o pseudônimo de Eleazar, um verdadeiro libelo contra a escola realista, usando a autoridade moral e literária que lhe era reconhecida.¹³ A opinião emitida sobre a dimensão moral do romance situa-se no extremo oposto das opiniões de Ramalho Ortigão:

Se o autor, visto que o realismo também inculca vocação social e apostólica, intentou dar no seu romance algum ensinamento ou demonstrar com ele alguma tese, força é de confessar que o não conseguiu, a menos de supor que a tese ou ensinamento seja isto: a boa escolha dos fâmulos é uma condição de paz no adultério. A um escritor esclarecido de boa fé, como o senhor Eça de Queirós, não seria lícito contestar que, por mais singular que pareça a conclusão, não ha outra no seu livro.¹⁴

Esses julgamentos do censor intratável, proprietário da verdade e dos valores morais, a acusação de plágio formulada noutra crônica de *O Cruzeiro* a propósito de *O Crime do Padre Amaro*, acusação ofensiva e contrária à verdade, envenenaram o debate. Os jovens autores aderiram ao “basilismo”, os desenhistas e caricaturistas fizeram de Machado de Assis o alvo das suas burlas; foi o caso de Bordalo Pinheiro¹⁵ e do Aluísio Azevedo.¹⁶

Encontraremos o mesmo humor, embora mais cáustico, sob a pluma de Eça de Queirós não imediatamente, numa carta datada de 1º de janeiro de 1880, escrita em Bristol, a propósito da acusações de plágio:

Com o conhecimento dos dois livros, so uma obtusidade cornea ou ma fé cinica poderia assemelhar esta bela alegoria idilica, a que esta misturado o patetico drama de uma alma mistica, ao Crime do padre Amaro, que, podem ver neste novo trabalho é apenas no fundo, uma intriga de clérigos e de beatos tramada e murmurada à sombra

de uma velha Sé de província portuguesa. Aproveito esta manuscrito para agradecer à crítica do Brasil e de Portugal a atenção que ela tem me dado aos meus trabalhos.

A ruptura entre os dois escritores estava consumada. Havia efetivamente uma incompreensão forte demais por parte de Machado de Assis. Este episódio da vida literária luso-brasileira já foi muito estudado.¹⁷ O que importa aqui é situar o debate em seu contexto. O tema literário tinha muita importância, é certo, mas não suficiente. O que contava para os realistas era colocar seus livros ao serviço de uma profunda vontade de reforma da sociedade. Deste ponto de vista, os três autores portugueses tiveram uma influência complementar sobre os jovens autores brasileiros.

Na imprensa, no caso de Bordalo Pinheiro e Ortigão, no romance e também na imprensa para Eça de Queirós, que colaborou de maneira quase ininterrupta na *Gazeta de Notícias* de 1880 a 1897, com “Crônicas de Londres” e “Cartas de Paris”, ou também com “Cartas de Inglaterra”. Esta colaboração representava recursos financeiros garantidos que compensavam em parte as perdas ligadas às edições piratas das suas obras.

Eça e Ramalho Ortigão tornaram-se, de fato, jornalistas brasileiros quando Bordalo Pinheiro reatava com Portugal. O seu papel não se limitou ao debate polêmico de 1878. Existia tanto espaço para Eça como para Machado de Assis nas páginas brasileiras. A *Gazeta de Notícias* abriu suas colunas a um Eça jornalista mas também ao Eça romancista: *A Relíquia* saiu em 1887 e a *Correspondência de Fradique Mendes* em 1900.

A lembrança das brigas que animaram o Rio de Janeiro de 1878, muito mais do que as brigas do Recife de 1872-1873, foram esquecidas. Eça de Queirós e Ramalho Ortigão foram “adotados” no final nos anos ’80. Entre os temas que devemos frisar convém insistir sobre o papel de intermediação prévia que tiveram os tres autores portugueses para a difusão dos romances naturalistas de Zola que só apareceu no debate no começo dos anos 80.

As aventuras positivas ou negativas dos autores, em Recife e no Rio de Janeiro, ilustram muito bem o estado das relações entre Portugal e o Brasil: a desconfiança dos nativistas, o ressentimento dos “patriotas”, a condescendência – mesmo se por pouco tempo – dos representantes da antiga metrópole face aos jovens escritores brasileiros que penavam para se libertarem do modelo português.

Notas

- 1 Álvaro Lins, *História História de Eça de Queirós*, Rio de Janeiro, ed. José Olímpio, 1939.
- 2 Rafael Bordalo Pinheiro, *O caricaturista*, São Paulo, Pinacoteca, 1996, p. 86.
- 3 Eça de Queirós, “O Brasileiro”, in *Farpas*, Lisboa, fev. 1872.
- 4 Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, vol. 2, Lello ed., Porto, 1946, pp. 107-115.
- 5 Ramalho Ortigão, *Farpas*, Lisboa, 1872, *apud*. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queirós agitador no Brasil*, col. Brasília-na, vol. 311, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.
- 6 Maria Amalia Vaz de Carvalho, *As Farpas*, *apud*. Viana Moog, *Eça de Queirós e o século XIX*, col. Vera Cruz, vol. 107, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 295.
- 7 Josué Montello, *Aluísio Azevedo e a polémica d’ O Mulato*, Rio de Janeiro, ed. J. Olímpio/MEC, 1975.
- 8 José do Patrocínio, Rafael Bordalo Pinheiro, *A Notícia*, Rio de Janeiro, fev. 1905.
- 9 José Trepa, *Eça de Queirós visto por seus contemporâneos (1845-1905)*, Lisboa, ed. Lello e irmão, 1945, p. 7.
- 10 Ramalho Ortigão, *As Farpas*, abril 1882, *o movimento literario e artistico*, tomo IX, Cia. Nacional Ed., Lisboa, 1889.
- 11 Ramalho Ortigão, “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 23.03.1878.
- 12 Teófilo Braga, “Eça de Queirós” in *Renascença*, p. 93-98, *apud*. *Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos*, *op. cit.* p. 42.
- 13 Machado de Assis (Eleazar) « O Primo Basílio por Eça de Queirós », in *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16.05.1878 *apud*. Machado de Assis, *Crítica História*, vol. 29, W.M. Jackson Inc., Rio de Janeiro, 1944, p. 165.
- 14 *Id.*, *Ibid*, p. 169.
- 15 Eça de Queirós, “Carta” 01.01.1880, *apud*. Viana Moog, *Eça de Queirós e o século XIX*, *op. cit.* p. 245.
- 16 Jean-Yves Mérian, *Aluísio Azevedo, vida e obra*, Rio de Janeiro, ed. Espaço e Tempo, 1988, p. 104-140.
- 17 Ver a este propósito Jean-Yves Mérian, *op.cit.* pp. 104-140

Resumo

A estética realista-naturalista só se desenvolveu no Brasil, com êxito relativo, a partir de 1881 com a publicação de *O Mulato* de Aluísio Azevedo, três anos depois da famosa “polêmica do Primo Basílio”. Esta forma estética nova não pode ser dissociada do espírito de reforma social e política, de progresso, que animava em Portugal e no Brasil, os jovens intelectuais e escritores inspirados pelas filosofias positivista e evolucionista.

Eça de Queirós, Ramalho Ortigão com *As Farpas* e *Crônicas polémicas*, nos jornais do Recife e do Rio de Janeiro, Bordalo Pinheiro com suas caricaturas nos jornais satíricos da capital brasileira, representaram uma mediação essencial entre a Europa e o Brasil para a promoção das idéias novas a partir de 1871. Os dois escritores tornaram-se verdadeiros escritores luso-brasileiros, pela frequência e pelo número de suas colaborações nos jornais brasileiros a partir de 1880.

Abstract

The naturalistic and realistic aesthetic only developed to some extent in Brazil after 1881 with the release of *O Mulato* by Aluizio de Azevedo, three years after the famous “Primo Basilio polemic”. This new aesthetic style cannot be separated from either the social and political reform spirit nor the progress, which in that time moved young intellectuals and writers inspired in Brazil and in Portugal by the evolutionary theories and the positivist philosophies.

Eça de Queiros, Ramalho Ortigao with *As Farpas e Crônicas polémicas*, in Recife’s and Rio de Janeiro’s newspapers, Bordale Pinheiro with his caricatures published in the satirical newspapers of Brazil’s capital embodied essential a mediation for the promotion of new ideas between Brazil and Europe after 1871. Given their contributions to Brazilian newspapers after 1880 both writers eventually became authentic Portuguese and Brazilian authors.

O Brasil como destino da cerâmica da Real Fábrica de Louça

*João Pedro Monteiro**

Por ocasião de uma grande exposição que o Museu Nacional do Azulejo dedicou, em 2003, à produção da Real Fábrica de Louça, ao Rato (1767-1835), procedeu-se a uma aprofundada investigação arquivística, ainda não esgotada, visando reconstituir a História daquele que foi o mais relevante centro produtor de louça e azulejo em Portugal no período pré-industrial, assim como identificar com segurança a sua produção.¹

Entre a documentação analisada surgiram várias referências de idas de louças desta fábrica para o Brasil, destacando-se, pela sua importância, a descrição de uma encomenda de “estátuas, grupos e vasos” para a Imperial e Real Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, corria o ano de 1826.

Na origem deste pedido estava a própria pessoa do Imperador, tendo a Fábrica do Rato sido escolhida para o satisfazer – embora colocando-se a possibilidade de ser qualquer outra do Reino – em detrimento de uma estrangeira, “na esperança de melhor desempenho”. Na sequência desta encomenda, a Direcção da Real Fábrica das Sedas, responsável pela Fábrica de Louça, recorreu à Infanta Regente, D. Isabel Maria, no sentido desta encarregar os lentes de desenho e escultura de dirigirem estas obras, fazendo-as executar pelos seus discípulos.²

Pela *Representação* de 25 de Outubro, ficamos a saber que não houve ordem escrita para a remessa desta encomenda para o Rio de Janeiro. O pedido foi feito por via comercial, tendo sido transmitido por um negociante daquela cidade ao negociante de Lisboa Manuel Ferreira Garcês. Este, por sua vez, dirigiu-se ao Deputado Sales “que apresentou o papel que sobe por cópia”. Concluía-se que tal como a encomenda foi feita por via mercantil, do mesmo modo se deveria realizar o seu pagamento “sem que se faça dispêndio pela Real Fazenda”.³

Finalmente, a 7 de Novembro, a Infanta Regente fez expedir as ordens necessárias ao Director de Aula de Desenho, João José Ferreira de Sousa, “para se entender a este respeito com a mesma Direcção, convencendo-se com ela sobre o modo de se dirigirem e efectuarem os trabalhos daquelas Obras, a

* João Pedro Monteiro é licenciado em Ciências Históricas e fez uma Pós-Graduação em Arte, Património e Restauro. É Técnico Superior do Museu Nacional do Azulejo onde desenvolve projectos de investigação em cerâmica e azulejo. Foi Comissário Científico Conjunto da exposição Real Fábrica de Louça, ao Rato.

fim de serem acabadas com a maior perfeição possível, como exige o seu objecto, e o crédito dos Professores que nelas se empregarem”⁴

Uma frutuosa troca de correspondência com o Museu Nacional no Rio de Janeiro informou-nos que no designado *Jardim das Princesas* estiveram outrora colocadas, numa murada que separa este Jardim da parte baixa do terreno, um conjunto de “vasos, estatuária e outros elementos decorativos colocados a espaços regulares”, visíveis em fotografias datadas de cerca de 1860-1880, encontradas na sequência de pesquisa iconográfica efectuada pelo “Projeto Memória do Paço de São Cristóvão e do Museu Nacional”⁵

A pesquisa realizada pelo mesmo “Projeto” nos terrenos do Jardim revelou a existência de fragmentos de cerâmica vitrificada no local, o que levou os pesquisadores a colocarem a hipótese das peças visíveis nas fotografias serem em cerâmica e não em mármore, como se poderia deduzir do facto de subsistirem figuras neste último material na parte superior da fachada principal do edifício do Museu Nacional, bem como dois vasos na parte externa do jardim. Por outro lado, o facto de passado cerca de cento e vinte a cento e quarenta anos da execução das fotografias terem desaparecido as esculturas, permite-nos pensar que tal se possa ter ficado a dever a estas peças terem sido produzidas num material perecível como a cerâmica.

O envio para o Museu Nacional do Azulejo de uma fotografia de fragmentos das peças cerâmicas encontradas permitiu-nos identificar o bordo de duas urnas decorativas e um florão, provavelmente da tampa de uma peça deste tipo, um modelo muito próximo de um que se sabe ter sido executado na Real Fábrica de Louça durante a administração de João Anastácio Botelho de Almeida (1780-1816) e que, muito provavelmente, se continuou a produzir em períodos subsequentes. Na verdade, a matriz deste modelo terá conhecido uma certa difusão, podendo-se ainda hoje observar exemplares aplicados no jardim da Quinta dos Azulejos, em Lisboa.⁶ Os fragmentos das peças do Rio de Janeiro indiciam, no entanto, objectos de maior complexidade, nomeadamente num motivo relevado, possível desenvolvimento da “Aula de Desenho” do modelo anterior.

A Real Fábrica de Louça, responsável pela execução desta encomenda para a Imperial e Real Quinta da Boa Vista, foi fundada em 1767 pelo conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Ministro do Rei D. José I (1750-1777), como parte do complexo da Real Fábrica das Sedas, no sítio do Rato, em Lisboa, dando corpo, na área da cerâmica, a uma política de modernização das estruturas produtivas do País. Assim, entre 1763, data da fundação da Fábrica de Massarelos, no Porto, e

1801, quando iniciou a sua actividade a Fábrica da Bica do Sapato, em Lisboa, surgiu toda uma série de centros de fabrico que deram à produção cerâmica em Portugal uma enorme expansão. Destacam-se as Fábricas do Juncal (Porto de Mós, 1770), Viana (Darque, Viana do Castelo, 1774), Miragaia (Porto, 1775), Cavaquinho, faiança (Gaia, 1780), Santo António de Vale de Piedade (Gaia, 1785), Cavaquinho, pó de pedra, (Gaia, 1786). A estas fábricas devem-se acrescentar os importantes centros produtores de Estremoz, no Alentejo, activo a partir da década de setenta do século XVIII, e de Coimbra onde se destaca o trabalho de Domingos Vandelli, no Rossio de Santa Clara.

Todo este processo de desenvolvimento surge na sequência das medidas de fomento à indústria e comércio com que Carvalho e Melo pretendeu contrariar a crise económica que a partir de 1760 assolou o país. Consistindo esta numa “crise dos produtos coloniais compensadores do défice metropolitano” (MACEDO, 1989: 122) fossem eles o ouro que permitia pagar tudo o que não era trocável pelas produções portuguesas, ou o tabaco e açúcar a que a Inglaterra passara a ter acesso directo depois da sua vitória na Guerra dos Sete Anos (*Idem*: 120), a ela respondeu o estadista incentivando o fabrico de produtos cuja importação levava para fora do país uma boa parte do ouro que chegava do Brasil (*Idem*: 179).

Deste modo, ao fundar-se a Real Fábrica de Louça, pretendeu-se produzir objectos cerâmicos em faiança ao nível do que de melhor se fazia na Europa, evitando gastos com importações. Por outro lado, na óptica do Estado, cabia à Real Fábrica a responsabilidade de captar todo um saber já existente nas oficinas nacionais ou na posse de mestres estrangeiros, canalizando-o para que pudesse ser transmitido. Visava-se, e tal foi efectivamente concretizado, a formação de um corpo de profissionais que transmitissem os modernos conhecimentos tecnológicos e estéticos a novas fábricas que se deveriam criar, por iniciativa privada, ao longo do país.

Coube ao italiano Tomás Brunetto a primeira direcção da Real Fábrica de Louça (1769-1771). A sua acção deve ser entendida como a de um Director Artístico, responsável pela concepção de um variado e complexo programa de produção, inovador para a época e para o contexto da cerâmica portuguesa.

No tempo de Brunetto, a produção caracterizou-se pela manufactura de grandes serviços de mesa, muitos dos quais brasonados, talhas, jarras e esculturas decorativas, com frequência policromas, de gosto Rococó, inspirando-se tanto nas formas da porcelana da China como da faiança e da porcelana da Europa. Vulgarizaram-se, então, tipologias de peças de refeição já existentes em porcelana, mas que, em teoria, se tornavam mais acessíveis ao público pela sua produção em faiança.

Uma das novidades, ao nível das formas, foi a chamada *louça de fantasia*, peças em *trompe l'oeil*, geralmente legumeiras e terrinas, inovação importante criada por Paul Antoine Hannong para a Fábrica de Estrasburgo. Copiados na China, estes modelos foram aí executados em porcelana e disseminaram-se, por sua vez, pela Europa, podendo ter influenciado directamente a produção portuguesa (fig. 1).



Fig. 1 – Terrina em forma de cabeça de javali. Faiança moldada e pintada a manganês. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Período de Tomás Brunetto, 1767-1771. Museu da Cidade, Lisboa, nº inv. 6.

Por outro lado, prosseguindo uma relação tradicional entre ourivesaria e cerâmica, encontra-se na produção dirigida por Tomás Brunetto, à imagem do que acontecia por toda a Europa, a apropriação de formas oriundas da prata, entre as quais as divulgadas, ao mais alto nível, nas peças do prateiro François-Thomas Germain, filho de Thomas Germain, autor do serviço encomendado por D. José, cerca de 1755, e que tiveram réplica em peças cerâmicas de serviço.

No geral, as peças fabricadas durante este primeiro período de laboração são de grande qualidade técnica e estética, insuficiente porém para alcançar resultados financeiros, o que, aliás, não era, à época da sua criação, um objectivo da Fábrica. Pretendendo-se, como se referiu, evitar a compra de produtos no estrangeiro, foi necessário recorrer a medidas proteccionistas para implementar esta política, pois ela entrava em choque com gostos e hábitos profundamente enraizados. A observação do investigador Gustavo de Matos Sequeira sobre este assunto vai directa ao cerne da questão:

Os ricos estavam afeitos às porcelanas que lhes traziam as naus da carreira da Índia; os pobres, afeiçãoados às velhas loiças fabricadas

nos Anjos e nas Janelas Verdes. Os fidalgos, se compravam faianças no armazém da Fábrica, era para serem agradáveis ao Marquês de Pombal. (SEQUEIRA, 1934: 81)

Ou seja, as requintadas faianças de Tomás Brunetto não tinham mercado, isto apesar de Sebastião José de Carvalho e Melo ter dado o exemplo a toda a Corte, sendo dos primeiros a utilizar louça da Real Fábrica, conhecendo-se, na actualidade, algumas peças que terão pertencido a serviços com as suas armas, quando ainda conde de Oeiras. É o caso de uma terrina em forma de cisne, de que o Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, possui um exemplar, assim como o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (fig. 2).



Fig. 2 – Terrina em forma de cisne. Faiança moldada e pintada a azul. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Período de Tomás Brunetto, 1767-1771. Museu Nacional de Arte Antiga, nº inv. 6750.

A documentação⁷ referente à venda da louça no Armazém de Venda, a partir de 6 de Setembro de 1769, permite saber os nomes de alguns encomendadores de peças da Real Fábrica no período de Tomás Brunetto, podendo-se destacar, para além da “Real Majestade”, muitos nomes grados da aristocracia portuguesa e cinco referências a compras efectuadas pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e duas pela Companhia Geral de Pernambuco e

Paraíba,⁸ indiciando, com outros documentos adiante referidos, que peças do primeiro período de laboração foram vendidas para o Brasil. Não será o caso da referida terrina com as armas do Conde de Oeiras, a qual tinha um destinatário preciso, e terá ido em época mais recente, por via do coleccionismo.

Tomás Brunetto acabaria por ser despedido em 1771, por razões ainda não esclarecidas, sendo substituído pelo português Sebastião Inácio de Almeida.

Tanto quanto se pode concluir da documentação subsistente, foi no período em que Sebastião de Almeida esteve como Director da Fábrica, até 1779, data da sua morte, que as exportações de louça para o Brasil conheceram um grande incremento. Efectivamente, a compra de milhares de peças, entre 1770 e 1775, são referidas no “Livro das Contas Correntes com a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba”,⁹ sendo o primeiro ano deste período e parte do de 1771 ainda referentes à direcção de Tomás Brunetto. Nesse período, vários dos carregamentos referidos na documentação são da ordem dos oito, nove e dez milhares de peças, registando-se, em Setembro de 1770, uma ida de “14219 peças de louça de várias qualidades e preços”.

Facto é que a indústria cerâmica beneficiou do desenvolvimento do comércio ultramarino, em curso a partir de 1770, mesmo se para esta actividade em geral “a procura externa possuía um interesse apenas marginal” (PEDREIRA, 1994: 279). Para o caso particular do escoamento da produção da Real Fábrica, a ida de peças para o Brasil não foi certamente negligenciável. Como se verá, também as fábricas do Porto apostaram nesse comércio.

Para os anos de 1776-1777 existem registos mais pormenorizados desta actividade, referentes à acção das Companhias, mas sobretudo de particulares. Assim, nesse primeiro ano, em Janeiro, são remetidas para o Pará 468 peças de louça, em Fevereiro e Março, respectivamente 100 e 270 para a Bahia e, neste último mês, 52 para Pernambuco. Em Abril, existe o registo da ida para o Maranhão de 250 peças e, em Maio, 126 para o Rio de Janeiro. Em Junho, uma primeira remessa de cem para a mesma cidade, a que se seguiu uma outra, no final do mês, de 2094.

A 3 de Julho há uma “Atestação” para a Companhia do Grão-Pará e Maranhão remeter 10467 peças. Em Agosto temos 162 para Pernambuco e 26 para o Rio de Janeiro. Em Setembro seguiram mais 132 duas para esta cidade e em Novembro 253 para a Bahia.

Em 1777, temos a referência da ida em Março, para o Maranhão, de duas remessas, uma de 200, “em um caixote com a marca FR”, e outra de 273 peças. Nesta última remessa especifica-se que as peças foram compradas a Sebastião Inácio de Almeida.

Em Abril, temos a mais significativa de todas as remessas: 14632 peças

para o Rio de Janeiro, enviadas pelo próprio Sebastião de Almeida, seguindo-se, no mesmo mês, 300 para o Pará “que importaram em 11\$525”.

Em Julho, existe notícia da ida para o Rio de Janeiro de 1045 peças e a “Atestação” da compra, por parte da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, de 4877 peças. Finalmente, em Agosto, temos a ida de 444 peças para o Maranhão e 5025 para a Bahia.¹⁰ Refira-se que boa parte dos exemplares enviados para o Brasil, ao longo destes dois anos, ostentavam a marca FR, iniciais de Fábrica Real.

Embora quase não se possuam dados para outros períodos, é inegável que durante a direcção de Sebastião de Almeida a ida de louça para o Brasil teve uma importância considerável. A nosso ver, tal está estritamente ligado a mudanças estruturais na própria produção, introduzidas por Sebastião de Almeida e que, pela primeira vez na Real Fábrica, se orientam no sentido da obtenção de lucros.

Sebastião de Almeida elevou a manufatura a um patamar mais exigente do ponto de vista tecnológico, tendo as faianças atingido uma qualidade que permite, na generalidade, aproximá-las da porcelana, pela leveza das pastas, pintura muito fina, cintilação dos vidrados e pureza das cores empregues. Com formas e decorações menos arrojadas para o gosto vigente, em boa parte com referente na ourivesaria, predominam os objectos moldados de bordos recortados e bulbosos, com decorações maioritariamente a azul sobre grandes fundos brancos, referência à prestigiada e prestigiante porcelana da China (fig. 3).



Fig. 3 – Lavanda. Faiança moldada e pintada a azul. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Período de Sebastião de Almeida, 1771-1779. Museu da Cidade, Lisboa, nº inv. 2.

No essencial, Sebastião de Almeida implementou uma estratégia de racionalização da produção, verificando-se que o elenco de objectos fabricados é mais reduzido, com menor variedade de tipologias e modelos. Por outro lado, surgem peças com novas funções, procurando responder a necessidades concretas e quotidianas, por exemplo no que respeita à higiene, de uma clientela mais exigente.

Dado que as peças concebidas por Sebastião de Almeida foram em apreciável quantidade para o Brasil, pode-se inferir que tinham boa aceitação por parte da sociedade local, a qual aprovaria a contenção formal e decorativa que apresentavam quando comparadas com as suas antecessoras.

No entanto, embora dando origem a produtos muito diversos, as duas grandes influências da época de Sebastião de Almeida eram já as predominantes no período de Tomás Brunetto: a das porcelanas da China e da cerâmica europeia, sobretudo francesa, referenciando-se a produção de Ruão, Estrasburgo e Sévres.

Em termos de organização, o período de Sebastião de Almeida foi de charneira entre os primeiros anos após a fundação e a profissionalização a que seria sujeita pelo administrador que lhe sucedeu: João Anastácio Botelho de Almeida.

Na verdade, se nas *Condições do Ajuste* em que Sebastião de Almeida recebeu, enquanto mestre, a Fábrica, continuam bem vincadas as preocupações pombalinas com a perfeição da manufatura e a formação de artífices, progressivamente começou-se a atribuir uma maior importância ao sucesso económico. Isto será tanto mais evidente quando Sebastião de Almeida arrendar a Fábrica por sua conta, entre Dezembro de 1777 e 1779, passando a ter o lucro como objectivo primordial e, naturalmente, arcando com eventuais prejuízos. Nas *Condições* em que ficaram estipulados os seus deveres e direitos¹¹ ao “tomar à sua conta” a Fábrica, escreveu-se, logo na introdução, que debaixo delas o mestre se sujeitava “aos lucros ou perdas que possam acontecer, para o futuro”.

O que importa realçar é que a partir deste momento a produção da Real Fábrica de Louça, ao Rato, encontra-se em sintonia com o gosto predominante, tendo, por conseguinte, um público. Produzida em quantidade muito apreciável, logo possibilitando uma certa democratização do seu consumo, era, não obstante, pela erudição dos modelos que citava, um factor de prestígio. Em resumo, como escreveu Nuno Luís Madureira, a principal novidade da gestão de Sebastião de Almeida foi a “transformação do quadro competitivo da manufatura com o fabrico sistemático de peças de uso quotidiano, ampliando o

espectro de bens e diversificando a clientela” (MADUREIRA, 2003: 113). Como fica patente, estas mudanças encontraram eco no mercado brasileiro.

Tendo Sebastião de Almeida falecido em 1779, sucedeu-lhe, no ano seguinte, o já mencionado João Anastácio Botelho de Almeida, administrador também responsável pela orientação artística da produção (1780-1816), o qual viria a conduzir a Real Fábrica a um dos seus períodos mais estáveis e lucrativos, o que medeia entre a data da sua tomada de posse e a chegada dos exércitos de Napoleão a Lisboa, em 1807.

O tempo de Botelho de Almeida foi, antes de mais, o da consolidação de uma nova mentalidade, com tradução numa plena viabilidade económica. No seguimento do seu antecessor, procedeu a uma redução da quantidade de modelos produzidos, dirigindo-se o fabrico para os que, se sabia, seriam mais vendidos, e deu-se um nítido investimento em objectos com utilização doméstica para além da mesa. Foi, assim, o período da Real Fábrica em que se introduziu um maior número de tipologias, respondendo a necessidades de equipamento dos espaços interiores, caso das estufas e braseiras (fig. 4), e exteriores, a guarnição dos jardins e das fontes, com expressão num extenso leque de esculturas cerâmicas. Produziram-se também peças de carácter puramente lúdico, como tamboretas e bebedouros de aves e outras em que as preocupações ornamentais são preponderantes, como aquários e fontes de parede. Com segurança, pode-se afirmar que se, em 1826, a Fábrica estava em condições de dar resposta à encomenda para a Quinta da Boa Vista, apesar de se encontrar já mergulhada numa irreversível decadência, tal se fica, em muito, a dever às orientações estruturantes da administração de Botelho de Almeida.

O período de prosperidade que a Fábrica conheceu nas duas últimas décadas do século XVIII e início do XIX esteve em sintonia com o panorama geral do país. Aproveitando as perturbações ocorridas no comércio marítimo inglês e francês – em sequência primeiro da Guerra dos Sete Anos (1756–1763), que como se viu tivera consequências na crise económica, e seguidamente da Guerra da Independência da América (1776-1783) – “Portugal beneficiou de uma combinação de circunstâncias especialmente favorável, que proporcionou uma ampliação dos mercados para os géneros do Brasil, por efeito do aumento da procura e da redução da concorrência” (PEDREIRA, 1994: 264). Segundo, ainda, Jorge Miguel Viana Pedreira, “uma das maiores vantagens que Portugal retirou da guerra da América foi a reanimação do comércio da Ásia [...]”. No entanto, “os ventos favoráveis da conjuntura não sopravam apenas no eixo oriental do império: o comércio com o Brasil e com a Europa conheceu também um maior dinamismo” (*Idem*: 266).



Fig. 4 – Estufa. Faiança moldada e pintada a manganês, azul, verde e ocre. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Período de João Anastácio Botelho de Almeida, 1780-1816. Palácio Nacional de Mafra, nº inv. 1718.

É pois muito natural que, nesta época de reanimação do comércio Atlântico, a Real Fábrica tenha exportado para o Brasil grandes quantidades de louça. A documentação, até ao momento desbravada, não permite, no entanto, certezas a este respeito.

Já no que diz respeito às Fábricas do Porto, sabe-se que a exportação para o Brasil era, em 1791, fundamental. Ao conceder-se-lhes, nesse ano, “a isenção de direitos por Entrada nas Alfândegas Ultramarinas”, escreve-se que “a regular Exportação da Louça fabricada naquela cidade e remetida para os Portos da América Portuguesa, onde tem o seu principal consumo, constava pelo mapa, que oferecia extraído dos livros da Alfândega, mostrando-se, que nos cinco anos sucessivos de 1785 até 1789, se exportaram oitenta e três mil e duzentas e cinco dúzias de peças de Louça, além de duas mil quinhentas e quarenta e uma caixas”.¹²

Se não podemos afirmar com segurança que a louça de Botelho de Almeida foi vendida no Brasil, já no que diz respeito ao azulejo possuímos algumas certezas.

Desde logo, é sabido que o azulejo português teve no Brasil uma terra de acolhimento, sobretudo a partir do segundo quartel do século XVIII quando as encomendas chegadas da então colônia contribuíram, de forma decisiva, para uma aumento da produção nas olarias de Lisboa. Não por acaso, nessa época, correntemente designada como “Grande Produção Joanina”, foram concebidos os maiores revestimentos da azulejaria portuguesa, tendo um como destino o mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, e o outro o convento de São Francisco, em Salvador da Bahia. Num “programado ajustamento às superfícies a cujo revestimento se destina”, nas palavras de Dora Alcântara (ALCÂNTARA, 1997: 41), as paredes de igrejas e conventos do Brasil, cobriram-se, à semelhança das portuguesas, de cenas narrativas religiosas, contando a vida da Virgem, de Jesus, ou dos Santos, pintadas a azul sobre branco, e articulando-se com talha dourada para originar sumptuosos espaços barrocos.

No Brasil, o azulejo português viria posteriormente a adaptar-se às circunstâncias do gosto e do clima, conquistando as superfícies exteriores dos edifícios, nova aplicação difundida em Portugal por emigrantes regressados ao país natal, e que, a partir da segunda metade do século XIX, irá marcar de forma indelével a paisagem urbana portuguesa, a par de muitas cidades ao longo do litoral brasileiro.

Entre a azulejaria barroca e a produção industrial oitocentista, aplicaram-se no Brasil, especialmente na Bahia e no Maranhão, importantes revestimentos neoclássicos, na sua maioria saídos da Real Fábrica de Louça, permanecendo outras regiões dominadas por um gosto anterior, Rocóco (MECO, 1999: 13).

Em Salvador, sobretudo, assinalam-se núcleos muito significativos de azulejaria neoclássica,¹³ quer aplicados em edifícios religiosos – igrejas de Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Nossa Senhora da Saúde e Glória, convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo – quer na arquitectura civil, solares do Conde dos Arcos, Bom Gosto (hoje aplicados na Reitoria da Universidade da Bahia) ou Margarida (actualmente na entrada principal do Hospital Aliança)¹⁴ – num fenómeno que só encontra paralelo, na mesma época, na região de Lisboa ou próximo da capital.

Importa referir que embora filiável na complexa linguagem do neoclássico internacional, a presença deste estilo decorativo na azulejaria portuguesa teve características específicas, que em parte poderão explicar a aceitação que encontrou no Brasil.

Como João Castel-Branco Pereira pôs em evidência, não houve uma adesão total aos cânones deste estilo, o que desde logo denota a importância que na azulejaria portuguesa adquirem alguns temas e motivos decorativos.

É o caso das *chinoiseries* que têm como fonte iconográfica gravuras rococó de autores como François Boucher, Gabriel Hucquier ou Jean Pillement (1728-1808) (PEREIRA, 1997: 14).

Este último artista, activo em Portugal antes do terramoto de 1755 e, num segundo período, a partir de 1780 na cidade do Porto, é recorrentemente citado através da representação de paisagens bucólicas ou marítimas idealizadas e, por vezes, muito estilizadas, o que poderá ter resultado de não serem transcrições directas das fontes gravadas. Apesar de poder transmitir a ideia de se tratar de um leque reduzido de representações, facto é que estas paisagens, representação recorrente também na louça do mesmo período (fig. 5), se apresentam sempre diferentes, graças à subtil alteração de alguns elementos.



Fig. 5 – Par de Talhas. Faiança rodada e pintada a verde, manganês, azul e ocre. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Período de João Anastácio Botelho de Almeida, 1780-1816. Colecção particular, Portugal.

Se esta assimilação incompleta do neoclássico internacional pode resultar de uma lacuna de informação da sociedade portuguesa da época, importa aqui realçar que este estilo foi adoptado de uma forma que indicia uma sensibilidade própria. Assim, a azulejaria neoclássica portuguesa revela, para além de uma grande criatividade, expressa em múltiplas soluções, um gosto muito enraizado que se traduz na recorrência de temas – sendo os exóticos reflexo de um contacto continuado com culturas extra-europeias – e por uma encenação de matriz barroca que nesta época continua a materializar-se em revestimentos murais de igrejas.

Na verdade, a afirmação de um gosto elaborado de forma original a partir de influências externas é axial quer no azulejo, quer na faiança produzidos em Portugal, desde finais do século XVI, pelo que o modo de assimilação das correntes estéticas dominantes na cerâmica europeia dos séculos XVIII e primeira metade do século XIX tem a sua génese naquela época. Nesse sentido, deve ser entendido não como um desfazamento endémico de um país periférico, mas como uma opção programática bem vincada.

Logo com a faiança produzida ao longo do século XVII por influência da porcelana da China fica evidente que o não alinhamento por modelos estéticos europeus nem sempre pode ser tido como um atraso. Nesse período foi certamente uma proposta alternativa de quem se pretendia afirmar enquanto centro de produção, servindo-se, para o efeito, de matrizes concebidas no Oriente.¹⁵ Como escreveu Carlo Ginzburg, “é evidente que resistência e atraso são fenómenos muito diferentes, activo um, passivo e subordinado o outro” (GINZBURG, 1991: 59).

Com o desenvolvimento do azulejo e faiança portugueses até, pelo menos, à primeira metade do século XIX, ficou bem patente a persistência de um gosto, com grande aceitação no Brasil, na recorrência de temas e motivos decorativos.

As Invasões Francesas (1807-1811) virão interromper a prosperidade crescente da Real Fábrica de Louça, iniciando um período de decadência que, agravado pela instabilidade política do país e por conflitos internos, conduzirá ao seu encerramento em 1835.

Nos últimos anos da actividade assistiu-se a uma sucessão de administrações, instáveis e breves, destacando-se a de Alexandre António Vandelli, entre 1818 e 1824. Dando continuidade à produção da administração anterior, Vandelli privilegiou o fabrico de louça de mesa e esculturas, e foi o responsável pelo surgimento de uma nova manufactura de garrafas e canecas antropomórficas.

A instabilidade então vivida não impediu que se continuasse a fabricar peças de qualidade, nomeadamente esculturas. A produção deste tipo de peça manteve-se até aos últimos anos, produzindo-se então exemplares como um *Neptuno* ou séries de bustos monumentais das *Quatro Estações* que parecem querer contrariar o processo de decadência acentuada em que a Fábrica se encontrava (fig. 6).

Facto é que as esculturas tinham grande tradição na Real Fábrica, produzindo-se desde o tempo de Tomás Brunetto, embora peças de menor escala. Chega mesmo a ser surpreendente a quantidade, que a documentação subsis-

tente deixa entrever, e a qualidade, patente nos exemplares ainda existentes, das peças manufacturadas, fazendo supor a colaboração próxima com esculptores e modeladores.

Assim, quando em 1826 chegou a encomenda para a Quinta da Boa Vista, a fábrica estava apta para a satisfazer, assegurando a produção de objectos com a qualidade que dela se esperava.

Por outro lado, existe a referência, ao longo do tempo, a bustos de pessoas reais, podendo-se pensar que cabia à Fábrica a produção deste tipo de peça, por vezes adaptando modelos estrangeiros, num projecto escultórico que parece atravessar várias administrações.

Cite-se, como exemplo muito qualificado do período de Botelho de Almeida, o busto da Rainha D. Maria I, pertencente ao Palácio Nacional de Queluz, inspirado, ao que se pensa, num modelo de Sévres, visto ter afinidade com o busto de Madame Du Barry executado nesta fábrica, em 1775, por Pajou (1730-1809) (fig. 7).



Fig. 6 – Busto, Verão. Faiança moldada e vidrada a branco. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Último período de produção, 1817-1835. Collecção particular, Portugal.



Fig. 7 – Busto, D. Maria I. Faiança moldada e vidrada a branco. Real Fábrica de Louça, ao Rato. Período de João Anastácio Botelho de Almeida, 1780-1816. Palácio Nacional de Queluz, nº inv. 15 A.

No inventário realizado na Fábrica, em 1825, são mencionadas cinco formas de *Retratos de Pessoas Reais*, com o valor de 6\$400 cada,¹⁶ algumas das quais deverão corresponder às matrizes de pequenos bustos de D. João VI e Dona Carlota Joaquina, de que sobrevivem, nos nossos dias, diversos exemplares. Embora não se conheça actualmente nenhum espécime, podemos deduzir que se fabricaram formas de maiores dimensões, representando os monarcas, por uma *informação*, de 31 de Agosto de 1824, para que

[...] na Fábrica da Louça se entregue à ordem do Provedor da Casa da Moeda Luiz da Silva Mouzinho d'Albuquerque o Busto do Mesmo Augusto Senhor, q. se acha no Armazém da d.^a Fábrica, a fim de ser colocado no Anfiteatro de Química, e Física da d.^a Direcção p.^a q. assim se execute [...],¹⁷

assunto a que faz também menção um outro documento, datado de 15 de Setembro seguinte.¹⁸ Embora não possa haver uma certeza, visto tal não ser especificado, tudo indica que esta documentação se refere a um objecto cerâmico, e de apreciável dimensão.

Em 1833, o estado de decadência da Real Fábrica acentuara-se bastante, como consequência da Guerra Civil que assolou o país, opondo Absolutistas a Liberais. Após a vitória destes últimos, D. Pedro solicitou ao administrador da Real Fábrica das Sedas e Águas Livres, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, uma “opinião decisiva sobre a utilidade ou inutilidade daquele Estabelecimento, tantas vezes disputada, a fim de que possa tomar uma deliberação definitiva”.¹⁹ Em resposta, este redigiu uma “Breve Memória sobre o estado em que se achava a Fábrica da Louça sita ao Rato, e melhoramentos que vai tendo”,²⁰ dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Joaquim António de Aguiar, em 18 de Outubro de 1833, dando conta do estado de ruína em que encontrou a Fábrica.

Tal não o fez, contudo, desanimar, pois em Fevereiro do ano seguinte teve conhecimento de uma encomenda feita à Real Fábrica, tendo como destinatário o próprio D. Pedro. Em resposta escreveu ao encarregado da compra, um tal João Cartola Ferreira:

Illmo. Snr. = Envio a Vossa Senhoria os pratos de faiança que se encomendaram na Real Fábrica da Louça por sua ordem – A pessoa que os encomendou não falou comigo, nem deixou o nome declarado; mas assim que eu soube que Sua Majestade Imperial se dignou admitir na sua mesa os produtos nascentes de nossa indústria fabril, e por isso

bastante imperfeitos, logo mandei aprontar a dita encomenda; pois avalio como devo uma honra tão grande: um tal exemplo será seguido necessariamente pela Corte, e por todos os bons portugueses, tendo por efeito imediato o melhoramento deste ramo de manufacturas, o qual não é possível conseguir-se senão por meio da prática, e não pode havê-la sem terem consumo os mencionados produtos [...].

Muito estimei que Sua Majestade Imperial queira continuar a honrar a Real Fábrica da Louça mandando ali fazer algumas novas encomendas daquilo que for da sua vontade.²¹

O novo fôlego que Teixeira Girão ambicionava acabou por não chegar, encerrando a Fábrica em meados de 1835, num processo deficientemente documentado.

Até ao fim, porém, esta teve sempre a consideração da família Real que a ela recorreu para satisfazer algumas das suas mais exigentes encomendas, dando o exemplo, como refere Teixeira Girão, à Corte, e contribuindo para o prestígio dos seus produtos no Brasil.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

Junta do Comércio

- JC 10, Consultas da Junta do Comércio, 1763-1833, Pasta 1790-1796,

Ministério do Reino

- MR 3, Registo de decretos, alvarás, e consultas da Junta do Comércio, 1755-1757. 1802-1833

- Livro 16 (1824-1826)

- Livro 17 (1826-1828)

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Ministério do Reino

- Maço 1908 (Fábrica das Sedas, 1833-1834)

Documento incluso no documento nº 1908, 3 de Setembro de 1833

Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas

Real Fábrica das Sedas

- Livro 250, Inventário de Louça, 1825
- Livro 384, Registo dos Estatutos, Alvarás, Decretos, Avisos e Informações, 1757-1774
- Livro 393, Livro 3º de Registos de Decretos e Avisos, 1825-1828
- Livro 402, Registo de Representações e Consultas, 1825-1828
- Livro 404, Livro de Ordens da Direcção, 1805-1827
- Livro 406, Representações e Consultas à Direcção da Real Fábrica, 1833-1835
- Livro 415, Avisos, 1790-1835
- Livro 421, Livro de Registos das Atestações B, 1775-1786
- Livro 819, Livro das Contas Correntes com a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1758-1778;
- Livro 820, Livro das Contas Correntes com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1760-1781
- Livro 938, Vendas de Louça do Armazém de Venda, 1769-1771

Bibliografia

- ALCÂNTARA, Dora - « Azulejos na Coleção Castro Maya ». *Azulejos na cultura luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997
- BRANCANTE, Eldino Fonseca, *O Brasil e a Cerâmica Antiga*, São Paulo: Cia Lithographica Ypiranga, 1981 *Cerâmica Neoclássica em Portugal*, [catálogo], Museu Nacional do Azulejo, Lisboa: Instituto Português de Museus, 1997
- GINZBURG, Carlo, *A Micro-História e Outros Ensaios*, Lisboa, DIFEL, 1991
- MACEDO, Jorge Borges de, *A situação económica no tempo de Pombal, alguns aspectos*, 3ª ed., Lisboa: Gradiva, 1989
- MADUREIRA, Nuno Luís, “Informação e Gestão na Real Fábrica de Louça”, in *Real Fábrica de Louça, ao Rato*, [catálogo], Museu Nacional do Azulejo/Museu Nacional de Soares dos Reis, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 108-127
- MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa: Editorial Estampa, 1997
- MECO, José, “A expansão da azulejaria portuguesa”, *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, nº 36-37 (Out.1998/Março 1999), pp. 8-17
- MECO, José, “Azulejaria Portuguesa na Bahia”, *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, nº 36-37 (Out.1998/Março 1999), pp. 52-86
- MONTEIRO, João Pedro, “Um prato da Restauração e a opção pelo Oriente na faiança portuguesa do século XVII” in *Oriente*, nº 7, Fundação Oriente, Dezembro de 2003, pp. 54-64.

PEDREIRA, José Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil*. Carnaxide: Difel, 1994.

PEREIRA, João Castel-Branco, «Azulejos neoclássicos». *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, nº 36-37 (Out.1998/Março 1999), pp.211-232

PEREIRA, João Castel-Branco, “O azulejo neoclássico” in *Cerâmica Neoclássica em Portugal*, [catálogo], Museu Nacional do Azulejo, Lisboa: Instituto Português de Museus, 1997. *Real Fábrica de Louça, ao Rato*, [catálogo], Museu Nacional do Azulejo/Museu Nacional de Soares dos Reis, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do Terramoto*. Lisboa: [s.n], 1934, vol. V, p. 81.

SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria portuguesa no Brasil 1500-1882*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965

Notas

1 Cf. *Real Fábrica de Louça, ao Rato*, [catálogo], Museu Nacional do Azulejo/Museu Nacional de Soares dos Reis, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003

2 Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 402, Representação de 6 de Setembro de 1826, fl. 85; Livro 393, Aviso de 14 de Outubro de 1826, fl. 35. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Ministério do Reino, MR 3, Livro 17 (1826-1828), 14 de Outubro de 1826, fl. 81

3 A.N./T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 402, Representação de 25 de Outubro de 1826, fl. 89.

4 A.N./T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 393, Aviso de 7 de Novembro de 1826, fl. 36 v., A.H.M.O.P.T.C., Ministério do Reino, MR 3, Livro 17, 7 de Novembro de 1826, fl. 87

5 “Informação” do Museólogo João Carlos Ferreira ao Director do Museu Nacional/UFRJ, 4 de Abril de 1999.

6 A Quinta dos Azulejos pertence, na actualidade, ao Colégio Manuel Bernardes.

7 A.N./T.T. Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 938, Vendas de Louça do Armazém de Venda, 1769-1771

8 Sobre a acção das Companhias ver Madureira, 1997, pp. 83-98

9 A.N./T.T. Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 819, Livro das Contas Correntes com a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1758-1778; Livro 820, Livro das Contas Correntes com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1760-1781

10 A.N./T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 421, Livro de Registos das Atestações B, 1775-1786, fls. 4-117.

11 A.N./T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 384, “Condições Com que Sebastião Inácio de Almeida tomou á sua conta a Real Fabrica da Louça do Sitio do Rato desta cidade”, 19 de Dezembro de 1777, fls. 175 v. – 176 v.

12 A.H. M.O P. T. C., Junta do Comércio, JC 10, Pasta 1790-1796, 31 de Janeiro de 1791, fls. 1-2.

13 Tivemos oportunidade de visitar todos os núcleos relevantes da azulejaria neoclássica em Salvador, graças ao acompanhamento incansável do Professor Estácio Fernandes, a quem muito se agradece.

14 Estamos muito gratos por esta informação ao Professor José Dirson Argolo, responsável pelo restauro deste importante núcleo da azulejaria neoclássica em Salvador, que se pensou desaparecido.

15 Cf. Monteiro, 2003

16 A.N./T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 250, Livro do Inventário da Louça, 1825.

17 A.H.M.O.P.T.C., Ministério do Reino, MR 3, Livro 16, doc.31, Agosto de 1824, p. 4 v.

18 A.N./T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 404, Livro de Ordens da Direcção, fl.118 v.

19 A.N./T.T., Ministério do Reino, Maço 1908, documento incluso no documento nº 1908, 3 de Setembro de 1833.

20 A.N./T.T., Ministério do Reino, Maço 1908, 18 de Outubro de 1833, fls. 6 v. – 10; Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 406, Ofício de 18 de Outubro de 1833, fls. 11 e seguintes.

21 A.N.T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 415, Fevereiro de 1834, fl. 99.

Resumo

A partir da documentação referente à Real Fábrica de Louça, ao Rato, estudada por ocasião de uma exposição que o Museu Nacional do Azulejo dedicou a este centro produtor de cerâmica, analisa-se a venda corrente de louça para o Brasil, contextualizando esta actividade nos respectivos períodos de produção.

Confere-se especial destaque a uma importante encomenda para a Imperial e Real Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em 1826, bem como à forte presença da azulejaria neoclássica da Real Fábrica em edifícios civis e religiosos da cidade de Salvador, Bahia.

Palavras-chave: Real Fábrica de Louça; Encomendas; Louça; Azulejos

Abstract

The Museu Nacional do Azulejo, in Lisbon, has organized, in 2003, an exhibition dedicated to the Real Fábrica de Louça, ao Rato. On that occasion was developed an extensive documental research about this ceramics producer centre, from which was analysed the current exportations of tin-glazed earthenware to the Brazil.

In this context we placed a special emphasis on an important order, in 1826, to the Imperial and Royal Quinta da Boa Vista, at Rio de Janeiro, as well as on the strong presence of neoclassical tiles from the Real Fábrica in civil and religious buildings in Salvador, Bahia.

Keywords: Real Fábrica de Louça; Orders; Tin-glazed earthenware; Tiles

Contextos e percursos da cultura popular

*Joaquim Pais de Brito**

Em 1996, realizámos no Museu de Etnologia uma exposição sobre a obra de um escultor de Esposende, descendente de uma família de canteiros em pedra, mas que desenvolvera o seu trabalho de criação plástica esculpindo raízes, troncos encontrados na praia, trazidos pela água do mar ou do rio, madeiras e formas que o inspiravam. Franklim era engraxador, analfabeto, e as suas obras seduziram Ernesto de Sousa, intelectual plurifacetado, ligado ao ressurgimento do novo cinema português (*D. Roberto*, 1963) e à reflexão e intervenção crítica no campo da arte contemporânea. A sua descoberta de Franklim ocorrera em 1964, data a partir da qual irá dá-lo a conhecer através de algumas exposições que promove, até que, em 1968, Franklim morre num acidente de viação. A exposição do Museu de Etnologia só foi possível depois de um longo percurso de pesquisa, com o fim de localizar as suas obras em casa dos particulares que porventura as tivessem adquirido. Tendo como ponto de partida os catorze trabalhos de sua autoria, que pertenciam a Ernesto de Sousa, chegou-se ao número total de cerca de uma centena. A questão mais impressiva que se nos colocou no decurso da preparação da exposição e que pudemos explicitar no dia da inauguração prendia-se com o estatuto desses objectos, que não se encontravam representados nem nos museus de etnografia nem nos museus de arte. Por isso, viemos a encerrar a exposição com a realização de uma mesa-redonda, onde essa mesma questão foi discutida. E ela serve-nos agora para reflectir, a partir de alguns exemplos, em torno da constituição da categoria *popular* e conteúdos, expressividades e manifestações plásticas que contempla. Ela não é, nem nunca terá sido óbvia, resultado de processos discursivos classificatórios e das negociações que estão na base da sua designação.

* Joaquim Pais de Brito é Professor Catedrático do Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Técnica de Lisboa. Coordenador do Mestrado “Patrimónios e identidades”. Fundador e coordenador da colecção “Portugal de perto: biblioteca de Etnografia e Antropologia” (Lisboa: D. Quixote). Director do Museu Nacional de Etnologia.

Tomemos como ponto de partida, deslocando-nos para um plano mais geral e obrigando-nos a recuar no tempo, a questão dos detentores da escrita, do olhar. Ela permite-nos interrogar-nos sobre o lugar a partir de onde se apreende o mundo e, pensando no contexto europeu e nos seus prolongamentos, fruto das colonizações, quem são os protagonistas dessa apreensão que visa o que já há de alteridade dentro da própria sociedade, ou seja, o outro que se encontra num plano desnivelado, desqualificado, eventualmente oculto e que será objecto de diferentes valorações, intenções ou estratégias que se vão desenhar nestas sociedades ocidentais. Estas são conduzidas a partir dos lugares de poder e dos meios que neles confluem: o olhar, a fala, a escrita. Com este ponto de partida é forçoso lembrar os contributos dos historiadores das culturas populares na Europa do fim da Idade Média, Renascimento e início dos tempos modernos – para retomar as divisões que foram qualificando a profundidade temporal e a aprendizagem da História. Entre eles encontram-se autores de referência como Peter Burke, *Popular culture in early modern Europe* (1978) ou Júlio Caro Baroja, *Ensayos sobre la literatura de cordel* (1969)¹ e, numa posição que julgamos decisiva pela marcação que propõe do campo problemático, Mikhail Bakhtine (1970), com *L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sur la Renaissance*. Todos eles confirmam o grau de partilha e indistinção entre o registo popular e erudito, que decorre de uma grande proximidade de valores, interesses, atracções e encantamentos e algo de existência promíscua entre os estatutos mais elevados da sociedade, com particular relevo para o clero, e a massa mais ou menos difusa e anónima das camadas populares. Isto tanto na cidade como nos campos. A primeira apenas se distingue fisicamente de um território todo ele rural, que marca a totalidade das paisagens e dos modos de circulação da notícia, da informação, da curiosidade, do conhecimento e concepções do mundo. Os principais traços dessa cultura partilhada ressaltam com extremo brilho da análise de Bakhtine ao falar da cultura carnavalesca do riso, do grotesco, das inversões, dos corpos imperfeitos e inacabados, enfim, tudo o que precede a construção ou reposição dos cânones estéticos, as apropriações socialmente diferenciadas do conhecimento e do entendimento científico da natureza, e a emergência de campos instituídos de Poder e da representação com a correspondente densidade normativa que separa as classes e as suas práticas e as filiações culturais que reproduzem.

Entre o final do séc. XVIII e os começos do séc. XIX, com o impulso e inquietação da sensibilidade romântica e, no plano político, a procura da configuração individualizada das nações, um novo olhar emerge, uma definitiva

distinção se opera. Ela procede das cúpulas de uma sociedade hierarquizada, sejam elas já previamente existentes e estruturalmente constitutivas dessa mesma sociedade, seja a de uma burguesia em construção, que fabrica e interroga o universo a que pertence. Claro que tudo havia já passado por esse imenso trabalho da Contra Reforma que, entre finais do séc. XVI e começos do séc. XVII disciplinava, policiava e ordenava os comportamentos, impondo um progressivo distanciamento do clero em relação às camadas populares de que se ocupavam. O Concílio de Trento é, assim, uma pedra angular para a compreensão de todo o processo de distinção e de apropriação social das práticas e representações e, por isso mesmo, os documentos que dele decorrem (*constituições sinodais*, etc.) continuam a ser uma fonte importante para fazer uma história desses processos e da própria etnografia das práticas no passado e das suas manifestações nos dias de hoje. Mas é no começo do séc. XIX que se institui um olhar e uma escrita que procuram nas práticas, falas e crenças das camadas populares, uma matéria que parece não estar noutro lado e que, a partir de então, segundo os contextos históricos, geográficos e culturais servirá para muitos propósitos. Um deles é, mesmo, o de ajudar a definir o conceito de povo.

No caso português essa procura é tardia, se tomarmos como comparação a Inglaterra ou a Alemanha. Portugal encontra-se em convulsão, atravessado por fracturas e confrontos, durante toda a primeira metade do séc. XIX. Logo no seu início, a Guerra das Laranjas, com a Espanha, o eterno vizinho e inimigo, a tomar Olivença; depois são as invasões francesas, a saída da corte para o Brasil, a permanência dos ingleses, a quebra drástica da produção agrícola, as carências de todo o tipo, a marginalidade; e, logo depois da Revolução Liberal, o regresso da corte, a independência do Brasil, as guerras civis, a abolição de alguns dos eixos do Antigo Regime e dos valores sobre que se construiu, entre os quais, por exemplo, o fim das ordens religiosas, a expulsão de algumas destas, a abolição dos morgadios, e uma reforma administrativa com consequências nas próprias representações das identidades locais e regionais. Tudo isto tecido das projecções populares mais complexas que nem sempre satisfizeram os desejos progressistas dos historiadores quando, em muitas regiões do país, os mais despossuídos tomam o partido por D. Miguel, o rei absolutista. São décadas que culminam com a revolta da Maria da Fonte e Patuleia (1846/47), expressão de protestos populares, ligados, entre outros factores, à gestão da morte, com a proibição dos enterramentos nas igrejas e a imposição dos cemitérios. A partir de meados do século o exercício da ordem é também o da própria ordenação e avaliação do país na sua totalidade e na sua unidade. É então que se concretizam, em acto e intencionalidade política, ideias que já a Revolução Liberal

transportava como novidade e ruptura com um Antigo Regime que, todavia perdurava. É também então que se procede ao desenho e contagem do país, na sua expressão demográfica e física e se propõem todos os grandes programas e actos legislativos para aquele desenho, contagem e ordenação que confluem no esforço de ultrapassar a fragmentação de poderes, pulverização de unidades territoriais e de legislação, isolamentos e modos de comunicar com o centro. É assim que surgem, nas décadas de 50 e 60 a uniformização dos pesos e medidas, através de um levantamento exaustivo, concelho a concelho, dos sistemas locais e sua conversão ao sistema métrico, a lei do serviço militar que faz desaparecer as escolhas ao nível das comunidades, tornando-o universal como tributo de sangue, o levantamento dos incultos e um plano de arborização do país. Tudo começa com a reforma administrativa da década de 30, que nas décadas seguintes se prossegue e vai traduzir-se na redução do número de concelhos de cerca de 900 para cerca de 300, contidos num desenho exacto dos limites do país com a criação da comissão mista para a demarcação da fronteira luso-espanhola que inicia os seus trabalhos nos anos de 1850; ao mesmo tempo que se procede à demarcação dos pontos de referência do país para a sua triangulação e a elaboração da sua primeira carta corográfica. É também nesses anos que Almeida Garrett publica o seu *Romanceiro* (1851).

A Nação construía-se e foi, primeiramente, pela via dos géneros da literatura oral que ela interessou e ocupou os primeiros grandes colectores, que começam a publicar e a constituir os seus *corpus* a partir do final dos anos 60 do séc. XIX mas, sobretudo, nas duas últimas décadas.² *Romanceiro*, *cancioneiro*, *adagiário*, *fórmulas* ligadas a todo o tipo de práticas de evocação religiosa e acção mágica, constituem uma dimensão de grande importância, tanto enquanto expressão da língua, ela própria factor e argumento de uma identidade nacional, com todas as suas variantes de acento dialectal, quanto pela invocação de uma profundidade temporal onde se formou, também ela legitimadora da construção da Nação e da sua existência num tempo longo. No entanto, esta língua vai permanecer, em geral, excluída das análises da arte popular, apesar de ela vir a tornar-se matéria de escrita de autores que, a partir de começos do séc. XX, constroem os seus textos e o seu universo literário tendo como referência cenários, personagens e quotidianos da população rural das aldeias. Penso, particularmente, em Aquilino Ribeiro, e como com ele estamos perante um território de morfologias e sonoridades que se apresenta também como proposta de criação plástica. Este deslize do registo da fala e das linguagens populares para o campo da literatura passa a pertencer à história desta mais do que à história da etnografia e da aproximação disciplinar que com ela se define.

A língua e a escrita em meio popular têm sido objecto de escassa interrogação e, no entanto, elas exprimem-se em tudo o que são as inscrições em objectos que sinalizam trocas simbólicas, ritualização de acontecimentos etc., através do bordado, por exemplo, ou de instrumentos de inscrição como a navalha, como acontece com todo o género de alfaia agrícola e de artefactos, em geral de uso feminino, sendo o trabalho de escrita realizado pelo homem ou, de forma mais explícita, nas letras, palavras, frases ou poemas bordados nos lenços de amor ou em outro tipo de têxtil. Foi isso que levou Eugénio Lapa Carneiro a interessar-se pelos manuais de caligrafia e ortografia, que colleccionou e depois ofereceu ao Museu Nacional de Etnologia, resultado, certamente, do seu primeiro interesse por aqueles lenços. É este um campo que, obviamente, nos solicita para a própria história da escolaridade em Portugal, tanto pela via das formas tradicionais, do mestre que ensinava em sua casa, tão bem descrito nos romances e contos de Bento da Cruz referidos às terras tras-montanas do Barroso, ainda de memória do autor³, como das escolas criadas, frequentemente por acção de um mecenas originário da terra e enriquecido fora dela, a partir dos anos de 1880, e de que o Abade de Baçal fez a lista para as aldeias de todo o distrito de Bragança.

Lembremos duas vertentes da história política e económica que, no último quartel do séc. XIX, deveremos considerar como elementos de contextualização de alguns dos parâmetros com que pensamos as culturas populares. Por um lado, assiste-se a um crescimento demográfico indissociável do arroteamento e cultivo das terras e da introdução e vulgarização de novas culturas, entre as quais ocupa um lugar de destaque a batata; por outro, as grandes crises que afectam as subsistências e que aquele crescimento demográfico agrava, trazidas por novas doenças que dizimam as culturas, como a filoxera nas vinhas, a de mais destruidores efeitos. Mas também a crise e sobressalto traumático subsequente ao *ultimatum* inglês (1890) que, a propósito dos territórios africanos sob administração colonial, feriu o orgulho de um sentido de independência e capacidade de auto-governo, e veio a instaurar o discurso da decadência que marcou toda a intervenção política e científica dos intelectuais portugueses e, de entre eles, também os que se ocuparam das tradições populares.

Mas existe, ainda, uma dimensão que julgamos importante lembrar como hipótese de trabalho na reflexão sobre os conteúdos e as morfologias da cultura popular. Tem ela a ver com o facto de, a partir do último quartel do século, quando aqueles levantamentos mais sistemáticos das tradições se intensificam, estas elaboravam-se certamente sobre um imenso campo de trans-

formações e esquecimentos. Naquele contexto finisecular apenas uma geração de portugueses se identificaria com um tempo relativamente estável que sucedera às décadas agitadas e violentas das grandes mudanças e trânsitos de reconstrução social da primeira metade do século. A oralidade transportaria consigo ecos ou ressonâncias dos acontecimentos históricos numa paisagem de lutas, perigos, mortes, e toda a sua efabulação – facto que as recolhas de cancionero popular político do final do séc. XIX ilustram⁴ –, ressonâncias que coexistem com a oralidade mais atemporal e não conflitual, de componente lírica, dramática e lendária, que se vai tornando hegemónica. Talvez que este ciclo de aumento dos bens de subsistência e crescimento demográfico, com o inevitável refluxo e crise que obrigou parte da população a emigrar, seja um dado estruturante da aldeia como forma social, teatro das dimensões do popular que interessou os investigadores e que veio ainda a ser referência e tema de pesquisa durante grande parte do séc. XX. E, por isso, uma leitura mais atenta às conjunturas do discurso que sobre ele se produz traz sempre elementos de compreensão para além da ilusória permanência no tempo de muitas dessas formas do popular, e um conhecimento mais problematizado da própria expressividade performativa da palavra, do canto, da música ou do saber fazer técnico.

Temos, então, que havia surgido o povo, a Nação, e a referência que se inquiria era a ruralidade, o que irá continuar a caracterizar as primeiras décadas do séc. XX. Ela marcava todo o espaço, passeava-se pelos mercados e ruas das poucas cidades do país, e vai interessar os intelectuais – investigadores, escritores, pintores, jornalistas – a partir de formulações, obviamente ideológicas, quanto à sua materialidade, à sua textura, aos processos formais da sua elaboração. Foi assim que aconteceu com o interesse voltado para a arquitectura popular e todas as questões em torno da casa portuguesa, que teve em Raúl Lino um protagonista de renome; e aconteceu, igualmente no começo do século, com o olhar voltado para a identificação, recuperação e promoção de algumas tradições artesanais, que poderiam funcionar como ícones emblematizadores da Nação, processo este bem eloquente nos contributos de Sebastião Pessanha e José Queiroz e a promoção do tapete de Arraiolos.⁵ Em ambos está presente um conflito que, de algum modo permanece oculto. Por um lado identifica-se uma produção local, quer-se recuperar a sua genuinidade – materiais, modos de execução, cores, desenhos, volumetrias, saber fazer – mas, por outro lado, com ela procura-se a exibição de um símbolo nacional. No tapete, mantendo-se o seu registo, reconfigurando e propondo uma gramática de motivos; na casa portuguesa, combinando influências captadas ou

inspiradas na arquitectura vernácula de muitas das províncias, num ecletismo e sincretismo de estilo que não passa de uma fantasia.

Não se foi muito mais longe durante as três primeiras décadas do século na atenção e abordagem à arte popular. Só com os anos de arranque do Estado Novo e o papel que nele desempenha o Secretariado de Propaganda Nacional, depois designado Secretariado Nacional de Informação (SNI), esse trabalho se torna explícito e obedece a um programa. Aconteceu isto com António Ferro, personagem cujo percurso biográfico e intelectual traz elementos novos quanto ao olhar que então institui a arte popular como objecto. Ligado, inicialmente, ao movimento modernista e à revista *Orpheu*, entre outros com Fernando Pessoa, jornalista, ele vai tentar, nos primeiros anos da sua actividade como director do SNI, atrair os grandes criadores de então, da pintura, escultura, literatura, teatro, para um conjunto de acções propostas a partir deste serviço do Estado corporativo. Aqui se vai desenvolver uma intensa actividade editorial e, com ela, um insinuante trabalho de artes gráficas, com todo o tipo de ilustrações em capas de livros, cartazes, folhetos etc., que se publicavam. Os elementos decorativos que mais frequentemente ocorriam nas produções artesanais populares, vão agora ser reproduzidos, combinados e adaptados, para serem aplicados tanto em mobiliário como em tecidos mandados executar para a decoração de pousadas, miniaturas para venda e oferta, todo o tipo de grafismo já referido etc. etc. etc. A lágrima, o coração com ou sem chave, os esses, são alguns desses elementos indefinidamente repetidos nos vazados das costas de uma cadeira, numa sanefa ou num cortinado, no contorno de um mapa de Portugal que nos dá a localização das suas mais célebres romarias ou dos seus monumentos, na decoração das montras da cidade (também houve concursos para elas). Assiste-se a uma forma de devaneio ou delírio decorativo, disseminado por todas as manifestações promovidas pelo regime, atraindo para elas grandes desenhadores e que, de algum modo, embeleza, unificando um país de que, ao mesmo tempo, se queria promover uma diversidade plástica, para assim o tornar mais atraente. Também aqui a mesma tensão antes referida se manifesta: diversidade regional, mas uma equivalência absoluta entre todas as diversidades e, por isso, o seu apagamento. É nos anos 1938/40 que este processo culmina, em dois eventos cujos efeitos entretanto se apagam ou interrompem com a eclosão da guerra. Em 1938, com o concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal, pelo qual, com base em *dossiers* organizados por júris provinciais, com a participação de etnógrafos, duas aldeias por cada uma das 12 províncias vão propor, de acordo com as bases do concurso, o que de melhor têm para mostrar como elementos tradicionais. Para muitos dos as-

pectos solicitados que poderiam dar valor à aldeia, foi necessário criar um meio performativo que permitiria mostrá-los. Foi assim com o cancionero, a música, as danças, os trajes, jóias e adereços, exibidos por homens e mulheres organizados nos ranchos que então se criaram. Estes grupos organizados para executar o seu património tradicional durante as visitas do júri nacional ao longo de Agosto e Setembro do ano de 1938, constituíram o paradigma dos ranchos folclóricos que a partir de então se generalizaram por todo o país.⁶ Com eles, a importância dada ao traje, por exemplo, que já se tinha afirmado no caso do Minho, com os primeiros ranchos de lavradeiras organizados por Abel Viana, na primeira década do século, vai tomando visibilidade e vai-se constituindo formalmente e, muitas vezes, cristalizando, com o seu valor de expressão artística. Mas 1938 é também o ano do apelo à participação dos portugueses na grande Exposição do Duplo Centenário (da fundação da nacionalidade em 1140 e da independência face ao domínio dos Filipes em 1640), e com esta exposição, de algum modo se reafirma a atenção voltada para outras manifestações da arte popular: os objectos, instrumentos de trabalho, meios de transporte, utensílios domésticos da cultura material e o artesanato num sentido mais geral, incluindo a arte popular propriamente dita (figurado em barro, escultura em pedra e madeira, etc.). A Exposição do Mundo Português, além do destaque dado à apresentação das colónias, tinha um sector dedicado às aldeias e às expressões da diversidade regional, apresentadas aqui sobretudo na sua dimensão plástica e estética. Com o arrefecimento dos ímpetus celebratórios e festivos trazidos pela II Guerra Mundial, não só não se voltou a realizar o concurso da aldeia mais portuguesa, cujos regulamentos previam que fosse bianual, como só em 1948 se concretizou a instalação do Museu de Arte Popular, num dos edifícios da Exposição do Mundo Português, para tal construído na zona de Belém. Ele é a expressão dos compromissos, tanto explícitos quanto implícitos no programa do SNI, que procurou fazer a síntese entre os artistas criadores urbanos de então, em geral saídos de todo o movimento modernista, Almada, Jorge Barradas, Keil do Amaral, e as linguagens e inspiração trazidas pelas expressões da arte popular. A própria decoração interna do edifício é feita a partir de motivos populares, numa unidade decorativa onde pequenos sinais evocam a diversidade regional. É muito importante lembrar que para a Exposição do Mundo Português, em 1940, e para o Museu de Arte Popular, em 1948, muitas das peças foram encomendadas aos criadores e, de alguma forma, induziram um novo interesse na sua obra, como ocorreu, por exemplo com os barristas do Norte ou com os ferreiros do leste Trasmontano, mas também com tecedeiras de mantas e cobertas, ou com as bordadeiras; e o

próprio concurso da aldeia revelou produções também elas tornadas icónicas da arte popular portuguesa como, por exemplo, Almalaguez e as suas mantas.

Iniciava-se, então, em Portugal a investigação de terreno conduzida por um grupo que definia em moldes modernos a pesquisa antropológica sobre Portugal. Refiro-me a Jorge Dias e sua equipa, a partir do Centro de Estudos de Etnologia que ele dirigia desde 1947. Aqui, o campo de maior investimento de preocupações teóricas e descritivas eram os objectos da cultura material relacionados com o trabalho e a produção de bens. Essa pesquisa afasta-nos, pois, de uma preocupação directa em torno da arte popular e, contudo, ela lida constantemente com esta, pela intencionalidade plástica e formal inscrita nos objectos estudados que os situam numa dimensão simbólica, a que estes investigadores se manifestaram particularmente atentos. Todo o universo da tecnologia têxtil ou de alfaia agrícola é expressão muitas vezes realçada em desenhos, fotografias, descrição e interpretação, nas monografias publicadas e nos arquivos do Museu Nacional de Etnologia, que a mesma equipa veio a criar.⁷ O contexto é o da consciência das profundas transformações trazidas com o pós-guerra, e o sentido de urgência na identificação, conhecimento e recolha das formas materiais da cultura tradicional, que conduziria à criação do museu. Agora, o inquérito, a análise e a divulgação dos resultados circulam fora dos canais das instituições do regime e dos discursos simplificadores e fantasiosos que tendiam a caracterizá-los.

Na análise de contextos nos processos de abordagem do popular, o final dos anos 50 e toda a década de 60 vão ser determinantes, pois eles aparecem diferentemente de toda a sua história anterior, como tentativa de ver para além do que é possível perceber através dos discursos oficiais.⁸ Os intelectuais portugueses de todas as formações reencontram a expressividade popular em actos isolados e mais ou menos disseminados do norte ao sul do país, a partir dos centros urbanos, ou em projectos sistemáticos que se traduzem em levantamentos ou simples publicações e reedições. Os volumes, que reúnem materiais inéditos e póstumos, do *Romanceiro*, *Cancioneiro* e *Teatro Popular Português*, de José Leite de Vasconcellos, começam então a ser editados. Fazem-se antologias de textos literários caracterizadores da diversidade das províncias portuguesas. No final dos anos 50, um grupo de estudantes e professores da Escola de Belas Artes do Porto encontra os barristas de Barcelos, entre as quais se destacava Rosa Ramalho, com a sua inventiva e infundável imaginação de formas. Constituem-se as primeiras colecções; a elas se juntam descobertas esporádicas de outros criadores, como o Franklim, que Ernesto de Sousa deu a conhecer. A recolha de imagens dos cineastas portugueses vai

incidir sobre contextos, ou mesmo performances da tradição popular, como o *Auto da Primavera* ou *O Pão*, de Manoel de Oliveira, o *Auto de Floripes*, ou os filmes de António Campos. E é nestes mesmos anos que se iniciam os grandes levantamentos do universo sonoro, seja voltado mais especificamente para o registo dos sons, com Michel Giacometti, seja para o levantamento e conhecimento dos instrumentos populares portugueses, com Ernesto Veiga de Oliveira. Esta pesquisa que decorre entre 1960 e 63 foi promovida pela FCG. Há algo de entusiasmo deslumbrado e consciência de se revelar um país multimodo, que os discursos oficiais ocultavam. A arte popular era agora uma espécie de gesto transgressor e campo de libertação para experiências emotivas e também cumplicidades sociais e políticas, associadas elas próprias a práticas onde se organizavam contestações ao próprio regime, como cineclubes, grupos de teatro, tertúlias literárias e colectores. São estes os anos da guerra colonial, o popular fica então como descobrimento e fascínio; alguns dos patamares em que se manifesta, como a música, por exemplo, só depois da Revolução democrática de 1974 vieram a ser intensamente retomados como projecto e inspiração. As recolhas da segunda metade dos anos 70, sobretudo incidindo na música e outras dimensões performativas, mas também de alguma criação plástica, com os modos de habitar as paisagens que o cinema revela e constrói, são decisivas para se perceber o movimento de busca e reinscrição no tempo, cuja baça e obscurantista estabilidade e continuidade de mais de quatro décadas havia sido abalada pela ruptura da Revolução. E confluem duas dimensões contrastantes, relativas a duas províncias em extremos opostos do país: em Trás-os-Montes buscava-se o passado das formas, o seu arcaísmo e a capacidade de inspiração que com elas se poderia induzir; no Alentejo olhava-se atentamente para o futuro em construção em toda a imensa produção cinematográfica que acompanhou a ocupação das terras na Reforma Agrária. Aqui, o popular tinha saltado para a história, no Norte mantinha-se oculto dentro dela. E é também no Sul que uma oralidade redescoberta e solta vai repor a historicidade da criação oral na décima, cujas recolhas então verdadeiramente se iniciam, em moldes que valoram o protagonismo das camadas populares, que pouco relevo haviam tido nas recolhas dos etnógrafos da viragem do século.

Estes contextos e percursos da cultura popular revelam que esta não tem atributos que permitam apor-lhe uma definição substantiva, assim como permitem pôr em evidência os processos discursivos e a historicidade que a designa e lhe atribui sentidos. Ela foi coisa partilhada entre classes sociais extremadas. Foi matéria de elaboração emblemática reveladora de um passado capaz de legitimar todas as construções em torno da ideia de Nação. Foi tam-

bém, sobretudo ou apenas, elaboração plástica e fantasmagoria de formas e cores, comunicadas como harmonia e ordem decorativa que ajudava a ocultar a tensão, o conflito, a fractura de um regime autoritário, e assim se foi auto-censurando sob todas as formas de artesanato e de literatura oral. Veio a ser, já na década final da agonia do regime, matéria de descoberta que projectava intencionalidade de mostrar como o país detinha imaginação, inventividade, criatividade e rebeldia na pessoa de artistas e criadores, o que em si mesmo era já um acto de transgressão e libertação do discurso oficial. Enfim, seria parte da realidade estudada pelos antropólogos sem nunca ocupar um espaço de centralidade nas pesquisas conduzidas em Portugal mas que, entre a forma dos instrumentos de trabalho e de outros objectos, dos artefactos operadores do ritual e da festa, as arquitecturas e o imenso campo das performances, tem sido um lugar de interrogação que será, como qualquer outra pesquisa, sempre dependente do momento e do contexto a partir do qual é formulada.

Notas

1 Entre os muitos autores (como Robert Mandrou, Robert Muchembled ou Alberto Cirese) que têm produzido conhecimento e reflexão teórica sobre as culturas populares em contexto europeu, refiro estes por permitirem pôr em relevo, no primeiro caso a ideia de *formulae* e de modelos que se vão adaptando a sucessivos contextos históricos e que continuamos hoje a descobrir nos media de maior presença e divulgação (o herói e o bandido, etc.); quanto ao segundo, pela leitura que faz dos meios populares da divulgação da notícia e das condições em que esta se produz e transforma em pleno séc. XIX, e a centralidade que aí ocupa a figura do cego.

2 Lembro, muito sumariamente, os trabalhos de Teófilo Braga (1867a e b, e 1869), Estácio da Viegas (1870), Rodrigues de Azevedo (1880), Leite de Vasconcelos (1890), Tomás Pires (1891); e o movimento das revistas que então iniciam a sua publicação: *Revista Lusitana* (1887), *Portugália e a tradição* (1899) e, já no séc. XX, *Terra portuguesa* (1916).

3 Veja-se, entre outros, *Planalto em chamas*, 1963 e *Ao longo da fronteira*, 1964.

4 As primeiras destas recolhas devem-se a Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos e António Tomás Pires.

5 Ver, sobre este processo e esta produção artesanal, Cláudia Almeida (2005), *O tapete e a casa: estudo antropológico sobre os processos de produção, circulação e emblematização do tapete de Arraiolos*, tese de mestrado, ISCTE.

6 Com recurso à imprensa da época, fizemos uma leitura deste concurso em Joaquim Pais de Brito (1982), “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”, in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 511-532.

7 Veja-se o primeiro balanço dessa actividade em Ernesto Veiga de Oliveira (1968), *Vinte Anos de Investigação Etnológica no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Lisboa, CEE.

8 Procurámos enumerar, quase a título de inventário, autores, movimentos e iniciativas que revelam esses anos de busca, no texto que acompanha a exposição com que abrimos estas páginas: Joaquim Pais de Brito (1995) “No Tempo da Descoberta de um Escultor”, in J. Pais de Brito (Ed.), *Onde Mora o Franklín? Um escultor do acaso*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, pp. 11-24.

Resumo

Reflexão em torno da constituição da categoria *popular*, bem como dos conteúdos, expressividades e manifestações plásticas que a categoria contempla, partindo da questão etnográfica da escrita e do olhar, avançando historicamente através do conceito de povo, em favor de um entendimento sobre os contextos e percursos da cultura popular portuguesa.

Palavras-chave: povo português; cultura popular portuguesa; etnografia portuguesa; cultura material portuguesa

Abstract

Reflections around the constitution of the *folk* category and around the contents, expressions and plastic manifestations of this category, considering the ethnographic issue of writing and of perception, trailing the history of the concept of people and advancing the understanding of the contexts and paths of the Portuguese folk culture.

Keywords: the Portuguese; Portuguese folk culture; Portuguese ethnography; Portuguese material culture

Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência

Lucia Maria Paschoal Guimarães*

Em 1974, ao refletir sobre a situação política e econômica de Portugal, em decorrência da adesão ao Mercado Comum Europeu, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho mostrava-se bastante preocupado e advertia que o país se encontrava numa encruzilhada entre o Velho Mundo e o Atlântico. Argumentava que a segunda opção lhe parecia mais promissora, a *única condição* para que sua pátria (...) *reencontrasse a individualidade, a especificidade, a genuidade, medieva e renascentista*. Neste sentido, defendia a formação do que denominou de uma *autêntica Comunidade Luso-Brasileira*, (...) *que não seja apenas sentimental e ortográfica*, (...), *nem aquela comunidade que não passou, ainda, de Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá...*¹. A proposta de Barradas de Carvalho não constituía propriamente uma novidade. De certo modo, ele retomava um antigo projeto que havia despertado o interesse da intelectualidade de ambas as nações na primeira metade do século XX.

No início do século passado, por mais paradoxal que pareça, apesar do relativo “afastamento” entre o Itamaraty e o Palácio das Necessidades, as relações literárias luso-brasileiras conheceram grande incremento, impulsionadas pelo aparecimento de almanaques, jornais e magazines, nos quais participavam escritores das duas nacionalidades. Em que pese a distância física que separava os respectivos colaboradores, esses periódicos constituíram lugares de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiros e espaços de sociabilidade, tal como define François Sirinelli, ao examinar os mecanismos que movimentam as complexas engrenagens do meio intelectual.² Basta lembrar que n’*A Águia*, editada na cidade do Porto (1910-1930), ao lado de Teixeira de Pascoaes e de Jaime Cortesão, escreviam Ronald de Carvalho, Coelho Neto, Vicente de Carvalho e Lima Barreto. A revista *Atlântida* (1915-1921), publicada em Lisboa e que se dizia explicitamente luso-brasileira,³ era dirigida a quatro mãos, liderada por João de Barros e Paulo Barreto, o popular

* Lucia Guimarães é Professora Titular de Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisadora principal do Pronex/CNPq-FAPERJ; pesquisadora 1D do CNPq, autora de diversos artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior. No momento desenvolve a investigação “Em busca de um passado comum: o Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)”.

João do Rio, e contava com a colaboração de Graça Aranha, Afrânio Peixoto e Tristão de Ataíde. O mesmo se passava em relação ao periódico *Orpheu*, de duração efêmera, mas muito expressiva.

No Rio de Janeiro, por sua vez, os principais órgãos da imprensa divulgavam textos de Alberto de Oliveira, de Carlos Malheiro Dias e de Jaime de Ségurier, que assinava, inclusive uma coluna no *Jornal do Comércio*. No diário *O País*, destacavam-se as crônicas de Justino Montalvão, as “Cartas de Lisboa”, de José Maria Alpoim e os artigos de Santo Tirso.⁴

Dentre os temas que mais atraíam a atenção dos letrados, salientava-se o da conveniência da formação de uma comunidade luso-brasileira. A idéia de firmar uma aliança com o Brasil fora lançada, pela primeira vez, em 1909, na Academia das Ciências de Lisboa, por Coelho de Carvalho. No ano seguinte, a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou um concurso sobre “o modo mais eficaz de promover a união moral da colônia portuguesa do Brasil com a mãe pátria”. Anunciou, ainda, o plano de organizar uma expedição ao *hinterland* brasileiro. Meses depois, o presidente da Sociedade, Consiglieri Pedroso, formularia um ambicioso projeto, mais conhecido como *Acordo Luso-Brasileiro*, que previa a criação de uma comissão permanente encarregada de estudar a consecução das seguintes medidas, dentre outras: realizar periodicamente congressos luso-brasileiros; negociar tratados de arbitragem entre Brasil e Portugal, de cooperação internacional conjunta e de comércio; viabilizar a fundação de entrepostos comerciais; propor a construção de palácios de exposição em Lisboa e no Rio de Janeiro; promover na medida do possível a unificação da legislação civil e comercial; a aproximação intelectual – científica, literária e artística – conferindo equivalência de direitos ou de títulos aos diplomados de um país que decidissem trabalhar no outro; promover visitas regulares de intelectuais, artistas, industriais e comerciantes; estudar a maneira mais eficaz de se criar uma revista luso-brasileira; fomentar a cooperação entre jornalistas e editores, entre associações científicas, pedagógicas, artísticas e beneficentes; propor medidas para intensificar o movimento de aproximação lusíada com o Brasil.

Na esteira desse projeto, merece registro a sugestão de Alberto de Oliveira, cônsul geral de Portugal no Brasil, para que a Academia das Ciências propusesse ao governo português a criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras nas Faculdades de Letras. A indicação acabou encampada pela Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1916, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei nº 586, que instituiu oficialmente a disciplina de Estudos Brasileiros naquele estabelecimento de ensino superior. Entretanto, a

inauguração da tão desejada cadeira, devido a uma série de contratempos, só veio a se concretizar em 1923, com as aulas ministradas pelo historiador e diplomata Oliveira Lima.

A discussão acerca da pretendida Comunidade ganharia notável impulso com o início da Primeira Guerra. O poeta Olavo Bilac, na visita que realizou a Lisboa, em 1916, no discurso proferido durante o banquete lhe que foi oferecido pela revista *Atlântida*, proclamou a (...) *existência de um novíssimo continente moral de amor e de defesa comum de Portugal e Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs*.⁵ Por essa mesma época, no parlamento português, João Menezes argumentava que (...) *Brasileiros e portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança*.⁶ Consoante essas idéias, o governo luso enviou uma missão de intelectuais ao Rio de Janeiro, em 1917.

O contexto da Primeira Grande Guerra também trouxe os militares para o centro do debate. O comandante Nunes Ribeiro preocupado com a supremacia marítima dos alemães, advertia que (...) *A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países*. Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931),⁷ oficial do exército, dramaturgo, historiador e autor da letra do hino nacional luso, *A Portuguesa*, aventou a hipótese de se instituir uma *Confederação luso-brasileira*. Postulava a formação de dois blocos políticos: o primeiro integrando a Inglaterra e os Estados Unidos, o segundo Portugal e Brasil, os quais (...) *impor-se-iam ao mundo não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso universal*. Outro militar, João de Almeida, que se notabilizara como governador de Angola, escreveu o livro *Visão do crente* (1918), em que defende a federação dos dois países, por meio de uma aliança militar ofensiva e defensiva, diplomática e econômica, prevendo ainda a reciprocidade de direitos civis para brasileiros e portugueses, além do estabelecimento de uma representação consular comum em nações estrangeiras.⁸

No Rio de Janeiro, as opiniões se dividiam sobre aquelas fórmulas. Havia os simpatizantes, como Graça Aranha e Paulo Barreto. Este último postulava a celebração de um acordo e não uma fusão política entre as duas Repúblicas. No seu entender, um pacto luso-brasileiro deveria assentar-se em medidas de natureza econômica, a começar pela transformação de Lisboa em porto franco. Propunha o estabelecimento da navegação mista e a concessão de licença para os bancos portugueses e brasileiros operarem indistintamente nos dois países. Por outro lado, imbuídos de exacerbado nativismo, certos setores da intelectualidade brasileira repudiavam tais propostas. Incitavam a

população carioca a participar de campanhas anti-portuguesas, a exemplo da celeuma que se criou em torno da chamada questão dos Poveiros.⁹

Ainda que suscitasse grande agitação no meio letrado, o debate acerca da criação de uma comunidade luso-brasileira não obteve maior ressonância no campo político-institucional. É bem verdade que algumas iniciativas oficiais foram tomadas no intuito de avivar o intercâmbio entre as duas nações: a ida de Eptácio Pessoa a Portugal (1919), recém eleito presidente da República, representou um passo importante nesse sentido. O mesmo se pode dizer a respeito da emblemática travessia aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, a propósito da passagem do primeiro centenário da independência brasileira. Ou, então, da presença naquelas celebrações do chefe de Estado português, Antonio José de Almeida, acompanhado por uma missão de intelectuais, políticos e economistas.

Entrementes, surgiram outros redutos de sociabilidade, formados em torno de novas revistas editadas em Portugal e no Brasil, que continuaram a contribuir para o estreitamento dos vínculos entre beletristas as duas margens do Atlântico, a exemplo de *A Rajada* (Lisboa e Rio de Janeiro, 1920); *Terra do Sol* (Rio de Janeiro, 1924); *Presença* (Lisboa, 1927-1940), *Descobrimento* (Lisboa, 1931-1932), *Revista de Portugal* (Lisboa, 1937-1940) e *Atlântico* (Lisboa, 1942-1950). À guisa de curiosidade, vale informar que no número 9 de *Terra do Sol*, dentre outras colaborações lusas, apareceria o conhecido texto de Jaime Cortesão “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”.¹⁰

Do ponto de vista brasileiro, os laços institucionais com Portugal só se fortaleceriam de fato a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em novembro de 1930. O caráter nacionalista da sua política de governo levou-o a se acerrar da velha metrópole, onde estariam as raízes étnicas e culturais da jovem nação americana. Duas intervenções pontuais, dos então ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema ilustram bem essa concepção. O primeiro advertia que (...) *o Brasil é amigo de todos os povos, mas, filho, só de Portugal*. O segundo, fazendo-lhe eco, afirmava que (...) *os brasileiros se orgulhavam de ser portugueses na América*.¹¹

Não por acaso, a pretendida aproximação se iniciou, justamente, pelo viés cultural. Ou seja, apoiada em bases previamente consolidadas pelos intelectuais dos dois países. Já em abril de 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa assinaram simultaneamente um Acordo Ortográfico, com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. Só dois anos mais tarde é que os dois governos firmaram o primeiro Tratado de Comércio (1933). Seguiram-se novos protocolos

de cooperação intelectual e o estabelecimento do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1934), com o objetivo de estimular o intercâmbio e promover missões encarregadas de ministrar cursos especiais e conferências. Paralelo a isto assumiu a representação do Itamaraty em Lisboa o diplomata Arthur Guimarães de Araújo Jorge, homem de letras e historiador.¹¹

Outro fator de congraçamento importante deu-se com o ressurgimento da Academia Portuguesa da História, em maio de 1936.¹² O quadro efetivo desta entidade, fixado em cinquenta titulares, reservava dez assentos para acadêmicos de nacionalidade brasileira. As vagas foram todas ocupadas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a saber: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d'Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia.¹⁴

Por sinal, a cooperação entre historiadores dos dois países não constituía propriamente uma novidade no âmbito do Instituto Histórico. Desde a época da sua fundação, em 1838, o Instituto correspondia-se com tradicionais sociedades científicas de Lisboa. Ao longo dos anos, diversos portugueses ingressaram nos seus quadros sociais, tanto na categoria dos membros honorários, quanto na classe dos correspondentes. Alguns desses associados tornaram-se interlocutores freqüentes de seus confrades brasileiros, como o historiador João Lúcio de Azevedo, que costumava trocar correspondência com Capistrano de Abreu e com Max Fleiüss, secretário perpétuo do IHGB. O mesmo ocorria em relação aos brasileiros admitidos na Academia das Ciências de Lisboa. Nos dois casos, as filiações eram decorrentes da teia de relações pessoais, que envolvia letrados dos dois países, como se mencionou anteriormente.

De qualquer forma, o ponto culminante da aproximação entre governos de Lisboa e do Rio de Janeiro deu-se em 1940, por ocasião das Comemorações Centenárias de Portugal. As festividades, como se sabe, se organizaram em torno de três grandes eventos: o Cortejo do Mundo Português, a Exposição do Mundo Português e o Congresso do Mundo Português. Este último (...) *em que se estudarão as origens, atividades, instituições, desenvolvimento e expansão de Portugal e do Império. Em volta deste tríptico – doutrina, documentação e apoteose – agrupam-se todas as outras realizações do Ano Áureo* (o grifo é nosso).¹⁵

Não é da nossa intenção no momento discutir as motivações de natureza político-ideológicas, que levaram o regime salazarista a realizar aquelas cerimônias, direcionadas para o desenvolvimento da chamada *política do*

espírito, intentada por Antônio Ferro e posta em execução pelo Secretariado de Propaganda Nacional.¹⁶ Nem tão pouco discorrer sobre a sucessão de atos oficiais, programados para salientar a grandeza da pátria de Camões. Porém, como assinala o historiador Fernando Catroga, é importante ressaltar que o plano geral das celebrações foi idealizado para glorificar o presente (...) *à luz de uma não ingênua interpretação diacrônica do destino de Portugal*, por meio da (...) *exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos*. No entender de Catroga, (...) *a fundação e a refundação da Nação deviam ser simbolizadas como momentos matriciais e preparatórios da construção do Império*.¹⁷

O Brasil associou-se às *Comemorações Centenárias* na qualidade de *nação irmã*. Aliás, desde as festas henriquinas de 1894, os dirigentes portugueses persistiam nos esforços diplomáticos para incorporar os antigos domínios na América nas celebrações de suas grandes efemérides. Do ponto de vista simbólico, a continuada inserção brasileira naqueles fastos servia de antídoto às críticas que desqualificavam a colonização lusa, como uma espécie de prova póstuma das suas virtudes civilizadoras. Tanto assim, que Antonio de Oliveira Salazar ao anunciar as solenidades do *Ano Áureo*, fez o seguinte pronunciamento:

[...] Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil [...] *Eis algumas razões porque havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos oitocentos anos de idade ajudar-nos a fazer as honras da Casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família* [...]¹⁸

Na margem ocidental do Atlântico, intelectuais e autoridades costumavam responder de modo positivo aos anseios da mãe-pátria. No entender de Luís Reis Torgal, o Brasil se percebia *como filho dileto da diáspora ultramarina portuguesa*.¹⁹ A esse respeito, vale aqui lembrar o depoimento deixado por Afrânio Peixoto, ao visitar o Arquivo Colonial de Lisboa em 1937:

[...] Meu país, filho maior, não pode ter consciência de si mesmo sem se documentar aqui sobre sua adolescência e menoridade. Isto lhe ensinará a amar ainda mais a este glorioso Portugal que o fez grande, desde os primeiros dias e confiou no Brasil, permitindo seu magnífico futuro²⁰.

Mais um indicativo dessa postura pode ser aquilatado pela atenção que o governo de Getúlio Vargas conferiu aos festejos de 1940. No âmbito da presidência da República, instituiu-se a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida pelo Chefe da Casa Militar, o general Francisco José Pinto, encarregado de coordenar todas as iniciativas e esforços para garantir uma participação esmerada naquelas solenidades, mormente no que tange à *Exposição Histórica do Mundo Português*, onde o Brasil seria o único país estrangeiro a ocupar um pavilhão próprio. Diga-se de passagem, há registros do cuidado dispensado aos preparativos para figurar na *Exposição* até mesmo no *Diário* de Vargas.²¹

Quanto ao *Congresso do Mundo Português*, uma espécie de mega reunião científica, por assim dizer, visto que se desdobrava em oito jornadas acadêmicas,²² a inserção brasileira deveria concentrar-se nas atividades do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Isto nos leva a supor que o Estado salazarista tencionava robustecer ainda mais os laços com o Brasil, por meio de uma política de relações culturais alicerçada na existência de um patrimônio comum, em que a história representava um dos mais fortes esteios.²³ Segundo Julio Dantas, depois do acordo lingüístico de 1931, este seria, sem dúvida, o ato intercontinental mais importante que se tinha realizado no domínio da *política do espírito*.

Mas, para além das redes de sociabilidade tecidas em torno de revistas literárias, das missões culturais e da política desenvolvida pelas chancelarias, há que se destacar, ainda, um último fator que por certo desempenhou um papel importante na intensificação do intercâmbio cultural luso-brasileira. Refiro-me às relações de amizade e às trocas de obséquios que floresceram nas duas margens do Atlântico, em meio ao vai-e-vem dos exilados brasileiros e portugueses, que por motivos políticos cruzaram o Mar Oceano em diversos momentos do século XX. Não cabe no momento alongar essa exposição, apresentando uma lista circunstanciada desses indivíduos. Por ora, basta lembrar de dois casos emblemáticos, por sinal, dois historiadores. Jaime Cortesão, que viveu no Rio de Janeiro entre 1940 e 1957, costumava dizer que *fora recebido não como hóspede ilustre, mas como trabalhador fraterno*.²⁴ E, mais recentemente, o já citado Joaquim Barradas de Carvalho, que durante cinco anos residiu na cidade de São Paulo (1964-1969), onde exerceu o magistério na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, professor das disciplinas História da Civilização Ibérica e História da Cultura Portuguesa. Para Barradas, cuja influência é reconhecida na formação de uma geração de historiadores paulistas,²⁵ (...) *a melhor maneira de conhecer Portugal é ir para o Brasil, assim como a melhor maneira de conhecer o Brasil é ir para Portugal*.²⁶

Notas

- 1 Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?(Uma perspectiva histórica)* Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 79-80. (Coleção Horizonte nº 26).
- 2 François Sirinelli, “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p.294. Ver, ainda, a interessante abordagem proposta por Emma Gori “Um lobby pacifista e elitista: O Grupo de Bloomsbury”. In: Domenico Di Masi, *A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.131-170.
- 3 *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*. Lisboa, nº 1, 15 de novembro de 1915.
- 4 Ver, Arnaldo Saraiva. *Modernismo brasileiro e modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, p. 23.
- 5 Olavo Bilac. “Aos homens de letras de Portugal”. In: _____, *Obra reunida*. Organização e introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 932-933.
- 6 Nuno Simões, *Actualidade e permanência do Luso-Brasilismo* (Conferências e discursos). Lisboa: Edição do autor, 1960, p.34..
- 7 Henrique Lopes de Mendonça, em 1923, seria eleito sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.
- 8 Nuno Simões, op. cit., p. 36-37
- 9 A questão envolveu portugueses naturais de Póvoa do Varzim, os quais não se quiseram naturalizar brasileiros e se repatriaram. Estabelecidos no Rio de Janeiro e especializados na pesca de alto mar, não se misturavam com os brasileiros, nem com seus próprios patrícios de outras localidades. Segundo Lima Barreto, os “poveiros” formariam uma colônia, dentro da própria colônia lusitana no Rio.
- 10 Jaime Cortesão. “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”. *Terra do Sol*, Rio de Janeiro, número 9, setembro-outubro de 1925.
- 11 Ver, Nuno Simões, op. cit., p. 47-48
- 12 Ver, dentre outras obras, Arthur Guimarães de Araújo Jorge. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos).
- 13 A Academia Portuguesa da História foi recriada em 19 de maio de 1936, pelo decreto-lei nº 26611. Sua origem remonta à antiga Academia Real de História Portuguesa, estabelecida em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de Dezembro de 1720. , integrada por 50 acadêmicos de número, incumbidos de escrever a história eclesiástica, militar e civil do Reino. Cf. Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.
- 14 *Academia Portuguesa da História. Boletim da Academia Portuguesa da História*, Lisboa: APH, 1º e 2º ano, 1937-1938.
- 15 Júlio Dantas, “Crônica”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, vol. XIV, 1939, p.7.
- 16 Marcelo Caetano, *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977, p. 63.
- 17 Fernando Catroga, “Ritualizações da História”. Op. cit., p. 267-268.
- 18 Antonio de Oliveira Salazar “Independência de Portugal - Nota oficiosa da Presidência do Conselho”. *Revista dos Centenários*, Lisboa, 1(1): 3, 1939. (os grifos são nossos).
- 19 Luís Reis Torgal, *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p.189 (Coleção Minerva- História nº 3).
- 20 Afrânio Peixoto, apud Alberto Iria, *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1950, v. 2, p. 15.
- 21 Em dia 31 de janeiro de 1940, por exemplo, lê-se que Getúlio Vargas recebeu para despacho e instruções es-

peciais o diretor do Museu Histórico Nacional, o Dr. Gustavo Barroso, um dos delegados brasileiros ao evento. Cf. Getúlio Vargas, *Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2000, p. 241.

22 As oito jornadas compreendiam o Congresso Pré e Proto-Histórico; o II Congresso de Portugal Medieval; o Congresso de Ciências da População; o Congresso Luso-Brasileiro de História; o Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa; o Congresso de História das Navegações e Descobrimentos Portugueses; o Congresso de História Moderna e Contemporânea e o Congresso de História da Monarquia Dualista.

23 Sobre a noção de relações culturais internacionais, utilizamos como referência: Louis Dolot, *Les relations culturelles internationales*. Paris: PUF, 1964. Philip Combs, *The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs*, apud Edgard Telles Ribeiro, *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

24 Ver, Lucia Maria P. Guimarães. “Jaime Cortesão”. *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro nº 22, p. 317-322, 2006.

25 Ver, José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo)”. In: Fernando Lemos & Rui Moreira Leite (org.), *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Ed. da UNESP; Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2003, p. 125-133.

26 Cf. Joaquim Barradas de Carvalho, op. cit., p. 18.

Resumo

O artigo analisa as relações culturais luso-brasileiras nas primeiras décadas do século XX, impulsionadas com o aparecimento de revistas literárias e jornais, em que colaboravam intelectuais das duas margens do Atlântico. Examina, também, como esse intercâmbio serviu de base para o fortalecimento dos laços institucionais, a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Palavras-chave: relações culturais luso-brasileiras; intelectuais e poder; comunidade luso-brasileira; revistas literárias e jornais

Abstract

The article analyzes the Luso-Brazilian cultural relationship in the first decades of the last century. The exchange was stimulated by the appearance of literary magazines and newspapers, where worked in combination intellectuals of the two edges of the Atlantic. These interchanges became the basis for the strengthening of the institutional relations between Brazil and Portugal, after 1930, with the ascension of Getúlio Vargas to the power.

Keywords: Luso-Brazilian cultural relationship; intellectuals and power; Luso-Brazilian community; magazines and almanacs

Para além do mercado e dos preconceitos¹

Sérgio Nazar David*

Começo por louvar a iniciativa da Fundação Luso-Brasileira de propiciar estes “encontros luso-brasileiros”, hoje com o objetivo de discutir os “fluxos literários entre Brasil e Portugal”¹. Sempre acho que, quando paramos um pouco para pensar no que temos feito e no que pretendemos fazer, estamos também buscando de algum modo aperfeiçoar a dimensão ética das nossas ações. É neste sentido que pretendo direcionar esta minha breve intervenção.

Como muitos aqui sabem, uma das minhas atividades profissionais é a de ensinar Literatura Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, também tenho tido alguma atuação fora da universidade: no Pólo de Pesquisas Luso-Brasileiro, do Real Gabinete Português de Leitura; e na esfera editorial, desde 2003, quando, após preparar a edição crítica das *Cartas de amor à Viscondessa da Luz* (de Garrett), passei a colaborar de modo informal (porém com certa regularidade) na escolha de obras de autores portugueses a serem publicadas – com e às vezes sem subsídio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) – pela Editora 7 Letras. Em alguns casos, quando o livro entra em produção tenho também colaborado dando alguma consultoria.

Dirijo então a minha intervenção para considerações inicialmente voltadas para o lugar que a Literatura Portuguesa tem nos currículos universitários no Brasil, na vida universitária e acadêmica de uma forma mais geral, em nosso país. Em seguida, tento alargar a minha abordagem do tema proposto com algumas breves considerações sobre os obstáculos maiores que se costumam interpôr no caminho quase nunca reto que vai – ou deveria ir – do autor português ao leitor brasileiro.

Nos currículos de Letras das melhores universidades brasileiras, as públicas, o espaço que a Literatura Portuguesa tem é diferente (em vários aspectos). Há aquelas com departamentos de literaturas vernáculas em que os professores de Literatura Portuguesa são poucos, certamente porque o próprio currículo básico de graduação dá pouco espaço a esta disciplina (sob a argumentação, a meu ver enganada, de que se trata de uma literatura estrangeira

* Poeta e professor de Literatura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

como outra qualquer); outras em que os estudos de pós-graduação, embora às vezes incluam alguma disciplina de Literatura Portuguesa, não prevêem o título de Mestre ou Doutor em “Literatura Portuguesa”, substituindo-os por algo mais genérico. Por exemplo: “Estudos Literários”.

É preciso que se entenda isto, entretanto, não como uma estreiteza intelectual, ou como superficialidade. Este recurso, que termina por dar menor visibilidade à Literatura Portuguesa, funciona em alguns casos como uma forma de – numa situação específica – fazer o que é possível, para que assim os estudos portugueses ganhem também a relevante dimensão da pesquisa de pós-graduação. Se uma universidade não consegue reunir um conjunto suficientemente forte de professores doutores para abrir um “Mestrado e/ou Doutorado em Literatura Portuguesa”, pode recorrer à solução do “Mestrado e/ou Doutorado em Estudos Literários” ou “Mestrado e/ou Doutorado em Literaturas em Língua Portuguesa”. Também podemos ver aqui uma opção com lastro acadêmico, que abre mais a discussão dentro do campo dos estudos literários, rompendo um pouco com a excessiva compartimentalização dos estudos de pós-graduação em áreas e sub-áreas.

Seja como for, guardadas as devidas diferenças, a Literatura Portuguesa tem um espaço nada insignificante dentro da vida acadêmica brasileira.

Lembro-me da perplexidade da delegação de escritores portugueses que foi à Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2005, e que esteve na minha universidade, a UERJ. Viram que temos lá dez habilitações em Letras, cerca de 1500 alunos só nos cursos de graduação, uma média de seis semestres (nas diferentes habilitações) em que a literatura e a cultura portuguesas são ministradas, temos dez professores efetivos de Literatura Portuguesa, um curso de Pós-Graduação Lato Sensu, e agora mais recentemente também um Mestrado em Literatura Portuguesa.

Sei que na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a situação não é diferente. Também lá temos Pós-Graduação Lato Sensu, Mestrado e ainda o Doutorado em Literatura Portuguesa, com muitas habilitações na graduação e um número expressivo de alunos regularmente matriculados.

Lembro-me também do congresso que a Universidade Federal Fluminense realizou em agosto de 2005, da Associação de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa (ABRAPLIP). Reuniram-se à ocasião cerca de quinhentos congressistas, com perto de vinte convidados portugueses (entre escritores e professores). As atividades englobavam mesas redondas, sessões plenárias, de segunda a sexta-feira, de 9 da manhã até quase 9 da noite, com intervalo para almoço. Também nesta ocasião não era menor a perplexidade dos nossos colegas portugueses com as dimensões do evento.

Diante deste quadro, francamente favorável, a despeito de tudo, à Literatura Portuguesa dentro da universidade, pergunto-me às vezes: embora não seja só esta a função da universidade (propagação e/ou divulgação de um saber), por que razão não conseguimos também levar este interesse pela Literatura Portuguesa, que de algum modo grassa nos círculos acadêmicos, de uma forma mais larga aos leitores brasileiros? Em parte porque muitos de nossos colegas não vêem interesse nisto ou não se sentem aptos para tal. Mas mesmo os que porventura tentem colaborar neste campo – de incentivo e de propagação da leitura de autores portugueses – não encontrarão poucas dificuldades.

É certo: alguns escritores portugueses contemporâneos têm sido publicados no Brasil de um modo mais continuado. Parece-me entretanto que os autores portugueses que são encontrados com facilidade nas livrarias continuam sendo os clássicos: Camões, Gil Vicente, Bocage, Garrett, Camilo, Eça, Pessoa, Sá-Carneiro. E a partir dos anos 80 temos que incluir Saramago. Nas livrarias de alto nível (que são poucas) talvez possamos alargar este círculo, com Lobo Antunes, Teolinda Gersão, Inês Pedrosa.

A verdade é que no Brasil lê-se pouco. Trata-se de um problema que não vem de hoje e que também não atinge de maneira específica os autores portugueses. Ou seja: os escritores brasileiros deparam-se com fortes barreiras, que terminam por afetar de modo mais determinante ainda também os autores portugueses editados no Brasil. O problema de fundo, difícil de ser atacado, diz respeito ao calcanhar de Aquiles do mundo editorial, a distribuição do livro, mas também às políticas públicas de educação, de cultura e em última análise também de fomento à leitura no Brasil. As escolas alfabetizam, mas não criam muitos leitores. Grande parte do próprio público leitor, por si já tão restrito, costuma se deixar levar pela literatura ligeira, de fundo espiritualista e místico, de auto-ajuda. Os professores de ciclo básico e fundamental são mal pagos, recebem – sejamos francos – salários inadequados, regem quase sempre turmas de cerca quarenta adolescentes, sempre muito inquietos. Apesar de tudo, mesmo assim é possível trabalhar. Fique claro, entretanto, que isto não é um jogo de tudo ou nada. Ou seja: estamos sempre fazendo, até os mais criativos e dedicados, algo que termina por ficar aquém das nossas potencialidades. Este resultado final – bem abaixo do desejável – do trabalho que a escola deseria desenvolver tem conseqüências para todos, autores brasileiros e portugueses. Acrescente-se: tenho as minhas dúvidas se para o público leitor em geral, no Brasil, a literatura portuguesa não acaba sendo uma literatura estrangeira com o mesmo estatuto das demais literaturas. O que quero dizer com isto é que os autores portugueses perdem onde todos perdem, e depois

não chegam a ganhar no território em que teriam visíveis vantagens, que se assentariam no fato de falarmos a mesma língua e termos um património cultural com tantas bases comuns...

Além deste impasse gravíssimo envolvendo a educação e a cultura de modo geral no Brasil, somos também acossados por uma onda que nos parece querer arrastar para o isolamento, o isolamento da universidade, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais. Os estudos literários raras vezes conseguem transpôr este muro denso que nos condena a um difícil e pouco continuado diálogo com a sociedade. As falhas estão, sabemos, dos dois lados. A sociedade está cada vez menos propensa à discussão, ao debate, à troca de idéias. A universidade por seu turno também tantas vezes se defende como pode: acusa a sociedade de incultura e fecha-se. Também aqui fica, portanto, limitado o poder que nós, professores brasileiros de Literatura Portuguesa, teríamos para reverter ou ao menos minimizar esta situação adversa.

Nos estudos universitários, creio que o desafio que temos é fazer avançar o conhecimento, seja como for. Lutamos no Brasil contra os prazos cada vez mais curtos que nos são impostos pelas instâncias superiores para a conclusão dos mestrados e doutorados; contra os acervos das bibliotecas que não condizem com a envergadura do trabalho de pesquisa em nível de pós-graduação... Lutamos contra os cortes que vêm sendo feitos seguidamente nas verbas que deveriam vir para a universidade. Lutamos contra uma gama de fatores que fazem com que no mundo acadêmico tantas vezes os meios substituam os fins (e isto não é só no Brasil). A crise da universidade pública brasileira é profunda. Os estudos portugueses que se realizam no Brasil não ficam fora disto.

Como vemos, são problemas complexos, difíceis de enfrentar, e que não serão vencidos com lamúria pelos cantos. O que temos feito no Brasil não é pouco, mas creio que é preciso ter no horizonte duas perguntas fundamentais, que podem se transformar em nossas metas: como alargar o número de leitores da literatura portuguesa, sobretudo a contemporânea (hoje a menos conhecida)?; como fazer avançar o conhecimento da literatura nos estudos universitários de forma que a contribuição brasileira seja capaz de criar um maior interesse pela literatura portuguesa, mas seja também relevante na medida em que atinja a meta maior de fazer avançar o conhecimento, em vez de ser apenas uma divulgação do que se faz em Portugal no campo do que aqui recebe a denominação de “estudos portugueses”?

A universidade brasileira tem condições de contribuir nas duas frentes: para aumentar o número de leitores no Brasil dos autores portugueses, e pode também fazer avançar o conhecimento sobre a Literatura Portuguesa.

Mas para isto é preciso mais diálogo, mais intercâmbio, mais facilidade para que professores e alunos que estudam as nossas literaturas possam vir e voltar sem tantos entraves burocráticos e com maiores facilidades financeiras. É preciso também que a universidade assuma o seu papel de mediação crítica, equilibrada e corajosa, para que assim o que tem valor realmente apareça, e os preconceitos – que estão dos dois lados da Atlântico – caiam cada vez mais.

Sinto que às vezes a literatura, o mundo literário brasileiro é visto com alguma suspeita em Portugal. O mesmo acontece no Brasil – não se iludam. Mas isto tem que cair. Os preconceitos, as generalizações, as sínteses apressadas empobrecem o pensamento. E desfazem com os pés o que vimos tentando a duras penas contruir com as mãos: laços que possam unir cada vez mais – e de um jeito novo – o que o tempo e as injunções políticas e econômicas têm se incumbido de separar. O que está por trás disto é a dificuldade do homem de lidar com a diferença, que no nosso tempo – dominado pelos interesses financeiros – vem à tona com uma brutalidade às vezes surpreendente, às vezes sub-reptícia. O que fazer para que possamos colaborar de algum modo por um novo olhar diante das nossas diferenças? E por que não ressaltarmos o que temos em comum, o que nos aproxima, em vez de passarmos a vida a medir-mo-nos sob o esquadro do narcisismo das nossas pequenas diferenças?

Está visto que temos problemas que são de ordem diversa e que exigem medidas que só terão algum efeito se adotadas em conjunto. Uma dessas medidas é o subsídio à edição. Como sabem, o livro português entra no Brasil com um preço caríssimo (o que também não poderia acontecer). O subsídio à edição no Brasil minimiza isto. O livro de um autor português acaba chegando ao leitor por um preço mais barato quando editado mesmo no Brasil. Não nos esqueçamos, entretanto, de que temos aqui uma medida que por si só não basta. Além do subsídio, temos também que lutar para que os livros portugueses cheguem ao Brasil e os livros brasileiros cheguem a Portugal por um preço mais razoável. E não nos iludamos: o subsídio minimiza um problema mas não o resolve por si só, na medida em que só interfere na oferta, e muito pouco na demanda.

Gostaria ainda neste tópico (subsídios) de deixar aqui algumas idéias. Acho que é preciso deixar que os autores que já se firmaram sigam por conta própria. Neste sentido, talvez seja o caso de subsidiar só obras ainda não conhecidas destes autores (Eça, Camões, etc) ou então as edições mais cuidadas. Dou um exemplo. Trabalham em Portugal três equipes em edições críticas da obra completa de Garrett, Eça e Pessoa. À medida que os volumes (mais endereçadas aos estudiosos) vão saindo em Portugal, seguir-se-ão edições comuns,

destinadas ao público leitor em geral, também estas com um texto final mais limpo do ponto de vista da língua literária. Se as edições críticas precisam sair no Brasil com subsídio, isto é discutível. Mas é inegável que seria bom que os leitores brasileiros pudessem ter *Os Maias* e *Viagens na minha terra*, por exemplo, com um texto fixado o mais próximo possível do que supomos ter sido a vontade do autor. E aqui talvez a editora que tivesse este cuidado merecesse ser apoiada.

Paralelamente, seguir editando bons autores, autores representativos, deixando alguma liberdade de escolha – isto já acontece, pelo menos na importante ação de subsídio que o IPLB vem implementando – àqueles que no Brasil querem trabalhar. Não adianta muito haver uma política fechada, que acaba sendo uma camisa de força para os editores brasileiros. Mais: ter a universidade como aliada e fugir dos grandes eventos. Dei uma sugestão ao IPLB faz pouco tempo. Buscar as feiras de pequeno e médio porte que começam a aparecer no Rio, em São Paulo e no resto do país. Tentar levar às feiras exatamente aqueles autores que acabam de ser editados no Brasil. Parece-me que este caminho já começa a ser adotado também pelo IPLB. Creio que seria preciso também abrir um diálogo maior com os professores brasileiros, para que assim possamos chegar mais perto do que seriam as boas apostas a serem feitas neste setor.

É evidente que o subsídio deve priorizar o escritor português. Mas deveria haver também uma abertura para obras que abordam “temas portugueses” escritas por ensaístas brasileiros ou de outras nacionalidades. Em síntese: o apoio não deveria restringir-se ao bilhete de identidade do escritor.

Enfim, temos diante de nós um conjunto de circunstâncias adversas, mas também algumas apostas possíveis, algumas iniciativas bastante positivas para a elas fazer face. Algo no mundo em que vivemos nos induz ao erro de pensar que o que fazemos não tem valor: que as ciências humanas devem ser reduzidas ao aspecto prático (neste sentido a língua deveria ser tratada como mero meio de comunicação e o estudo da literatura banido dos currículos), que a universidade não produz conhecimento na medida do que nela se investe, e que a literatura é um ofício de diletantes. Todos nós às vezes algum dia por alguma razão nos sentimos no Porto Pireu de Garrett: abraçando a nuvem por Juno.

Contra esta maré que nos atinge sempre de algum modo não podemos cruzar os braços: é preciso ocupar os espaços que se apresentam com discussão de bom nível; ajudar àqueles que têm valor, tem boas idéias e interesse pelas manifestações elevadas da cultura humanística; enfrentar os problemas sempre com idealismo mas também sem perder de vista a dimensão concreta que

nos obriga a trabalhar dentro do possível; e sobretudo ter sempre em mente que nem tudo se reduz a dinheiro. Ainda há gente no mundo que trabalha com propósitos elevados e amor pelo que faz.

São idéias, sugestões, ditadas – espero que entendam – não pela arrogância, mas pela experiência de trabalho de quase vinte anos, lendo e ensinando com gosto e entusiasmo a “nossa” literatura portuguesa.

Lisboa, 23 de maio de 2006.

Nota

1 Intervenção efetuada na mesa-redonda “Fluxos Literários entre Brasil e Portugal” – 2º Encontro Luso-Brasileiro de Cultura, organizado pela Fundação Luso-Brasileira, no Museu Nacional de Arte Antiga, no dia 23 de maio de 2006. Integraram também a mesa: Gilda Santos, Teolinda Gersão, Carlos Reis e José Carlos de Vasconcelos (mediador).

Resumo

Este artigo faz uma breve apreciação do lugar que a Literatura Portuguesa tem nos currículos universitários brasileiros, bem como da inserção dos autores portugueses no mercado editorial brasileiro.

Palavras-chave: Literatura portuguesa; universidade brasileira; mercado editorial brasileiro

Abstract

This article makes a brief analysis of the position Portuguese Literature occupies in curricula at Brazilian universities, and the insertion of Portuguese authors in the publishing market in Brazil (or in the Brazilian publishing market).

Keywords: Portuguese Literature; Brazilian University; Brazilian Publishing Market

EFEMÉRIDES

Visita do Primeiro-Ministro de Portugal ao Real Gabinete Português de Leitura*

Hoje é um dia de festa para todos nós, e, de modo especial, para o Real Gabinete Português de Leitura.

Recebemos a visita do Senhor Engenheiro José Sócrates, Primeiro-Ministro de Portugal, acompanhado de alguns membros de seu governo, do senhor Embaixador Francisco Seixas da Costa, do Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, da Senhora Presidente do Instituto Camões e de outras personalidades de relevo da vida empresarial e cultural portuguesa que integram a sua comitiva nesta viagem ao Brasil, muitas das quais são grandes amigos desta Casa.

Mas hoje é também dia de festa por ter o Senhor Primeiro-Ministro escolhido o Real Gabinete Português de Leitura – “alma mater” das associações de raiz lusíada no Brasil – para homenagear, em nome de Portugal e de seu governo, a Professora Cleonice Berardinelli, Mestre insigne das Letras, da Cultura e da Língua Portuguesa, cujo magistério, em várias universidades e neste Real Gabinete, enriqueceu sucessivas gerações e deixou um rastro luminoso de sapiência e de conquista de almas. A sua obra literária, pelo valor e pela densidade, foi uma verdadeira brasa viva para que muitos escritores e poetas portugueses ganhassem neste país uma dimensão à altura de seu gênio, de seu engenho e de sua arte.

Senhor Primeiro-Ministro,

Desde a inauguração deste edifício pelo Imperador Dom Pedro – e já então o Real Gabinete tinha 50 anos de existência – que ele se transformou, naturalmente, em “foco de todas as almas” e em altar-mor da nossa comunidade para receber as figuras mais eminentes da Política, das Letras, das Artes, da Ciência, da Administração Pública e da Diplomacia dos dois países.

Quando são portugueses que chegam, damos-lhes testemunho da nossa fidelidade à gente e à terra onde nascemos, à sua cultura e aos seus valores, e projetamos, simbolicamente, nas mísulas da fachada em pedra de lioz, vinda do Alentejo, ou nas estantes de livros talhadas em jacarandá, trazido das entranhas da Amazônia, a obra admirável da Diáspora em terras de Vera Cruz.

* Discurso proferido por Antonio Gomes da Costa no dia 11 de agosto de 2006, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro de Portugal, Eng. José Sócrates, ao Real Gabinete Português de Leitura.

Já ao recebermos os brasileiros, confirmamos o sinal profético da doação e da fraternidade, como no verso da “Mensagem” pessoana. Pois é a eles que oferecemos todos os dias, na sedução estética da arquitetura neomanuelina deste edifício, no tesouro da biblioteca, na liturgia dos cursos ou nas atividades do pólo de pesquisas, o que de melhor produziu, ao correr dos séculos, o gênio lusitano. E fazêmo-lo como prova de reconhecimento ao Brasil por este país ter recebido tantos milhões de portugueses que vieram aqui realizar seus projetos de vida.

Senhor Primeiro-Ministro,

Nos últimos anos as relações luso-brasileiras tiveram, sobretudo nalgumas das suas vertentes, um desenvolvimento notável. No campo econômico, por exemplo, saímos de um débil “comércio da saudade”, que pouco representava no balanço de pagamentos de cada país, para um fluxo de investimentos que colocou Portugal na linha de frente de vários setores da economia brasileira, como na eletricidade, nas telecomunicações, no turismo, na banca, nos cimentos ou no comércio de grandes superfícies. Já no campo político, os dois países apararam arestas que afligiam as chancelarias de vez em quando e se posicionaram no cenário mundial, como “players” sintonizados em objetivos comuns, a despeito dos nevoeiros e das perplexidades em torno da CPLP, ou a despeito de integrarem blocos distintos – um, a União Européia, e o outro, o Mercosul. Também no campo cultural não tem sido pequeno, principalmente do lado português, e, em boa parte, graças ao apoio de algumas entidades privadas, o esforço para ser mantido um intercâmbio permanente entre escritores, artistas, professores e homens do Pensamento dos dois países. Com as verbas do Orçamento da República e com as ajudas generosas da Fundação Calouste Gulbenkian têm vindo a ser feitos verdadeiros milagres, como nas bodas de Canaã, na construção de pontes sobre o Atlântico.

Pois subjacentes a todas estas dimensões da política externa, existem, entre Portugal e Brasil, bases e valores, desde a Língua aos cruzamentos de sangue, desde a História aos laços familiares, desde as tradições populares e religiosas aos filamentos da nacionalidade, que se mantiveram constantes e quase sempre enriquecidos, quaisquer que tenham sido as vicissitudes e os desencontros eventuais, os regimes políticos e os governos.

Entre esses elementos que lastreiam as relações luso-brasileiras, e como responsáveis pelo húmus de uma afetividade de raiz, estão os portugueses do Brasil, com seu trabalho e suas realizações, com seu caráter e seu espírito empre-

endedor, com sua riqueza humana e seu apego ao país de acolhimento, com suas associações e a sua maneira de estar e viver em terra alheia. Esses portugueses, que hoje são muito menos do que já foram, e amanhã serão muito menos do que são hoje, souberam fazer, com patriotismo e amizade, a passagem do testemunho. Por força da transferência de legados, de patrimônios e de sentimentos, estamos certos de que não irá desaparecer com eles o traçado e a essência da portugalidade no Brasil, uma vez que os luso-descendentes, mais próximos ou remotos – e não só os luso-descendentes, diga-se de passagem – saberão guardar a memória da Epopéia de nossos Maiores, sentir orgulho da saga e do talento dos nossos antepassados e manter o gosto de querer bem a Portugal.

O temor de que o último português iria correr as janelas e fechar as portas do Real Gabinete, esse temor não existe mais. O receio de que nas salas de aula do Liceu Literário o ensino com formato oficial acabaria com os cursos de excelência de pós-graduação em Língua Portuguesa, esse receio também se esvaía. O medo de que dezenas de associações, teúdas e manteúdas pela antiga “colônia”, de Manaus ao Rio Grande do Sul, perdessem a transversalidade do portuguesismo, esse medo já não tem razão de ser.

Com esta afirmação não queremos fazer a apologia dos portugueses da diáspora, ou realçar a visão de futuro e de modernidade com a qual se pretendeu dar resposta aos desafios emergentes do nosso tempo. Queremos, sim, testemunhar perante o Chefe de Governo de Portugal que temos conosco, lado a lado, mãos nas mãos, olhos nos olhos, muitos irmãos brasileiros dispostos a dar continuidade ao sonho daqueles emigrantes que em 14 de maio de 1837, reunidos numa casa da Rua Direita, no coração do Rio de Janeiro, criaram o Gabinete Português de Leitura para que os jovens que chegavam do Minho, das Beiras, de Trás-os-Montes, dos Açores e da Madeira encontrassem condições, no porto de destino, para melhorar os seus conhecimentos, aprender um ofício e uma arte e vencer na vida. Era a primeira associação portuguesa que surgia depois da Independência de 1822. E surgia com o destino marcado pela brasilidade dos portugueses daquela época. Hoje, continua na mesma linha de compromissos do passado, mas com o futuro marcado enriquecido pela portugalidade dos brasileiros e com novas ambições.

Como os navegadores quinhentistas que seguiam o mar largo, fiéis ao sonho do Infinito e à Pátria de todas as devoções, também nós continuamos empenhados em servir o Brasil e Portugal. E ao despedirmo-nos de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, neste começo de tarde, ficamos com a esperança de que para essa missão haveremos de ter sempre a ajuda de seu governo e não nos faltará o seu apoio pessoal.

Recepção da Grã-Cruz da Ordem de Santiago*

Cleonice Berardinelli

Exmo. Senhor Primeiro Ministro de Portugal, Engenheiro José Sócrates
Exma. Senhora Ministra da Cultura de Portugal

Prof^a Doutora Isabel Pires de Lima

Exmos. Senhores Ministros

Exmo. Senhor Embaixador Francisco Seixas da Costa

Exmo. Senhor Cônsul Geral de Portugal Doutor António Almeida Lima

Exma. Senhora Dra. Simoneta Luz Afonso,
presidente do Instituto Camões

Exmo. Senhor Dr. Emílio Rui Vilar, presidente da Fundação Calouste
Gulbenkian

Senhor Doutor Marcos Vilaça, Presidente da Academia
Brasileira de Letras

Senhor Dr. António Gomes da Costa,

Presidente do Real Gabinete Português de Leitura

Demais Autoridades Presentes

Senhoras e Senhores

Queridos Colegas e Alunos

Pela terceira vez sou agraciada pelo Governo Português com uma condecoração: a primeira, recebida em 1966 – há quase exatos 40 anos – das mãos do Embaixador de Portugal, Dr. João de Deus Ramos, era a Comenda do Infante D. Henrique, um vulto histórico desde sempre por mim admirado e por Fernando Pessoa definido como “semente do império”, sagrado por Deus para uma missão especial: “Sagrou-te e foste desvendando a espuma, / [...] // E viu-se a terra inteira, de repente, / Surgir, redonda, do azul profundo.” Naquele momento especial e inesquecível, eu perguntava ao Senhor Embaixador se podia avaliar a emoção com que a recebia. Dizia-lhe:

Emoção feliz, emoção orgulhosa que levemente me embriaga e faz crer que mereço a honra que me concedeis.

* A comenda foi outorgada à Professora Cleonice Berardinelli pelo Primeiro Ministro de Portugal, por ocasião de sua visita ao Real Gabinete, no dia 11 de agosto de 2006.

E se na verdade a merecesse?

E, pedindo-lhe perdão pela franqueza, continuei:

Não por altos dotes intelectuais, que não possuo, mas por uma longa e terna devoção às coisas de Portugal; por vinte e dois anos de magistério ininterrupto de Literatura Portuguesa, ensinando a amar uma cultura em que a nossa deita raízes e cujo passado nos é comum, ajudando os jovens a descobrir a beleza dos velhos autores e a penetrar a mensagem dos autores novos, formando uma já numerosa legião de mestres de literatura que se contagiaram de um entusiasmo que o tempo não consegue arrefecer. Como mulher que sou, ponho muito de coração em tudo quanto faço e é por ele que me torno credora do prêmio com que sobejamente me compensais todo o esforço de uma vida.

Relendo-me hoje, sorrio da minha autoavaliação do tempo que dedicara ao magistério de Literatura Portuguesa: vinte e dois anos de devoção às coisas de Portugal que me faziam talvez merecedora do prêmio dado por todo o esforço de uma vida. Eu tinha então 50 anos.

Em 1992, num Congresso Internacional da Faculdade de Letras, de que me faziam patrona os colegas – ex-alunos quase todos, ainda alunos, alguns –, recebo a segunda condecoração: a Comenda da Ordem de Santiago e da Espada, entregue pelo Cônsul-Geral de Portugal, Dr. José Guilherme Sticchini Vilela, com generosas palavras que não esquecerei.

Agradecendo, por seu intermédio, ao Governo de Portugal o galardão com que me honrava, lembrei o que recebera 26 anos antes, e o agradecimento que fizera ao Embaixador, mencionando os 22 anos de devoção aos estudos portugueses, que àquela altura já eram 48, mais que o dobro do que lá eu considerara um longo período, uma vida. E dizia:

Acho que hoje posso repetir o que lá disse, mais que dobrando o tempo de serviço. E sublinho a palavra serviço, recobrando-lhe o duplo sentido que tinha na lírica trovadoresca: além do que até hoje permanece, de encargo, trabalho, o que se poderia incluir nas Leys d'amor – de corte, preito amoroso. O serviço à amada era o próprio amor em ação. Assim tem sido o meu serviço à cultura de Portugal e, mais estritamente, à Literatura Portuguesa. Sirvo como Jacó a Raquel, mas não sete anos, senão sete vezes sete, e, como ele, lamento que seja “para tão longo amor, tão curta vida.” E o prêmio do serviço, agora que chego quase ao fim da viagem, é a dupla homenagem que me prestam, entre os meus, no meu espaço.

Eu tinha, então, 76 anos. “Quase ao fim da viagem”, dizia eu. Inda bem que não foi “ao fim”, pois não teria vivido estes outros 14 anos (duas vezes

sete) para receber hoje, das mãos do Senhor Primeiro Ministro de Portugal, Eng. José Sócrates, a Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada, o grau mais alto dessa Ordem tão antiga que sua origem remonta ao século XII, em Leão, passando a Castela e Portugal, até 1390, quando o papa expediu uma bula de separação definitiva. Em 1789, a ordem passou de militar a ordem do mérito científico, literário e artístico, daí a sua legenda: Ciência, letras e artes que, felizmente, me incluem.

Enquanto ordem militar, cada grau era concedido como prêmio ao bom batalhador da causa justa – a expulsão dos mouros, dizia eu, e acrescentava:

Não há mouros a expulsar, mas a luta continua por toda parte. A boa e a má. A que busca, a ferro e fogo, destruir, separar, humilhar, e a que quer construir, aproximar, elevar, de coração aberto e braços estendidos.

De uma luta assim tenho participado a vida inteira, nas hostes de um grande exército desarmado ou apenas armado do verbo que se faz ação, persuasão, encorajamento, do verbo que é voz no silêncio e luz na escuridão.

Isso eu dizia em 1992. Poderia tê-lo dito agora, quando completo os 90, 62 dos quais de magistério na UFRJ e na PUC-Rio, sempre na docência da Literatura Portuguesa, em que orientei 108 dissertações e teses – e continuo a orientar outras seis. Paralelamente à docência em toda a sua extensão, venho publicando livros – antologias, edições críticas, ensaios – cuja matéria é sempre a história, a literatura, a cultura de Portugal para onde se dirige obsessivamente o meu olhar, olhar crítico, mas, acima de tudo, amoroso. Será este amor, Senhor Primeiro Ministro, patente desde muito, que, reconhecido pelo Governo Português, de que é V. Exa. o lídimo representante, explicará a generosidade que este me tem reiteradamente manifestado, culminando com a outorga da Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada, a que nunca ousaria aspirar, tal o valor que lhe reconheço. É a V. Exa., pois, que apresento os meus mais sinceros agradecimentos por esta condecoração e pelo grande e sadio contentamento que dela me advém.

E permita-me que o exprima com a simples e bela frase que aprendi em Portugal. Bem haja!

* * *

Cleonice Berardinelli*

A. Gomes da Costa

Neste fim de tarde, viemos ao Real Gabinete Português de Leitura para render nossas homenagens à Professora Cleonice Berardinelli.

Mestres e alunos que tiveram o privilégio de aprender com ela dirão, com propriedade e sapiência, o que foi o seu magistério na Universidade, o que representou a sua Obra para o Conhecimento e a crítica literária, o quão fecunda foi a sua pesquisa e a sua análise estética sobre alguns dos grandes vultos da Literatura luso-brasileira, desde os trovadores medievais a Carlos Drumond de Andrade, desde Camões e Gil Vicente a Manuel Bandeira, desde Antero de Quental a Fernando Pessoa, desde a Geração de 70 à Geração do Orpheu.

Os mestres e os antigos alunos falarão com emoção e falarão com beleza dessa “genuína fazendeira”, como lhe chamou Drumond. Nós outros, os da flauta rude e da retórica pobre, ficaremos nesta oferenda com o “respeitoso carinho” a que se referia o poeta de Itabira, e com o grande reconhecimento que, em reciprocidade, nos tomou há muito o coração.

Na verdade, sempre que a Professora Cleonice Berardinelli transpôs o portal desta Casa de cultura, fosse para dar uma aula no Centro de Estudos ou para consultar uma obra rara da biblioteca, fosse para enriquecer uma sessão solene no Dia de Portugal, com Maria de Lourdes Belchior a seu lado, ou para falar com maestria sobre Sá-Carneiro ou Namora, Hernani Cidade ou José Saramago, nunca deixou de ouvir dos homens que dirigiram, ou dirigem, esta instituição, antes do “bom-dia”, do “boa-tarde” ou do “boa-noite”, um BEM-HAJA, PROFESSORA, tal a nossa estima e a nossa admiração por ela.

Repetiríamos hoje de novo a saudação – “Bem-haja, professora” por tudo o que fez ao correr da vida, pelo magistério e pela produção literária, pela revelação de talentos e pelos cuidados com os missionários das Letras, pela sedução de amizades e pela conquista de almas, pela paixão por Portugal e pelo amor ao Brasil. No entanto, neste 28 de agosto temos uma incumbência maior – não é dizer simplesmente o “Bem-Haja, professora”, como se tornou praxe,

* Discurso de abertura da sessão em homenagem à Professora Cleonice Berardinelli, realizada no Real Gabinete, no dia 28 de agosto de 2006, festejando os 90 anos de vida da grande mestra brasileira de Literatura Portuguesa.

dos varões prestantes de uma comunidade com a qual priva intimamente desde quando, nos anos 50, chegou ao Rio de Janeiro. É que ao entrarmos hoje no salão da biblioteca, onde impera, ao fundo, esculpido em bronze, o busto de Luís Vaz de Camões, épico na sua majestade e inteiro na sua portugalidade, o Poeta de “Os Lusíadas” ordenou-nos – e nós vimos seus lábios mexerem-se e seus olhos brilharem, que neste Real Gabinete ressoe para sempre um Bem-haja dos portugueses à Professora Cleonice Berardinelli.

Camões juntou-se a nós no louvor a uma Grande Senhora e a saudação agradecida – “Bem-haja, Professora” – jamais se apagará da memória dos que nesta Casa tanto lhe devem.

DEPOIMENTO

O refúgio mágico: Impressões de uma (já longínqua...) visita à Ilha de Moçambique

*António de Almeida Lima**

Esta Ilha pequena que habitamos,
É em toda esta terra certa escala
De todos os que as ondas navegamos,
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala.
E, por ser necessária, procuramos,
Como próprios da terra, de habitá-la;
E, por que tudo em fim vos notifique,
Chama-se a pequena Ilha: Moçambique”
(Camões, *Os Lusíadas*, I: 54)

E os portugueses também não (a) teriam, (escolhido) se não fosse a monção obrigar a ser ali o entreposto da Carreira da Índia, nos dois sentidos, e fazer ali o entreposto do fabuloso ramal do Zambeze, grande transportador de escravos, de ouro, de panos, de marfins e de soberbas mulheres para os fartos haréns da Arábia.

Nesse tempo esquecido [...] o trienal ofício de Capitão de Sofala e Moçambique ficaria entre as dez primeiras sinecuras do Mundo.

[...]

(Alexandre Lobato, 1972, *In*: “Prefácio” à primeira edição da *Ilha de Próspero*, de Rui Knopfly.)

[...] Nela passam, vivem, ou morrem, acrescentando-lhe pátina e enriquecendo-lhe a biografia, santos, soldados e poetas [...]

(Ruy Knopfli, *In*: “Posfácio”, *Ilha de Próspero*, 1972)

* Embaixador e Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro

Prefácio

Vínhamos de Nampula, pela estrada de Nacala que espelhava ainda bem os efeitos de uma guerra civil de 16 anos. No caminho visitáramos algumas fazendas e fábricas de algodão e de sisal que conseguiram resistir ao caos económico do conflito e que começavam a retomar algum ânimo comercial e industrial.

Abordamos a ilha pela ponte rodoviária de dois quilómetros que a separa do continente. Estreita, mal dá para passarem dois carros, em estado precário de conservação ameaça cair se não a repararem nos próximos anos.

Se cair, levará alguns anos a reconstruir e entretanto a ilha apressará o regresso ao passado, porque em época de mingua as prioridades não estão ali e as verbas dos FMI, Banco Mundial e cooperações internacionais são destinadas a investimentos mais reprodutivos, como as linhas de caminho de ferro que ligam os países vizinhos aos cobiçados portos moçambicanos; mas também para reconstruir as estradas e pontes continentais que são centrais ao desenvolvimento do país. A Ilha, salvo a problemática da conservação do património histórico, não é mais um centro de poder nem de produção ou comércio.

Entramos pois na ilha com alguma ansiedade. Queremos confirmar com os nossos olhos todas as histórias que ouvimos sobre a sua mágica, antes que o decurso do tempo nos afaste definitivamente da sua aura. Como Prospero, buscávamos ali um refúgio para as nossas memórias portuguesas, uma explicação para o mistério da importância histórica daquele entreposto de várias culturas, mesmo se o encontro viesse antecipado da prevenção da sua actual decadência.

Paramos num areal para assistir ao pôr-do-sol que entrava também ele rápido no nosso fim de tarde e de jornada. O peixe secava hirto e ordenado, espetado em paus, suado de um dia violento de sol a esmo, pronto para ser vendido no mercado. Era um painel de prata rebrilhando sobre a areia branca, definindo um quadro de pintura moderna em que o mangal vizinho dava um enquadramento vegetal único naquela praia.

Ao lado, canhões em bronze jaziam na areia; não eram inúteis; estavam reciclados em assentos improvisados onde as crianças brincavam e nós, deslumbrados, descobríamos logo ali o testemunho tão evidente de uma História, no seu silêncio educativo. Brazões, escudos e registos portugueses ressaltavam do metal coberto de tanto salitre; ao lado, pedras talhadas, gastas, peças de um puzzle que a arqueologia irá recompor, um dia... Restos da cultura trazida do outro lado do mundo, de um canto remoto da Europa, ali repousando, eternamente, assim parecia.

Em pano de fundo uma imensa bola encarnada. O sol descia sobre o continente. A Ilha banhava-se de uma coloração suave em que os ocres e os avermelhados gastos das casas velhas refulgiam imponentes e nobres. A noite aproximava-se rápida e misteriosamente.

Por quê a Ilha

Os portugueses construíram, a partir do século XV e XVI, ao longo da costa oriental de África, fortalezas, entrepostos, portos, casas, igrejas; envolvente própria à sua afirmação de poder exercido em função das necessidades do comércio, da expansão da fé cristã e do império. Naturalmente importava garantir a segurança e conforto das rotas marítimas, designadamente a mais importante, à época, a carreira da Índia.

Em Moçambique procurava-se também o ouro do rico reino de Monomotapa, no interior centro. Logo sobreveio o lucrativo mercado de escravos “exigido” pela exploração efectiva do Brasil. Os circuitos do negócio vinham aliás já de longe, tinham sido montados pelos mouros e pelos chefes locais.

A província de Moçambique foi, até ao século XVIII, circunscrição do foro administrativo e judicial da Índia, jóia da coroa imperial portuguesa, porque era instrumental em toda a gestão desse fulcral vice-reinado. Goa, Damão e Diu forneceram desde então e até hoje a Moçambique gerações de quadros da administração portuguesa colonial com nomes como Fernandes, Rebelo, Vaz, Bragança, Dias, etc. São médicos, advogados, professores, altos funcionários da Administração, mas também homens de negócio e comércio.

Na sequência da recuperação da coroa portuguesa em 1640, pela dinastia dos Bragança, o império foi sendo remido da cobiça alheia, v.g. holandesa; com D. João V a Ilha de Moçambique, situada sobre o litoral norte daquele extenso território africano, assume a capitania da província, fruto da sua importância no comércio de escravos então no auge.

A sua invejável situação estratégica no canal de Moçambique tinha sido já escolhida pelos comerciantes mouros, desde o século VII d.C., primeiro como refúgio dos canibais do continente, depois como entreposto e porto seguro do Índico. Mesquitas são erigidas, oráculos, imagens, hábitos, muçulmanos e hindus são trazidos das outras margens do Índico. Ao longo dos séculos a Ilha habitou-se a conhecer comerciantes e outras civilizações. De todas assimilou algo.

O fim do comércio dos escravos ditou a decadência económica e subsequente diminuição da importância política e social da Ilha. Mas também a política portuguesa do final do século XIX, no sentido de afirmar claramente

a ocupação efectiva das suas colónias africanas, contra as ameaças das grandes potencias europeias, como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, que queriam partilhar esses territórios entre si, fez deslocar a capital, da Ilha para Lourenço Marques, no extremo sul do país.

As edificações oficiais da Ilha, como a fortaleza de S. Sebastião – a maior do Índico português –, o palácio e capela de S. Paulo, a Igreja da Misericórdia, o hospital, bem como as casas e os armazéns dos homens poderosos da Administração ou do comércio foram paulatinamente perdendo a sua importância e os seus personagens. Permanece hoje o seu testemunho patrimonial e histórico, embora cada vez mais reduzido pela inevitável decadência das construções desabitadas.

Assim, no fim do período colonial a Ilha era já um lugar de peregrinação quase arqueológica, envolta em brumas de história, de mística de velhas glórias e de evocações poéticas e culturais. Foi entretanto considerada património da humanidade pela UNESCO.

A última fase da colonização portuguesa em Moçambique é uma sequência rápida e dolorosa.. Depois de uma guerra de 13 anos em que se perderam e mutilaram muitas vidas de ambos os lados, a independência chegou em Junho de 1975. Algumas centenas de milhar de colonos abandonaram, à pressa, o novo país, receosos de uma guerra civil pressentida.

Essa guerra durou mais 16 anos e deixou marcas bem terríveis, nas pessoas, no território e na economia. Em 1995, em Moçambique já não se ouvia o som das lutas fratricidas ia para três anos; notavam-se porém ainda os efeitos da destruição, sobretudo no norte, deixado tão distante do mundo moderno e dos ainda parques e lentos benefícios económicos das tréguas.

Mas a experiência da construção de um país novo do Rovuma (extremo norte) ao Maputo (extremo sul) unindo várias etnias estendendo-se por 2500 quilómetros (changanes, rongas, senas, ndaus, macuas, lomués, macondes, chopos, ajauas, nianjas) com seus dialectos próprios, exigiu uma língua franca: o português. A língua portuguesa foi sem dúvida o maior legado colonial e talvez o único que verdadeiramente prosperou nestes últimos 30 anos. Fala-se hoje, no Moçambique independente, mais português do que na época colonial. Para os portugueses que ali chegavam, 20 anos depois da independência, esta evidência era reconfortante. A nossa língua, que Camões ali cantara há mais de 400 anos, tinha deixado raízes sólidas, não obstante as vicissitudes da história e da política e era um instrumento fundamental na criação de uma identidade própria naquela parte do Índico de envolvente linguística e cultural de influência claramente anglo-saxónica .

As gentes

Os macuas são a principal etnia autóctone moçambicana. Concentram-se no nordeste do país, precisamente onde se situa a Ilha de Moçambique. Têm uma longa tradição de contacto com os navegadores e comerciantes árabes do norte (Iemen etc). Foram islamizados antes da chegada dos portugueses e a larga maioria permanece fiel a essa fé.

Ao longo da história foram atacados por grupos rivais do interior que cobiçavam as suas terras litorais. Os portugueses, seus aliados de há séculos, ajudaram-nos a resistir a essas invasões. Ficaram gratos e amigos. Será a etnia do país que até hoje mais apreciou a presença portuguesa embora também tenham sofrido a violência da escravatura lusitana.

Os macuas, como, regra geral os bantos orientais e islamizados, são gente doce e elegante; passam, ou estão, simplesmente, não têm pressa. Esperam o dia de amanhã com aparente segurança e descontração. São imponentes e serenos como as palmeiras imperiais. Assistem ao passar dos dias naqueles caminhos infinitos, bermas de estradas esburacadas, paragens de onibus-sabe-se-lá-se-vem, tabuleiro de mercado improvisado de tudo-o-que-ainda-vai-havendo. Convivem com a natureza de uma forma fraterna, mas dura. Resistem, lutam pela sobrevivência.

A sua esperança sem limites é filha de um misticismo forte. Tem uma expressão milenar no culto dos antepassados. A árvore desempenha um papel fundamental na sua liturgia doméstica. É o alfa e ómega da família africana, junto da qual se enterram os mortos e onde se vai pedir a bênção para as grandes decisões da vida.

A tribo, a família, alargada, é o centro da vida deste povo que ainda não experimenta a atracção do individualismo e sente, sem complexos nem eufemismos, a necessidade óbvia da integração social, da solidariedade dos outros e da partilha para poder sobreviver.

É gente amparada em magmas de fé, misturando maternidade, irmandade, respeito dos antepassados e dos mais velhos, mas também devoção ao Deus único dos muçulmanos e dos cristãos. Prevalece ao observador externo a impressão de uma aparente resignação (quase exasperante) à tradição e à ordem natural das coisas. A atitude perante a novidade é de uma cautelosa curiosidade da parte dos mais novos e de uma reservada desconfiança, da parte dos mais velhos.

Nas povoações, entretanto, nascem igrejas brancas e mesquitas, templos da “civilização” trazida de fora e que convivem com as palhotas frágeis, habitat natural da família rural africana.

Ainda as gentes

António não teria mais de 12 anos. Franzino, seco de carnes, expressão alegre e comunicativa avançara com o seu grupo para perto de nós propondo os seus préstimos de guia turístico; ou tão só de guia; ou tão só de bengala para apoiar o passo curvado e difícil do nosso embaixador, “vítima” da estrada esburacada de Nacala, incomodado com uma ciática impertinente.

“Como te chamas?”, perguntou o diplomata para dar rumo útil à conversa/algazarra do bando de miúdos que se atropelavam na oferta/venda dos seus bens e serviços; “...sou António!” respondeu, em português claro, com um mistura de pudor e orgulho.

“Estás contratado! Serás a minha “bengala” nos próximos dias”, arrematou o Rui Brito e Cunha do alto (curvado) da sua autoridade quase colonial.

Com a ajuda do António “Bengala” apressámos o refúgio na casa dos nossos anfitriões, Margarida e João Ferreira dos Santos, terceira geração de uma das maiores empresas familiares portuguesas a actuar em Moçambique e que iria celebrar nesse ano o centenário. Foi fundada precisamente naquela Ilha que, cem anos atrás, ainda gozava da prosperidade de antiga capital da colónia e funcionava como entreposto comercial de relevo.

A casa, sobre o Índico, tinha uma varanda-terraço soberba, posto privilegiado de observação, e de condições, nesta fase da história da Ilha. Em 1995, época em que a visitámos, era o único local da ilha que nos garantia a luz artificial de um gerador em serviço permanente para além das demais comodidades essenciais a turistas europeus sem pretensões a “coronéis-tapiocas”.

Estávamos exaustos e esfomeados de um dia de viagem e de experiências várias, desde que saíramos de manhã de Nampula. A hospitalidade dos amigos condizia com a generosidade e a elegância locais.

No terraço da nossa casa sobre o Índico brilhava agora uma lua esplendorosa, aberta, que Deus tinha mandado para iluminar os pobres, os ricos e os demais. Refastelados com deliciosas lagostas apanhadas nessa manhã, discoríamos pachorrentamente sobre tudo que víamos desde Nampula na véspera, mas sobretudo bebíamos com interesse os relatos do padre Lopes.

Figura inefável que a missão lusitana tinha deixado esquecida neste recanto muçulmano, o padre Lopes era o exemplo vivo da gesta heróica de tantos e tantos homens e mulheres missionários que souberam adaptar-se ao Povo que foram servir e aprenderam a viver com Ele e para Ele. Com a partida dos portugueses e o fim do império colonial, o padre Lopes restou como memória viva do passado, das gentes, das coisas, das iniciativas, mas também

como professor de português, de história, de geografia, de religião e moral, de música, de etnografia. Era ainda comentador político, crítico de governantes, fiscal da ética da governação e, naturalmente, único responsável pelo pastoreio das almas convertidas ou crentes cristãs, uma clara minoria naquela região maioritariamente muçulmana. Com ele aprendemos a síntese importante sobre a Ilha e a sua história.

Um grupo etnográfico macua, composto de mulheres, homens e crianças, entra no terraço ao som dos tambores e dos berimbaus. Elas organizam um jogo de saltar à corda. Uma destreza deliciosamente infantil e que nos transporta ao ensino elementar, à serenidade composta dum universo que nos parece já tão distante, neste mundo de computação, celulares, playstations e fibras ópticas.

De repente ouvem-se gritos (de guerra?). Sons guturais estridentes das mulheres acompanham um agitar mais sério e viril de homens. Sentadas no chão em redor dos bailarinos, com as crianças ao colo, nas costas ou no chão, compunham o coro e a cenografia. Vestiam capulanas (panos) de cores garridas. Usavam turbantes iguais nas cabeças. Do meio dos homens, um “velho” adianta-se e começa a espetar na carne, braços e cara, agulhas compridas de ferro. Nem uma gota de sangue, nem um esgar de dor. Suspense. A digestão das lagostas ressentem-se. À nossa frente um faquir?, um mágico?, um bruxo?, um feiticeiro?

Talvez tudo isso, mas sobretudo um artista que impressiona pela sua arte, pela imponência da sua serenidade e destreza no uso de uma técnica para nós desconhecida.

Naquele simplicíssimo e remoto recanto iluminado do Índico, longe de toda a civilização sofisticada, tínhamos direito a um jantar palestra, como nas capitais mais cosmopolitas e a um espectáculo cultural único, que incluía a prática da milenar acupunctura.

E mais gente, à luz do dia

Na manhã seguinte acordamos com um sol aberto e generoso. Fomos finalmente conhecer a Ilha. No portão da casa acotovelavam-se bandos de jovens vendedores de tudo. Queriam a sua oportunidade de negócio exclusivo. Moedas de prata do tempo colonial, colares artesanais de coral e conchas; panos pintados; e mais lagostas e caranguejos apanhados havia pouco.

António “Bengala” ali estava, no seu posto, esperando as ordens do dia. Porém a primeira saída seria de barco. Conhecer o perímetro do território era fundamental para nós geoestrategas de profissão.

Uma volta pela ilha grande e pelas pequenas que a vizinham dá-nos a perspectiva física, real, do tanto que ouvíramos, lêramos e imagináramos. A ilha grande, apesar da decadência, mantém intactos os traços e o perfil de um entreposto secular. Imponente naturalmente a grande fortaleza de S. Sebastião. Casas grandes e pequenas convivem, com minaretes e igrejas, barracões, palácios, praças, ruas, praias, areais, docas e árvores (poucas). Alguma actividade piscatória artesanal, ou pouco mais, dá vida ao mar e à costa.

Percebemos a fisionomia humana da ilha. Do lado mais monumental pouca gente. Reina a placidez. O evidente passado glorioso jaz ali sem continuidade, não obstante a serena dignidade. Do lado oposto não há praticamente construções de alvenaria, apenas construções precárias, de colmo e madeira. Reina a actividade humana, sente-se vida. Gente, finalmente, que vive no seu meio e que, aparentemente, nem se interessa pelo outro lado. O lado norte da Ilha é o porão do navio carregado de lastro (histórico); o lado sul é o convés onde se comanda a navegação e a tripulação actua todos os dias para fazer com que este barco continue a navegar.

À medida que nos dirigimos para os pequenos ilhéus, Goa e Cobras, cruzamo-nos com pirogas frágeis onde pescadores atléticos lutam bravamente, com enorme esforço físico para manter estável a embarcação, lançar, agarrar e puxar as redes. No meio de um azul esverdeado, translúcido e profundo encontramos cabeças agitando-se à tona de água. Por momentos imaginamos que são naufragos, vítimas inevitáveis da precaridade dos seus instrumentos de trabalho. Percebemos então que são os pescadores de lagosta que mergulham para apanhar do fundo as preciosidades que jantámos na véspera.

Estes homens são campeões naturais de mergulho e remo. Começam bem cedo a contribuir para o sustento da família. Aprendem a buscar no mar a sobrevivência, sem sofisticções, como o faziam os seus antepassados milénios atrás.

Com o peixe e os frutos do mar vêm muitas vezes também peças de barcos afundados, moedas antigas, tesouros que são verdadeiros testemunhos, evidências da importância deste entreposto ao longo dos tempos. A arqueologia deve-lhes esse serviço. A história esse tributo. Eles tentam vender aos poucos turistas que naquela época por ali se aventuravam estas preciosidades. São os juros da sua história.

O nosso barco, pilotado pelo Mussa, numa farda de azul, coçada, abrandada a marcha dos dois potentes motores e aproxima-se de um areal imenso, branco. O mar transparente e limpo reflecte o azul intenso de um céu glorioso, com sol aberto e forte. O fundo do mar está carregado de conchas brancas. Saltamos borda fora ávidos de apanhar esses presentes de Neptuno.

Pisamos finalmente as areias escaldantes deste ilhéu das Cobras. Em tempos servia para controlar o acesso à ilha grande. Agora é um refúgio natural de pássaros. Alguma vegetação rasteira. Uma beleza serena, mas forte de cores e transparências. O ar puríssimo, o mar límpido e azul. A areia branca e quente. Sentimos a profunda sensação de comunhão com a natureza no seu estado mais primitivo.

No regresso passamos frente a uma velha capela, fechada, meia perdida numa praia do continente. É mais um registo da fé e do império que o devir humano se encarrega de julgar.

Atracamos no ancoradouro da casa dos nossos amigos. Mussa encarrega-se de pôr as crianças em seco, cuidando de não se magoarem no fundo de coral. Uma terna forma de nos manifestar a fidalguia do seu acolhimento. Mussa- Moisés-Moça(mbique). A influência árabe que aqui penetrou há mais séculos do que os portugueses marca a sua presença na onomástica local.

O Palácio de S. Paulo, sede dos governadores, o hospital, e alguns edifícios antigos repousam entretanto num silêncio sereno e profundo, aguardando a volta dos seus donos e senhores. São imagens sucessivas e impressionantes de uma rápida visita ao passado congelado na pedras, nas frontarias, nas madeiras das portas e janelas, nas salas mantidas como estavam no dia da partida dos seus últimos habitantes; e ainda no traçado das ruas e das praças, nos candeeiros do jardim apagados há décadas e que se mantêm de pé à espera do seu futuro.

Dirigimo-nos depois à famosa fortaleza de S. Sebastião. Exemplo imponente da arquitectura militar portuguesa no oriente. Um vasto edifício de paredes sólidas e perfeitas assente no topo norte da Ilha, estrategicamente colocada para vigiar a chegada da carreira da Índia e proteger dos ataques das frotas inimigas.

A caminho cruzávamo-nos com mulheres de vasilhas à cabeça, não eram muitas. Algumas, as mais jovens, tinham a cara pintada com tinta branca; pensamos que é algum rito de passagem, sinal de afirmação da feminilidade, mas as explicações são vagas e poucos convincentes e falam de um tratamento cosmético tradicional à base de farinha de mandioca. Há nestas tradições um não sei quê de mistério que impede explicações...

Em 1995 o forte estava em relativo estado de conservação, considerando as circunstâncias especiais em que o país vivera nos últimos 20 anos. As autoridades e muitos amigos do monumento haviam conseguido manter o essencial. A cisterna impressiona pela dimensão e sobretudo porque ainda presta a sua função à população local; dada a carência local no abastecimen-

to público muitas mulheres recorrem ao sistema secular da armazenagem da água da chuva. Este aspecto impressiona quem visita um monumento aparentemente adormecido, onde o passado fala tão forte connosco através das pedras. Celas, refeitórios, salas abobadadas, mostram um mundo que foi tão vivo e necessário na sua urgência diária. Perdidas as funções de outrora, aguardando também decisões políticas sobre o seu destino futuro (pousada? centro cultural?) a fortaleza permanece firme na sua disponibilidade de nos impressionar e de continuar a ajudar este povo no presente.

A capela de Nossa Senhora do Baluarte, exemplo manuelino único no ultramar português, referida na “História Trágico-Marítima”, restaurada havia pouco com a ajuda lusitana, ressalta na dignidade das suas cantarias, gárgulas, cimalha, abóbodas e frestas. Em cima de um rochedo sobre as águas límpidas, que a abraçam continuamente, a capela evoca vidas e devoções europeias que ali se ajoelharam ao longo de séculos em súplica e em agradecimento. Gente que por lá passou e rezou ou que lá foi enterrada e não pode ir morrer à sua terra. Ossos dessas almas estão ali bem expostos, assinalando-nos a precaridade de tantas missões e projectos e a finitude de tantas ambições.

O império português foi tecido de tudo isto. Homens e mulheres portugueses, moçambicanos, indianos, brasileiros, ou de outras nacionalidades, que naquele ponto estratégico pararam e passaram, ou apenas se corresponderam, foram construindo, “contra perigos e guerras esforçados”, uma parte imprescindível da nossa memória colectiva e que hoje é o universo em expansão da língua portuguesa. Evocamos D. Estêvão de Ataíde, ali jazente, que deixa à posteridade a célebre frase no combate aos holandeses “Não negoceio. Resisto!”

Evocando outros nomes procuramos Camões. Está de pé ainda na praça; mas Vasco da Gama retirou-se para um armazém aguardando a revisão da história. Espreitamos, literalmente, por uma frincha da porta da garagem e ali jaz o navegador que abriu as portas ao mundo moderno e mandou plantar tangerinas em Inhambane para o abastecimento das frotas da carreira da Índia.

José Craveirinha, grande poeta da síntese luso-tropical, cantou esses frutos num magnífico poema. Morreu sem ver o seu meio-irmão ilustre voltar à posição que a História lhe concede.

Até à eternidade

O sol voltava a descer sobre o continente e as cores suaves e alaranjadas banhavam de novo tudo em redor dando-nos um inefável afago. Regressávamos assim ao abrigo da casa. Procurámos partilhar as impressões do dia

luminoso. Confirmamos que a Ilha fazia jus à sua fama; a sua lenda era perceptível e o seu rico e famoso passado estava ali melhor representado do que no restante território moçambicano que já conhecíamos, sobretudo na zona sul, incluindo a actual capital, Maputo.

Depois do jantar voltamos a sair. O Padre Lopes tinha-nos convidado para a missa da noite em que os macuas convertidos participavam. Percorremos deslumbrados as três centenas de metros que nos separavam da igreja. Estava escuro porque era lua nova, mas o céu estrelado cobria as nossas cabeças como um véu de fantasia maravilhosa. O som do mar, por detrás das casas e das ruas, enquadrava o ambiente. Aqui e ali o fantasma de uma palmeira imperial que se erguia soberba, a sinalizar a natureza no meio da ordem silenciosa das vias urbanas

A igreja da Misericórdia é um edifício do século XVIII, de paredes brancas; austera, digna, no seu confronto com o tempo, com a precaridade dos meios. Entramos e a iluminação estava reduzida a duas velas no altar; as paredes são despidas de ornamentações; tudo o que houve, eventualmente foi retirado; é o despojamento franciscano onde se notam apenas uma jarra de flores encarnadas e um missal antigo da mesma cor.

Algumas mulheres em trajes garridos (as capulanas) ocupam os velhos bancos de madeira; cantam o Pai-Nosso em macua e não podemos deixar de nos emocionarmos com este testemunho daqueles poucos católicos que continuam fiéis à universalidade da sua Igreja sem prescindirem da expressão própria da sua cultura.

Despedimo-nos assim da Ilha com antecipada saudade de uma cidade encantada e encantadora, onde Camões, Knopfli e tantos outros poetas sentiram o mesmo abraço mágico. Sentimos as pedras, o passado, as pessoas vivas do presente naquele magnífico cenário.

António “Bengala” será hoje mais um dos jovens que emigrou para a grande cidade à procura de futuro. Trabalhará nas obras, será militar ou funcionário público moçambicano, operário ou mineiro na África do Sul, destino de muitos dos seus compatriotas. Também poderá já ter estudado e tido oportunidade de chegar à universidade, tirado um curso e ser candidato a dirigente partidário, responsável pelas decisões sobre o presente e o futuro do seu povo. Tentará, com generosidade e empenho lutar por um mundo melhor e mais próspero para o seu país. É a sua hora.

Tenho a certeza de que, mesmo que não consiga nada disso, defenderá a sua terra, a sua Ilha, com orgulho e determinação, porque nasceu no seu seio, bebeu-lhe a sua água de coco, fixou-lhe os seus pôr-do-sol, os reflexos da

luz intensa sobre o Índico, a maresia envolvente, as pedras centenárias, as ruas ordenadas, a fortaleza protectora, a mesquita grande, o crematório baneane, as capelas e igrejas, o Padre Lopes, o faquir, as danças femininas, as caras, os risos, o doce e lânguido transcorrer dos dias, dos anos, dos ventos, das luas e das marés, nas varandas, nas praças, nas praias.

Verá no interminável vai e vem das gentes e dos carros que atravessam a ponte que a liga ao continente, a artéria que traz e leva a modernidade possível todos os dias. Verá outros Antónios irem até ao fim do mundo em busca do futuro e voltarem, como nós, para encontrar ali a verdadeira ilha mágica que nos abre o livro de memórias.

ENTREVISTAS

Entrevista com Vanda Anastácio e Daniel Pires

*Dando prosseguimento ao trabalho do PPRLB de divulgação do que se tem feito de relevante no campo dos Estudos Portugueses, convidamos para um diálogo dois especialistas que levam à frente trabalhos de edição do conjunto da obra de Bocage e da Marquesa de Alorna. Daniel Pires editou pela Caixotim (Porto), com apoio do IPLB, em 2004 e 2005, os volumes I (Sonetos), II (Cantatas, Canções, Idílios, Odes e Cantos) e VII (Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas) da Obra Completa de Bocage. Vanda Anastácio tem no prelo o volume Sonetos da Marquesa de Alorna, previsto para vir a lume pela editora 7 Letras (Rio de Janeiro), **também com o apoio do IPLB**. Para além do espinhoso e meritório trabalho que termina por redimensionar o corpus das obras destes autores, Daniel Pires e Vanda Anastácio convidam-nos também a repensar o modo pelo qual Bocage e a Marquesa de Alorna vêm sendo lidos ao longo do tempo.*

Convergência Lusíada: Em que medida uma edição das obras da Marquesa de Alorna, incluindo os vários gêneros por ela utilizados, pode abrir novas perspectivas para a compreensão do fenómeno literário e da vida social em finais do século XVIII e primeira metade do XIX, bem como uma edição integral da poesia de Bocage para os finais do século XVIII?

Vanda Anastácio – A única edição da *Obra Completa* da Marquesa de Alorna feita até hoje data de 1844. É uma edição póstuma (D. Leonor de Almeida faleceu em 1839) publicada pela Imprensa Nacional, em 6 volumes. Tanto a edição, como a nota biográfica que se inclui no volume I, são da responsabilidade de duas das filhas da autora (Frederica e Henriqueta) ajudadas, no caso de obras que necessitavam de anotação específica, (como a *Paráfrase dos Salmos* ou as *Recreações Botânicas*), por Carlos Manuel Soyé, um homem do qual pouco se sabe, mas que a Marquesa menciona no seu testamento como sendo pessoa da sua inteira confiança.

Apenas uma pequena parte dos textos publicados em 1844 foi dada à estampa em vida de D. Leonor de Almeida (as traduções *Arte Poética de Horácio seguida do Essay on Criticism* de Pope, Chateaubriand, *De Bonaparte e dos Bourbons* (1814), parte da *Paráfrase dos Salmos* em (1817 e em 1833) e a tra-

dução de Lamennais, *Ensaio sobre a Indiferença em matéria de Religião* (1820)) mas existem no seu espólio, versões autógrafas da quase totalidade das obras incluídas na publicação de 1844.

Graças a estes documentos é possível ao investigador por um lado, avaliar o grau de fidedignidade da edição da *Obra Completa* em relação ao que a autora realmente escreveu e, por outro, aperceber-se de que os textos da Marquesa de Alorna, apesar de não terem sido publicados até 1844, circularam intensamente através de cópias manuscritas distribuídas entre as pessoas que frequentavam os mesmos círculos. O espólio de D. Leonor dá testemunho desse facto, preservando numerosas cópias a limpo de uma parte considerável dos seus textos, tanto da sua mão como de outras, recolhendo também, por outro lado, poesias manuscritas que lhe foram dedicadas e oferecidas por outros autores.

O estudo deste *corpus* permite lançar uma luz sobre o processo de transmissão da obra da Marquesa de Alorna no interior dos diversos círculos de relações que foi frequentando ao longo da vida, e entender o modo como D. Leonor pôde adquirir a extraordinária reputação de mulher de Letras de que gozou no seu tempo, apesar do escasso número de títulos que publicou em vida.

Daniel Pires – A edição da obra completa de Bocage contribui para a compreensão do fenómeno literário em finais do século XVIII e no início do seguinte. A sua leitura atenta permite-nos avaliar a forma como se criticava, como se traduzia, os géneros poéticos mais cultivados, as personalidades literárias tutelares, a ênfase dada aos clássicos greco-latinos, os temas recorrentes. Por outro lado, nos seus poemas, Bocage alude, de forma elogiosa, à actividade multimoda da “Arcádia Lusitana” e critica severamente os padrões e a *praxis* da “Academia das Belas-Letras”.

O ambiente político-social está também omnipresente na poesia de Bocage. Napoleão, Nelson, Maria Antonieta, a monarquia portuguesa, Frederico da Prússia, Catarina II, Lineu, Lunardi, Voltaire, o consulado jacobino, o Marquês de Pombal, o Marquis d’Argens, entre tantos outros. A ignorância, a moral sexual repressiva, a avareza, o novo-riquismo, a hipocrisia, a arrogância são nela dissecados. Finalmente, os pequenos nada do quotidiano da época estão também equacionados, por exemplo nos epigramas, nos quais os médicos e os juristas são particularmente visados.

CL: Os volumes já editados da Obra Completa de Bocage (I, II e VII) fazem-nos supor que houve ao longo do tempo, nas edições que precederam

à que agora se faz, um “branqueamento” da obra do poeta. É isto verdade? Em que extensão isto se deu? Em que medida a recepção da poesia de Bocage ficou condicionada a estes procedimentos editoriais? E por que a obra da Marquesa de Alorna permanece ainda hoje tão pouco conhecida em Portugal?

VA – Há vários motivos que podemos apontar que explicam que a obra da Marquesa de Alorna continue a ser pouco conhecida em Portugal. Referiremos, em seguida, apenas três: *Primeiro motivo*: a impossibilidade de ler a obra da Marquesa fora dos arquivos: não houve edições da *Obra Completa* desde 1844, a última antologia que foi publicada dos seus textos foi feita por Hernâni Cidade em 1960, e depois desta data apenas alguns poemas seus surgem incluídos nas antologias de poesia setecentista. *Segundo motivo*: o interesse devotado pelos historiadores da Literatura às mulheres escritoras tem sido muito reduzido desde a formação da disciplina de História Literária (no século XIX) até hoje. O caso da Marquesa de Alorna é, de certo modo, paradigmático: o facto de ter tido um papel de grande relevo no seu tempo tornou-a, de certo modo, incontornável, pelo que o seu nome é mencionado com alguma regularidade pelos historiadores. No entanto, o facto de ter tido uma actuação não consensual com o estereótipo do comportamento feminino da sua época fez com que a sua actuação tenha sido «branqueada»: os historiadores mencionaram o seu papel de filha extremosa, mãe dedicada e viúva virtuosa e relegaram para segundo plano quer o estudo da sua obra, quer o do seu percurso político e intelectual. *Terceiro motivo*: A Marquesa de Alorna dominou, pelo menos, o francês, o inglês, o alemão, o latim e o italiano. Muitos dos seus poemas dialogam com autores e textos destas línguas e destas culturas, quer aludindo-lhes, quer adaptando-os, quer traduzindo-os. Assim, não se tratando propriamente de uma autora difícil (D. Leonor interessava-se por música e preocupava-se com os aspectos prosódicos do verso, pelo que a sua poesia tem um ritmo melódico que a torna especialmente agradável á leitura, sobretudo em voz alta), é uma autora que é melhor compreendida por quem tiver consciência desse diálogo cultural, e puder identificar as alusões, as fontes, os textos de partida, etc.

DP – Tudo começou no século XIX quando se considerou que algumas das poesias eróticas ou pornográficas, que circulavam sub-reptícia e anonimamente, só poderiam ser da autoria de Bocage. Por outro lado, Inocêncio Francisco da Silva, quando decidiu publicar as *Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas*, assinalou, em nota de rodapé, que nem todas pertenciam, de facto, a Bocage. Algumas eram da lavra de Pedro José Constâncio, como se podia ler na capa do caderno manuscrito por ele utilizado; outras ainda, enfatizou aquele bibliógrafo, constava serem do poeta mas não havia a certeza. Todavia, muito

pouca gente lê notas de roda pé e tais poemas foram, de imediato e precipitadamente, atribuídos a Bocage. Não havendo manuscritos autógrafos, estamos em presença de um problema de difícil resolução.

A moral sexual dominante branqueou a obra de Bocage, sendo, conseqüentemente, preferida as suas vertentes lírica e satírica à erótica. Durante o Estado Novo, os seus poemas de carácter político, designadamente os seus hinos à liberdade, foram também evitados.

CL: Quais são as maiores dificuldades vencidas e por vencer para que a edição integral da obra da Marquesa ganhe finalmente forma de livro e para que a edição integral da obra de Bocage se complete?

VA – Uma das maiores dificuldades apresentadas pela edição crítica da obra da Marquesa de Alorna consiste no tratamento do vastíssimo espólio que dela se preserva. Ao problema que representa a inventariação e classificação de um conjunto documental que excede as 20 000 peças, soma-se a dispersão deste: há autógrafos de D. Leonor de Almeida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na colecção Particular do Palácio Fronteira, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Municipal do Porto e no Arquivo e Biblioteca Municipal de Évora, bem como em colecções de possuidores particulares. Vastas partes deste espólio não se encontram indexadas, pelo que a equipe de investigação que tem vindo a trabalhar sobre ele tem que combinar o trabalho de arquivista com o de crítica textual.

Outra dificuldade prende-se com o modo de transmissão dos textos da Marquesa: de grande parte dos poemas conserva-se mais de um autógrafo e, entre uma e outra passagem a limpo, a autora introduzia alterações destinadas a apurar os textos ou, até, a adaptá-los a determinadas circunstâncias do momento da cópia. Estas modificações criam problemas no momento em que o editor procura fixar o estado do texto que corresponde à última vontade da autora em relação a ele: por um lado, é necessário destrinçar, entre as várias versões conservadas, qual a ordem pela qual foram sendo sujeitas a campanhas de revisão por parte da Marquesa; por outro, algumas dessas cópias, ainda que não representem a sua última vontade, representam momentos importantes da vida do texto (vontades «circunstanciais» se assim lhes quisermos chamar), e merecem ser registadas e dadas a ler ao leitor dos nossos dias, que está interessado, precisamente, no processo de «criação» e de transmissão da obra de D. Leonor de Almeida.

DP – Algumas dificuldades se perfilaram ao longo da publicação da obra completa de Bocage:

- a) A pontuação do século XVIII apresentava peculiaridades que, entretanto, se perderam;
- b) Considerando que são raros os manuscritos autógrafos de Bocage, a transcrição dos poemas teve de ser feita a partir de impressos.
- c) Por outro lado, um quarto da obra de Bocage foi publicado postumamente, facto que dificulta sobremaneira uma edição rigorosa.

CL: O que vocês destacariam que pudesse ser assinalado como “uma descoberta surpreendente” no trabalho de investigação, ou no trabalho de edição, ora em curso?

VA – A “descoberta surpreendente” fundamental que o trabalho de investigação e de edição tem trazido à luz, reside no facto de os documentos revelarem uma personalidade muito diferente daquela que os biógrafos por diversos motivos haviam descrito. Em vez da excelente mãe de família, esposa perfeita, católica ortodoxa e monárquica conservadora, a documentação (incluindo não apenas as obras poéticas e as traduções, mas também a correspondência) revela uma mulher de forte personalidade, extremamente culta, atenta, desde muito cedo, aos acontecimentos políticos do seu tempo. Ávida de conhecimento e interessada por uma variedade considerável de assuntos, da Literatura e da Retórica à Filosofia, passando pelas Ciências da Natureza e pelas descobertas científicas das Luzes, D. Leonor conseguiu sempre manter-se a par das grandes discussões filosóficas da sua época. À imagem do que se verifica com a generalidade dos poetas da sua geração, a Marquesa não podia conceber outro sistema político que não fosse a Monarquia, mas lutou toda a sua vida pela tolerância, contra o Fanatismo e o Despotismo, e procurará intervir activamente no desenrolar dos acontecimentos.

DP – A consulta de vários acervos facultou-nos acesso a poemas de Bocage que nunca foram incluídos nas três edições anteriores da sua obra completa – as de Inocêncio Francisco da Silva, 1853; de Teófilo Braga, 1875; de Hernâni Cidade, 1969-1973. Divulgámos, até ao momento, oito composições do poeta desconhecidas dos seus editores literários.

Entrevista com Victor Lopes

Toda noite, duzentos milhões de pessoas sonham em português.
Algumas delas estão neste filme.

“o mistério é como tudo permaneceu”
(Martinho da Vila, *In: Língua, vidas em português*)

Em quatro continentes, trechos do cotidiano de pessoas de várias idades, origens, classes, fés e culturas são recortados e costurados em ordem cronológica. Durante três dias, atravessamos cidades e sentimentos de muitos tons. Encontramos, flagramos, seguimos, acompanhamos e largamos personagens em trânsito por vários mundos econômicos, espirituais e pessoais.

A língua portuguesa é o veículo para falar do cotidiano de pessoas que vão de um camelô de rua ao prêmio Nobel de Literatura. Uma narrativa de ações paralelas e muitos personagens, cujas histórias se entrelaçam no decorrer de alguns dias. Um documentário-fluxo. Ao mesmo tempo um filme simples, um filme feito de conversas. Hábitos e espaços re-ordenados por uma montagem de tempos e intensidades destas vidas em movimento.

Uma língua só está viva se for utilizada no dia a dia pelas pessoas que a falam. Um código para visões diversas do mundo e da vida. Apropriação diária do imaginário. Saramago nos contou: “não há uma língua portuguesa, há línguas em português”. Este corpo espalhado pelo mundo.

Língua, Vidas em português foi co-produzido por Brasil e Portugal e filmado em seis países: Portugal, Moçambique, Índia, Brasil, França e Japão.

Madalena Vaz Pinto:¹ Como surgiu a idéia de fazeres este filme?

Victor Lopes:² Em 93 fui passar dois meses a Lisboa – já não ia a Portugal há muito tempo – e achei muito interessante ver todos aqueles emigrantes,

1 Pesquisadora em Literatura e cultura portuguesas. Vive há muitos anos no Brasil. Foi professora na PUC-Rio, é diretora do Centro de Estudos do Real Gabinete e coordenadora do núcleo Cultura e Sociedade do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras. É Doutora pela PUC-Rio, com a tese “Modernismo em língua desdobrada: Portugal e Brasil” sobre as relações entre o modernismo português e brasileiro.

2 Diretor do documentário *LÍNGUA, Vidas em português*. Nasceu em Moçambique, tem nacionalidade portuguesa e reside há 25 anos no Brasil. Estudou cinema na Universidade Federal Fluminense e foi estagiário e assistente de direção em curtas e longas metragens. Fundou o núcleo Atlantic de Vídeo e foi professor da Escola de Artes Visuais do Rio de Janeiro.

africanos principalmente, e asiáticos também, na cidade. Achei fascinante esse novo fluxo migratório da língua que continuava a deslocar-se no espaço e no tempo através das pessoas que a usavam. Ali nasceu a idéia de fazer um documentário sobre a língua portuguesa em vários lugares do mundo, idéia que eu só viria a retomar em 96, já com a intenção de apresentar o projeto com vias a financiamento, o que acabou por acontecer em 1998 depois de ter ganhado os primeiros prêmios em dinheiro. Finalmente em 99, comecei o processo de roteirização e de produção.

MVP: Existiu alguma forma anterior, mais curta, mais condensada?

VL: Não, embora a primeira intenção fosse fazer uma série para a televisão, até porque não havia um grande espaço para fazer documentários de longa metragem. Como entretanto, no Brasil, surgiram projetos de televisão sobre o tema, o meu projeto inicial deixava de ter um caráter introdutório. Convidei então um outro roteirista para trabalhar comigo, o Ulisses Nadruz, e aí tomou-se a decisão de se fazer um filme calcado no quotidiano das pessoas, ou seja, falar da permanência da língua através do cotidiano que em última instância é onde uma língua sobrevive. Essa decisão, por sua vez, implicou por um lado na escolha de uma gama de personagens – desde pessoas comuns até ao José Saramago, prêmio Nobel de literatura – mostrando que a língua é de todos; por outro na opção de fazer um documentário em que a ação passasse de um país para outro, em que se estabelecesse uma relação geográfica dentro da montagem.

MVP: Disseste-me que houve um momento em que ficaste sem saber bem que direcção tomar e que foi o Glauber Rocha que te salvou. Gostava que falasses um pouco mais sobre isso.

VL: Num dado momento tive dilemas sobre que caminho o documentário tomaria e pedi para ter isolamento total, inclusive do roteirista. Quis trabalhar sozinho, sofrer sozinho. As crises são boas, eu gosto de sentir contradições e dúvidas, acho que são um meio importante no desenvolvimento do trabalho. No meio dessa crise li um antigo do Glauber chamado “O cineasta tri-continental”, e senti que havia ali uma resposta, um caminho.

MVP: Em que sentido?

VL: Uma das coisas que ele dizia é que nenhum cineasta é suficientemente livre, não por causa das imposições da censura, ou por limitações financeiras; ele não é suficientemente livre porque não descobriu em si mesmo o

cinasta de três continentes. Glauber defende uma maneira de se fazer cinema, mais virada, no caso específico do artigo, para o terceiro mundo, o que combina com as minhas origens, que sempre vivi em trânsito entre esses países. Nasci em Moçambique, morei na África do Sul, vim para o Brasil, tenho nacionalidade portuguesa. Então sinto que a minha identidade é uma identidade fragmentada, o que ao mesmo tempo sempre me motivou muito, sempre foi muito estimulante para mim. Claro que é um processo doloroso, difícil, que de certa maneira o filme acentuou. Quando cheguei ao fim do filme sentia-me como um homem partido e pensei: não tem jeito, sou um ser partido e tenho que saber conviver com esta fragmentação. Fazer com que faça algum sentido, não só para mim, individualmente, mas também como fruto do meu trabalho, para que se torne numa visão que interesse às outras pessoas.

A leitura do Glauber também me impulsionou na direção de uma reflexão sobre a língua com possibilidade de transcender o colonialismo que é uma das questões centrais no filme. Penso que o colonialismo ainda é um aspecto crucial, no mundo hoje, na história contemporânea, o próprio Boaventura esta semana deu uma palestra no Rio de Janeiro em que falou sobre isso. Deixou de ser político para ser econômico e social, mas continua presente. Ao mesmo tempo a língua me pareceu um exemplo concreto e vivo de como diferentes culturas se podem apropriar de um instrumento antes usado como forma de subordinação, colonialista e imperialista, passa agora a ser reinventado, transcendido e revitalizado pelas muitas maneiras como é utilizado no mundo.

MVP: O Boaventura Sousa Santos define a condição de Portugal como semi-periféria, por ter sido simultaneamente império, em relação às colônias, e periferia em relação à Europa. Por essa razão não teria exercido em relação às colônias a postura autoritária que seria de esperar de um país imperialista. Esse seria um aspecto positivo da colonização portuguesa e a razão pela qual, ainda hoje, Portugal tem uma presença viva no Brasil, em África, no Oriente. Concordas com esta visão?

VL: Não sei se daria a Portugal esse álibi tão grande. Os próprios dados da minha experiência como colono, filho e neto de colonos portugueses na África, e a história da minha família, provam que houve uma postura autoritária por parte de Portugal. Agora, acho que há uma questão importante, que é a questão do afeto que se reflete na valorização dos prazeres da vida. Se eu fosse dizer o que existe de comum entre os países de língua portuguesa, diria que é um sabor de viver, um prazer pela vida, de comer bem, de beber bem, de viver a sexualidade bem e isso acho que veio dos portugueses.

MVP: Achas?

VL: Durante as filmagens, um personagem indiano dizia-me assim: os portugueses gostam de comer bem, beber bem, hum, hum, hum, fazer tudo beeeeeem... Isso no Brasil é mais evidente, mais sensorial, mas também existe nos portugueses. Claro que existe também uma melancolia, existe um peso, existe uma dramaticidade...

MVP: Uma nostalgia...

VL: Uma nostalgia, e um lado muito rígido, mas acho que existe também essa coisa do afeto, do abraço, do prazer pela vida, que vai ao encontro de muitas culturas americanas e ameríndias onde existe um culto ao prazer da vida. Mas concordo com o Boaventura que Portugal talvez não tenha exercido plenamente seu papel de império, que talvez tenha sido mais tolerante. O próprio fato da língua portuguesa ser falada de várias maneiras, prova que Portugal deixou que a língua fosse apropriada.

MVP: Boaventura define a cultura portuguesa como “cultura de fronteira”, quer dizer, uma cultura que tem forma mas não tem conteúdo. É babélica, caótica por excelência, o que talvez explique essa marca da colonização portuguesa, essa facilidade em se misturem.

VL: Sim, isso é maravilhoso! A grande riqueza de Portugal é a mistura, é a tolerância, e Portugal não pode esquecer nunca que é uma nação de emigrantes, então tem que ser tolerante com os que agora o procuram para viver. Não há dúvida que a entrada para a CEE, é ótima, muito positiva, mas Portugal não pode encarar a Europa como um destino final. Portugal tem que ter consciência disso, até porque, cada vez mais, quer a gente goste quer não, quer se use o termo globalização, que é um termo que já foi incorporado pela direita, quer se use o termo internacionalismo, que foi um termo incorporado pela esquerda, o mundo caminha para as convivências multiculturais cada vez mais intensas. E a identidade portuguesa tem um papel fundamental a decidir nisso. Ainda bem que somos um país de fronteira! Entre fronteiras.

MVP: Não se trata de minimizar os aspectos negativos da colonização, mas sim de reconhecer os seus aspetos positivos.

VL: Exatamente. O Pedro Ayres de Magalhães, do Madredeus, disse uma coisa com a qual concordo absolutamente: sou branco, pertenço a uma classe privilegiada, mas não posso responder pela tradição colonialista portuguesa, nem eu nem a minha geração. Não posso ser responsável por aquilo que

peçoas, há quinhentos anos atrás, em outras situações, em outro contexto, com outra cultura, fizeram.

MVP: E não fomos só nós...

VL: E não fomos só nós. Mas eu penso que ainda bem que o Brasil foi colonizado por Portugal e não pela Holanda. Eu morei na África do Sul, entendeu? Essa coisa de rejeitar a colonização portuguesa é uma besteira. O que eu digo é que é preciso que a gente identifique e fertilize essa possibilidade. Evolua com isso. A partir da minha própria experiência, aprendi a olhar o mundo por vários ângulos. O meu pai, o maior empresário de pesca de Moçambique, perdeu tudo depois da Revolução dos Cravos. Alguns anos depois disso, eu já respeitava completamente a revolução, embora compreendesse a mágoa e a visão dos meus pais. Acho importante que não se fuja das contradições. Eu também poderia ser uma pessoa racista e defender intervenções, ou a retomada das minhas propriedades como se faz no Oriente médio, por exemplo. Mas busquei elementos em mim que me fizessem evoluir e transcender esses terramotos históricos que interferiram na minha vida. Tudo depende da maneira como tu editas a tua própria vida. Espero que Portugal, a partir das suas experiências perceba que é um país com um depoimento fundamental e uma participação importantíssima a dar no mundo contemporâneo.

MVP: Tu saíste de Moçambique com que idade?

VL: 11 anos. Eu fiz onze anos no dia 24 de abril, então na minha passagem da infância para a adolescência aconteceu a revolução. Aos 11 anos de idade perdi todo o meu passado, todas as minhas referências, todos os meus amigos. Costumo dizer que para mim Moçambique passou a ser, não só um lugar, mas também um tempo onde eu nunca voltei: a minha infância. Moçambique passou a ser uma sensação física. Logo depois fui para a África do sul onde fiquei quase três anos mas nunca me adaptei, detestei o sistema de ensino, detestei a forma anglo-saxã de ver a vida. E quando cheguei ao Brasil, em 24 horas estava-me a sentir em casa, literalmente.

MVP: E vieste para o Brasil com que idade?

VL: Vim para o Brasil com 13 anos.

MVP: Daí a sensação de que falaste, de te sentires um homem partido.

VL: “Moçambique é terra queimada”, foram as palavras que o meu pai usou para os seus sócios e para a família. Não vamos voltar nunca mais, nunca

mais vais morar na mesma casa, nunca mais vais voltar para a tua cidade, nunca mais vais ver os teus amigos. É um sentimento horrível, uma experiência que eu só posso comparar talvez à orfandade, algo assim.

MVP: Como foi a tua volta a Moçambique?

VL: Tenho algumas histórias em Moçambique absolutamente fascinantes. A primeira vez que cheguei a Inhaca estava com receio de falar com os proprietários porque existe uma resistência aos portugueses que vêm olhar as suas antigas propriedades. Então encontrei um vigia que trabalhava no acampamento de pesca do meu avô, e disse-lhe: “tu és um dos poucos amigos de infância que eu tenho no mundo”. E abraçamo-nos os dois a chorar. Ele olhou para mim e disse: “estou a olhar para o senhor, e para mim é como se eu visse uma pessoa que morreu e apareceu vinte e cinco anos depois”. Quer dizer: fui chamado de fantasma no lugar onde eu nasci! Para mim essas são as verdadeiras respostas.

Outra das experiências intensas que tive aconteceu quando, durante a segunda fase da pesquisa, saía para a rua na hora do rush em Maputo, no centro da cidade onde eu nasci, e era praticamente o único branco na rua. Nenhuma universidade, nenhum livro, nenhum filme, nenhuma música vai poder expressar o sentimento que eu tive.

Sinto-me estranho ao voltar a África e ser considerado um estrangeiro, um imperialista, invasor, explorador. Acho que a visão racista, salazarista, fascista é um horror, mas também acho que a outra visão que não permite a convivência de culturas é desprezível. Na minha visão identifico-me com o título do livro do Mia Couto: “Todo o homem é uma raça”, cada um de nós é uma raça diferente.

MVP: Porquê estes personagens e não outros?

VL: Primeiro porque o tema é um tema vasto, complexo e fragmentado. Foi preciso fazer uma opção e essa opção foi a de falar do grande através do pequeno, da permanência através da fugacidade, do eterno através do fugidio. A ideia era ter um espectro grande, que fosse desde pessoas que nem soubessem escrever, até ao José Saramago, prêmio Nobel da literatura, sendo coerente com a desigualdade social que existe nos países de língua portuguesa.

Mas já recebi críticas por usar no filme pessoas que falam português de uma maneira errada, ou porque se vêem muitos pobres! As pessoas não percebem que estamos a falar de um universo de duzentos e quinze milhões de pessoas em que mais de cento e cinquenta milhões vivem abaixo da

chamada “linha de pobreza”. Eu tinha que ser coerente com essa realidade. Alguns personagens já estavam especificados no roteiro, outros foram surgindo, frutos da pesquisa. Lembro-me que andava na rua e era uma coisa fascinante e apavorante ao mesmo tempo, porque qualquer pessoa podia ser personagem do meu filme.

MVP: Não achas que se pode criticar o teu filme exatamente pela razão oposta, ou seja, por teres escolhido pessoas famosas em detrimento das pessoas “comuns”, dos anônimos faladores da língua?

VL: Sim, mas eu queria mostrar esses dois lados, penso que era importante ter diferentes reflexões sobre a língua. Numa pessoa mais pobre, a língua, em princípio, não é uma motivação para grandes reflexões. Mas aí aparece um miúdo magnífico como o Dinho, que mora num hotel abandonado, sem eletricidade, sem água, e que é um grande filósofo, um sábio. Ou o Márcio que usa a palavra como poder de transformação.

MVP: A escolha de pessoas famosas teve a ver com uma maior facilidade na divulgação do filme?

VL: As pessoas famosas estão presentes, é claro que também no sentido de divulgar, mas o fundamental era mostrar que a língua é de todos. Eu detestaria ter uma visão da língua que fosse só de brancos, intelectuais, conscientes. Por outro lado achava importante ter essas pessoas, só não queria que fossem escolhas óbvias. Talvez o Saramago seja a única escolha óbvia, mas não chamei o Caetano Veloso, que tem uma música que é uma das obras primas sobre a língua portuguesa, porque ele é chamado para falar sobre todas as coisas e achei que seria uma redundância. Procurei, como sempre em todo o meu trabalho, escapar de clichês e estereótipos.

MVP: E quanto à escolha dos países? Não incluístes Angola, Cabo-Verde...

VL: Isso teve a ver com uma questão de orçamento. A poucos meses do início das filmagens houve um choque cambial no Brasil e perdi um terço do meu orçamento. Já tinha a intenção de não fazer um filme enciclopédico, que mostrasse cada país, cada cidade, para isso teria que fazer uma mini-série, de quarenta capítulos. Então a opção foi eleger certos lugares e ter pessoas de outras nacionalidades, em trânsito. Não fui a Angola mas entrevistei angolanos em Lisboa; não fui a Macau mas entrevistei chineses de Macau; entrevistei brasileiros no Japão – existem hoje mais de trezentas mil pessoas que falam

português no Japão – é um outro fluxo migratório da língua, que está além do próprio colonialismo português e que me pareceu interessante colocar. Da única coisa que me ressinto, nesse sentido, é da ausência dos personagens cabo verdianos. Acho que essa é a maior lacuna.

MVP: O que aconteceu?

VL: Eu ia usar dois personagens cabo verdianos o que acabou por não acontecer por questões de guião e de organização do material. Mas mesmo não tendo ido a todos os lugares, esses lugares estão presentes, até porque muitas das experiências vividas por esses países são semelhantes. Quando mostro a desminagem em Moçambique estou a falar da desminagem em Angola, Guiné, São Tomé. As experiências são mais vastas, não estão restritas àquele território nacional. O Martinho da Vila diz coisas lindas de Cabo Verde e de Timor...

MVP: Um dos aspectos curiosos do teu documentário é que não se vê nem se ouve quem pergunta. Não se sabe se partiram de uma pergunta, de um tema... Nos depoimentos sobre a língua portuguesa, a pergunta pode até ser subentendida, agora no caso dos depoimentos mais pessoais, essa falta é mais sentida. Porque é que optaste por fazer assim?

VL: Primeiro como exercício de alteridade, do meu encontro com o outro. Se o filme tem um foco, ele vem da minha experiência pessoal, eu como língua, a língua como uma entidade mutante. Como se essa entidade fosse atravessando vidas e países. Em segundo lugar não me interessava ter nenhum repórter, nem a voz de um locutor a determinar. Justamente porque acho que seria reducionista, limitante, que o filme impusesse um caminho para quem o visse. Acredito num formato de documentário em que as cenas são apresentadas e onde, prezando a inteligência e a sensibilidade do espectador, ele monta o filme à sua maneira, faz as suas conjugações. Claro que eu estou a dizer muitas coisas no filme, mas cada um vai construindo a sua visão.

Quando mostrei o filme ao diretor da Culturgest, ele disse-me: não sei dizer qual é a nacionalidade do realizador. Esse filme pode ser de um de goês, de um português, de um moçambicano, de um brasileiro.

MVP: Concordo plenamente com ele.

VL: A Lucélia Santos teve a mesma sensação: não foi um brasileiro que fez este filme mas também não foi um português. Era exatamente isso que eu queria.

MVP: Era o que tu querias atingir...

VL: O meu objetivo era esse. Que não houvesse um ponto de vista determinante, que cada um construísse o filme à sua maneira. É uma tendência contemporânea achar que o diretor se deve colocar no filme, muitas pessoas queriam que a minha própria história estivesse dentro do documentário, mas para mim isso soaria personalista e egocêntrico.

MVP: Essa liberdade fica muito evidente quando se comparam alguns dos depoimentos dados: as opiniões de Saramago com as opiniões de Mia Couto, por exemplo. Saramago comentando em tom nostálgico a involução da língua, pela redução de vocábulos que compõem hoje a língua portuguesa, Mia Couto fazendo a apologia da caoticidade.

VL: Ao mesmo tempo é curioso que os únicos grunhidos do filme sejam do prêmio Nobel de literatura!

MVP: Mia Couto diz que, das línguas européias, a língua portuguesa é talvez a mais dinâmica, justamente porque perdeu o dono. Sujou-se. Do teu filme o que sobressai é a valorização da diferença, a língua portuguesa como tradutora de diferentes culturas.

VL: Isso é maravilhoso! Acho esse um dos aspectos mais interessantes do filme, mostrar a língua sendo apropriada por diferentes culturas como forma de transcender o colonialismo, para além de uma visão meramente lusófona.

MVP: Claro!

VL: A língua como uma força da natureza, ligada a determinado território geográfico e também ao nosso território individual, ao nosso corpo, às nossas mentes, que permite expressar novas visões de mundo. Um índio do Brasil, usa a língua portuguesa para narrar a sua história. Um negro africano, que foi trazido para o Brasil, que continua lá, ou que emigrou para Portugal, usa a língua portuguesa para expressar a sua visão de mundo. Acho isso fascinante e penso que é esse o grande motivo do filme.

MVP: Nesse sentido há uma diferença relativamente ao documentário “Além mar”, de Hermano Viana e Belisário Franca. Quando eles visitaram os países em que o português era a língua oficial, ou pelos menos aqueles em que havia uma influência lusitana visível, a intenção era mostrar o elo desse Portugal, do “imenso Portugal”, como eles diziam. E a tua intenção, me parece,

não foi tanto a de encontrar vestígios da herança lusitana, mas de perceber como é que a herança se particularizou, se autonomizou, adquiriu características próprias. Ou seja, não enfatizar as semelhanças, mas as diferenças.

VL: Exatamente, concordo contigo. Quando comecei a fazer o projeto o primeiro caminho foi esse. Mas aí percebi que estávamos a falar de outra coisa, de como a língua portuguesa está sendo reinventada, reciclada, revivida de muitas maneiras diferentes.

MVP: Não dá para não ficar sensibilizado com algumas das situações mostradas no teu filme, como por exemplo aquela do Hotel da Beira, em Moçambique, e daquele miúdo maravilhoso, o Dinho, que apesar daquela vivacidade, daquela inteligência, tem plena consciência de que os seus horizontes estão limitados pela situação em que vive. Essas diferenças provocam questionamentos quanto às desigualdades existentes no mundo e em particular às existentes entre os países de língua portuguesa. Quanto à eficiência de alguns organismos, como por exemplo a CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, em seus estatutos, defende a “consertação política e a cooperação nos domínios social, cultural, económico”. Tiveste alguma intenção de denunciar...

VL: Eu sou uma pessoa acostumada, por viver no Brasil, a conviver com a miséria cotidiana, nos sinais de trânsito, debaixo das marquises... Fazer o filme, para mim, era também uma forma de ser coerente com o absurdo que é, o absurdo que continua a ser, em pleno século XXI, continuarmos a aceitar construções sócio-econômicas que são esdrúxulas. Esse continua a ser o grande desafio da minha geração e das próximas gerações, porque a desigualdade é terrível no mundo, e isso de alguma maneira tem que mudar.

Já filmei em muitos lugares miseráveis, em favelas brasileiras, no sertão do Brasil, em favelas americanas. Mas quando filmei no Grande Hotel houve um impacto na própria equipa que ficou chocada com aquela miséria. Ao mesmo tempo é uma grande lição para mim, que sou uma pessoa instruída, me interesse por questões económicas e políticas, esse “xeque-mate” que o Dinho representa. Como é que em comunidades pobres existem figuras magníficas, sublimes, inteligentíssimas, que infelizmente em muitos casos vão-se perder.

MVP: Quando é que os portugueses vão poder ver o teu filme?

VL: O filme é uma co-produção Brasil-Portugal, co-produzido pela Costa do Castelo, com o apoio do ICAM, que foi um apoio fundamental, e da SIC, através do Manuel Fonseca. A minha intenção é tentar lançar o filme primeiro em cinemas portugueses.

O Eduardo Prado Coelho escreveu um texto, talvez o melhor texto já escrito sobre “Língua, vidas em português”, onde disse que era urgente que Portugal visse o filme. Eu também acho que é um filme importante para os portugueses, que talvez se sintam mais próximos do tema que os brasileiros por terem mais elementos para isso.

Ano que vem espero unir esforços para que o filme seja exibido não só em Portugal mas também nos outros países lusófonos. Gostaria muito que o filme passasse em cinema, e de promover debates com intelectuais e artistas. Tenho a intenção de fazer isso e espero que não só o Instituto Camões como outros órgãos, possam colaborar nesse projeto com outros financiadores portugueses.

No Brasil, foi a EDP - Eletricidade de Portugal, que viabilizou o lançamento do filme. Penso que é importante que as empresas portuguesas assumam a sua responsabilidade na divulgação da cultura portuguesa.

Espero que o filme tenha aí a mesma aceitação e o mesmo sucesso que está a ter no Brasil onde, na quinta semana de exibição, em apenas três cidades, já teve 10 mil espectadores, já é um dos quinze documentários mais vistos, além de ser o primeiro filme inteiramente digital do cinema brasileiro.

MVP: O que te leva a pensar que os portugueses podem ser mais sensíveis à questão da língua do que os brasileiros?

VL: Penso que conhecem melhor, elementos que facilitam a leitura do filme. Existem programas na RTP1, na SIC internacional sobre os países da língua portuguesa, então talvez para os portugueses seja mais interessante a visão dessa confluência de culturas. No Brasil não é assim, no Brasil a maior parte das pessoas na rua não sabe nem sequer que existe um país chamado Moçambique, quanto mais que lá se fala português. Por isso gostei tanto do artigo do Eduardo Prado Coelho, porque houve um momento em que pensei que para os portugueses, “Língua, vidas e português”, pudesse ter um tom de *dejá vu*.

Quero muito compartilhar o filme com o público português, apesar de achar que vai receber as suas críticas, mas isso vai ser bom.

Entrevista realizada em Novembro de 2006

PESQUISA NO REAL

Notícia bibliográfica: A doação da Biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura

*Fabiano Cataldo de Azevedo**

Com o objetivo de conhecer a origem das várias Coleções que compõem o Real Gabinete Português de Leitura, além de gerar subsídios para a formação de um repositório da “Memória Institucional”, teve início em janeiro de 2006 um trabalho de indexação das “Actas da Directoria”. Essa atividade que vem se tornando lugar-comum nas principais instituições – em destaque para aquelas com acervos patrimoniais e históricos – reverbera não somente no local de guarda, mas também para a comunidade acadêmica dos mais variados campos. No que respeita a abrangência do trabalho, estabelecemos como critério o período de 1837 a 1937, completando assim 100 anos da história do RGPL.

No âmbito das inúmeras informações que foi possível recuperar – como os meandros que levaram do primeiro desejo de se ter um prédio próprio até inauguração do edifício na rua Luís da Camões – destaca-se a documentação referente à doação da Biblioteca do escritor e jornalista Paulo Barreto, o João do Rio.

A existência dessa biblioteca na Instituição foi referida pela primeira vez por Humberto Taborda, em *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*¹. Segundo esse mesmo autor, era composta por 5.000 volumes. A data da inauguração e doador eram igualmente conhecidos pela placa que se lê no salão de leitura:

Bibliotheca Paulo Barreto (João do Rio)
Doação Feita por sua mãe, D. Florencia Christovam dos Santos Barreto
em 23 de Junho de 1921

* Graduando de Biblioteconomia/UniRio, Bolsista PIBIC/CNPq/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Estagiário do Real Gabinete Português de Leitura.

Os dados novos agregados pelas *Actas* referem-se às condições em que a doação foi feita.

A 16 de agosto de 1921, ou seja, dois meses após a morte de João do Rio, o RGPL acusa recebimento de correspondência de D. Florência declarando que doaria “a importante bibliotheca que pertenceu a seu filho” e comunica que isso se efetivaria “logo que fosse concluído o inventario² a que estava procedendo”. É possível que tenha sido esse inventário que tenha atribuído o valor de 15:000\$000³ à biblioteca de Paulo Barreto. Transcorridos doze dias, possivelmente relacionados aos trâmites da doação, a Diretoria, faz constar em Ata que:

[...] no dia 28 do corrente, a Directoria recebeu carta da Exma. Snra. D. Florencia Chistovam dos Santos Barreto, em que [...] a senhora [...] offerece ao Gabinete a valiosa collecção de livros do saudoso escriptor, tão amigo de Portugal, pedindo apenas ao Gabinete que esses livros sejam guardados em logar áparte, assinalado por uma placa em que se leia o nome do seu sempre lembrado filho (Acta da Sessão da Directoria do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1921).

O Real Gabinete respondeu prontamente a esta carta e reportou seu reconhecimento e agradecimento. A Diretoria ainda delibera que o “bibliothecario do Gabinete [...] providencie immediatamente [...] as modificações necessarias na arrumação das estantes, afim de ser feita a collocação dos livros agora doados em logar condigno e apropriado”. O Sr. Alexandre de Albuquerque foi destacado para o

[...] serviço muito importante” de arrolar e catalogar a coleção quando chegasse ao Gabinete. Ficou estabelecido, ainda, que “mandar-se há então gravar a placa, para, no dia em for inaugurada, se realizar uma sessão extraordinaria para qual serão convidados , D. Florencia Barreto e os parentes e amigos do immortal escriptor. (Acta da Sessão da Directoria do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1921).

D. Florência continuou acompanhando o processo e no mês seguinte ela escreve ao Gabinete pedindo informações do recebimento da biblioteca e sua organização. A Diretoria responde “avisando já se achar recolhida ao Gabinete a valiosa collecção [...]”, informa ainda que, a após sua catalogação, as obras seriam incorporadas ao acervo. Em razão de atender ao pedido de D.

Florência, e manter a coleção acondicionada em “logar aparte”, comunicam que “o lugar mais conveniente e apropriado [...] é a galeria do fundo do salão, por cima da mesa de reuniões”.

Em 31 de outubro de 1921 a Diretoria relata em Ata que “acha-se quase concluída a catalogação dos livros de Paulo Barreto, podendo ser em breves dias, fixado o dia da inauguração da bibliotheca”.

Assim, no dia 10 de junho de 1922, “Dia da Raça” e “Dia de Camões” a Biblioteca Paulo Barreto foi inaugurada, oficialmente:

[...] o Sr. Presidente [Visconde de Moraes] refere-se a inauguração da bibliotheca do saudoso escriptor e jornalista, que foi doada ao Gabinete por sua veneranda progenitora, D. Florencia dos Santos Barreto. Esse acto, [...], revestiu-se do maior brilho, não só pela assistência, numerosa e distintissima, como pelos discursos pronunciados. Na imprensa diaria da cidade encontrar-se-ha a noticia circunstanciada do facto e d’essa noticia serão extrahidas as devidas notas para o nosso relatorio administrativo de biennio corrente. (Acta da Sessão da Directoria do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1922).

Além dos livros, possivelmente vieram nesta mesma época outros itens pertencentes a Paulo Barreto, são eles:

- Fragmento manuscrito da tradução do capítulo 42 da peça Salomé, de Oscar Wilde;
- Espada e chapéu de posse na ABL;
- Caneta de ouro em formato de pena (melhorar a descrição);
- Diploma da Academia Brasileira de Letras;
- Certificados de recebimento do grau de Grande Oficial da Ordem de S. Tiago da Espada e o grau da Grã Cruz da Ordem de Cristo.

Não obstante o acervo se encontre até hoje dentro do pedido feito por Dona Florência, isto é, reunido num só lugar, tanto pelo catálogo on-line quanto pelo de fichas, não é possível fazer a recuperação da coleção como um todo. Assim, com o objetivo de organizar um “proto-catálogo” da Biblioteca João do Rio, a equipe da biblioteca procedeu à localização dos exemplares através do número de tombo.⁴ De modo que após um trabalho de dois meses foram reunidos noventa por cento dos volumes,⁵ o que vem auxiliando pesquisadores, como a Professora Doutora Virgínia Célia Camilotti,⁶ a visualizar as leituras feitas por Paulo Barreto dentro de um conjunto mais delimitado.

Notas

1 TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. 266p.

2 Infelizmente a cópia deste inventário ainda não foi localizada. É possível que o cartório de Eduardo Carneiro de Mendonça tenha feito esse documento, pois foi nesse mesmo estabelecimento que ela lavrou seu testamento em 1925.

3 Na ficha de Dona Florência, na secretaria do Real Gabinete, encontramos a seguinte inscrição: “Deu ao Gabinete a bibliotheca de seu filho, avaliada em 15:000\$000, motivo pelo qual foi conferida á illustre Senhora a MEDALHA DE OURO”

4 Cabe ressaltar que mesmo reunido num só lugar, no que refere a localização topográfica, não era possível, por uma busca na base de dados, recuperar toda coleção. Isso dificulta uma análise mais minuciosa do conjunto. Após a reunião dos volumes no proto-catálogo pudemos, já num primeiro momento, vislumbrar uma espécie de arranjo. Ainda será necessário fazer a conferência de cada exemplar para as correções de dados de imprensa, autoria e título.

5 Esse trabalho ainda passará por refinamento porque como efetuamos a recuperação através do número de tomo é possível que alguns volumes não pertençam à biblioteca João do Rio.

6 A pesquisadora paulista, professora da Universidade Metodista de Piracicaba, vem há quase uma década frequentando o RGPL para suas investigações sobre João do Rio, e atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado na Unicamp sobre o processo de composição da biblioteca.

RESENHAS

Mariana de Castro*

Fernando Pessoa, Outra vez te revejo

SANTOS, Gilda (organização)
Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2006.

Fernando Pessoa, Outra vez te revejo é o resultado material do colóquio com o mesmo nome, realizado no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 2004. O sucesso imediato do colóquio, que reuniu estudiosos de renome internacional para homenagear José Blanco e discutir a obra e o legado de Fernando Pessoa, pode ser atestado pelas fotografias de Rui Ochôa incluídas no livro. Nelas revela-se as centenas de interessados que assistiram com entusiasmo às várias sessões de trabalho. Este livro, organizado por Gilda Santos, uma compilação dos trabalhos apresentados no colóquio, é também um sucesso, mais tardio, mas não menos antecipado. Conta com as contribuições dos conceituados estudiosos da poesia portuguesa do século XX que participaram no mesmo: Alberto da Costa e Silva, António Carlos Secchin, Cleonice Berardinelli, Gilda Santos, Ida Ferreira Alves, Jorge Fernandes da Silveira, José Blanco, José Clécio Basílio Quesado, Leyla Perrone-Moisés, Luiz Fagundes Duarte, Maria Alzira Seixo e Maria Helena Nery Garcez.

Os breves ensaios reunidos em *Fernando Pessoa, Outra vez te revejo* são prova das divergentes abordagens críticas que nos podem ajudar a melhor compreender, analisar, e meditar sobre a obra de Fernando Pessoa. Exemplificam, assim, as diferentes perspectivas críticas favorecidas pelos seus vários autores: desde análises aprofundadas de obras específicas a contextualizações históricas, cogitações em torno da dificuldade de estabelecer edições definitivas, apontamentos de novas intertextualidades e até reflexões e intuições de índole pessoal. A grande riqueza do livro, para além da qualidade admirável dos textos nele reunidos, é a publicação, lado a lado, de abordagens tão diversas como interpretações textuais e memórias pessoais. Apesar de serem tão diferentes, todos os ensaios – e os ensaios como um todo – ajudam a iluminar os recantos mais escuros do labirinto pessoano.

* Doutora em Literatura Portuguesa pelo King's College, Universidade de Londres, com tese sobre Fernando Pessoa e os modernistas ingleses. É a principal editora e coordenadora do Portal Pessoa.

Há análises originais de obras mais ou menos consagradas: “Velamento de sentidos no labirinto de símbolos da *Mensagem*” da autoria de José Clécio Basílio Quesado, e “Uma outra forma de fingimento: quadras ‘populares’ de Fernando Pessoa”, de Ida Ferreira Alves, por exemplo. “Outra vez o espólio de Álvaro de Campos”, de Cleonice Berardinelli, é uma espécie de apologia pelas suas decisões editoriais. O seu texto aponta os problemas existentes em edições anteriores, a dificuldade em saber o que deveria ou não ser incluído no texto final, e exemplos concretos de interpretações contraditórias. No meio do texto está reproduzido um poema de Pessoa-Campos na sua versão original, manuscrita, juntamente com possíveis transcrições do mesmo. Assim, o leitor é convidado a estudar em primeira mão a notória dificuldade em decifrar a letra – e, mais importante ainda, as possíveis intenções – do poeta.

“O (Ruy) Belo em (Fernando) Pessoa”, de Jorge Fernandes da Silveira, brinca com trocadilhos para fazer uma aproximação entre Ruy Belo e Fernando Pessoa. Ruy Belo escreve, num poema publicado em 1970 (se bem que entre parênteses), que “o resto vem no Pessoa /Pessoa é o poeta vivo que me interessa mais”. Silveira aponta os pontos de contacto entre os dois poetas e explora como a sua escrita “os aproxima de uma forma tipicamente camoniana: transforma-se o amador (o leitor) na coisa amada (o escritor).”

O ensaio de José Blanco tem como título “Variações pessoanas”, e consiste numa série de meditações que o seu autor espera, com sua modéstia característica, “possam clarificar alguns aspectos da obra e da vida de Fernando Pessoa.” Fazem muito mais do que isso, focando a nossa atenção em aspectos tradicionalmente pouco estudados, como no caso dos “inimigos de Fernando Pessoa”, os maiores “despropósitos escritos sobre Fernando Pessoa”, e a “fama póstuma de Fernando Pessoa”. A sua variação “o caso da misteriosa moça açoriana” é um notável exemplo de investigação literária, digno do melhor detective dos contos policiais que Pessoa tanto admirava.

Já o estudo que encerra o livro, de Leyla Perrone-Moisés (“Fernando Pessoa e o mal-estar na civilização”) faz uma nova e iluminadora comparação entre *O Livro de Desassossego*, de Pessoa-Soares, e obras psicanalíticas, em especial *O mal-estar na civilização* (1929) de Sigmund Freud. Aponta afinidades impressionantes entre as duas obras, analisa a questão mais abrangente da possível influência de Freud sobre Pessoa e da luz que uma análise psicanalista pode trazer ao universo pessoano, e termina com uma convincente refutação daqueles que teimam em ver Pessoa como um escritor niilista.

Estes breves exemplos ilustram perfeitamente os diversos pontos de partida dos textos reunidos em *Fernando Pessoa, Outra vez te revejo*, assim co-

mo o seu grande interesse. As suas diferentes perspectivas críticas interessarão a académicos e estudiosos, que descobrirão no livro análises originais e convincentes. Além disso, curiosos ‘não especialistas’ confirmarão que a sua falta de conhecimento não é impedimento à navegação pela obra do poeta. Afinal, o próprio Pessoa convida-nos a todos a entrarmos no seu jogo, num trecho citado por José Blanco: “Um especialista é um homem que sabe qualquer coisa de uma coisa e nada de todas as coisas. [...] O especialista é, pois, um homem que não sabe nada e vive dessa ciência.”

Felizmente, os ensaios dos especialistas aqui representados podem ensinar-nos mais do que “qualquer coisa” sobre “todas as coisas” que são Fernando Pessoa.

*Célia Cristina da Silva Tavares**

Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]

HUE, Sheila Moura (tradução, introdução e notas)

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

A Companhia de Jesus sempre despertou o interesse de estudiosos brasileiros. É impossível negar a importância da presença jesuítica no Brasil, responsáveis que foram pela educação e catequese ao longo de boa parte do período colonial. Por esta razão é possível ver muitos representantes da intelectualidade do país – historiadores, lingüistas, ensaístas, economistas, entre outras especialidades –, debruçados sobre as fontes jesuíticas.

As cartas sempre foram as fontes mais consultadas, dentre uma variedade de outras produzidas pelos jesuítas. Primeiramente, por conta do fato de terem sido publicadas pelos próprios inacianos em inúmeras edições, ao longo dos séculos XVI e XVII, e por estas serem encontradas em diversas instituições de pesquisa, ou ainda, em edições mais recentes, com o destaque para o trabalho de Serafim Leite em editá-las. Em segundo lugar, pelo caráter fascinante de suas descrições da paisagem natural, de grupos humanos que mantiveram contato com os portugueses, e do esforço na fixação da congregação jesuítica em território de domínio português na América, entre outros temas.

Justamente por todo esse fascínio, é também um tipo de fonte muito perigosa para se trabalhar. É fundamental saber que as cartas que eram publicadas assumiram uma função de propaganda e legitimação da Companhia de Jesus na Europa católica, pois, ao informar os grandes feitos, fomentavam a admiração por suas ações, difundiam a mensagem da grandeza da congregação, e arregimentavam mais adeptos para as suas fileiras. Aparentemente essa função foi conscientemente trabalhada por parte do fundador da ordem, uma vez que, em 1541, Inácio de Loyola instituiu a *hijuela*, na qual determinava que os problemas enfrentados pelos jesuítas deveriam ser escritos em folha separada da carta que informava os feitos edificantes e exemplares. Assim, o que ficou impresso foi o conjunto de exaltação aos feitos jesuíticos. O estudioso que pretender aprofundar o estudo sabe que é necessário um maior trabalho

* Célia Cristina da Silva Tavares está vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

de pesquisa em arquivos, ou em publicações que reúnam as cartas mais cotidianas dos jesuítas para que seja possível localizar as contradições, os conflitos, as dissonâncias dessa congregação, que consolidou uma imagem para si e de si como a de uma instituição homogênea, monolítica, que de fato nunca foi.

No entanto, isso não retira a importância das cartas edificantes como alentadas fontes históricas. Ao contrário, são textos poderosos e muito interessantes que dão margem a muitas e ricas interpretações, especialmente se trabalhadas com a consciência do que elas significavam para seus contemporâneos. Também devem ser vistas por seu valor literário, uma vez que eram feitas com grande esmero pelos jesuítas, tão preocupados com a forma de escrever cartas quanto era possível aos homens do Renascimento, que privilegiavam a qualidade e o estilo desenvolvidos no texto.

Em um ensaio, Alcir Pécora analisa de forma acurada a estrutura formal das cartas dos membros da Companhia de Jesus atribuindo a elas a característica de serem “um mapa retórico em progresso da própria conversão”.¹ Isso significa afirmar que são produzidas como instrumento decisivo para o êxito da ação missionária jesuítica. O autor recupera as correntes definidoras do estilo epistolar remontando ao século IV, chegando às interpretações e formulações dos humanistas sobre a questão, que teriam contribuído para a sedimentação da proposta jesuítica.

Pécora percebe que na Fórmula do Instituto, base das Constituições da Companhia de Jesus, publicadas em 1558, existem várias menções a exercícios e obrigações dos iniciados e dos admitidos na ordem para que desenvolvam leituras e aprendam as técnicas de redação de cartas, assim como a observância de uma comunicação assídua por escrito entre os representantes na escala hierárquica inaciana.

Para consolidar suas afirmações, Pécora estuda a correspondência de Inácio de Loyola e identifica uma espécie de metaepístola, referência exemplar daquilo que o fundador da Companhia de Jesus recomendava como adequado às obrigações de um jesuíta. A estrutura das cartas apresentada por Pécora é: salutatio (a saudação); captatio benevolentiae (obtenção da simpatia do leitor); narratio (o relato dos acontecimentos); petitio (o pedido de algo necessário para a continuação da obra) e conclusio (a conclusão).

As cartas tinham ainda a função de servirem como elo de ligação entre os vários irmãos jesuítas espalhados por todo mundo conhecido. Eram lidas nos refeitórios dos colégios jesuíticos em Portugal, Itália e outros países, despertando desejos dos noviços pela vida missionária e pelo sacrifício em nome da expansão da fé. As epístolas chegaram mesmo a se constituir como fontes

básicas para a escrita das primeiras “histórias” da Companhia de Jesus em várias partes do Império português.

Assim, pela grande importância das epístolas da Companhia de Jesus, é extremamente bem-vinda esta nova edição das primeiras cartas jesuíticas do Brasil, com o texto traduzido e com grafia atualizada. Especialmente porque isso dá acesso fácil a esse material a novos estudiosos dos temas jesuíticos.

Sheila Moura Hue é responsável pela cuidadosa tradução e faz também a introdução, que discute com muita propriedade as características das cartas edificantes, definindo o possível público leitor; as alterações feitas nas cartas a partir de uma censura que estabelecia o que deveria ser publicado; a própria história das primeiras cartas; e por último a história das primeiras edições que servem de base para a publicação atual. Discute tudo isso de maneira clara e precisa, obedecendo, assim, às regras básicas de método de quem trabalha com a História do Livro.

No entanto, o que evidentemente deu mais trabalho para Hue foi a elaboração das notas. Mesmo pagando tributo às notas de Hélio Viotti, sobre Anchieta, e Serafim Leite, sobre Nóbrega, percebe-se a engenhosidade original da pesquisadora ao convocar o auxílio de Ângelo Augusto dos Santos com as notas sobre animais e plantas. Assim, curiosidades muito interessantes podem ser aplacadas, sendo um elemento facilitador da leitura e dando erudição ao seu trabalho. Há ainda explicações de caráter geográfico e antropológico (o que mais uma vez faz a diferença, pois nas edições anteriores, não era possível acrescentar algumas informações tão atualizadas sobre o tema das populações indígenas, por exemplo), além de pequenas, mas precisas, biografias sobre os autores de cada carta.

O tratamento gráfico também é de extremo cuidado, tendo cópias fac-similadas da primeira página das cartas acompanhando a abertura de cada uma delas, o que dá a idéia da forma de impressão das mesmas para aqueles que nunca tiveram a chance de ter os exemplares originais em suas mãos.

Verdadeiras “gazetas do tempo”, segundo os dizeres de Serafim Leite, citado por Hue, as primeiras cartas dos jesuítas sobre o Brasil merecem visitas seguidas, e com essa edição proporciona-se ao estudioso uma leitura ágil e descomplicada, com um bom suporte de informações provido pelas notas. O resto, o mais, é deleitar-se com a qualidade da escrita das cartas e com a riqueza de informações nelas registradas, que servem como fontes de sempre inesgotável importância.

Notas

1 PÉCORA, Alcir. “Cartas à segunda escolástica”, In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 373-414.

*Ida Ferreira Alves**

A imagem e o verbo – fotobiografia de Camilo Pessanha

PIRES, Daniel

Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau
e Instituto Português do Oriente, 2005.

O título desse volume de fotobiografia vem muito a propósito: trata-se de uma importante recolha de imagens e de informações biobliográficas sobre o poeta português que nos fez ver, como nenhum outro de sua contemporaneidade, a fluidez do tempo e das palavras. Com a chancela do Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau e do Instituto Português do Oriente, essa obra de 291 páginas, publicada em novembro de 2005, resulta de investigação paciente e claramente apaixonada que o professor Daniel Pires vem há anos dedicando ao poeta maior do simbolismo português.

Do organizador, devemos dizer que é também reconhecido especialista na obra de Bocage e conhecedor da cultura chinesa, com a qual conviveu de perto como Leitor de Português da Universidade da Ásia Oriental, em Macau (1987-1990) e da Universidade de Jinan, em Cantão, China (1990-1991), para além de autor de vários livros sobre Camilo Pessanha (destacamos *Homenagem a Camilo Pessanha* (organização, prefácio e notas). Macau: Instituto Cultural / Instituto Português do Oriente, 1990), *Camilo Pessanha Prosador e Tradutor* (organização, prefácio e notas). Macau: Instituto Cultural / Instituto Português do Oriente, 1992, *China* de Camilo Pessanha (prefácio e organização). Lisboa: Vega, 1993), e da obra completa de Bocage, cujos volumes vem publicando progressivamente. Um pesquisador, portanto, preparado a enfrentar as inúmeras dificuldades que certamente envolveram a organização dessa obra exigente em suas informações.

Se a biografia de Camilo Pessanha, como Daniel Pires explica no prefácio, continua envolta em enigmas e com escassos documentos fotográficos, mais se torna importante a divulgação dessa fotobiografia que permite ao leitor interessado, ao pesquisador, acompanhar e conhecer, por imagens de diversas origens, fatos relevantes da vida do poeta e do contexto português e chinês em que produziu sua obra.

* Professora de Literatura Portuguesa nos cursos Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mas, para além do poeta, Daniel Pires nos dá a conhecer outras faces do homem, do estudioso, do escritor que foi Camilo Pessanha. Assim, a exposição de fatos e imagens se divide em campos específicos: a juventude, os afetos, o escritor, o professor, o sinólogo, o colecionador de arte chinesa, o conservador do registro predial, o jurista, o cidadão português que se afastou da pátria, em exílio próprio, para encontrar em Macau um refúgio talvez para sua dor de existir.

A avaliação que o organizador faz de Camilo Pessanha é altamente positiva, na medida em que procura enfatizar o caráter generoso do escritor, aberto às diferenças sociais, econômicas e culturais, integrando-se completamente ao espaço oriental onde passou a viver e exerceu suas atividades profissionais com extrema consciência e compreensão das misérias sociais que o cercavam, segundo documentos e cartas que deixou. Daniel Pires demonstra também toda a sua preocupação em fazer frente a uma visão redutora sobre o escritor e por isso busca revelar aspectos pouco comentados de sua existência e produção escrita.

Após o prefácio, segue-se uma cronologia comentada da vida e da obra de Camilo Pessanha, com cuidadosa reconstituição dos seus momentos principais e enriquecida de fragmentos de cartas diversas do poeta a seus parentes e amigos, material que demonstra ao leitor de hoje as inúmeras dificuldades físicas e mentais que o escritor suportou ao longo de sua vida. Nesse sentido, um fragmento de carta endereçada a Alberto Osório de Castro, datada de 30 de setembro, é um testemunho a não ignorar:

Há já muitos meses que recebi um postal seu, desse sertão. Depois disso, ou, pelo menos, depois de a última vez eu lhe ter escrito, novos sobressaltos se deram na minha miserável vida, ininterrupta sequência de sofrimentos físicos, de agonias morais, de tragédias, de catástrofes. A última e maior de todas foi a declaração de loucura em meu irmão Manuel, que lá jaz desde Março no Conde de Ferreira. Horrroso! Tanto mais que ele era a pessoa de mais íntimas afinidades espirituais comigo; e que, assim, o vê-lo endoidecer, como vi, o mesmo era que sentir-me endoidecer eu mesmo. Tal desgraça, ferindo-nos tão duramente a todos, neste poço de miséria e de dor que foi sempre a casa de meu pai, ainda por cima quase nos incompatibilizou uns com os outros, tornando a vida em comum um contínuo pesadelo. (p.26)

Se podemos acompanhar com mais detalhes a vida comum do escritor, também há na fotobiografia um item do maior interesse: um inventário da biblioteca de Camilo Pessanha. Tarefa árdua, já que seus livros (cerca de 750) e revistas foram deixados em testamento para a Repartição do Expediente Sínico, e bem mais tarde foram “aleatoriamente incorporados na majestosa Biblioteca do Leal Senado, sediada em Macau, de cujo património constam cerca de trinta mil volumes” (p.233). O organizador explica toda a dificuldade da tarefa de identificação desse material, mas mesmo assim nos apresenta o resultado de suas pesquisas, dando-nos a conhecer percursos de leitura do poeta em domínios diversos: literatura, história, direito, religião, filosofia, arte, lingüística, dicionários, China e outros assuntos. O interesse desse inventário é a possibilidade de acompanhar, nas opções de leitura que ultrapassam a obrigação profissional de jurista que Pessanha foi, certas linhas de reflexão e interesses religiosos, filosóficos e orientais que poderão iluminar um pouco mais novas pesquisas sobre sua obra poética.

A fotobiografia finda com uma cuidadosa “bibliografia activa e passiva de Camilo Pessanha”, que muito poderá ajudar aos que se dedicam a conhecer de modo mais aprofundado sua obra.

É, portanto, uma publicação de inegável valor, considerando ainda todas as dificuldades para reunião de informações, dados, fotos, documentos, testemunhos. Cumpre, sem dúvida, seu principal objetivo enunciado no prefácio: “dar a conhecer os aspectos mais notórios da obra do escritor – cuja poesia depurada foi, como Fernando Pessoa assinalou, ‘fonte contínua de exaltação estética’ – e revelar aspectos marcantes do seu percurso existencial, parte dos quais são desconhecidos dos seus biógrafos.” (p.7)

O de lamentar apenas é que seja uma edição de distribuição restrita, dificultando sua merecida divulgação no Brasil e mesmo em Portugal.

Maurício Matos*

A Flor dos Terramotos

FREITAS, Manuel de
Lisboa: Averno, 2005.

Dedicado “à memória de Sérgio Eloy”, é de sua autoria a imagem em preto e branco na belíssima capa de *A flor dos terramotos*, livro de Manuel de Freitas, espécie de réquiem poético urbano, dividido em quatro partes intituladas com versos do texto do *Stabat Mater*: *O Quam Tristis et Afflicta, Pro Peccatis Suae Gentis, Juxta Crucem Tecum Stare* e *Quando Corpus Morietur*. Estruturalmente, com exatos vinte poemas, cinco por seção, poder-se-ia dizer que o título *Stabat Mater* ocupa uma posição intermédia no livro: *Stabat Mater I, II, III e IV* são os terceiros poemas de cada uma das partes. Como se sabe, o texto do *Stabat Mater* foi matéria para alguns dos maiores nomes da música erudita, como por exemplo Vivaldi, Haydn e Verdi, entre muitos outros. Todavia, o compositor que parece ter inspirado *A flor dos terramotos* é Pergolesi, denunciado em “*Stabat Mater III*”, a cuja memória o poeta (ou o eu-lírico), em verso, acende, não uma vela, mas um cigarro, escreve, “sem querer, / o primeiro poema do ano” e, de forma portanto inaugural, corrompe a tradição e reinventa o objeto erudito. É esta a plataforma sobre a qual Manuel de Freitas edificará, numa síntese entre as poéticas do “fingimento” e do “testemunho”, uma das mais penetrantes obras do início do século XXI, como se pode perceber, por exemplo, nos versos de “Escudo Humano”: “Dois homens, numa taberna, / enquanto chovia. O terceiro / era eu: aquele que escreve / e não escreve este poema.” Testemunha dos “dois homens”, é em terceira pessoa que Manuel de Freitas apresenta um “eu”, “aquele que escreve”, mas também aquele que, simultaneamente, “não escreve” o poema, aquele que é e não é o poeta, *aquele* que testemunha e *este* que finge ser. É desta forma que Manuel de Freitas opera a síntese entre as mais importantes poéticas portuguesas do século XX: o fingimento de Fernando Pessoa e o testemunho de Jorge de Sena. A notória contraposição entre ambas revela-se, portanto, superficial em relação à profundidade da *morte*, enunciada desde o primeiro poema “Alto de São João” (“[...] Talvez / a nossa única vocação / seja mesmo morrer”),

* CNPq / UFRJ

em que Sérgio Eloy é, intimamente, apenas “Sérgio”, até ao último, “Pompe Inutili” (“Os mortos sabem-no. / A sabedoria é inútil. / A poesia também.”), um dos mais enigmáticos poemas da contemporaneidade, em que a vida é afirmada através de sua negação, de seu oposto, processo este anunciado em “Capela dos Ossos”, onde se lê: “À direita, frágil negação da morte, / cresciam flores em desordem / e voltamos a pagar para ver / os ossos que nos esperam, / sobrepostos como os dias e as noites / que tão pouco vivemos”. Na primeira estrofe do mesmo poema, ouve-se a informação de que “uma voz” indeterminada conduziria os visitantes entre os ossos da capela, voz esta que, pouco adiante, se mostra apenas “uma gravação em várias línguas / para gáudio dos turistas”. O cigarro ao invés da vela, a gravação no lugar do mistério, o século XXI a visitar o passado, a afirmar a vida, pois “os outros, na / verdade, não passam de mortos imperfeitos. / Estão, como nós, um pouco demasiado vivos.” E a presente resenha, tornando à agonia do *Stabat Mater*, não poderia deixar de apontar para o brilhante paradoxo da escrita de Manuel de Freitas, a *flor* nascida dos *terramotos*, a poesia florescendo da tragédia, a *memória viva*: um livro, “esse enigma, a negro; / talvez apenas o lápis do acaso, / capaz ainda de traçar a rota / dos bares, as consequências do fim, / o bordel onde nos espera Deus”: um dos mais violentamente belos versos da língua portuguesa. O fim não revela consequências... a poesia, sim.

VERBETES

Antônio de Moraes Silva (1757-1824)

Ronaldo Menegaz*

Antônio de Moraes Silva, o pai da lexicografia brasileira, nasceu no Rio de Janeiro na rua do Padre Pedro Homem da Costa, hoje Ouvidor, em 1º de agosto de 1757, e morreu em Pernambuco, no seu sítio de Muribeca, em 11 de abril de 1824. Fez seus preparatórios no Rio de Janeiro, aprendendo Gramática com seu tio paterno, o padre Rodrigues de Carvalho; estudou Filosofia, com os frades de São Bento e do Carmo. Ao chegar a Coimbra, sua pronúncia do português do Rio de Janeiro provocou algumas zombarias por parte de seus colegas portugueses, o que o predispôs a querer ampliar seus conhecimentos de língua, tanto na área da lexicografia quanto na da gramática, e o levou a deixar registrada sua mágoa no Prólogo da primeira edição do *Dicionário*:

A ignorância, em que me achava das coisas da Pátria, fez que lançasse mão dos nossos bons Autores, para neles me instruir, e por seu auxílio me tirar da vergonha que tal negligência deve causar a todo homem ingênuo. Apliquei-me, pois, à lição deles e sucedia-me isto em terra estranha, onde me levaram trabalhos, desconhecido, sem recomendação, e marcado com o ferrete das desgraças, origem de ludíbrios e vitupérios, com que se afoitam aos infelices as almas triviais.

Estudou Direito na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel. Sacramento Blake. No entanto, afirma que Moraes Silva não chegou a se formar, pois no ano em que devia receber o grau, foi barrado por uma acusação apresentada contra ele no temível Tribunal da Santa Inquisição. Ora, José Pedro Machado nas “Notas Biográficas” que precedem a 10ª edição do Dicionário narra que houve a outorga do grau de bacharel *in utroque jure* (em Direito Civil e Canônico) e que comemorar essa vitória, tinha sido programada uma ceia, mas lembrando-se os amigos de que era dia de jejum e abstinência, concordaram em iniciar a comemoração depois da meia-noite; jovens que eram e, portanto, afoitos e incontidos, iniciaram a tal ceia um quarto de hora antes, o que chegou aos ouvidos sempre atentos da Inquisição.

* Lexicógrafo da Academia Brasileira de Letras. Doutor em Letras, com ênfase em Literaturas Vernáculas.

Mas o que parece ter acontecido, além da antecipação da ceia comemorativa, foi a denúncia que fez perante o Tribunal de Coimbra o estudante de Geometria, Francisco Cândido Chaves, segundo o qual, na república onde morava o brasileiro com outros colegas de sua terra, de Lisboa e do Funchal, comia-se carne pela Quaresma, discutiam-se coisas de religião e citavam-se autores como Voltaire e Rousseau, este chamado pelos estudantes de “profundíssimo filósofo”. Outras denúncias se seguiram, até que a 20 de julho de 1779, o Conselho Gral da Inquisição ordenou a prisão de Antônio Morais Silva. O iminente perigo a que estava sujeito levou-o a fugir para Lisboa, escondido num carro de feno, e lá, graças aos bons ofícios de amigos, conseguiu embarcar para a Inglaterra. Levava recomendações que lhe valeram junto ao General Luís Pinto de Sousa Coutinho, futuro conde de Balsemão, que era, na época, Embaixador de Portugal junto à corte inglesa. A proteção do embaixador, que aliava as qualidades de bom diplomata a um espírito libertário, valeu-lhe o cargo de secretário particular da Embaixada. Na Inglaterra, segundo o mesmo Sacramento Blake, compôs seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, compulsando a “mui escolhida e copiosa livraria” do embaixador “benemérito da Pátria e da Humanidade”. Cercado de bons livros, longe da Inquisição, sob forte proteção, lançou-se Morais ao estudo das línguas e literaturas inglesa, francesa e alemã. Traduziu do inglês uma *História de Portugal* escrita por um grupo de homens de letras, fazendo do mesmo texto também uma versão francesa. Foi impressa em 1778 e chegou a 3ª edição. Traduziu com o título português de *Recreações do homem sensível* um interessante livro de Arnaud, que, logo publicado, teve 2ª edição em 1821. Foi de Londres para Roma, provavelmente a convite de Antônio Pereira de Sousa Caldas, já ordenado padre e gozando da amizade de Pio VII e da consideração da corte papal. Em Roma buscou um indulto da Inquisição para poder voltar a Portugal, mas foi-lhe muito oportuno seguir antes para a França no séquito do Núncio Apostólico designado para a corte de Luís XVI. Era, então, Ministro de Portugal junto à corte francesa D. Vicente de Sousa Coutinho, parente daquele Sousa Coutinho que lhe tinha valido em Londres. Foi-lhe, então, confiado em Paris o posto de Secretário da Embaixada de Portugal. Nessa capital, encontrou outro velho amigo dos tempos de estudante em Coimbra, o poeta Francisco Manuel do Nascimento, o Filinto Elísio, da Arcádia, em difícil situação financeira. Morais valendo-se de sua boa posição na Embaixada, prestou-lhe todo o auxílio de que precisava.

Ainda na França aproveitando o tempo para complementar seus estudos literários e filológicos, consegue obter o indulto da Santa Inquisição para voltar a Portugal, seguindo então para Lisboa, onde se casou. Acompanhou a

família do sogro, oficial superior do exército, designado para missão oficial em Pernambuco. Desta província, passou à Bahia, para exercer o cargo de juiz de fora. Tendo-se desentendido com o chanceler da relação da Bahia, abandonou a magistratura e voltou para Pernambuco, indo viver em seu engenho de Muribeca. Exerceu ainda o cargo de capitão-mor e foi agraciado como cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em Pernambuco era notória a insatisfação gerada pelos altos encargos da Província, sobretudo comparativamente aos benefícios que o Rio de Janeiro obtinha, então, por se ter tornado, desde 1807, a sede da Corte. No começo de 1817 iniciou-se em Recife uma rebelião de caráter nativista, em que estavam comprometidos representantes do clero, militares e a maçonaria. Os revoltosos, sob a liderança de Domingos José Martins, estabeleceram uma junta governativa e um conselho, para o qual foi aclamado o nome de Antônio de Moraes Silva. O lexicógrafo e senhor de engenho pediu que o dispensassem da honra por não querer tomar parte em movimentos políticos.

Afastado inteiramente de qualquer aspiração política, tendo deixado até o comando das ordenanças de Muribeca, faleceu o ilustre lexicógrafo em seu retiro de Muribeca, cercado de prestígio e da admiração de seus contemporâneos.

Bibliografia ativa

Dicionário de Língua Portuguesa Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro... Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira. Ano de MDCCLXXXIX [1789]. Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Vende-se na loja de Borel Borel e Companhia... (2 vol.: I A-K, 749 p.; II L-Z, 541 p.).

Nesta primeira edição, Moraes não se dá como autor, mas como se estivesse oferecendo uma reedição atualizada e reduzida dos dez volumes do Dicionário de Bluteau.

Dicionário da língua portuguesa recopilado dos vocábulos impressos até agora, e nesta *segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por...* Lisboa, 1813. (2 vol. I A-E; II 806 p.; F-Z 872 p.)

Só nesta segunda edição Moraes assume a autoria, sem fazer referência alguma ao Padre Bluteau. Sabe-se que, mesmo na primeira edição, a autoria de Moraes é incontestável. O *Dicionário* de Moraes é obra bastante distinta da de

Bluteau, concebida de modo diverso, com objetivos e tratamento dos lemas muito diferentes. Sobre a segunda edição do *Dicionário* é oportuno ler o que escreve Telmo Verdelho na *História do saber lexical*, p. 27:

Estamos perante o primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa. M. Silva elimina um pouco mais de um quarto das entradas de Bluteau, correspondentes à nomenclatura enciclopédica, onomástica e histórica do grande Vocabulário, e acrescenta aproximadamente um terço de entradas (cerca de 22.000) inteiramente novas, recolhidas em autores “portugueses castiços e de bom século pela maior parte”, configurando assim, no espaço lingüístico português, um modelo de dicionário de língua autorizado, com exclusão da informação bilingüe e da informação histórica e enciclopédica em geral.

Em 1823 teve o *Dicionário* sua 3ª edição, ampliada com a inclusão de 5000 para 6000 novos lemas.

A 4ª edição, de 1831, já depois da morte do dicionarista em 1824, recolhe material colhido pelo autor, no “sertão de Pernambuco” e foi organizada por Teotônio José de Oliveira Velho. Sobre a quarta edição do Moraes (nome já agora transformado numa antonomásia para designar dicionário), escreve Gladstone Chaves de Melo em seu *Dicionários Portugueses*:

Tenho como a melhor esta quarta edição do Moraes, de 1831, dado que reúne o material colhido pelo autor até o fim da vida e dado que foi feita com critério e carinho por Teotônio Velho. À quarta outras se seguiram, que se desviaram do plano primitivo e já não se recomendam pelo cuidado dos editores, sendo, porém, de notar que a sétima, de 1877, é bastante apreciada.

Desde a primeira edição precede o *Dicionário* um *Epítome da Gramática Portuguesa* com conceitos e preceitos já inteiramente ultrapassados em nossos dias. O que dá ao *Dicionário de Moraes* um imorredouro valor, a mais de seu mérito intrínseco no tratamento e na escolha de sua nominata, é, sem dúvida, a rica abonação tirada dos “portugueses castiços e de bom século”.

A quinta edição, segundo Sacramento Blake, “foi notavelmente alterada, e com grande número de artigos fornecidos pelo Padre Antonio de Castro, mas soffreu mutilações e exclusões de muitos artigos do autor para serem substituídos por outros.” É de 1844 em 2 volumes.

A sexta edição, de 1858, esteve a cargo de Agostinho de Mendonça Falcão.

Sobre a sétima edição, de 1877- 1778, que Gladstone Chaves de Melo diz ser “bastante apreciada” Sacramento Blake informa ser uma edição “melhorada e muito accrescentada com grande numero de termos novos, usados no Brazil e no português da Índia.”

Na décima edição, embora o nome António de Moraes Silva encime a página-de-rostro, muito pouco há de Moraes e de seu critério lexicográfico. Ampliada, ostenta o nome: *Grande Dicionário da Língua Portuguesa 10ª Edição revista, Corrigida Muito Aumentada e Actualizada...* Por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado (12 volumes). 1949–59. O 12º volume reedita o *Epítome de Gramática Portuguesa*.

Bibliografia

- MACHADO, José Pedro. “António de Moraes Silva Notas Biográficas” In: MORENO, Augusto, CARDOSO
- JÚNIOR & MACHADO, Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Dicionários Portugueses*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro pelo Doutor...* Primeiro Volume. Rio de janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- VERDELHO, Telmo “Dicionários Portugueses, breve história” NUNES, José Horta & PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas FFLCH / USP, 2002.

Domingos Borges de Barros (1780-1855)

*Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves**

Intelectual e político luso-brasileiro, Domingos Borges de Barros nasceu na Bahia, descendente de uma família nobre e abastada, sendo filho do sargento-mor Francisco Borges de Barros e de D. Luísa Clara de Santa Rita Borges. Foi batizado em fevereiro de 1780, na capela do engenho São Pedro, de propriedade de seu pai. Após ter completado seus estudos de humanidades na cidade do Salvador, tendo como um de seus mestres o dicionarista Antonio de Morais Silva, seguiu para Portugal, em princípios de 1796, matriculando-se quatro anos depois, na Universidade de Coimbra, no curso de Filosofia, no qual se bacharelou em 1804.

Desde a época de seus estudos em Coimbra, Borges de Barros, homem de espírito cultivado, atraído pelas idéias da Ilustração, voltou-se para as letras, fazendo alguns versos e traduzindo autores franceses, como, em 1801, Évariste de Forges de Parny. Este ficou conhecido por seus poemas eróticos, censurados não só em França, por sua impiedade filosófica e por sua crítica moral aos políticos, como também incluídos no *Catálogo* de livros defesos no Reino de Portugal, em 1803. A versão traduzida por Borges de Barros foi publicada, posteriormente, em 1825, em Paris em uma coletânea oferecida às senhoras brasileiras.

Em Lisboa, onde ainda viveu por algum tempo, Borges de Barros criou laços de sociabilidade com outros portugueses e luso-brasileiros igualmente voltados para as letras. Talvez tenha conhecido, antes de sua ida para a Inglaterra, em 1797, o abade Correia da Serra, com quem veio a relacionar-se anos mais tarde, em Paris. Manteve contato com Hipólito José da Costa, futuro redator do *Correio Braziliense*, e com Paulo José de Mello Azevedo e Brito, poeta baiano, que, provavelmente, já conhecera em Salvador. Este último aconselhou-o a traduzir uma passagem de Raynal, outro autor proibido pela censura luso-brasileira, em verso português, o que fez, com brilhantismo, acabando por aproximá-lo do poeta português Filinto Elísio, em Paris, de quem passou a receber grande influência em suas composições poéticas.

* Professora Titular da UERJ. Pesquisadora do CNPq, pesquisadora principal do PRONEX CNPq/Faperj – Dimensões da Cidadania e Cientista do Nosso Estado/Faperj.

Na França, além de se dedicar às letras, especialmente, alimentando seu gosto pela poesia, Borges de Barros também voltou sua atenção para as investigações científicas, seguindo cursos de professores célebres no Museu do Jardim das Plantas. Viajou ainda por outros países da Europa – Alemanha, Holanda e Bélgica – a fim de conhecer os progressos das ciências naturais e verificar novos processos da indústria agrícola. Tal influência apareceria mais tarde, nas memórias que redigiu sobre agricultura e que foram publicadas, no Rio de Janeiro, no jornal *O Patriota*.

Quando da invasão francesa de Portugal, em 1808, Borges de Barros encontrava-se em Paris, ficando reduzido, como os demais estudantes luso-brasileiros, à dura condição de prisioneiro, exposto às vexações dos empregados subalternos da polícia francesa. Nessa situação embaraçosa, sem dinheiro, pois a correspondência com sua família fora interrompida, Borges de Barros resolveu, para sobreviver, aceitar a proposta de seu antigo amigo, o abade Correia da Serra, de comporem um dicionário portátil francês e português, encomendado por um livreiro. Adoecendo Correia da Serra, Borges de Barros acabou por fazer sozinho o trabalho, que saiu publicado em Paris, no ano de 1812, quando não mais se encontrava na França. Em setembro de 1810, resolveu evadir-se de Paris, rumando para a América do Norte, onde permaneceu por alguns meses, inteirando-se das condições de vários estabelecimentos rurais e sendo escolhido membro da *Society for Promoting Agriculture*. No ano seguinte, decidiu voltar para o Brasil. No entanto, depois de visitar lugares perigosos, na visão de época, como França e Estados Unidos, Domingos Borges de Barros foi preso, ao chegar em sua terra natal (1811), sendo transferido, posteriormente para o Rio de Janeiro. Permaneceu nessa condição por quase dois meses, quando o príncipe regente ordenou sua liberdade, ficando provada não só a sua inocência, como a pura fidelidade, que demonstrou em todo o tempo, que foi retido na França.

Ao ser reintegrado na *boa sociedade*, foi nomeado diretor do Jardim Botânico da Bahia, bem como regente de uma cadeira de Agricultura na mesma cidade, em 1812. No Rio de Janeiro, colaborou no jornal literário, político e mercantil, já citado, *O Patriota* (1813), no qual publicou diversas memórias sobre a agricultura, entre as quais se destacam uma sobre o plantio e o fabrico do urucu, outra sobre a cultura do café e uma terceira sobre os meios para secar as terras inundadas através de um método fácil e pouco dispendioso. Evidenciava, assim, ter incorporado o ideário ilustrado do período, voltando-se de maneira pragmática para as questões econômicas, sociais e administrativas, mas também para a instrução, como instrumento para transformar a realidade. Tentava colocar em prática os conhecimentos que adquirira na Europa.

Ao lado do homem pragmático, continuava, contudo, a existir o poeta voltado, sobretudo, para cantar “o belo sexo”. Entre as poesias que publicou em *O Patriota*, sobressai a tradução do poema de Gabriel Legouvé, *O merecimento das mulheres*, que ainda veio à luz em edição pela Impressão Régia. Tal obra, que tinha como objetivo celebrar a mais bela e melhor metade da humanidade, demonstrava a força e o vigor das mulheres em França, que, segundo o autor, formavam uma nação a parte.

Ao retornar a Bahia, em 1813, casou-se com D. Maria do Carmo Gouvea de Portugal, descendente de família tradicional e abastada. Dessa união, vieram dois filhos – Domingos, que morreria ainda na infância, com dez anos de idade e Luiza Margarida, mais tarde, Condessa de Barral. Além desses, Borges de Barros possuía um filho bastardo – Alexandre Sebastião – fruto de ligação com uma francesa, que permaneceu na França. Mais tarde, no entanto, em 1823, quando Borges de Barros foi nomeado representante do Brasil em Paris, foi registrado e conviveu com seus irmãos legítimos, adotado por sua mulher e ocupando o lugar de secretário de seu pai.

Sua vida política teve início com a eleição para deputado às Cortes de Lisboa, representando a Bahia, em 1821. Retornou, assim, uma vez mais a Portugal, atuando naquela assembléia, onde se notabilizou por defender o direito de cidadania da mulher, com a apresentação da proposta de que a mãe de seis filhos legítimos pudesse participar das eleições. Apesar de ligar a cidadania da mulher à maternidade, não deixava de avançar outros pontos bastante modernos para a época. Recorrendo ao exemplo de mulheres ilustres, como Madame de Staël – nome este inúmeras vezes vetado, na época, pelos censores régios – o sexo frágil, segundo ele, não apresentava defeito algum que o privasse daquele direito, embora os homens, ciosos de mandar e temendo a superioridade das mulheres, preferissem conservá-las na ignorância. Ao contrário, as mulheres rivalizavam, ou mesmo, excediam aos homens em talentos e em virtudes. A proposta, no entanto, não foi sequer admitida à discussão pelo Congresso.

Nesta Assembléia, Borges de Barros ainda se voltou para outra categoria também excluída da cidadania – os indígenas. Achava essencial que lhes fossem dadas ou aforadas terras, a fim de que tivessem, por esse meio, acesso à cidadania portuguesa ou à admissão em escolas e ofícios. Da mesma forma, em sua visão de homem ilustrado, defendeu o incentivo à instrução, com o estabelecimento da obrigatoriedade de saber ler, escrever e contar para todos os candidatos a vereadores ou a outros cargos nas câmaras. Acreditava que dessa forma as famílias iriam mandar instruir os filhos. Defendia ainda a valorização

do ensino e dos mestres, porque, se não fosse possível pagar, era melhor não ter mestres do que ter maus mestres.

Em relação às questões políticas, afirmava que o Brasil não queria a independência de Portugal, a que muitos deputados aludiam, mas sim a igualdade de direitos entre os dois reinos, para que aquele continuasse a ser português. Acabou por assinar e jurar a Constituição Portuguesa de 1822, que, no entanto, a princípio, não se julgara autorizado para referendar.

Sua carreira política prosseguiu ao longo do Primeiro Reinado, sendo nomeado representante do Brasil na França, em 1823, com o objetivo de obter o reconhecimento não só da Independência como também da dinastia reinante no Império do Brasil. Como observou o historiador da diplomacia brasileira Pandiá Calógeras, Borges de Barros, porém, estava mais preocupado com o progresso material e intelectual do novo país do que com as intrigas diplomáticas do cenário internacional, dedicando-se, por isso, preferencialmente a divulgar livros sobre o Brasil e a organizar missões artísticas que contribuíssem para aproximar o Império da civilização. Em 1826, foi escolhido senador, mas, poucas vezes compareceu aos debates, preferindo cultivar seus hábitos europeus em longas viagens ao exterior.

Na literatura, Borges de Barros ainda se destacou, em particular com as *Poesias oferecidas às senhoras Brasileiras por um Bahiano*, que reunia poemas dispersos de sua autoria, enquanto servia como ministro diplomata em Paris, em 1825. Talvez, o título da obra tenha sido influência de Alcipe – a célebre Marquesa de Alorna – que, escreveu em 1813 as *Recreações Botânicas*, poema em seis cantos, dedicado às “Senhoras Portuguesas”. Sem autoria declarada, mas sempre com a indicação de um “baiano” ou um simples B..., como comumente assinava, a obra reuniu também parte do poema “Os Túmulos”, escrito em memória da perda de seu filho. Além desses, havia um outro, intitulado “Lições de Conduta”, redigido em virtude do pedido de uma senhora ao autor, no qual este dava conselhos às mulheres: “exprimir-se com prudência”; “ser modesta nos adornos”; “conhecer seus defeitos”; fugir dos enredos e intrigas. Nesse verdadeiro manual de boa conduta para as donzelas do início do oitocentos, Borges de Barros ainda advertia que a mulher devia ter medo do excesso da paixão e nunca dar um passo sem primeiro consultar honra e razão. No final da obra, encontram-se ainda poesias oferecidas ao autor por seus amigos, sendo uma de Frederica de Oeynhausen, filha da Marquesa de Alorna. Homem de letras, visto por alguns como precursor do romantismo, Borges de Barros foi considerado por Ferdinand Denis como um dos maiores poetas brasileiros do século XIX. Para o barão de Loreto, “nenhum outro poeta ren-

deu à mulher culto mais galante e delicado do que ele, celebrando os mágicos efeitos do amor.”

Verifica-se, por conseguinte, que em seus escritos literários e políticos, Borges de Barros recorria a linguagens distintas, mesclando a condição de um homem que já possuía uma percepção ilustrada da realidade, que se generalizara no início do século XIX pelo mundo luso-brasileiro, mas que ainda permanecia preso aos valores morais do Antigo Regime. Se aceitava, de forma bastante tímida, alguns princípios de um liberalismo nascente, continuava a ser, sobretudo, um fiel súdito de Sua Majestade.

Assim, de um lado, era leitor e tradutor de autores proibidos e condenados pela censura no mundo luso brasileiro, mas, provavelmente, em função de sua formação e luzes, obtivera licença para ter acesso a esses escritos, considerados à época como fontes de crítica, de heresia e de subversão. De outro, continuava a operar com uma moral baseada no bem comum, típica da moral cristã. Ainda não partilhava a linguagem de uma moral individual, resultado de um contrato estabelecido entre indivíduos e soberano, característica da Modernidade. Nesse sentido, ao fazer preleções para as senhoras, pautava-se, principalmente, em princípios moldados pela religião católica, em que a mulher, acima de tudo, devia ser a mãe e a esposa exemplares.

Frente a essas aparentes contradições, deve-se destacar, no entanto, que Borges de Barros era um homem de seu tempo, profundamente afinado com a perspectiva do Iluminismo português. Em meio a uma sociedade marcada por vestígios de uma política tradicional, em que a religião ocupava um papel fundamental, Borges de Barros pretendia recorrer às Luzes para assegurar o desenvolvimento do Império.

Domingos Borges de Barros faleceu em 20 de março de 1855, em Salvador, com inúmeras mercês, honras e grandezas por seus serviços prestados: o hábito da Ordem de Cristo (1815); o título de Conselheiro do Império (1825); Barão de Pedra Branca (1825), Visconde (1826) e, em seguida, Visconde com grandeza (1829).

Bibliografia ativa

BARROS, D. B. Dictionario francez-portuguez e portuguez-francez. Paris, 1812, 2v. O merecimento das mulheres, poema de M. G. Legrouvé, traduzido do francês em português, por B. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813.

BARROS, D. B. Poesias offerecidas às senhoras brasileiras por um bahiano. Paris: Aillaud, 1825. 2v.

- BARROS, D. B. Os túmulos. Poema philosophico. Paris: Aillaud, 1826.
- BARROS, D. B. Meio empregado pelos Chins para a propagação de árvores frutíferas. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 2, nº 3, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre a plantação e o fabrico do urucu. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 1, nº 1, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre o café, sua história, cultura e amanho. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 1, nºs 5 e 6, 1813 e s. 2, nº 1, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre os muros de apoio os muros que servem de sustentar a terra. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 2, nº 4, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre os meios de desaguar ou esgotar as terras inundadas ou enxarcadas por methodo facil e pouco dispendioso. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s. 2, nº 5, 1813.
- BARROS, D. B. Notícia sobre o meio que se seguiu no esgotamento de um pântano. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 2, nº 6, 1813.
- BARROS, D. B. Vantagens da vida campestre em resposta à carta, em que de Lisboa se despediu, devendo partir para a Bahia, Paulo José de Mello, escriptas em Paris aos 2 de maio de 1806. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 1, nº 5, 1813.

Bibliografia passiva

- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Coleção Desembargo do Paço. Caixa 26.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Graças e Mercês. Códice 15, volumes 3, 4, 10 e 11.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Diccionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 2, p. 196-197.
- BOSCHI, Caio & BORRECHO, Maria do Céu. Domingos Borges de Barros. In: Zilia Osório de Castro (dir.). Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828). Porto/Lisboa: Edições Afrontamento/Assembléia da República, 2002. p. 194-195.
- CALÓGERAS, Pandiá. A Política exterior do Império: as origens. Revista do IHGB. Tomo Especial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Lata 303, pasta 10. Barão de Loreto. Estudo sobre o Visconde de Pedra Branca (fragmento, cópia feita por Amanda Paranaguá Dória), 1884.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves. Domingos Borges de Barros. In: Ronaldo Vainfas (dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro, Objetiva, 2002. p. 213-214.
- PORTUGAL. Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da nação portuguesa (1821-1822). Lisboa, 1821-1822, 20v.
- SISSON, S. A. Galeria dos brasileiros ilustres. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 405-410.

Francisco Gomes de Amorim (1827-1891)

*Carme Fernández Pérez-Sanjulián**

Em muitos sentidos, a biografia deste autor parece seguir, quer o esquema de um relato de aventuras, quer o itinerário de um ideal herói romântico: o deslocamento formativo, o amor pela natureza e o selvagem, a luta pela liberdade (política ou pessoal) ou a procura do conhecimento como via de aperfeiçoamento são elementos que, mesmo, nos podem levar a reflectir sobre até que ponto tudo o que relata foi certo ou se, por acaso, não existirá no seu relato uma parte de reinvenção posterior, uma autoconstrução biográfica coerente com certos tópicos vigentes no Romantismo. Em qualquer caso, os depoimentos do autor são uma fonte imprescindível para compreendermos a génese de muitos dos temas e linhas ideológicas (ideologemas) que vão aparecer na sua obra.

Francisco Gomes de Amorim nasceu em 1827 em A-ver-o-mar, na província do Minho, numa família modesta. Em 1837 decide emigrar ao Brasil junto com o seu irmão mais velho. Assim, chega a Sta M^a do Belém do Pará onde vai trabalhar um tempo e, segundo própria confissão, aprende a ler aos doze anos.

Penetra na Amazônia, explica, apenas munido de uma excelente memória, capacidade que lhe vai permitir reter toda uma série de nomes, realidades, costumes, etc. que incorporará a obras escritas muitos anos mais tarde. Nesta época é um “aprendiz de selvagem” que trabalha como seringueiro ou capataz e que aprende a língua dos indígenas. É ali, também, onde tem lugar o acontecimento que vai condicionar toda a sua vida posterior. Em Alenquer, na casa de uma família indígena, encontra dentro de um cesto o Camões de Almeida Garrett, editado no Rio de Janeiro. A sua leitura transforma-o e, entusiasmado, decide escrever ao autor. A resposta chega um ano depois; então resolve voltar, com a firme vontade de ir para Lisboa estudar sob a direcção daquele escritor. Assim, desde o momento do seu encontro em 1846 até a morte de Garrett em 1854, uma estreitíssima relação se forja entre eles, sentindo-o sempre Amorim como o seu mestre.

É, pois, neste momento quando começa sua educação (com resultados espectaculares se repararmos na erudição das suas colaborações para as múltiplas sociedades e academias - foi membro, entre outros, do Instituto Histórico,

* Vinculada à Universidade da Corunha, Espanha.

Geográfico e Etnográfico do Brasil - às quais pertenceu, nas notas que acompanham os seus textos ou, mesmo, nos comentários dos coetâneos). A pouco e pouco, vai ir desenvolvendo uma activíssima vida pública e literária que, a partir de 1851, manterá em paralelo com a sua carreira como funcionário no Ministério de Marinha, até, progressivamente, ir atingindo um considerável prestígio no panorama cultural português do seu tempo, tal como demonstram as distinções e reconhecimentos que recebeu ao longo da sua vida.

Morreu na sua casa de Sintra em 1891.

Obra literária de tema brasileiro

Sobre a obra de Francisco Gomes de Amorim, poeta, dramaturgo, romancista e biógrafo de Garrett, pesam, para além do desconhecimento, enormes preconceitos entre a crítica e a historiografia; uns preconceitos que levaram a que um autor muito estimado no seu tempo, seja lembrado hoje, para além das Memórias Biográficas de Garrett, apenas por uma das suas obras teatrais: o “Melodrama dos Melodramas” Fígados de Tigre, e que a sua obra de tema brasileiro, de grande sucesso no tempo, ficara no esquecimento.

Se bem o Brasil é um elemento presente em praticamente toda a enorme produção do autor, há obras em que possui um especial protagonismo. Se começarmos pela narrativa, fora da presença do tema em alguns contos de Frutos de vários sabores (1858), Amorim publica em 1875 *Os Selvagens*, romance ambientado no Brasil, e *O Remorso Vivo* que é a continuação e conclusão daquele.

Prolífico e reconhecido autor teatral, várias das suas obras são de tema claramente brasileiro: *Ódio de Raça*, estreada em 1854, editada pela primeira vez em 1869 e *O Cedro Vermelho*, estreada em 1856 (editada em 1874), obras que transpõem para o palco o seu conhecimento da realidade do Brasil, além de serem um claro manifesto antiescravagista. Nestas peças, assim como em *Aleijões Sociais* (que primeiro se chamou *Escravidão Branca*), escrita em 1860 e editada em 1870, e *A Proibição*, editada em 1869, evidencia-se o pensamento liberal do autor, além da característica vontade interveniente com a que estão compostos estes textos. Ao mesmo tempo, a presença de elementos brasileiros (personagens, música, vestuário...) é fundamental numa obra como *Fígados de Tigre*, onde o autor, num lúcido exercício autoperódico, realiza um interessantíssimo jogo de intertextualidade com as suas obras anteriores.

Colaborou em diversos jornais políticos e literários portugueses e brasileiros para os quais escreveu muitos artigos de crítica (em concreto, foi correspondente durante alguns anos do *Diário da Bahia*). Esse labor constante,

unido a uma considerável inquietude intelectual, levou-o a publicar trabalhos muito diferentes, que vão desde aqueles de intenção didáctica, como o curioso Dicionário de João Fernandes: Lições de Língua Portuguesa pelos Processos Novos ao Alcance de Todas as Classes de Portugal e Brasil (1878), até a monumental obra pela qual ainda hoje é mencionado na maior parte das Histórias da Literatura, as Memórias Biográficas de Almeida Garrett (1881-1884), testemunho precioso não só da vida e obra daquele mas da própria época.

Como poeta publicou Cantos Matutinos (1858), Efêmeros (1866), A Flor de Mármore ou As Maravilhas da Pena em Sintra (1878), além de muitos outros poemas em jornais, revistas volumes colectivos, prémios e homenagens, etc.

A respeito da sua poesia são muitos os autores que sustêm que o sentimento da natureza exótica que se complementa com a especial simpatia que lhe merece a pintura do índio representam o mais vibrante e pessoal da inspiração lírica de Gomes de Amorim. Esta visão tem sido sublinhada nas leituras mais recentes da sua obra, tanto para destacar a sua singularidade dentro do conjunto do romantismo português, como para marcar a sua relação com a definição de certas características identitárias do processo, na altura em plena emergência, de surgimento e/ou consolidação da Literatura Brasileira.

Em qualquer aproximação às obras situadas no Brasil de Amorim, é óbvio o protagonismo e a positiva valorização que recebem tanto a natureza como, muito especialmente, os seus habitantes, aspecto que fica ainda corroborado nos depoimentos explícitos que o autor apresenta nas Notas e Esclarecimentos que acompanham estes textos. Esta visão, com toda a ambivalência que os estudos pós-coloniais assinalam para este tipo de textos (pois não deixa de ser um olhar “imperial” europeu, neste caso, português), não é, porém, demasiado diferente do transmitido pelos autores brasileiros da mesma etapa pois, ao menos no que diz respeito ao repertório temático desenvolvido, observamos um discurso muito similar ao explicitado pela literatura brasileira coeva.

Elementos como o indianismo em tanto elemento nacionalitário, a utilização de histórias sentimentais que, numa interpretação alegórica, podiam ser decodificadas em chave de conciliação nacional (com a utópica proposta de união dos diferentes estratos sociais e raciais que constituíam a nação) e o já mencionado da reivindicação da natureza e paisagem, são, todos eles, marcas caracterizadoras dos processos de autonomização dos discursos literários, que, sempre com traços semelhantes, podem ser localizados nos contextos de emergência nacional, como o foi o do Brasil durante o século XIX. A presença destes mesmos elementos na obra de Gomes de Amorim fazem com que a sua posição em relação ao sistema literário brasileiro e à sua construção seja um problema complexo.

Bibliografia ativa

- AMORIM, Francisco Gomes de. Cantos matutinos. Lisboa, Tipografia Progresso, 1858.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Fructos de vario sabor. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Efémeros. Lisboa, Tip. da Sociedade Franco-Portuguesa, 1866.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Ódio de Raça. Lisboa, Tip. Universal de Tomás Quintino Antunes, 1869.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Ghigi. A Proibição. Lisboa, Tip. Universal de Tomás Quintino Antunes, 1869.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Fígados de Tigre. Lisboa, Tipografia Universal, 1869.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Aleijões Sociais. O Casamento e a Mortalha no Céu se Talha. Lisboa, Tip. Universal de Tomás Quintino Antunes, 1870.
- AMORIM, Francisco Gomes de. O Cedro Vermelho. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Os Selvagens. Lisboa, Livraria Ed. Matos Moreira & Ca, 1875.
- AMORIM, Francisco Gomes de. O Remorso Vivo. Lisboa, Livraria Ed. Matos Moreira & Ca, 1876.
- AMORIM, Francisco Gomes de. Garrett - Memórias Biográficas, 3 vols. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1884.

Bibliografia passiva

- BARATA, Jorge Oliveira. “Amorim, (Francisco) Gomes de”, em BUESCU, Helena Carvalhão (coord.). Dicionário do Romantismo Português. Lisboa, Caminho, 1997, pp. 14-15.
- CARVALHO, Costa. Aprendiz de Selvagem. O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim. Porto, Campo das Letras, 2000.
- CIDADE, Hernani. “Gomes de Amorim. A sua vida e a sua obra”, A Águia, 30, 1927, pp. 181-197.
- FERNÁNDEZ PÉREZ-SANJULIÁN, Carme. “Estudo introdutório”, em AMORIM, Francisco Gomes de. Fígados de Tigre. A Coruña, Biblioteca-Arquivo Teatral “Francisco Pillado Mayor”, 2003, pp. 7-86.
- LIMA, Baptista de. Gomes de Amorim. Vida e Obra do Ilustre Biógrafo de Garrett. Póvoa de Varzim, Livraria Camões, 1928.
- PEIXOTO, Jorge. Novos Elementos Bibliográficos da Obra de Francisco Gomes de Amorim. As Suas Descrições da Região do Amazonas, Separata de Póvoa de Varzim, v.XI e XII, 1972-73, pp. 37-93.

- RIBEIRO, M^a Aparecida. “Gente de todas as cores: Imagens do Brasil na obra de Gomes de Amorim”, *Máthesis* 7, 1998, pp. 117-164.
- REBELLO, Luís Francisco. “Uma planta exótica de há cem anos”, em AMORIM, Francisco Gomes de. *Fígados de Tigre*. Lisboa, IN-CM, 1984, pp. 11-21
- RIBEIRO, M^a Aparecida. / OLIVEIRA, Fernando Matos. “De escravo branco a escritor europeu”, em AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de Raça. O Cedro Vermelho*. Braga, Angelus Novus, 2000, pp. IX-LXX.

Quem somos: o PPRLB

O Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-brasileiras (PPRLB) é constituído por professores e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, empenhados em aprofundar e dar visibilidade aos estudos que contemplam relações luso-brasileiras

Encontra-se vinculado ao Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e sediado nas dependências desta instituição cultural fundada em 14 de maio de 1837, que tem em seu patrimônio uma das mais importantes e belas bibliotecas brasileiras.

O PPRLB tem por objetivos:

- a) propiciar aos pesquisadores, e estudiosos em geral, das relações luso-brasileiras condições de permanente aprofundamento em suas áreas de interesse, que, no âmbito do PPRLB estarão agrupados em Núcleos de temática afim;
- b) incentivar condições de diálogo e intercâmbio entre os participantes do PPRLB e os vários Núcleos que integrem;
- c) promover cursos, eventos e publicações sobre aspectos das relações luso-brasileiras;
- d) articular-se com diferentes organismos, no plano nacional ou internacional, visando a que suas promoções alcancem a desejável visibilidade na busca de divulgar amplamente os estudos sobre relações luso-brasileiras;

O corpo de participantes do PPRLB é ilimitado e acolherá pesquisadores, professores, alunos e estudiosos em geral, vinculados ou não a instituições acadêmicas, que compartilhem de seus propósitos e desejem colaborar na difusão dos estudos voltados para as relações luso-brasileiras.

Coordenação geral:

Profa. Dra. Gilda Santos

E-mail: gilda.santos@globo.com

Normas editoriais da revista **Convergência Lusíada**

1. Serão aceitos, para serem apreciados pelo Conselho Editorial textos inéditos no Brasil, sobre quaisquer aspectos das relações luso-brasileiras, desde que observadas estas normas, dentro das seguintes modalidades:

- a) *ensaios e artigos*, entre 21.000 e 28.000 caracteres digitados (cerca de 15 a 20 páginas), incluída a bibliografia;
- b) *resenhas* de livros publicados ou teses defendidas (ambos nos dois últimos anos), entre 4200 caracteres e 7000 caracteres digitados (cerca de 3 a 5 páginas);
- c) *notas e comentários* diversos, entre 7000 e 14000 caracteres digitados (cerca de 5 a 10 páginas).

2. Todos os textos serão submetidos a parecer do Conselho Editorial, que poderá aprová-los integralmente, vetá-los integralmente ou sugerir modificações de estrutura ou conteúdo aos autores. Eventualmente, o Conselho poderá valer-se de pareceres externos.

3. Os textos devem ser entregues em duas cópias impressas e uma cópia em disquete, digitada em programa Word para Windows, com a seguinte formatação:

- a) Margens de 3 cm, papel A4.
- b) Uso da fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, em todo o texto, exceto para as citações com mais de três linhas e para os resumos.
- c) Uso da fonte Times New Roman, corpo 11, espaço simples, para as citações com mais de três linhas e para os resumos.
- d) As citações de até três linhas devem integrar o corpo do texto e ser assinaladas entre aspas.
- e) Os textos não devem conter sublinhados nem negrito. Para destaque, utilizar somente aspas e itálico.
- f) As indicações bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, entre parênteses, da seguinte forma:

Sobrenome do Autor; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) e o número desta(s); ponto. Não devem ser utilizadas expressões como *idem* ou *ibidem*. Exemplo: (Serrão, 1985, p.31-36.)

- g) Outros tipos de notas devem figurar no rodapé da página, em corpo 10.
- h) A bibliografia deverá estar no fim do texto, com a seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 12, espaço simples, e conter todas as obras citadas nas indicações bibliográficas. Deve seguir as normas da ABNT, a saber:

- Para livros deverá ter o seguinte formato:
SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. *Título do livro*. Local de publicação: Nome da editora, Data da publicação. (Incluir, entre o *Título do livro* e o Local de publicação, o número da edição, quando não for a primeira, usando para tanto o formato: número da edição em algarismo arábico, ponto, ed.). A 2ª linha começa recuada, abaixo da 4ª letra do sobrenome do autor. Exemplo: LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- Para artigos publicados em revistas e periódicos em geral deverá ter o seguinte formato:
SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. *Título do artigo*. *Nome do periódico*, série do periódico, Local de publicação, v. Volume do periódico, n. Número do periódico, p. Páginas em que está presente o artigo, data. A 2ª linha começa recuada, abaixo da 4ª letra do sobrenome do autor. Exemplo: PESSOA, Fernando. A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada. *A Águia*, 2ª série, Porto, v.1, n.4, p.101-107, abr. 1912.

4. Todos os artigos devem vir já revisados e acompanhados de dois resumos, de até 700 caracteres, digitados após a bibliografia – um em português e outro em inglês (*abstract*) – com a seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 11, espaço simples. Devem conter ainda 3 a 5 “palavras-chave”, em português e em inglês (*keywords*), ao fim de cada resumo.

5. As cópias impressas, com o respectivo disquete, devem ser enviadas em nome do PPRLB para o *Real Gabinete Português de Leitura* (Rua Luís de

Camões, 30 /// 20051-020 – Rio de Janeiro – RJ - Brasil), com a identificação de nome do autor, endereço postal e eletrônico, telefone(s) e fax para contato. Devem ainda ser acompanhadas por breves dados curriculares (3 linhas) do autor: profissão, titulação, vínculo institucional, outros dados que considere relevantes.

6. Os autores de textos publicados terão direito a três exemplares da obra. Os originais não aprovados não serão devolvidos, mas fica, naturalmente, resguardado o direito dos autores de divulgá-los em outros espaços editoriais